

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
BETINA WARMLING BARROS

**A COERÊNCIA DA CRUELDADE: OS SIGNIFICADOS DA VIOLÊNCIA  
EXTREMA PARA OS *ENVOLVIDOS* NO TRÁFICO DE DROGAS NO RIO GRANDE  
DO SUL**

PORTO ALEGRE

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

BETINA WARMLING BARROS

**A COERÊNCIA DA CRUELDADE: OS SIGNIFICADOS DA VIOLÊNCIA  
EXTREMA PARA OS *ENVOLVIDOS* NO TRÁFICO DE DROGAS NO RIO GRANDE  
DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Melissa de Mattos Pimenta

PORTO ALEGRE

2020

## CIP - Catalogação na Publicação

Barros, Betina Warmling

A coerência da crueldade: os significados da  
violência extrema para os envolvidos no tráfico de  
drogas no Rio Grande do Sul / Betina Warmling Barros.

-- 2020.

229 f.

Orientador: Melissa de Mattos Pimenta.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia,  
Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. violência letal. 2. tráfico de drogas. 3.  
juventude. 4. masculinidade. I. de Mattos Pimenta,  
Melissa, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

BETINA WARMLING BARROS

**A COERÊNCIA DA CRUELDADE: OS SIGNIFICADOS DA VIOLÊNCIA  
EXTREMA PARA OS *ENVOLVIDOS* NO TRÁFICO DE DROGAS NO RIO GRANDE  
DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Dr.<sup>a</sup>. Melissa de Mattos Pimenta

Resultado: Aprovado

BANCA EXAMINADORA:

---

Rochele Fellini Fachinetto  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

---

Luiz Fábio Silva Paiva  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

PORTO ALEGRE  
2020

*Aos meninos que compartilharam comigo suas histórias.  
Obrigada por terem permitido que eu aprendesse com vocês.*

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer e enfatizar a importância de ter realizado o mestrado com auxílio de Bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), sem a qual não teria sido possível me dedicar exclusivamente às atividades da pesquisa durante esse período.

Fazer ciência é, antes de tudo, um processo coletivo. Mesmo nos momentos de solidão da escrita, os pensamentos só se realizam por meio do diálogo com referências, interlocutores, colegas, professores, amigos e familiares. Sempre me pareceu que, para fazer Sociologia, aprender a escutar as pessoas era o mais fundamental. Afinal, é a ciência que busca entender o ser humano, que é construída por meio do contato e das relações com os sujeitos nos seus mais distintos modos de vida. Essa dissertação é, antes de tudo, sobre *pessoas*, o que me faz querer agradecer nominalmente algumas das que tornaram esse trabalho possível.

Agradeço à minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Melissa de Mattos Pimenta que sempre foi muito atenciosa comigo, me deixou muito tranquila para criar, ao mesmo tempo que esteve presente para me guiar nos momentos de dúvidas e inseguranças e para corrigir, incansavelmente, todas as versões desse trabalho. Essa pesquisa é uma produção em conjunto nossa e espero que marque o início de uma parceria acadêmica que não termina com a defesa da dissertação.

Aos Professores e Funcionários do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS por todo o conhecimento compartilhado, pelas oportunidades de discussão acadêmica e pelos auxílios para que eu pudesse divulgar esse trabalho em outros espaços. À turma de Mestrado 2018 com quem compartilhei nesses dois anos, disciplinas, seminários e cafés, pelos momentos de troca e apoio mútuo.

À Roberta Pamplona por toda a parceria nesses últimos anos. Por ter me mostrado por meio da *práxis* – da preocupação, do cuidado e do carinho – que a vida pode ser muito mais leve quando a gente tem alguém pra dividir, pra nos escutar e com quem compartilhar vitórias e fracassos.

Aos meus amigos, antigos e futuros parceiros de trabalho, por serem sempre um espaço de escuta e afeto. Ana Cláudia, Daniela, Luiza, Karine, Mariana, Roberta, Sofia e Guto, a cada ano que passa tenho mais certeza do quanto nossa ligação é forte, potente, capaz de resistir aos rumos, nem sempre tão próximos, que tomam nossas vidas.

À Mariana, por todo o apoio, acolhida e compreensão durante esse ano. Por não só ter tornado meu sonho possível, como por ter vibrado como se ele fosse teu. Por ser meu maior exemplo de dedicação com as pessoas.

Ao Eduardo Gutierrez por sempre encontrar tempo para nossa amizade. Por todas as correções, por confiar no meu potencial e por fazer questão de enfatizar isso. Por ser meu maior exemplo de dedicação com o mundo.

Ao Eduardo Georjão por me ensinar através da escuta, do olhar atento, do cuidado com as palavras. Por ser meu maior exemplo de dedicação com a vida.

Às mulheres da minha vida, Andréa, Bruna, Fernanda Telles, Fernanda Borges, Jacqueline, Juliana, Kimberly e Rafaela, pela paciência com a minha ausência. Eu tenho muito orgulho do que nos tornamos como seres humanos, mulheres e profissionais e espero que a gente siga cultivando nossa relação por mais muitos anos. Obrigada por acreditarem em mim.

À Marina e à Carolina, por serem minha base nos momentos mais difíceis. Por me entenderem, me conhecerem, me ensinarem. Junto de vocês eu posso ser minha versão mais frágil e mais humana. Até bem velhinhas, sigo sempre com vocês.

À minha mãe, ao Julio e à Bianca, por darem sentido à ideia de família. Pelos almoços, pelos finais de semana de descanso, por tudo que construímos quando estamos juntos. Com vocês, me sinto amada e protegida e isso foi muito importante durante esse ano. Obrigada pela paciência e pela tolerância.

Ao meu pai, por ser minha referência acima de qualquer coisa. Por apoiar todos os meus sonhos, por acreditar nas minhas escolhas, por me ajudar nas decisões difíceis, por me guiar, mas também por deixar ser guiado. Sou muito grata por poder presenciar tua generosidade comigo e com o mundo.

Finalmente, ao Lucas, por ter me ensinado como a vida com amor é mais bonita. Seria impossível colocar em palavras todos os motivos que eu tenho para te agradecer, tudo que tu representa pra mim e tudo que eu desejo pra nós. A vida foi muito boa comigo quando permitiu que eu compartilhasse contigo as descobertas (e os aprendizados) de uma vida a dois. Que nossos sonhos de futuro sejam sempre nossa maior certeza.

*“Se você vier  
Até onde a gente chegar  
Numa praça  
Na beira do mar  
Num pedaço de qualquer lugar”*

*Tanta vida pra viver  
Tanta vida a se acabar  
Com tanto pra se fazer  
Com tanto pra se salvar  
Você que não me entendeu  
Não perde por esperar*

**Requiem para Matraga, Geraldo Vandré**



## RESUMO

A pesquisa analisa os significados da violência letal extrema produzida nos conflitos entre facções na cidade de Porto Alegre e Região Metropolitana, entre os anos de 2016 e 2018. O estudo quer entender por que *novas formas de matar*, como esquadrejamentos, decapitações, alvejamentos, *atentados* e chacinas foram operacionalizados durante o período de disputas entre dois grupos do tráfico de drogas do estado do RS, os Bala na Cara e os Antibalas. Para isso, articula-se a teoria de Valencia a respeito do capitalismo *gore* e a teoria da sociabilidade violenta de Machado da Silva. Para a análise, recorreu-se a três fontes principais de pesquisa: notícias dos jornais locais a respeito da chamada *guerra* no tráfico, grupos focais realizados com dez adolescentes internados em unidade de cumprimento de medida socioeducativa e entrevistas narrativas com quatro participantes desses grupos focais. Enquanto a análise documental possibilitou compreender as dinâmicas de atuação dos *embolamentos* e as mudanças no uso da violência durante esse período, o contato direto com os *envolvidos* no tráfico de drogas permitiu acessar os significados subjetivos do uso dessa violência. Dois conjuntos de resultados foram produzidos a partir do *corpus* da pesquisa. Sob o ponto de vista da *estrutura* das facções, a violência extrema se mostrou uma estratégia de produção de capital econômico, operada de acordo com as configurações estruturais do mercado e sujeita a transformações sempre que essas condições mudam. Assim, após o período da *guerra*, os *embolamentos* que utilizaram a *violência extrema* se consolidaram no cenário do mercado ilícito de drogas, passando a gerir uma galeria no Presídio Central, no caso dos V7, e expandindo seu território de domínio para o interior do estado, no caso dos Bala na Cara. Sob o ponto de vista dos sujeitos *envolvidos*, por outro lado, a violência extrema adquiriu significados muito além dos ganhos econômicos. Para os jovens, a *guerra* representou o momento de consolidação do seu *envolvimento* com os grupos do tráfico, no qual a violência foi o instrumento utilizado para vingar a morte de seus amigos e familiares, proteger a sua *vila* das incursões de grupos contrários e afirmar a sua relevância no interior do *embolamento*. Esse ciclo de ação e reação violenta ocorreu por meio do fortalecimento de um sistema sociocultural que condiciona um certo *script* de práticas às masculinidades marginalizadas, regidas por um código de honra, em que a proteção e a homenagem são capitais essenciais para alcançar o prestígio pessoal. A violência extrema, portanto, atuou como um fator essencial na instrumentalização dos *envolvidos* como agentes incumbidos de colocar em prática o que, para os *embolamentos*, consistia em uma estratégia de expansão e fortalecimento. A cada ato de violência extrema realizado durante o período da *guerra*, os jovens, ao mesmo tempo que aprofundavam seu *envolvimento*, auxiliavam na construção de uma *estrutura* ainda mais consolidada, de modo que se instalou uma configuração social que só veio a ser desconstituída quando as condições estruturais mudaram e a violência extrema deixou de ser um instrumento essencial na estratégia de atuação dos *embolamentos* no mercado da droga do estado.

Palavras-chave: violência letal; tráfico de drogas; juventude; masculinidade.

## ABSTRACT

The research analyzes the meanings of the extreme lethal violence produced in the conflicts between criminal factions in the city of Porto Alegre and the Metropolitan Region, between 2016 and 2018. We aimed to understand why new forms of killing, such as quartering, beheading, shooting, attacks and slaughter took place during the period of disputes between two drug trafficking groups in the state of Rio Grande do Sul, the so called *Bala na Cara* and the *Antibalas*. To this end, Valencia's theory on *gore* capitalism and Machado da Silva's theory on violent sociability were articulated. We resorted to three main sources of research in the analysis: media from local newspapers about the so-called *war* on drug trafficking, focus groups conducted with ten adolescents in juvenile detention, and narrative interviews conducted with four participants from these focus groups. While the documentary analysis made it possible to understand the dynamics of drug trafficking groups actions and the changes in the use of violence during this period, the contact with those involved in drug trafficking allowed us to access the subjective meanings of its use. Two sets of results were produced from the research corpus. From the standpoint of drug trafficking groups structure, extreme violence has proven to be a strategy of economic capital production, operated according to the structural configurations of the market and subject to modifications whenever these conditions changed. Thus, after the war, the drug trafficking groups that used extreme violence consolidated themselves within the illegal drug market scenario, running a gallery in the Central Prison, as was the case of the *V7*, and expanding their domain towards the countryside, in the case of the *Balas na Cara*. From the point of view of those involved in drug trafficking groups, on the other hand, extreme violence acquired meanings far beyond economic gains. For young people, the *war* was the time to consolidate their involvement with trafficking groups, in which violence was the means used to avenge the death of their friends and family, to protect their village from the incursions of opposing groups and to affirm their relevance within the group. This cycle of violent action and reaction occurred through the strengthening of a sociocultural system that conditions a certain script of practices to marginalized masculinities, governed by a code of honor, where protection and honor are essential capitals for achieving personal prestige. Extreme violence, therefore, acted as an essential factor in the instrumentalization of those involved in drug trafficking groups as agents responsible for practicing what was a strategy of expansion and strengthening for drug trafficking groups. At every act of extreme violence during the war, the young people deepened their involvement and helped to build an even more consolidated structure. Therefore, the social configuration that emerged was only dismantled when structural conditions changed and extreme violence became no longer an essential means to the drug market strategy of action.

Key-words: lethal violence; drug trafficking; youth; masculinity.

## LISTA DE FIGURAS E MAPAS

FIGURA 1 – ESQUEMA TEÓRICO-ANALÍTICO.....	64
FIGURA 2 – “NÓS” PRINCIPAIS DA PRIMEIRA DIMENSÃO .....	88
FIGURA 3 – “NÓS” SECUNDÁRIOS DA PRIMEIRA DIMENSÃO .....	89
FIGURA 4 – “NÓS” DA SEGUNDA DIMENSÃO.....	91
FIGURA 5 – LINHA DO TEMPO DA ATUAÇÃO DAS FACÇÕES EM PORTO ALEGRE E RMPA .....	98
FIGURA 6 – INTERRELAÇÃO ENTRE SUJEITO E ESTRUTURA .....	208
MAPA 1 – MAPA DE PORTO ALEGRE.....	95
MAPA 2 – DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA DO BAIRRO BOM JESUS.....	96
MAPA 3 – DIVISÃO TERRITORIAL ENTRE BNC E ANTIBALAS NA ZONA LESTE DA CIDADE .....	113
MAPA 4 – A DIVISÃO DO TERRITÓRIO DE PORTO ALEGRE ENTRE BALAS E ANTIBALAS.....	117

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1 – RELAÇÃO ENTRE CONCEITOS SISTÊMICOS, DIMENSÕES ANALÍTICAS, INDICADORES E FONTES DE PESQUISA .....	64
QUADRO 2 – RESUMO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	68
QUADRO 3 – SELEÇÃO DO CORPUS DOCUMENTAL.....	72
QUADRO 4 – ATIVIDADES REALIZADAS NO CSE (ETAPA I).....	76
QUADRO 5 – COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS FOCAIS REALIZADOS .....	79
QUADRO 6 – CARACTERIZAÇÃO DOS ADOLESCENTES ENTREVISTADOS .....	81
QUADRO 7 – DIVISÃO DAS GALERIAS DO PRESÍDIO CENTRAL EM 2016.....	102
QUADRO 8 – CARACTERÍSTICAS DOS ADOLESCENTES ENTREVISTADOS: FASE ANTERIOR AO ENVOLVIMENTO .....	151
QUADRO 9 – NARRATIVAS A RESPEITO DAS ATIVIDADES INICIAIS REALIZADAS APÓS O ENVOLVIMENTO .....	154
QUADRO 10 – PONTOS DE APROXIMAÇÃO ENTRE AS PESSOAS REFERÊNCIAS PARA JOÃO PEDRO E WELLINGTON .....	174
QUADRO 11 – FALA DOS ADOLESCENTES REFERINDO A IDEIA DE SE MANTER SERENO QUANDO EM LIBERDADE.....	192
TABELA 1 – TAXAS DE HOMICÍDIO EM PORTO ALEGRE .....	18

## LISTA DE SIGLAS

BNC – BALA NA CARA

CAD – COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DISCIPLINAR

CAQDAS – COMPUTER AIDED QUALITATIVE DATA ANALYSIS SOFTWARE

CEP – COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA

CDI – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

CSE – CENTRO SOCIOEDUCATIVO

CV – COMANDO VERMELHO

ECA – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

FASE – FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

FDN – FAMÍLIA DO NORTE

GDE – GUARDIÕES DO ESTADO

ICS – CENTRO DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA CARLOS SANTOS

ISPAE – INTERNAÇÃO SEM POSSIBILIDADES DE ATIVIDADES EXTERNAS

MSE – MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

PCC – PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL

RMPA – REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

RS – RIO GRANDE DO SUL

SAJU – SERVIÇO DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA

SASE – SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL

TA – TERMO DE ASSENTIMENTO

TCI – TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

TCLE – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UFRGS – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>16</b>
<b>2. TRÁFICO DE DROGAS NO BRASIL: A CONSTITUIÇÃO DE UM CAMPO DE ESTUDOS</b>	<b>24</b>
2.1 As dinâmicas regionais do mercado da droga no país	30
2.2 O sistema prisional e a organização do tráfico de drogas	33
<b>3. ENTRE ESTRUTURA E INDIVÍDUO: A LENTE TEÓRICA DA PESQUISA</b>	<b>39</b>
<b>3.1 Capitalismo <i>gore</i>: narcotráfico, violência extrema e capital econômico</b>	<b>39</b>
3.1.1 <i>Macho provedor</i> e masculinidade marginalizada	49
<b>3.2 A sociabilidade violenta dos <i>envolvidos</i> no tráfico</b>	<b>53</b>
<b>3.3 O modelo teórico-analítico</b>	<b>64</b>
<b>4. COMO EXTRAIR DADOS QUALITATIVOS SOBRE VIOLÊNCIA EXTREMA? O CAMINHO METODOLÓGICO</b>	<b>66</b>
<b>4.1 As técnicas metodológicas utilizadas</b>	<b>68</b>
4.1.1 Análise das notícias da mídia local: descrevendo as facções gaúchas	70
4.1.2 Grupos focais: o primeiro contato com os sujeitos da pesquisa	72
4.1.3 Entrevistas narrativas: as histórias dos <i>envolvidos</i> no tráfico	79
<b>4.2 Tecendo a ética na pesquisa</b>	<b>82</b>
<b>4.3 A análise dos dados: filtros e sistematizações</b>	<b>86</b>
<b>5. DOS <i>EMBOLAMENTOS</i> À VIOLÊNCIA EXTREMA: AS TRAJETÓRIAS DAS FACÇÕES GAÚCHAS</b>	<b>93</b>
<b>5.1 A constituição das facções nas últimas décadas: territórios em disputa</b>	<b>93</b>
5.1.1 O Presídio Central como espaço de formação das facções	98
5.1.2 “Eles evitam essa coisa mais odiosa”: a racionalidade dos Manos	102
5.1.3 <i>Tiro de esculacho</i> e <i>toma bocas</i> : o surgimento dos Bala	106
5.1.4 Depois que a <i>guerra</i> “pegou preço”: a aliança dos Anti e a <i>guerra</i>	111
<b>5.2 O <i>Whatsapp</i> e o <i>Facebook</i>: instrumentos para a efetivação das necropráticas</b>	<b>117</b>
<b>5.3 As novas formas de matar</b>	<b>131</b>
5.3.1 A marca registrada das facções: <i>tiro de esculacho</i> e decapitações	132
5.3.2 Quando o outro é o todo: os <i>atentados</i>	136

5.3.3 “Até pra tá na guerra o cara tem que ter dinheiro”: os ganhos e as perdas durante a guerra	141
<b>6. AS TRAJETÓRIAS DOS ENVOLVIDOS NO TRÁFICO</b>	<b>146</b>
<b>6.1 “Daí comecei a me envolver”: a trajetória comum na adesão ao tráfico de drogas</b>	<b>147</b>
6.1.1 Infância	148
6.1.2 <i>Envolvimento</i>	151
6.1.3 <i>Envolvimento</i> agravado	157
<b>6.2 “Eu tava só por um motivo”: a violência como fim?</b>	<b>161</b>
<b>6.3 “Depois que eu fiz respeito, daí já era”: masculinidades no crime</b>	<b>169</b>
<b>6.4 “Pro crime, o cara já tem uma experiência”: o que vem depois da guerra?</b>	<b>190</b>
<b>7. A CRUELDADE DA COERÊNCIA: ASPECTOS CONCLUSIVOS</b>	<b>203</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>210</b>
<b>GLOSSÁRIO</b>	<b>221</b>
<b>APÊNDICE</b>	<b>223</b>
<b>ANEXO</b>	<b>227</b>

## 1. INTRODUÇÃO

“Porque a Região Metropolitana virou palco de crimes tão brutais?” Esse é o questionamento que fez o principal jornal do estado do Rio Grande do Sul em manchete do dia 06 de agosto de 2018. A matéria veio acompanhada do seguinte relato:

O último episódio de esquartejamento aconteceu na quinta-feira, quando o corpo de um homem apareceu cortado aos pedaços e decapitado, no bairro Mário Quintana, na Zona Norte. Braços e pernas estavam em sacos plásticos ao longo de uma estrada vicinal. A cabeça foi encontrada a oito quarteirões do tronco (...)<sup>1</sup>.

Apesar da singularidade, o episódio narrado não foi um evento excepcional. Entre os anos de 2016 e 2018, inúmeros casos de mortes por meio de esquartejamentos, decapitações e alvejamentos ocorreram na cidade de Porto Alegre e Região Metropolitana (RMPA). Conforme noticiado pelo jornalismo local, no ano de 2016, foram 16 decapitações na região<sup>2</sup> e 15 episódios de chacina que vitimaram ao menos 50 pessoas<sup>3</sup>. Apenas nos primeiros dois meses de 2017, foram 9 casos de esquartejamentos<sup>4</sup>. Já em 2018, foi registrado a média de um esquartejamento por mês até o mês de maio na capital do estado<sup>5</sup>.

Os homicídios produzidos por meio da *violência extrema*, nesse contexto temporal e geográfico específico, foram logo associados à desorganização das facções do tráfico de drogas da região. À época, especialistas da Segurança Pública, autoridades policiais e imprensa formaram um consenso de que os eventos decorriam das disputas entre grupos criminosos pelo domínio no mercado das drogas em certas localidades da cidade, principalmente pela formação, em 2016, de um grupo autodenominado Antibala que passou a fazer frente à atuação da facção já consolidada Bala na Cara (BNC).

Mas quais razões explicariam a opção, por parte desses atores, pela morte por meio da violência extrema? Por que níveis maiores de *crudeldade* foram acionados? É possível que haja *coerência* em meio à *crudeldade*? Cláudia Fonseca defendeu certa vez que as Ciências Sociais deveriam procurar captar “a coerência interna” de “lógicas alternativas” (2000, p. 10). É esse o desafio assumido por essa pesquisa: voltar-se à violência extrema ocorrida no contexto das disputas entre facções do tráfico de drogas em Porto Alegre e RMPA no período de 2016 a 2018

---

<sup>1</sup> Torturas, esquartejamentos e brutalidade na capital. *Zero Hora*, 06 ago. 2016, p. 28.

<sup>2</sup> Policiais se especializam para apurar decapitações. *Zero Hora*, 16 fev. 2017, p. 19.

<sup>3</sup> 16 decapitações, 1 inquérito concluído. *Zero Hora*, 10 jan. 2017, p. 19.

<sup>4</sup> Policiais se especializam para apurar decapitações. *Zero Hora*, 16 fev. 2017, p. 19.

<sup>5</sup> Porto Alegre teve um esquartejamento por mês em 2018, *Diário Gaúcho*. Publicado em 22 mai. 2018. Acesso em 14 jun. 2018. Disponível em: <<http://diariogaicho.clicrbs.com.br/rs/policia/noticia/2018/05/porto-alegre-teve-um-esquartejamento-por-mes-em-2018-10351839.html>>.



para buscar fazer emergir àqueles que não fazem parte dessa “lógica alternativa” qual seria a *coerência* por trás da *crueldade* desses homicídios.

A ideia de um homicídio *cruel* normalmente designa a violência letal que inflige maiores níveis de dor à vítima. É a morte implacável praticada por alguém impiedoso. O termo, aliás, foi assumido pela própria legislação brasileira que não apenas criminaliza a ação, como a diferencia do chamado “homicídio simples”. O Art. 121, § 2º, inciso III do Código Penal determina que o homicídio realizado com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel será punido com pena mais grave que pode variar de 12 a 30 anos de prisão.

Além de uma caracterização jurídica, a *crueldade* também foi o termo utilizado para designar crimes “sem enquadramento evidente no interior dos códigos e valores sociais vigentes” (BARREIRA, 2015, p. 58). Para Barreira, os atos delituosos entendidos como *cruéis* seriam aqueles cometidos por meio da violência exacerbada que causa sofrimento à vítima e cuja justificativa não é aparente. Na presente pesquisa, contudo, opto por nomear a violência letal supostamente *cruel* como *violência extrema*, ainda que a *crueldade* esteja presente no título do trabalho – o que o fiz por acreditar que o fenômeno social em questão seria mais facilmente identificado dessa forma.

Desse modo, os resultados da pesquisa buscam dar maior ênfase a um conjunto específico de episódios de violência letal que estou chamando, genericamente, de *violência extrema* e que se aproximam do conceito cunhado pela autora mexicana Sayak Valencia de “violência *gore*”. Para a autora, assim como nos filmes do gênero<sup>6</sup>, nas práticas *gore* há uma teatralização da violência, um excesso de derramamento de sangue e uma exposição visceral do corpo (2010, p. 24). Mais à frente, retomarei essa perspectiva para afirmar a possibilidade de utilizá-la como lente teórica para o fenômeno social em análise.

Por ora, também é importante afirmar que a diferenciação qualitativa de um conjunto importante de episódios de violência letal também veio acompanhada de um ápice nas taxas de homicídios da capital do Rio Grande do Sul, conforme se observa na tabela abaixo.

---

<sup>6</sup> *Gore* é um subgênero cinematográfico de filmes de horror caracterizado pela presença de cenas extremamente violentas, com muito sangue, vísceras e restos mortais de humanos ou animais. Para ilustrar, o gênero terror *gore* pode ser representado pelo filme italiano Holocausto Canibal, do diretor Ruggero Deodato.

TABELA 1 - TAXAS DE HOMICÍDIO EM PORTO ALEGRE

Ano	2015	2016	2017	2018
Homicídios por 100 mil habitantes	44	52,9	44,4	36,2

Fonte: Adaptado de FBSP, 2017, 2018b, 2019

Para se ter uma comparação a nível nacional, em 2016, Porto Alegre teve taxa de homicídio bastante superior a capitais conhecidas por apresentarem altos índices de letalidade violenta, como Rio de Janeiro, cuja taxa naquele ano foi de *apenas* 20,5 homicídios por 100 mil habitantes. Nesse mesmo ano, em verdade, Porto Alegre foi a quinta capital mais violenta do país, atrás apenas das cidades de Natal (56,4), Rio Branco, Belém (ambas com 60,7 homicídios por 100 mil habitantes) e Aracaju (com taxa de 64,5) (FBSP, 2017).

Esse cenário de acréscimo exponencial da violência letal também foi identificado nas cidades próximas da capital (RMPA). Em 2016, dez municípios da região, sem incluir Porto Alegre, apresentaram taxas de homicídio maiores que 30 homicídios/100mil habitantes<sup>7</sup>, sendo quatro três delas com índices próximos aos 50 homicídios/100mil habitantes, segundo levantamento realizado pela extinta Fundação de Economia e Estatística (FEE) do estado, a partir das informações fornecidas pela Secretaria de Segurança Pública (MENEZES; SOUZA, 2017, p. 100). Assim, ainda que precários, os dados demonstram a gravidade do problema de segurança pública vivido na região durante esse período.

Sabe-se, contudo, que as vítimas dos homicídios nos espaços urbanos das regiões metropolitanas do país possuem um perfil específico: a maior parte são jovens, homens, moradores das periferias dos espaços urbanos, negros ou pardos. O processo de vitimização letal da juventude no cenário brasileiro instituiu-se a partir de 1980 e, gradativamente, foi se estabelecendo como um dos principais entraves para o avanço de patamares mínimos de segurança pública no país (CERQUEIRA et al., 2017, p. 25). Apenas no estado do Rio Grande do Sul, houve um aumento de 34,5% de homicídios de pessoas entre 15 e 29 anos entre os anos de 2005 e 2015 (*ibid.*, p. 27).

Em se tratando de homicídios no Brasil, então, seria possível afirmar que se trata essencialmente de um fenômeno em que homens jovens são responsáveis pela morte de outros homens jovens (DIRK; MOURA, 2017, p. 4), de modo que os confrontos armados entre grupos do tráfico de drogas não é a única, mas é uma das razões explicativas para o acréscimo da

<sup>7</sup> Ordem decrescente das cidades com maiores taxas de homicídio na RMPA, no ano de 2016: Eldorado do Sul (53, 10), Viamão (49,24), Alvorada (48, 89), Guaíba (41, 90), Glorinha (40,44), Sapucaia do Sul (36, 80), Araricá (35,07), Gravataí (33,26), São Leopoldo (33,11), Canoas (31,07) (MENEZES; SOUZA, 2017, p. 100).

letalidade violenta no país. Nesse sentido, para que as políticas públicas de enfrentamento a esse cenário sejam efetivas, antes é preciso compreender melhor quais são as lógicas de atuação violenta das facções do tráfico de drogas, de que modo a violência letal é operacionalizada por esses coletivos e porque há períodos de maior ou menor incidência desses episódios.

Com esse objetivo, a primeira unidade de análise para qual se volta a pesquisa são os grupos atuantes no mercado de venda ilícita de drogas no estado do Rio Grande do Sul, percebidos como uma *estrutura* social. Mas, então, qual é a melhor forma de nomear essas estruturas? Qual termo estaria mais bem alinhado com as práticas desses conjuntos de sujeitos? No caso do Rio Grande do Sul, a categoria “nativa” utilizada é quase sempre *embolamento* ou *facção*<sup>8</sup>. O primeiro termo é bastante característico das dinâmicas dos grupos da região: não se trata de um agrupamento coeso e hierárquico, mas de grupos *embolados* entre si em relações dinâmicas e provisórias.

Outros autores também se utilizaram dessa categoria para definir as facções no RS. Cipriani entende os *embolamentos* como “frente de alianças” (2019, p. 20) ou ainda como “termo utilizado para se referir às relações internas a um grupo ou à aliança entre diferentes grupos (2019, p. 98)”. Para a autora, seria possível diferenciar entre dois tipos de *embolamentos* de acordo com as diferentes maneiras pelas quais esses coletivos afirmam suas relações e alianças: os *embolamentos* “forçados”, quando o agrupamento se dá pelo exercício de poder e dominação de um grupo mais expressivo em relação aos outros, e os *embolamentos* “voluntários”, em que a união dos pequenos grupos ocorre com o objetivo de rechaçar o *embolamento* rival. No caso do RS, os Bala na Cara seriam o principal representante do primeiro tipo; os Antibala, do segundo.

Já Acosta, observando o fenômeno na cidade de Canoas (RMPA), identifica os *embolamentos* como espaços de sociabilidade dos jovens da periferia da cidade, vinculados às novas dinâmicas da violência e da organização dos coletivos criminais presentes nesses espaços (2019, p. 52). A partir dessas concepções, portanto, defino o *embolamento* como um conjunto de relações entre sujeitos reunidos em prol do comércio de drogas ilícitas em um determinado território. É um ente que emerge da interação entre os sujeitos *embolados*, ganha um nome e uma “personalidade” própria, de modo que se torna possível pensar no grupo como uma

---

<sup>8</sup> Nesse sentido, coaduna-se com a crítica de Paiva quanto aos limites da categoria nativa “facção”, mas parte-se dela para trabalhar a ideia um “coletivo constituído por associações, relacionamentos, aproximações, conflitos e distâncias necessárias entre pessoas comprometidas em fazer o crime, desenvolvendo relações afetivas profundas, laços sociais elaborados como os de família, e um sentimento de pertença desenvolvido pela crença em determinadas orientações políticas e éticas que a sustentam” (2019, p. 170).

*estrutura social* com relativa autonomia e com especificidades que extrapolam o somatório das características individuais dos sujeitos que a integram.

Para além dos termos *embolamentos* e *facções* – categorias nativas entendidas pelos interlocutores da pesquisa como sinônimos – a noção de “coletivo criminal”, cunhada por Hirata e Grillo (2017) a partir da comparação entre as realidades do Rio de Janeiro e São Paulo, também é capaz de designar, pela forma como eles atuam, os grupos do tráfico de drogas do RS, já que o conceito enfatiza justamente a dinamicidade dos acordos que conformam esses grupos. Nesse sentido, afasta-se da noção que identifica os grupos do tráfico de drogas como “organizações criminosas” ou “mafiosas”, conceito utilizado para designar coletivos com estruturas hierárquicas mais bem definidas, além de uma estrutura piramidal e centralizadora (HIRATA; GRILLO, 2017, p. 20).

Além disso, essa pesquisa entende que um *embolamento* é uma *estrutura social* conformada tanto pelas interações entre os sujeitos que o constituem, como pelas relações estabelecidas com outras instituições, como o Sistema de Justiça, a Polícia e os demais mecanismos estatais que atuam nos territórios onde os *embolamentos* atuam. O que eu busco compreender, a partir disso, são os significados da prática da violência extrema tanto sob o ponto de vista do *embolamento*, como pela ótica dos sujeitos que o constituem: os jovens *envolvidos* com o tráfico.

Para designar essa unidade de análise *sujeito*, optei por respeitar a forma como os próprios jovens com quem conversei se identificavam. Todos eles, ao se referirem às suas práticas no “mundo do crime” o fizeram pela autodesignação como *envolvidos*. Assim, ainda que o português formal preveja uma complementação – envolvido *com* alguém ou envolvido *em* algo –, no caso dos sujeitos entrevistados para a pesquisa, o significado desejado estava inteiramente contido no termo em si. Eles se disseram simplesmente *envolvidos*.

A opção por adotar essa caracterização como forma de identificar os indivíduos que atuam nas dinâmicas do crime também se deu pela crença na potencialidade de transpor o “vagabundo” (MISSE, 1999) e o “bandido” (ZALUAR, 1985) para adotar a ideia de um ser *envolvido*. Isso, pois o termo designa tanto alguém *envolvido com* algo – com os grupos do tráfico, com a violência extrema, com o “mundo do crime” –, como *por* algo – pela sua condição de vulnerabilidade, pela atuação estatal, pela lógica do sistema capitalista patriarcal. A designação de um “processo de *envolvimento*”, portanto, permite enfatizar tanto a ação do agente, como a influência daquilo que lhe é externo.

Assim, feitos todos esses esclarecimentos, torna-se possível apresentar a pergunta central da presente pesquisa: quais são as razões que explicam a opção pela operacionalização da violência letal extrema – por meio de esquadamentos, alvejamentos e em contextos de chacina –, por homens jovens que fazem parte dos *embolamentos* em disputa na cidade de Porto Alegre e RMPA?

Para além dos argumentos indiretamente já apresentados, a presente pesquisa se justifica na medida em que a excepcionalidade na forma como têm se operacionalizado as mortes ora discutidas parece indicar reconfigurações importantes nos modos de ação de um grupo social. Além disso, apesar da temática dos homicídios já ter impulsionado diversas tentativas de compreensão sociológica, há autores que advertem para a ausência de produções que proponham uma análise configuracional dos homicídios, ou seja, que o compreendam como um fenômeno social complexo, a partir da articulação entre as características das vítimas, dos acusados e os elementos situacionais do ato (RATTON et al., 2011, p. 73).

Assim, as particularidades da violência letal já explicitadas impõem um novo panorama para a compreensão dos homicídios na cidade de Porto Alegre e RMPA, menos ligado à *quantidade* dessa letalidade, ainda que ela seja relevante, e mais preocupada com seus aspectos *qualitativos*. Evidente que o uso da *violência extrema* entre grupos criminais já foi identificado em outros locais e momentos do Brasil<sup>9</sup>, mas nem toda *violência extrema* é representativa de um mesmo fenômeno social. No que diz respeito ao cenário da capital gaúcha, essas particularidades ainda não motivaram a produção de investigação social que se proponha a compreender os processos de sociabilidade que culminam no agir violento dos sujeitos, ou ainda os significados conferidos por eles a essas *novas formas de matar*.

A essa altura já deve estar claro que esse trabalho não tem como objetivo analisar os processos de reação social a um crime, mas as causas para essas ações, em consonância, portanto, com a perspectiva que acredita que a análise “institucional” não é suficiente para dar conta da complexidade da “questão criminal” (MARQUES, 2018, p. 228). Desse modo, ainda que os sujeitos com os quais eu tenha dialogado na presente pesquisa estivessem sob a ação punitiva do Estado (são adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa), eu os tomo como *envolvidos* não pelo fato de eles terem sido condenados por atos delituosos, mas porque

---

<sup>9</sup>Sobre a temática dos homicídios ditos “cruéis”, Barreira retoma alguns exemplos de mortes provocadas por asfixia, espancamentos, instrumentos cortantes ou fogos ateados em corpos ainda vivos, seja em situações vinculadas aos coletivos do tráfico de drogas ou não (2015, p. 59). Também seria possível citar o caso das rebeliões ocorridas em janeiro de 2017 na Penitenciária de Alcaçuz, no Rio Grande do Norte, e no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís do Maranhão, em que pese as particularidades de tais violências, uma vez que ocorreram no interior do sistema prisional.

eles próprios, durante os grupos focais e entrevistas, se identificaram como sujeitos com histórico de prática de atos de violência em razão da sua vinculação aos *embolamentos* do tráfico de drogas.

Para apresentar a construção da pesquisa e os resultados produzidos, optei por dividir o trabalho em sete capítulos, dos quais essa breve introdução representa o primeiro deles. No Capítulo 2, retomo algumas produções importantes no campo da “sociologia da violência” e da “antropologia do crime” sobre o tráfico de drogas no Brasil, com especial destaque para as dinâmicas regionais desse mercado e para a constituição do sistema prisional como espaço de formação dos grupos criminosos do país.

No Capítulo 3, apresento a perspectiva teórica que fundamenta a pesquisa, baseada, sobretudo, na interrelação entre o capitalismo *gore* de Valencia (2010, 2012) e a sociabilidade violenta de Machado da Silva (1999, 2010). A esses dois polos principais – um mais voltado à análise *estrutural* da violência extrema e o outro aos seus aspectos subjetivos –, adiciono a discussão a respeito de como o gênero dos homens é construído socialmente e de que forma as manifestações das suas masculinidades no contexto de marginalização pode auxiliar na compreensão do fenômeno social em questão.

No Capítulo 4, passo, então, a descrever o caminho metodológico da pesquisa, buscando apresentar as técnicas de produção e coleta de dados, os desafios que se impuseram durante esse percurso e, finalmente, o *corpus* final a ser analisado. Conforme se verá, a metodologia escolhida foi importante para a determinação das perspectivas de análise desses dados. Isso, porque, por um lado realizei uma análise documental das mídias jornalísticas locais que abordavam o tema das facções criminais do estado e dos atos de violência extrema por elas praticados; e, por outro, realizei grupos focais e entrevistas narrativas com adolescentes internados na Fundação de Atendimento Socioeducativo do RS (FASE).

Com base nesse material, parto finalmente para a apresentação dos resultados da pesquisa. No Capítulo 5, a discussão gira em torno dos significados da violência extrema para os *embolamentos* do tráfico de drogas. Início descrevendo os principais territórios em disputa pelas facções na cidade de Porto Alegre e, então, apresento os principais grupos, a sua constituição histórica e o modo como praticaram a violência extrema nos últimos anos. No tópico seguinte, abordo as redes sociais *online* como instrumentos da efetivação dessa violência, para, em seguida, destrinchar melhor quais seriam as *novas formas de matar* postas em prática durante o período da *guerra* entre as facções.

No Capítulo 06, adentro nos significados da violência extrema na visão dos sujeitos *envolvidos*, o que faço, inicialmente, pela descrição de qual seria a “trajetória comum” de adesão ao tráfico de drogas por parte desses jovens. Após, retomo a teoria de Machado da Silva para discutir a possibilidade de se pensar, no contexto em análise, a violência como objetivo principal da ação. Nos últimos dois subtópicos, primeiro trato especificamente das práticas de gênero dos meninos interlocutores da pesquisa, traçando possíveis relações com a realização da violência extrema; segundo, retomo as narrativas dos jovens a respeito das projeções para suas vidas quando saírem da FASE, buscando responder à pergunta: o que vem depois da *guerra*?

O Capítulo 7 é, finalmente, o espaço de sistematização das principais conclusões da pesquisa. É também quando proponho um modelo para compreender as interrelações entre a estrutura *embolamento* e o sujeito *envolvido*. Como forma de retomar a provocação realizada no título do trabalho, nomeio esse capítulo como “A crueldade da coerência”, invertendo os termos para buscar subverter o significado do termo *crueldade* e questionar as consequências para os sujeitos *envolvidos* a partir do momento em que eles aderem à *coerência* que ordena o uso da violência extrema. Por meio dessa sequência de temáticas e abordagens, espero que o leitor perceba a existência de uma continuidade no trabalho – um início, meio e fim –, mas sem que os desvios, as adaptações e os achados não previstos da pesquisa sejam completamente apagados.

## 2. TRÁFICO DE DROGAS NO BRASIL: A CONSTITUIÇÃO DE UM CAMPO DE ESTUDOS

O tráfico de drogas no Brasil a partir da década de 90 se consolidou de tal forma que a compreensão das principais questões sociais relacionadas à violência urbana no país passam por um melhor entendimento a respeito dos atores e processos sociais que constituem esse mercado ilegal. Para alguns, inclusive, o período marca uma mudança do conflito social próprio da “era neoliberal”, normalmente pautado pelo desmanche de garantias ao trabalhador e pelo consequente crescimento dos mercados informais em todo o mundo, para um conflito situado na centralidade e expansão das temáticas da “violência urbana”, das “drogas” e da “marginalidade” (FELTRAN, 2014, p. 499).

Existem diversas formas encontradas pelos autores do campo para nomear o espaço de relações e de sociabilidades em que a atuação do tráfico de drogas se encontra com a “violência urbana”. O mais difundido tanto na linguagem social, como no campo científico é a noção de “mundo do crime”. É essa a expressão que será adotada no presente trabalho, seguindo-se, assim, a conceituação de Feltran, que o define como “conjunto de códigos sociais, sociabilidades, relações objetivas e discursivas que se estabelecem, prioritariamente, no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos, assaltos e furtos” (2011, p. 19). Já Grillo optou por definir o “crime” como “forma de vida” (2013) e Biondi como “movimento” (2014). Em todo caso, o ponto em comum é a compreensão de que em nenhum desses casos o “crime” está designando ações passíveis de serem enquadradas em tipos penais.

A expansão sem precedentes na história brasileira da sociabilidade desse “mundo do crime” impulsionou a produção de investigações sociológicas centradas na compreensão do funcionamento dos mercados informais, ilegais e ilícitos<sup>10</sup>, de modo que as produções sobre o tema desde a década de 80 do século XX até a atualidade precisaram se adaptar às modulações que esse cenário foi sofrendo ao longo desse período. Para o objeto da pesquisa, a transformação que mais produziu consequências foi a passagem do criminoso que agia em pequenos grupos – ou em redes de tipo “familísticas” – para a atuação em gangues chamadas de “facções” (MISSE, 2019, p. 1). Essas facções, grupos ou coletivos criminais costumam surgir no sistema prisional inicialmente como uma estratégia para proteção das ilegalidades e violências ocorridas no

---

<sup>10</sup>Em recente análise descritiva da produção sociológica brasileira no campo da violência e da criminalidade, identificou-se uma baixa produção referente especificamente à questão do tráfico de drogas. Dos 546 artigos sobre o tema geral da violência publicados em revistas A1 e A2 de Sociologia no país, apenas 13 (2,4%) se referiam especificamente ao assunto do mercado ilícito de drogas (RIBEIRO; TEIXEIRA, 2017, p. 24).



interior das penitenciárias, só posteriormente vindo a se articular em uma rede de pequenas empresas do tráfico de drogas.

Na busca pela compreensão das dinâmicas sociais que constroem esse “mundo do crime”, alguns cientistas sociais constituíram o que depois, ainda no final da década de 90, veio a ser conhecido como “teoria etnográfica do crime” (HIRATA; AQUINO, 2018, p. 113). São pioneiros os estudos de Zaluar (1985) e Machado da Silva (1999) sobre as práticas de violência nas favelas cariocas, os quais fundamentaram a análise posterior de Misse (1999) sobre essa mesma realidade. Se esses autores se voltaram para o que ocorria no Rio de Janeiro do final do século XX, destacando o surgimento das primeiras facções cariocas Comando Vermelho, Terceiro Comando e Amigos dos Amigos, anos mais tarde também começaram a surgir estudos preocupados em analisar as particularidades do tráfico de drogas em São Paulo com o surgimento do Primeiro Comando da Capital (PCC) (cf. ALVAREZ; SALLA; DIAS, 2013; BIONDI, 2014; DIAS, 2011).

Pela importância que os estudos realizados no eixo Rio-São Paulo adquiriram para as posteriores análises dos modos de atuação do tráfico de drogas nas demais regiões do país, retoma-se brevemente as principais conclusões de algumas dessas pesquisas. Na medida em que os estudos de Machado da Silva (1999-2010) constituem a lente teórica da presente pesquisa, a sua produção será retomada mais à frente e de modo mais aprofundado. O trabalho de seu orientando, Michel Misse, também foi fundamental à emergência da Sociologia da Violência no país, inclusive pois foi a partir de algumas de suas categorias que as etnografias mais recentes puderam ser realizadas (cf. MARQUES, 2018).

Para abordar o tráfico de drogas como um “mercado informal criminal”, Misse explicita as principais dimensões da acumulação social da violência no Rio de Janeiro, que, ao seu ver, seriam a base do fenômeno da expansão dos mercados varejistas da droga responsáveis pelo surgimento das facções criminais (1999, p. 288). O modelo histórico-social da acumulação social da violência é constituído por três principais fatores: a) acumulação social das desvantagens – oriunda da negação às populações periféricas do acesso a estratégias legais de aquisição de bens materiais e da concomitante inserção dessas populações em uma sociedade de consumo; b) sujeição criminal – aprofundada pela política criminal de repressão aos mercados informais e ilegais urbanos; c) expansão das estratégias aquisitivas em redes baseadas na informalidade e nos mercados ilegais como método encontrado, sobretudo pelos jovens desses territórios, para resistir à acumulação social das desvantagens (MISSE, 2019, p. 2).

O modelo da acumulação social da violência culmina em uma ideia central na obra de Misse e nas pesquisas que serão realizadas com base em sua perspectiva analítica: a sujeição criminal. O conceito pretende dar conta de um “processo social que antecipa preventivamente a incriminação produzindo socialmente o que se supõe ser uma subjetividade propensa ao crime” (MISSE, 2019, p. 3). Refere-se, por um lado, à crença social de que o crime habita o sujeito e, por outro, ao processo de subjetivação que ocorre com esse sujeito. Em conjunto, essas percepções – tanto da sociedade em relação a quem é o “bandido”, tanto do “bandido” que se enxerga como tal – produzem a ideia de um indivíduo como alguém que precisa ser combatido pelas políticas criminais repressivas.

Para que esses sujeitos tenham se constituído historicamente, contudo, é preciso compreender como se deu o processo de afirmação da “violência urbana” da cidade do Rio de Janeiro como um problema social e sociológico. Nesse sentido, o autor constrói a hipótese de que essa violência se explica pela interlocução de dois fatores: redes de venda a varejo de mercadorias ilícitas – sendo a cocaína a principal dessas mercadorias, a partir da década de oitenta – sobrepostas à grande oferta de “mercadorias políticas”<sup>11</sup>. Seria nesta sobreposição de mercados, portanto, que reside a compreensão do problema da violência do Rio de Janeiro (MISSE, 1999, p. 289). Se nenhum mercado poder operar sem possuir mecanismos protetivos contra a concorrência, no caso dos mercados ilegais da droga nas favelas cariocas, é sob o viés da proteção que a ilegalidade se transforma em mercadoria política (FELTRAN, 2019, p. 2).

Misse também utiliza a palavra *movimento* para identificar o grupo social presente em um determinado território que atua no mercado local de drogas nas favelas (MISSE, 1999, p. 308). O autor afirma que, se com a consolidação da venda de cocaína em grande escala surge o Comando Vermelho no final da década de 80, o momento posterior é marcado pela fragmentação do controle e pela segmentação dos territórios entre diversos grupos do *movimento* (*ibid.*, p. 315). Assim, a experiência etnográfica da pesquisa realizada pelo sociólogo o leva a afirmar a existência de redes “cooperativas” e não “organizações de tipo mafioso”, na medida em que não haveria uma verticalidade organizada em direção ao “dono do morro”, mas redes interligadas a partir de “donos” e “gerentes”, horizontalmente, cuja relação com os produtores seria intermediada por atacadistas de porte médio e pequeno (alguns sendo ex-policiais).

---

<sup>11</sup>Para o autor, as chamadas “mercadorias políticas” seriam “o conjunto de diferentes bens ou serviços compostos por recursos ‘políticos’ (...); que podem ser constituídos como objeto privado de apropriação para troca (livre ou compulsória, legal ou ilegal, criminal ou não) por outras mercadorias, utilidades ou dinheiro” (MISSE, 1999, p. 288). A corrupção seria um dos principais exemplos desta categoria.

A construção desse modelo explicativo por Misse abriu caminhos para as pesquisas etnográficas no campo da “sociologia da violência” e da “antropologia do crime” que foram realizadas a partir dos anos 2000. Deste vasto campo de pesquisa, destacam-se os trabalhos de de Feltran (2008a, 2014) Hirata (2010), Dias (2011), Grillo (2013), Lyra (2013) e Biondi (2014). Os trabalhos de Grillo e Lyra abordam a realidade do Rio de Janeiro, enquanto os demais observam o cenário paulista do tráfico de drogas. Alguns dos achados encontrados nessas pesquisas serão brevemente retomados, de modo a melhor delinear como o campo de estudos sobre o tráfico de drogas vem se constituindo, nos anos mais recentes, em relação ao contexto Rio-São Paulo.

Nesse sentido, merece destaque a pesquisa de Grillo (2013). Em densa investigação etnográfica realizada em uma favela do Rio de Janeiro onde atuava o Comando Vermelho (CV), a antropóloga analisou as relações sociais que constituem o *Crime* – tomado tanto como um universo de ação, como um estilo de vida – para demonstrar “as práticas por meio das quais o “mundo do crime” acontece, sobrevive, se adapta e se renova” (GRILLO, 2013, p. 9). O caminho analítico tomado é um movimento que parte de uma análise macrossociológica, focada nas articulações do mercado ilegal com o universo pesquisado, para uma análise da “pessoa-bandido”, aquele que é tanto autor, como vítima do homicídio.

Para a autora, se a *facção* legitima a propriedade dos donos do morro sobre o direito de explorar o território da favela, além de fornecer um conjunto de determinações às condutas de seus filiados, então ela pode ser entendida como um grupo social, como uma “unidade político-jural<sup>12</sup>” (GRILLO, 2013, p. 53). Todavia, são os sujeitos produzidos pelas práticas e relações sociais do tráfico de drogas os agentes empíricos da “violência urbana”. Esses não são apenas indivíduos com comportamento desviantes, mas, seguindo a linha da “sujeição criminal” de Misse, “pessoas-criminais” indissociáveis das relações com a *facção* (*ibid.*, p. 235). Assim, a autora estende os efeitos da “sujeição criminal” e a torna *difusa*, na medida em que os crimes de uns são compartilhados com todos aqueles “cujo corpo se assemelhe aos corpos marcados pela autoria de crimes e pela subjetividade criminal” (GRILLO, 2013, p. 236).

Essa identidade individual do sujeito do *Crime*, para Grillo, é construída pela ação que entrelaça o ser, o ter e o fazer (*ibid.*, p. 227). Ao relacionar tais dimensões, a autora se aproxima de Lyra quando este estabelece a importância de compreender o fenômeno da adesão ao tráfico de drogas não como a simples satisfação de um desejo (de “ter” ou de “ser”<sup>13</sup>), mas entendido

---

<sup>12</sup> Termo utilizado para referir a unidade entre a esfera política e a esfera jurídica.

<sup>13</sup> Para Lyra, Zaluar (1994; 2004; 2012) situa-se como uma importante representante dos estudiosos que vinculam a adesão dos jovens brasileiros ao tráfico de drogas a um desejo de “ter”, na medida em que a autora destaca a

“como parte de um processo singular, no qual esses mesmos desejos estão presentes, sem que, contudo, sejam considerados por si mesmos” (2013, p. 72). Sob esse paradigma, Lyra mobilizou o material empírico produzido na interação com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade no Rio de Janeiro para aprofundar algumas compreensões sobre o “processo de adesão” ao tráfico de drogas (2013, p. 73).

Uma categoria importante na pesquisa do autor é aquela do “sujeito-homem” que se caracteriza pela condição de respeito, independência e aceitação por parte daquele que, apesar de jovem, desempenha papéis adultos na comunidade em que vive (LYRA, 2013, p. 91). Para proceder à construção desta categoria, o autor recompõe as trajetórias de vida de integrantes deste grupo social, dividindo-as em três fases: infância, individuação e autonomia (*ibid.*, p. 75). Na fase da infância, destaca-se a importância das instituições tradicionais, como a família e a escola, na organização da rotina destes indivíduos, assim como seria esperado encontrar na vida de uma criança com melhores condições socioeconômicas.

Já na etapa da individuação, há uma certa liberdade que começa a ser permitida ao jovem, para além do âmbito familiar, colocando-o em relação direta com demais indivíduos da sua idade e “constituindo a primeira rede não adulta de sua trajetória” (*ibid.*, p. 80). Nesse momento, o autor observa a entrada dos jovens sobretudo no mundo do trabalho informal, inicialmente como uma resposta à demanda familiar de complemento de renda, transformando-se após em uma necessidade individual do próprio jovem.

Na derradeira etapa do desenvolvimento do sujeito-homem, a “autonomia”, há uma predominância daquilo que o autor chama de “satisfação do agora”, isto é, da necessidade simbólica de impor um status de homem adulto perante outros jovens, fundamentando o desejo de traçar seu próprio caminho nas experiências adquiridas até então (LYRA, 2013, p. 83). O autor compreende a existência de uma “maturidade precoce”, reflexiva e emocional, que dialoga com os desejos para este jovem emanados pela própria sociedade na qual ele se insere, na medida em que ela atesta a consagração deste novo ser. A partir das experiências vividas no interior da trajetória que constitui o “sujeito-homem”, este acaba por ser despertado a um caminho de independência e realização que o impulsiona “a ocupar um lugar simbólico diferenciado na realidade de submissão e falta de liberdade da favela” (*ibid.*, p. 93).

---

precariedade material destes sujeitos como o fator mais relevante para a explicação do fenômeno (2013, p. 72). A partir dessa categorização, no polo oposto, encontrar-se-iam aqueles autores que focam suas análises nos processos pela busca do reconhecimento por parte destes adolescentes (ou pela busca do “ser”), como seria o caso de Soares, por exemplo (2000).

Grillo, por outro lado, relativiza essa ideia de autonomia do sujeito *bandido*, afirmando que, em grande parte dos casos, ocorre uma negação da subjetividade individual em favor das referências do coletivo *facção* (2013, p. 253). Ao contrário das perspectivas que identificam o mercado ilegal de drogas como elemento produtor de individualismo (cf. ZALUAR, 1994; MACHADO DA SILVA, 1999), a autora observa que, na medida em que as “pessoas-criminais” não objetificam apenas o outro, mas a si próprios, transformam-se “ora em instrumentos de uma ‘certa’ organização criminosa, ora em equivalentes de objetos capazes de englobar as suas pessoalidades” (como as armas, por exemplo) (GRILLO, 2013, p. 253). Ao fim e ao cabo, o sujeito é dissolvido em nome do *Crime*, esse “algo maior” responsável por pautar as performances individuais.

A expansão do “mundo do crime” para jovens da periferia também é o tema que Feltran (2008a) se propõe a analisar em relação às práticas ocorridas em São Paulo. A pesquisa do autor, contudo, confere maior ênfase às relações entre as práticas ilegais com as dinâmicas sociais consideradas legítimas, como o trabalho, a família e a religião (2008a, p. 94). Para ele, a partir do início dos anos 2000, constituem-se uma série de crises nos territórios periféricos das grandes metrópoles (no emprego, na religiosidade, nos movimentos sociais) ao mesmo tempo em que cresce uma criminalidade urbana que se apresenta como “mundo social” alternativo (FELTRAN, 2008a, p. 97).

Essa alternativa, contudo, vai se inserindo aos poucos na trajetória dos sujeitos. Se os primeiros episódios de contato com a vida do crime se justificam pelo desejo por bens materiais, logo passa a ser demandado que eles operem por meio do uso da violência. Na narrativa de Pedro – jovem que entra em contato com o autor enquanto cumpre medida socioeducativa em meio aberto – explicita-se a transposição da sua narrativa, antes preocupada com a “fronteira entre o crime e a moral da família”, para um discurso cujos elementos são estritamente internos à “‘comunidade’ do crime” (FELTRANs, 2008, p. 114). A partir do momento em que a identidade cruza a divisa em direção à ordem social da violência, contudo, deixa de existir o trânsito *de volta*, ou o “engajamento” fora do “mundo do crime” que só se tornaria viável por meio de uma “conversão” – religiosa ou simbólica – ao mundo legítimo. (*ibid.* p., 118).

Será apenas em um trabalho posterior que Feltran irá relacionar os processos de adesão dos meninos ao “mundo do crime”, que ele vinha observando desde o final da década de 1990, às organizações consolidadas do tráfico, com ênfase para a constituição do PCC em São Paulo (2018). Antes dele, Biondi já vinha estabelecendo essas relações para demonstrar a existência

de diversos *movimentos* no interior da facção; uma diversidade de organizações que afastam a ideia de unidade monolítica (2014, p. 294).

As configurações do PCC à época da pesquisa da autora indicavam que não havia “caminhos definidos rumo a uma missão ou objetivo comum por meio dos quais as coisas concorram, todas juntas” (BIONDI, 2014, p. 295). Assim, na medida em que não há uma unidade estruturada e organizada, as ditas “ondas de violência”, são o resultado dos jogos de força de quem constitui *o movimento* e dos esforços dos seus agentes em imprimir rumos que lhes sejam mais favoráveis.

A pesquisa de Dias e Manso difere um pouco dessa percepção, em parte porque analisa o PCC em outro momento histórico, em parte pela metodologia empregada: enquanto Biondi (2014) se filia a uma linha de pesquisa etnográfica realizada nas *ruas*, Dias e Manso (2018), dentre outras técnicas de coleta de dados, realizam entrevistas pontuais com sujeitos que possuem importância na hierarquia da organização. A tese central da pesquisa de Dias e Manso, conforme será explorado mais a frente, está muito mais preocupada com as vinculações entre a consolidação do PCC no país e a forma como o Sistema Prisional foi gerido, do que necessariamente com as relações das práticas do tráfico nas comunidades.

Todos os trabalhos relatados até então dizem respeito ao cenário das capitais do Rio de Janeiro e São Paulo. Após a segunda metade da década de 2000, contudo, ocorre um fenômeno “silencioso” (ou “silenciado”, como apontam os autores do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2018) de expansão das “facções prisionais” para além dos tradicionais redutos das maiores capitais do país (FBSP, 2018a). Concomitante a essa expansão, começaram a ser produzidas análises mais regionais desses grupos, como será explicitado no próximo tópico.

## **2.1 As dinâmicas regionais do mercado da droga no país**

Do campo de estudos sobre as facções regionais, destacam-se as pesquisas sobre as dinâmicas entre tráfico de drogas e violência em Recife (DAUDELIN; RATTON, 2017), Fortaleza (PAIVA, 2019), Belo Horizonte (ZILLI, 2015) e Porto Alegre (CIPRIANI, 2019; FBSP, 2010). Além disso, em 2018 o Anuário Brasileiro de Segurança Pública dedicou-se a mapear a incidência dos grupos no território brasileiro, indicando quais coletivos estão presentes em cada Unidade Federativa (FBSP, 2018a). A conclusão da análise é sintomática: apesar do avanço em quase todos os indicadores socioeconômicos durante a segunda metade

da década, as facções encontraram cenário propício para a nacionalização das suas redes (FBSP, 2018a, p. 5).

Se a nacionalização das facções criminais é uma realidade cada vez mais incontestável, evidentemente que não seria possível abordar as produções acadêmicas referentes a todos esses grupos regionais – inclusive porque apenas aqueles citados pelo Atlas somam um total de mais de 20 grupos (FBSP, 2018a, p. 7). Por outro lado, certos estudos sobre os coletivos criminais regionais são importantes porque possibilitam verificar em que medida existem padrões e distinções nas suas dinâmicas de atuação, no exercício da violência e nos processos de adesão dos jovens a esses grupos, razão pela qual serão brevemente retomados a seguir. Já as produções específicas sobre os grupos criminais de Porto Alegre serão articuladas diretamente com a análise do histórico e das formas de atuação desses grupos, em conjunto, portanto, com o material empírico coletado.

Em relação à realidade de Belo Horizonte, Zilli (2015), trabalha com a simbologia dos homicídios ocorridos em conflitos de gangues na região do entorno da cidade. Na sua concepção, a violência não é apenas uma manifestação instrumental do mercado da droga, mas preenche um caráter simbólico muito relevante na construção das subjetividades dos jovens. É uma violência, portanto, mais vinculada ao “mundo do crime” – cuja normativa interna associa a sobrevivência do jovem à execução da violência – do que à lógica utilitária do negócio da droga (ZILLI, 2015, p. 482).

Ao pensar as formas por meio das quais o tráfico de drogas e a violência letal se relacionam, Ratton e Daudelin ressaltam que o nível de propagação da violência sistêmica própria de um mercado ilegal despossuído de controle externo depende dos mecanismos particulares de cada mercado (2017, p. 118). Há, portanto, configurações que permitem mercados ilegais de droga pacíficos, como no caso das chamadas transações cobertas<sup>14</sup>, em contraste com os mercados descobertos, em que as trocas físicas são realizadas em locais públicos, visíveis, baseadas em um espaço determinado e, portanto, desprotegidos (*ibid.*, p. 120). Assim, os autores concluem que a brutalidade do mercado do *crack* no Recife – devido, por exemplo, ao consumo compulsivo e ao uso excessivo de crédito consignado – contrasta de forma substancial com a quase ausência de violência nos mercados da classe média (*ibid.*, p. 127).

---

<sup>14</sup> Os autores entendem as transações cobertas como transações ocorridas “em espaços privados e bem protegidos ou mesmo em ambientes virtuais” (DAUDELIN; RATTON, 2017, p. 120).

Em relação à realidade de Fortaleza, Paiva (2019) aponta a transformação das dinâmicas dos grupos do tráfico na cidade. As gangues que povoavam as periferias da capital do estado na década de 1990, juntamente com os traficantes locais, ainda que fossem responsáveis por crimes de pistolagem para matar traficantes de outra região, não chegavam a exercer o domínio na vida comunitária (PAIVA, 2019, p. 172). Isso começou a mudar a partir de 2014, quando esses grupos localizados vislumbraram a possibilidade de constituir novos arranjos de união com PCC, CV, e Família do Norte (FDN). Ao mesmo tempo, o surgimento do Guardiões do Estado (GDE) deu força a um discurso identitário de vinculação com o estado do Ceará que se impôs diante dos grupos considerados “estrangeiros” (PAIVA, 2019, p. 173).

A aglutinação de interesses em torno do GDE levou a uma narrativa de que o coletivo estaria promovendo a pacificação dos seus territórios, em que pese Paiva chame atenção para a ambiguidade desse fenômeno: por um lado, a diminuição significativa do número de crimes de homicídio e, por outro, o aparecimento da tortura como meio de controle social dos que cometem delitos nos limites da periferia (*ibid.*). Nesse contexto, passou a ser uma prática o compartilhamento de vídeos dos “rituais” em que jovens são cobrados pelo coletivo a respeito da sua participação nesses delitos, inclusive com a ocorrência de cenas de esqueteamentos.

As dinâmicas da violência ganharam contornos ainda mais extremos quando, a partir de 2017, se criou uma rivalidade que, ainda que continue sendo local, foi representativa da disputa nacional entre CV e PCC: o primeiro se aliou à FDN, o segundo ao GDE (*ibid.*, p.176). Nesse novo cenário, destacaram-se novas configurações da violência como a atuação das “tropas” do GDE – unidades autônomas que disputam quem realiza as missões mais espetaculares e a eliminação dos adversários da forma mais cruel –, a expulsão e morte de familiares dos envolvidos no momento da tomada de territórios, e a morte de mulheres envolvidas com homens da facção rival (PAIVA, 2019, p. 179). Conforme se verá mais à frente, esse cenário se assemelha muito ao que aconteceu na cidade de Porto Alegre, mais ou menos no mesmo período.

Por fim, no intuito de valorizar investigações sociais que busquem compreender a violência urbana nas suas particularidades locais, retoma-se brevemente alguns achados do relatório denominado “Narrativas da Violência”, parte integrante de uma pesquisa de escopo nacional vinculada ao Projeto Juventude e Prevenção da Violência e publicada no ano de 2010 (FBSP, 2010). Nesta etapa de pesquisa, a partir da realização de grupos focais com adolescentes



e suas mães, moradores dos bairros escolhidos para a análise<sup>15</sup>, produziu-se uma análise comparativa entre as regiões pesquisadas, no que diz respeito principalmente às relações desses sujeitos com a segurança e seus agentes nas regiões (sejam policiais ou organizadores do crime).

Uma das evidências produzidas pelo relatório diz respeito à palavra “droga” como sendo o termo mais utilizado pelos participantes da pesquisa de todas as regiões para caracterizar um local violento (FBSP, 2010, p. 56), seja na vinculação com o usuário ou com o traficante. A pesquisa, ao buscar compreender como os moradores estabelecem suas relações com os organizadores do crime, observou em todas as regiões uma regularidade na existência de um “ordenamento” a ser seguido, fundamentado no controle das informações e circulação de pessoas (FBSP, 2010, p. 66). Esse cerco às notícias sobre episódios de violência ocorridos só é possível pela existência de um sentido de comunidade amplamente difundido e pelo uso de meios específicos de comunicação interna, sobretudo a partir das redes sociais.

A pesquisa também apontou a onipresença de grupos criminais que controlavam os territórios estudados, formados sobretudo por homens jovens vinculados ao mercado da droga. Em que pese existam distintos níveis de controle efetuados por esses grupos – há certos locais em que as disputas pelas localidades estão em mais evidência do que outros –, identificou-se uma dimensão em comum a esses territórios que diz respeito à rivalidade entre bairros construída não somente pela lógica concorrencial do mercado, mas pelo fortalecimento de um “*status* de pertencimento” aos jovens, sobretudo aqueles do sexo masculino (FBSP, 2010, p. 71).

Segundo Pimenta, esse “*status* de pertencimento” construído a partir da memória visual e das relações de confiança entre os moradores de um certo território acaba gerando uma distinção entre pessoas “conhecidas” e “de fora” (PIMENTA, 2015, p. 92). Assim, conformam-se “territórios com raízes e identidades” no interior dos quais são operadas relações de poder e controle que modificam as formas de sociabilidade desses sujeitos (PIMENTA, 2015, p. 102). A relevância dessa divisão socioespacial para a compreensão das redes de sociabilidade desses jovens impõe que as pesquisas sobre as facções criminais voltem sua atenção a um importante espaço de produção dessas fraturas sociais: o sistema prisional.

## **2. 2 O sistema prisional e a organização do tráfico de drogas**

---

<sup>15</sup> A pesquisa deu-se nas seguintes localidades (bairro, cidade, estado): Brasilândia – São Paulo – SP; Jardim Ingá – Luziânia – GO; Unidade Residencial 1 (UR-1), Ibura, Recife; ZAP-5, Rio Branco – AC; Vila Bom Jesus, Porto Alegre – RS (FBSP, 2010, p. 4).

Uma das questões que se tornou central para as pesquisas no campo sociologia da violência no Brasil é como a formação de coletivos criminais se relaciona com o sistema prisional brasileiro. Os estudos sobre as prisões no país tiveram início ainda na década de 70, com o intuito de abordar as violações aos direitos humanos perpetradas em um sistema marcado pela precariedade e violência, e passaram a ganhar maior volume na virada do século (LOURENÇO; ALVAREZ, 2018, p. 217). Já a atuação dos grupos criminosos nas prisões foi uma questão de pesquisa que ganhou fôlego apenas a partir do ano de 2009, com destaque para os trabalhos sobre o PCC (*ibid.*, p. 221).

Inseridos nesse campo de estudos, Alvarez, Salla e Dias (2013) resgatam a formação das Comissões de Solidariedade que funcionaram durante o governo Montoro, em São Paulo durante a década de 80. A ideia de instituir grupos representantes dos presos foi uma das propostas postas em prática pela Política de Humanização dos Presídios e pretendia a realização de um canal direto entre os presos e a Secretaria de Justiça (ALVAREZ; SALLA; DIAS, 2013, p. 72). Assim, demandas em relação às penas e questões específicas do ambiente prisional eram encaminhadas pelos representantes que se legitimavam através de uma eleição realizada pela população carcerária. Ocorre que a política foi alvo de diversos ataques por parte da imprensa e da oposição ao governo, com base no argumento de que os representantes seriam parte de um grupo criminoso chamado Serpentes Negras.

Com a perda da legitimidade das Comissões, a negociação e os acordos formais foram abandonados em nome da retomada do uso da rebelião como forma de reivindicação por parte dos apenados (*ibid.*, p. 73). Finda a Política de Humanização de Montoro, a área da segurança pública tomou uma guinada bastante conservadora, o que, para resumir, acabou levando ao Massacre do Carandiru em 1992. O episódio em que 111 presos foram executados pela Polícia Militar após a eclosão de uma rebelião na Casa de Detenção de São Paulo marca não apenas o maior massacre da história das prisões no país, mas um divisor de águas para a área da segurança pública do estado de São Paulo (FELTRAN, 2018).

Assim, no ano seguinte ao episódio, surge, no Anexo da Casa de Custódia de Taubaté – presídio em que aconteciam inúmeras arbitrariedades por parte do Sistema de Justiça – um grupo organizado pelos presos e que produzia um discurso de união como forma de luta contra a opressão do Estado, o PCC. Nas narrativas dos fundadores do movimento retomadas pelos autores, é visível como a demanda por canais de comunicação entre apenados e o Sistema de Justiça possuía centralidade no discurso propagado pelo grupo.

Em que pese o discurso “contra o sistema” ter servido como catalisador para um grupo que logo passou a projetar novas ordens dentro da prisão, os autores concordam que é possível afirmar

que foi no vácuo deixado pela ausência de uma instância representativa da população carcerária e da completa obstrução dos canais de comunicação entre os presos e a administração prisional que o PCC encontrou um espaço para se constituir e se legitimar como alternativa ao isolamento dessa população diante de suas demandas (ALVAREZ; SALLA; DIAS, 2013, p. 74).

Com o fim das Comissões de Solidariedade, a ausência de canais de comunicação e representação dos presos que fossem legitimados pelo Estado acabou produzindo a base ideológica na qual o PCC se firmou como instância de organização da massa carcerária de São Paulo. Evidente que, desse primeiro momento até a consolidação do grupo como principal ator do mercado ilícito de drogas no país, houve um extenso percurso que só se explica, na visão de alguns pesquisadores do tema como Dias (2011), pela interlocução das ações dos agentes mobilizadores do PCC com as decisões tomadas no âmbito da administração do sistema prisional.

Um exemplo dessa vinculação entre o crescimento do coletivo criminal e as ações estatais, é a transferência de líderes para unidades prisionais do interior do estado de São Paulo. Com o intuito de desarticular o grupo, a ação acabou permitindo que a ideologia do PCC fosse divulgada em novos espaços prisionais, conforme explicam Dias e Manso (2018). O mesmo processo veio ocorrer após a criação do Sistema Penitenciário Federal, em 2006<sup>16</sup>, e a consequente transferência dos principais líderes do grupo para presídios espalhados em regiões de difícil acesso, como o presídio de Catanduvás (localizado no oeste paranaense), a unidade de segurança máxima em Campo Grande, a Penitenciária de Porto Velho, em Rondônia e a Penitenciária Federal de Mossoró, a cerca de 300km da cidade de Natal.

Conforme afirmam Dias e Manso (2018), a utilização das transferências como principal instrumento dos governos estaduais para conter conflitos nos sistemas prisionais e apaziguar “crises” na segurança pública, acabou ajudando a constituir as prisões federais como principal espaço de articulação e de desarticulação do crime no Brasil. Isso se explica, na medida em que não haveria outra maneira para que líderes do crime de diferentes regiões do país (como São Paulo, Rio de Janeiro e estados do Norte e Nordeste) se encontrassem e discutissem as

---

<sup>16</sup> O Sistema Federal possui características próprias de controle dos presos, com o uso de tecnologias de vigilância; celas individuais que não possuem acesso à televisão e rádio; controle da iluminação e água por parte dos agentes penitenciários; apenas duas horas diárias de banho de sol. Apesar de todas essas restrições e do Regime Disciplinar Diferenciado (Art. 52 da Lei de Execuções Penais), o sistema não foi exitoso em isolar os demais presos das lideranças do PCC. Sobre o tema ver Teixeira (2018).

possibilidades de aliança, de fortalecimento, de parcerias para a distribuição das drogas, ou ainda, as eventuais rupturas, não fosse a existência de um espaço prisional em comum para esses agentes. Segundo os próprios integrantes do PCC afirmam, o Sistema acabou se tornando o “comitê central do crime no Brasil” (DIAS; MANSO, 2018).

Ainda, a aderência dos presos às normas e “estatutos” propagados pelo PCC por meio dos conhecidos “salves”<sup>17</sup> acabou produzindo, como regra, um ambiente de paz dentro das prisões estaduais de São Paulo, em contraposição ao período anterior à formação do grupo, na década de 90, marcado pelas constantes rebeliões prisionais. Em contrapartida, a aparente calmaria do sistema prisional fortaleceu o discurso dos agentes do sistema de justiça de que a situação estaria sob controle e que o PCC havia sido desmantelado pelas ações policiais. Nesse vácuo, o grupo obteve espaço para articular sua gestão e fortalecer a atuação na sua principal atividade lucrativa a partir dos primeiros anos do novo século: o mercado ilícito de drogas.

Dias e Manso (2018) apontam que, entre 2008 e 2016, o faturamento do PCC com a venda de drogas cresceu 300%, passando de 50 milhões para 200 milhões de reais, além do aumento no número de filiados ao grupo e das ações com objetivo de adentrar no mercado de drogas paraguaio. O que ocorreu no Brasil, portanto, foi uma reconfiguração criminal a partir da qual se fortaleceu a conexão “prisão-quebrada”<sup>18</sup> em grande parte do cenário nacional. Essa dinâmica funciona a partir de um entra e sai da prisão de sujeitos incriminados por tráfico de drogas, os quais fortalecem suas vinculações com as ditas “facções” no interior dos presídios em troca da garantia da segurança da manutenção de suas vidas no interior do espaço prisional.

Isso só é possível, pois, no interior das penitenciárias, aos presos não é garantido o acesso a itens básicos de higiene, à alimentação, ou mesmo ao espaço dentro das celas. No caso de Porto Alegre, por exemplo, são os presos os responsáveis pela grande parte da manutenção da infraestrutura do Presídio Central, pela execução de reparos ao prédio, bem como pelo conserto da fiação e pela pintura dos ambientes (CIPRIANI, 2019, p. 86). A penitenciária também conta com um “armazém” em seu interior, onde é possível adquirir produtos alimentícios e de higiene, pagos com dinheiro fornecido pelas famílias dos presos ou pelas próprias facções.

Além da disponibilização de artigos básicos de sobrevivência e da garantia de um ambiente com as condições mínimas para se viver, os grupos prisionais também asseguram a

---

<sup>17</sup> Circulação de avisos, informações e ordens e todo tipo de mensagens oriundas dos escalões superiores do PCC (DIAS, 2011, p. 244).

<sup>18</sup> A ideia geral do conceito é explicitar a articulação entre a prisão e a comunidade em que o sujeito vive, o que, no contexto de São Paulo, pode ser chamado de “quebrada”.

integridade física do preso que passa a contar com a proteção dos demais em caso de conflitos com outros indivíduos encarcerados ou com os próprios agentes penitenciários. Como forma de retribuir a proteção fornecida, os apenados saem já com tarefas específicas a serem realizadas em nome dos grupos, consolidando o ciclo “recrutamento” de indivíduos por parte das facções no interior do sistema prisional. Para Cipriani, em relação ao contexto de Porto Alegre, o que ocorre é uma “dinâmica do apoio e da tríplice relação de dar, receber e retribuir” (2019, p. 112).

Essa conexão entre o espaço da *rua* e a *cadeia*, formou uma visão de mundo única, em que gírias, gestos e expressões são os mesmos tanto no interior do presídio, como nas favelas e comunidades para onde esses sujeitos retornam quando saem, tudo bastante interligado pelos novos meios de comunicação, como os aplicativos de mensagens no celular (DIAS; MANSO, 2018). Sobre essa interconexão entre o “de fora” e o “de dentro”, o sociólogo francês Loïc Wacquant desenvolveu a hipótese de que a forma como foram geridas as prisões nos Estados Unidos acabou consolidando dois processos sociais em paralelo: o gueto se tornou mais como uma prisão e a prisão se tornou mais como um gueto (2002, p. 97).

Para Wacquant, uma primeira questão diz respeito à emergência de uma “governabilidade para a pobreza”, em que o aparato punitivo é ancorado por um complexo assistencial de gestão desta população, a qual se encontra restrita a um espaço geográfico específico da cidade. Essa formação socioespacial tanto acaba representando um instrumento de exclusão, como oferece uma proteção parcial para aqueles que ali vivem (WACQUANT, 2002, p. 103). Instituições como abrigos para moradores de rua e crianças, além das escolas públicas, por exemplo, constroem seus próprios muros e se tornam cada vez mais semelhantes às prisões.

Ocorre que, na hipótese do autor, a exclusão socioespacial do gueto foi insuficiente para conter a população, sobretudo negra, que necessitava dos empregos oferecidos em outras regiões da cidade. Na década de 70, com a queda dos empregos nas manufaturas, ambos os espaços, gueto e prisão, passaram a desempenhar a tarefa de contenção do excedente populacional, na medida em que “os afro-americanos já não eram mais necessários no sistema econômico da metrópole” (*ibid.*p., 105). Assim, o aumento vertiginoso do encarceramento da população mais pobre e negra nos Estados Unidos vem acompanhado por um processo em que as prisões se transformam em espaços mais semelhantes aos guetos.

Um importante indicativo desse processo de homogeneização da prisão e do gueto, no caso da realidade observada por Wacquant, é a transferência para o espaço intramuros das segmentações que existem nas ruas, isto é, as prisões deixam de ser subdivididas, por exemplo,

a partir das categorias criminais a que correspondem os sujeitos e passam a ser segmentadas com base nos pertencimentos étnicos que vigoram nos guetos (2002, p. 110). Os afroamericanos, portanto, formam um grupo distinto dos latinos que também é distinto daquele formado por brancos.

Para o autor, esse processo se torna cíclico, na medida em que aqueles que saem das prisões retornam para as regiões da cidade onde há muito mais chance de serem novamente os alvos da força policial e, assim, voltarem às prisões de onde saíram. Entre gueto e prisão existe, portanto, uma relação de “equivalência funcional”, pois ambos servem ao mesmo propósito de coerção pelo confinamento e de estigmatização da população, e de “homologia estrutural”, uma vez que compreendem os mesmos tipos de relações sociais e de padrões de autoridade (WACQUANT, 2002, p. 115).

Sujeitos *envolvidos* no tráfico e estruturas – institucionalizadas ou não – estão sempre em relação. Os trabalhos retomados nesse tópico demonstram que as pesquisas que abordam com mais profundidade as dinâmicas e práticas do tráfico de drogas necessitam, por um lado, explicar as razões que levam os sujeitos a aderirem a esse universo – afinal, a *estrutura* tráfico de drogas só se torna visível nas práticas comerciais e na violência exercida por meio da ação dos sujeitos que a compõem – e, por outro, elaborar quais são os processos sociais que tornam possível que um mercado ilegal de drogas se exprima da forma como ele se exprime no Brasil. É incontornável, portanto, pensar o *sujeito* do tráfico em conjunto com a *estrutura* formatada por esses indivíduos e expressa na divisão do monopólio da venda da droga a varejo entre grupos territorializados, na operacionalização da violência como modo de resolução de conflitos e na vinculação direta com as dinâmicas do sistema prisional.

A presente dissertação realiza esse exercício de equacionar *sujeitos* e *estrutura* a partir de uma lente teórica específica que será detalhada a seguir.

### 3. ENTRE ESTRUTURA E INDIVÍDUO: A LENTE TEÓRICA DA PESQUISA

A fundamentação teórica da presente pesquisa parte de uma perspectiva mais global do tráfico de drogas e da sua compreensão como vetor de produção de violência extrema nos países do “Terceiro Mundo”, a partir da teoria proposta pela autora Sayak Valencia Triana (2010; 2012). Em articulação, a análise do fenômeno se guia também pela teoria da “sociabilidade violenta” nomeada por Machado da Silva a partir das observações realizadas na cidade do Rio de Janeiro, na primeira década do novo século (2004; 2008; 2010), e das reformulações da teoria produzidas no período mais recente (cf. GRILLO, 2019; WERNECK; TALONE, 2019).

#### 3.1 Capitalismo *gore*: narcotráfico, violência extrema e capital econômico

Filmes como *O Massacre da Serra Elétrica* (1974) ou *Holocausto Canibal* (1980) fazem parte do que costuma se chamar de cinema *gore*, caracterizado pela presença de cenas extremamente violentas, com muito sangue, vísceras e ataques a corpos de humanos e animais. Nesse tipo de produção cinematográfica, há um claro objetivo de assustar, horrorizar e chocar o espectador. A palavra *gore* advém do vocabulário inglês e poderia ser traduzido por “sangue coagulado”. É esse o termo escolhido pela filósofa mexicana Sayak Valencia para qualificar o capitalismo, as práticas e a violência próprios do contexto do narcotráfico mexicano – ou os processos de *fazer morrer* no Terceiro Mundo atual.

Nesse sentido, Valencia é pioneira ao retomar o conceito teórico de Achille Mbembe (2014; 2018) de *necropolítica* para explicar a realidade específica do tráfico de drogas na América Latina. Para ela, esse conjunto de características que compõem o “capitalismo *gore*”, como práticas violentas específicas dos atores do narcotráfico, fazem parte de estratégias utilizadas para se fazer frente ao Primeiro Mundo e, assim, acessá-lo a partir de formas ultraviolentas de produção de capital econômico (2010, p. 16). Contudo, antes de adentrar a teoria *gore*, é preciso dar um passo atrás e compreender melhor as bases teóricas fundantes dessa perspectiva, retomando, sobretudo, o que seria a necropolítica e quais seriam suas implicações na visão de Mbembe (2014; 2018).

A construção do conceito não deixa de ser uma subversão pós-colonial da célebre “biopolítica” foucaultiana. Foucault afirmou a existência de três tipos de poder, o soberano, o disciplinar e o biopoder, descrevendo esse último como sendo a conversão do objetivo do poder disciplinar de “deixar viver e fazer morrer” para a finalidade “fazer viver e deixar morrer”

(ESTÉVEZ, 2018, p. 12). Esse poder sobre o corpo político da população estaria localizado nos processos próprios da vida como nascimento, morte e reprodução, os quais atuam como “assassinatos indiretos”, na medida em que o Estado mata ao não agir em nome dessa população. Foucault também atentou para uma divisão interna do campo em que o biopoder atua. Há, portanto, uma hierarquia própria das raças, entre as quais aquelas tidas por inferiores são as primeiras a serem abandonadas à morte (FOUCAULT, 2008).

Nesse sentido, o filósofo francês chega a estabelecer o racismo como algo que se coloca na gênese do biopoder e cuja principal função é a fragmentação no interior desse domínio da vida de que se incumbe tal poder, estabelecendo aqueles que devem viver e os que devem morrer. A menção ao racismo na forma da escravidão, contudo, é apenas episódica: seria o nazismo, para Foucault, o exemplo por excelência em que tanto a biopolítica, como o direito de matar foram absolutamente generalizados (MBEMBE, 2018, p. 20). Se Mbembe subverte o conceito e passa a compreender a biopolítica em exercício nos países do sul global, ambos autores convergem na ideia de que a análise das categorias mais palpáveis da vida, como vida e morte, parece muito mais fecunda do que o olhar voltado apenas à razão do sujeito (MBEMBE, 2018, p. 11).

Uma primeira distinção da teoria de Mbembe em relação à teoria foucaultiana é o estabelecimento da escravidão como primeira grande manifestação da experimentação biopolítica (2018, p. 27). É o momento da união entre biopoder, estado de exceção e estado de sítio, em que há a síntese entre o massacre e a burocracia, a partir de uma racionalidade ocidental que não apenas mata, mas que possui o direito de fazer a guerra e, logo, tomar a vida (*ibid.*, p. 33). Esse direito significa, para Mbembe, tanto a atribuição por parte do Estado como agente responsável pela civilização dos modos de matar, quanto uma territorialização deste Estado soberano. Há apenas uma guerra legítima e ela coloca em oposição mais de um Estado nacional (*ibid.*, p. 34).

Assim, quando se trata de zonas coloniais, a guerra e a desordem, “figuras internas e externas da política, ficam lado a lado ou se alternam” pois, nesses locais, o soberano não está sujeito a qualquer regra e pode matar de qualquer forma (*ibid.*, p. 36). Ou seja: quando se trata de guerra colonial, Mbembe adverte que a paz não é uma consequência natural, um fim a ser alcançado. Não existe, portanto, a suposta distinção entre fins e meios da guerra normalmente articulada no caso dos países colonizadores. Se os sujeitos da escravidão vivem a “morte-em-vida”, poderia se dizer que nos espaços territoriais da necropolítica há uma “guerra sem fim”.



Nessas novas relações espaciais, ou territorializações, são produzidas fronteiras; há uma espacialização da ocupação colonial descrita por Fanon pela existência de características próprias como a divisão de espaços, a articulação de fronteiras internas e a sua regulação pela linguagem da força (MBEMBE, 2018, p. 40). Assim, se o primeiro exemplo histórico da necropolítica é a *plantation* – o laboratório biopolítico do planeta – na atualidade, o exemplo por excelência do necropoder seria a Palestina, local em que a violência e a soberania reivindicam o fundamento divino da existência (*ibid.*, p. 42). Segundo o autor, essa manifestação específica de necropoder possui três principais características: a fragmentação territorial, o acesso proibido a certas zonas e a expansão dos assentamentos (*ibid.*, p. 43). Trata-se, portanto, de uma ocupação fragmentada produzida pelo encadeamento dos poderes disciplinar, biopolítico e necropolítico.

Mas não é apenas na Palestina que existem manifestações explícitas da necropolítica *mbembiana*. O autor chama atenção para as guerras contemporâneas, localizadas em uma era de “mobilidade global”, mas que, ainda assim, visam forçar o “inimigo” à submissão (*ibid.* p. 51). A principal característica desse novo contexto conflitual é a expansão do exercício do direito de matar para além do monopólio exclusivo dos Estados. Surgem, portanto, diferentes instâncias jurídicas *de fato*, as quais se encontram geograficamente entrelaçadas, formando aquilo que Mbembe chama de “mosaicos de direitos de governar” (*ibid.*, p. 53). Para constituir essa pluralidade de ordens sociais, sejam legítimas ou não, o autor observa que segmentos de homens armados se dividem e se mesclam no restante do corpo social, a partir de uma grande capacidade de metamorfose e da manutenção de características próprias de uma organização política e de uma empresa comercial.

Evidente que a constituição de grupos paralelos ao monopólio do Estado soberano vem acompanhada do colapso das instituições políticas formais, sobretudo pela pressão da violência e pela formação de economias de milícia. Assim, enquanto populações são decompostas entre rebeldes, crianças-soldados, vítimas ou refugiados; os “sobreviventes” são confinados a campos e zonas de exceção (*ibid.*, p. 58). Para Mbembe essa configuração social violenta e pautada na necropolítica é uma nova forma de governabilidade, distinta do comando colonial, mas ainda pautada pelo controle estreito sobre os corpos. O que “as novas tecnologias de destruição” inauguram, portanto, é menos uma obsessão pela inscrição de aparatos disciplinares nos corpos e mais a sua adesão à “ordem da economia máxima, agora representada pelo ‘massacre’” (*ibid.*, p. 59).

Conforme se retomou, tanto a perspectiva da biopolítica como a mais recente ideia da necropolítica veem o neoliberalismo como a pedra angular da regulação dos processos de vida e morte. A preferência epistemológica por uma ou outra corrente parece, então, muito mais vinculada ao espaço em que se implementa a política (ESTÉVEZ, 2018, p. 23). No contexto do terceiro mundo, a biopolítica parece insuficiente para explicar por que os efeitos dos dispositivos de dominação são mais radicais, como, por exemplo, quando se observam as consequências da chamada guerra contra o narcotráfico no México. Ao se voltar para essa realidade, Valencia (2010, 2012) e Estévez (2017, 2018) pautam a compreensão de tal fenômeno a partir de novos paradigmas epistemológicos, menos arraigados às concepções teóricas do norte e mais voltados ao reconhecimento e à consolidação das concepções sociais produzidas por teóricos do sul global.

O termo *gore* é utilizado pela teórica mexicana Sayak Valencia para qualificar o capitalismo, as práticas e a violência próprios do contexto do narcotráfico mexicano. Nesse termos, a teoria proposta pretende traduzir uma realidade específica que é fortemente marcada pela violência, pelo narcotráfico e pelo necropoder, mas inserida em um processo mais amplo de globalização, no qual, ao contrário do que pregam os discursos globalizantes utópicos, o fluxo livremente permitido não é de pessoas, mas de drogas, de violência e do capital por elas produzidos (VALENCIA, 2010, p. 20-21). O capitalismo *gore* poderia ser ainda entendido como uma luta internacional do “pós-colonialismo distópico extremo”, o qual se recoloca na ordem mundial pelo hiperconsumismo e pela obediência acrítica ante a ordem hegemônica masculinista (VALENCIA TRIANA, 2012, p. 89).

A primeira sustentação de tal marco teórico se funda na compreensão de que a violência e sua espetacularização se colocam como vetores em todos os campos do conhecimento e da ação. Estaríamos, assim, sob uma episteme de violência que gera um novo giro discursivo, ou seja, se apresenta como um conjunto de relações que unem nossa época com as práticas oriundas dessa episteme (VALENCIA, 2010, p. 27). No mesmo sentido, Wieviorka afirma que a violência funciona cada vez mais como categoria geral para compreensão da vida social (1997, p. 10). Nesse mundo que se cria pós queda do muro de Berlim, a violência como objeto das ciências sociais parece moldar um novo paradigma de análise que necessita de um arcabouço teórico complexo. Para Wieviorka, esses níveis de análise poderiam ser quatro: o sistema internacional, o Estado, as mutações sociais e o individualismo contemporâneo (1997, p. 15). Neste novo paradigma, a violência é ao mesmo tempo globalizada, pois está presente em todo o mundo, e localizada, na medida em que se expressa de modo particularizado em cada região.

Ante as condições econômicas, sociais, políticas e culturais próprias dos países de “Terceiro Mundo”, surgem certas figuras epistemológicas que rompem com as formas de interpretação da realidade conhecidas até então, criando-se uma fissura nos pactos éticos existentes. Da união dessa episteme da violência com o sistema capitalista, surge, na compreensão de Valencia, o chamado capitalismo *gore* (2010, p. 27). A autora então retoma algumas questões próprias do liberalismo – aqui entendido como doutrina mãe do neoliberalismo – com ênfase nas exigências que o sistema impõe sobre o indivíduo, responsabilizando-o por ele próprio e situando, tanto o indivíduo como a governamentalidade, sob uma racionalidade econômica que cria a precarização laboral e faz surgir as práticas *gore*. Tais práticas são executadas por sujeitos que encarnam o *self-made man* ao simplesmente buscarem o cumprimento das regras liberais referentes aos aspectos econômicos e às imposições à masculinidade (VALENCIA, 2010, p. 30).

Nessa caracterização do sistema econômico atual, resta evidente a influência de Mbembe no pensamento da filósofa mexicana. O autor localiza o neoliberalismo no interior de um momento histórico específico – início do século XXI – pautado pela globalização dos mercados, pela privatização do mundo e pelo crescimento da economia financeira, do complexo militar e das tecnologias digitais. Para ele, trata-se de uma fase da Humanidade na qual o tempo “se presta a ser convertido em força reprodutiva da forma-dinheiro” (2014, p. 14) e os acontecimentos são sempre passíveis de possuir um certo valor de mercado. Por outro lado, o trabalhador como compreendido até esse período, já não existe mais: o drama do sujeito não é mais a exploração pelo capital, mas a tragédia da humilhação e do abandono.

Apoiada nesse entendimento, Valencia entende que, com a emergência da globalização marcada pela desregulamentação do trabalho e pela popularização de novas tecnologias, monta-se um cenário propício para a criação de uma nova identidade pessoal, nacional e social. Nos termos postos por ela, esses processos globais mais atuais levam “à aglutinação de indivíduos encapsulados em si mesmos”, os quais participam de forma ativa ou passiva de uma cultura do hiperconsumismo (2010, p. 32). É também o que destaca Mbembe quando o autor chama a atenção para a construção da “ficção de um novo ser humano ‘empresário de si mesmo’” (2014, p. 14).

A ideia do consumo exagerado, seja de bens simbólicos ou materiais, acaba também cumprindo um papel de união e identificação entre os sujeitos, ocupando um espaço que em outros tempos fora constituído por laços de vinculação a outros grupos de pertencimento, como o próprio trabalho. Nesse contexto, produz-se o aprisionamento do indivíduo em seu próprio

desejo, em que a sua felicidade depende da “capacidade de reconstruir publicamente sua vida íntima e de oferecê-la num mercado como um produto de troca” (MBEMBE, 2014, p. 15). Conforme se verá mais à frente, tais interações sociais de união entre pares não se explicam, contudo, sem que se observe os processos de construção das masculinidades dessas pessoas.

Se Valencia realiza a mesma operação teórica e conduz as práticas exercidas pelos sujeitos do capitalismo *gore* ao terreno do necropoder, a autora afirma a sua compreensão necropolítica de modo um pouco distinto de Mbembe. Entendo, contudo, que essa distinção se dá menos por discordâncias fundantes com seu predecessor e mais pela radicalização da teoria, fundada nas observações empíricas das realidades produzidas pelo tráfico de drogas mexicano. Isso, pois, no exercício das chamadas práticas *gore*, não se trata apenas da biopolítica radicalizada, mas da dessacralização e mercantilização dos processos de morrer. Como a própria autora coloca, ela estaria procedendo em uma “reinterpretação distópica da condição de sujeitos livres e sujeitados pelas dinâmicas econômicas” (VALENCIA TRIANA, 2012, p. 98).

No contexto da necropolítica de Valencia, os desejos de governabilidade e da seguridade trazidos pela biopolítica se materializam pela exploração dos recursos naturais do território, pela venda da segurança privada e pela apropriação dos corpos da população ou como mercadorias de troca, ou como corpos consumidores das mercadorias oferecidas pelo *necromercado* (*ibid.*, p. 99). Compartilhando desse entendimento, Estévez afirma que a guerra às drogas (ou narcoguerra) nada mais é do que uma guerra necropolítica realizada para alcançar a “governabilidade necropolítica do Estado” (2017, p. 72). Já o necropoder seria uma apropriação criminal dos elementos mais fundamentais da biopolítica (território, seguridade e população), sem que isso implique o estabelecimento de um Estado paralelo (ESTÉVEZ, 2017, p. 79).

Assim, a ideia de governabilidade foucaultiana, como sendo uma atividade que conduz os indivíduos e os situa abaixo de uma autoridade responsável pelo que fazem e pelo que se passa com eles, possibilita compreender porque os coletivos criminais se colocam em guerra para definir quem possuiria a capacidade de atuar como governo privado do Estado. Ao fim e ao cabo, os conflitos entre os grupos criminais da droga seriam, segundo a teoria ora articulada, lutas pelo necropoder através das quais os “vencedores” se liberariam do controle estatal e maximizariam seus lucros (ESTÉVEZ, 2017, p. 81).

Talvez a grande inovação de Valencia tenha sido a percepção de que, no caso da realidade dos países do “Terceiro Mundo” impactados pelo mercado da droga e da violência, são os próprios indivíduos sujeitados pelo Estado os responsáveis por efetivar boa parte das

estratégias da necropolítica. Mas como seria possível afirmar que a violência extrema, o gênero, a morte e a necropolítica são capazes de estabelecer um *novo* tipo de capitalismo que, por sua vez, cria e é criado por um certo tipo de subjetividade?

Para responder a essa questão, devemos nos voltar à realidade específica observada pela autora, em que certos elementos se aglutinam nesse complexo panorama social das últimas décadas. A partir da crise econômica da década de 80 no continente latino-americano, os níveis de pobreza foram ainda mais aprofundados, em conjunto com as políticas de desregulação dos mercados, a ineficiência estatal e o bombardeio de informação consumista. Esses fatores em conjunto ajudaram, na visão de Valencia, a alavancar a popularização da economia criminal e o uso da violência como ferramenta mercantil (2010, p. 36).

No contexto brasileiro, Zaluar (1985), a partir de uma etnografia realizada na Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, foi pioneira em identificar as relações entre esses processos de desvalorização do trabalho e a adesão a uma identidade de “bandido”. A autora notou que, diferentemente dos homens mais velhos, os jovens moradores da comunidade, já à época destacavam os pontos negativos em ser um trabalhador e estar sujeito aos mandos do patrão e a uma rotina de “escravidão”. Pela observação das rotinas árduas de seus pais, em meio a um contexto de oportunidades de emprego restritas, os jovens achavam que o trabalhador só poderia ser um “otário” por aceitar essas condições. A “vida bandida” tornou-se, então, uma opção que conferia maior liberdade e mais possibilidades de autoafirmação (ZALUAR, 1985, p. 93).

Os significados do trabalho também compõem o quadro observado por Valencia. Nesse momento de pós-fordismo, a subversão dos processos tradicionais de trabalho, o fortalecimento de um desprezo pela condição de proletariado e pela cultura laboral, além de uma profunda socialização pelo consumo são fatores que possibilitam as condições para o surgimento de novas práticas, as quais levam à necessidade de um novo conceito para expressar a ideia de força de trabalho. Para Valencia, seriam as práticas *gore*, entendidas como o exercício sistemático e repetido da violência mais explícita, ferramenta de enriquecimento rápido que permite o custeio tanto de bens comerciais, como a conquista da valorização social (VALENCIA TRIANA, 2012, p. 82).

Essas práticas seriam fundamentalmente exercidas pelo sujeito *endriago*<sup>19</sup>, caracterizados pela junção entre a precariedade material (lógica da carência) com os valores

---

<sup>19</sup> Assim é como Valencia explica a utilização do termo: “Tomamos el término endriago de la literatura medieval, específicamente del libro Amadís de Gaula. El endriago es un personaje literario, monstruo, cruce de hombre, hidra y dragón. Se caracteriza también por una gran estatura, ligereza de movimientos y condición bestial. En el libro se le describe como un ser dotado de elementos defensivos y ofensivos suficientes para provocar el temor en cualquier adversario. Su fiereza es tal que la ínsula que habita se presenta como un paraje deshabitado, una especie

consumistas (lógica do excesso) e entre as lógicas da frustração e da heroificação (*ibid.*, p. 87). São sujeitos responsáveis por transformar a violência explícita em ferramentas para o necroempoderamento. O termo utilizado por Valencia pretende descrever os processos que, através das práticas violentas rentabilizadas, transformam contextos de vulnerabilidade e práticas distópicas e perversas em possibilidades de ação e de auto-poder (*ibid.*, p. 84). Assim, se essa violência extrema se transforma em trabalho, vida e cultura, as subjetividades “capitalísticas” preveem o agenciamento de práticas ultraviolentas e a cultura laboral reconverte vida e trabalho em uma mesma unidade com sentido equiparado à violência (VALENCIA, 2010, p. 93).

Há um elemento essencial para que esse quadro explicativo faça sentido na proposta da autora: o exercício da masculinidade e suas conexões com a configuração do Estado mexicano (VALENCIA TRIANA, 2010). Para ela, a performance de gênero masculino é entendida como a obediência acrítica dos homens jovens que desempenham as normas de gênero ditadas pela masculinidade hegemônica, cujos postulados principais são: responsabilidade econômica, indiferença ante o perigo, menosprezo às virtudes femininas e afirmação da sua autoridade em qualquer nível. O cumprimento dessas imposições da masculinidade hegemônica se faz de forma repetida até o momento em que são naturalizadas e se estabelece uma suposta “essência masculina”.

Às performances de gênero, a autora acrescenta a demanda capitalista pelo consumo e o colonialismo presente no estado mexicano, em que o desejo de “embranquecer” se dá através do empoderamento econômico (*ibid.*). Para Valencia, o uso da violência seria uma resposta ao medo da “desvilirização” que recai sobre os homens jovens dada a crescente crise laboral e a incapacidade, daí decorrente, de se constituir, de modo legítimo, em seu papel de “macho provedor”. Assim, nos países em que os níveis de assalariamento da população jovem de baixa renda são insuficientes – com pioras severas em momentos de crise – o exercício do papel de provedor é possibilitado apenas pelas vias ilegais. Ocorre, então, um giro epistemológico em que a violência é percebida tanto como ferramenta de autoafirmação pessoal, como um modo de subsistência (VALENCIA, 2010, p. 91).

Para a autora, as redes criminais seriam os exemplos mais visíveis e representativos do capitalismo *gore*. Sobretudo aquelas que se destinam ao tráfico de drogas, são redes

---

de infierno terrenal al que sólo podrán acceder caballeros cuya heroicidad rondara los límites de la locura y cuya descripción se asemeja a los territorios fronterizos contemporáneos. El endriago representa también la construcción del Otro, el abyecto que por diferente debe ser sometido o erradicado dentro de las narrativas justificativas de la colonización de América” (VALENCIA TRIANA, 2012, p. 87).

responsáveis por novas formas de gestão da violência, concebendo-se um tipo de organização laboral em que há divisão de tarefas entre os trabalhadores, com especial destaque para a precarização dos jovens que se colocam na linha de frente da venda de drogas (VALENCIA, 2010, p. 100). Para essa “máfia”, nas palavras de Valencia, os únicos limites ao exercício da violência são aqueles das leis da oferta e da demanda dos seus próprios negócios. Ademais, trata-se de uma violência exercida a partir de técnicas especializadas, fundadas em uma racionalidade própria que necessita infligir dor, torturar e matar seus adversários.

Nesse contexto, Valencia traz os exemplos das decapitações e esquartejamentos vivenciados na realidade mexicana (2010, p. 105). Essa violência como “disciplina econômica” é operacionalizada de modo a imprimir marcas específicas de cada grupo criminal. Trata-se de uma violência com um “selo pessoal” de cada grupo, em que a truculência da sua produção mascara uma racionalização distópica e propriamente econômica, na qual, ao contrário do que poderia se pensar, não se perderam as referências do porquê se mata. No caso do México, por exemplo, a autora traz a questão da subversão de antigos códigos de ética em que mulheres e crianças eram preservados nessa disputa violenta. Uma vez que os únicos códigos que se mantêm em vigor são aqueles ditados pela economia, impõem-se novas regras em que se torna possível racionalizar a morte sem distinção de gênero e idade.

Por fim, a adesão dos sujeitos ao narcotráfico do México e, ao que parece, ao mercado ilícito de drogas no Brasil, se pauta pela combinação de ausência de projetos de desenvolvimento social por parte do Estado, trabalho continuado proporcionado pelas redes criminais e o aumento da demanda de drogas pela queda dos preços. Ao mesmo tempo, a proibição do negócio cria uma configuração de mercado em que a disputa entre os grupos só pode ocorrer por intermédio da violência extrema. Assim, conclui Valencia, essa guerra antidroga posta pelo Estado cria um contexto em que os moradores das comunidades em que o tráfico de drogas atua com mais força são tanto vítimas, como executores das práticas *gore* (2010, p. 119).

Ademais, se por um lado o narcotráfico auxilia no fortalecimento do PIB interno mexicano, por outro produz as condições materiais para o fortalecimento de uma política penal de repressão, flexibilização dos direitos e implementação de medidas autoritárias por parte do governo. Nesse sentido, materializa-se uma briga entre “machos,” os quais buscam afirmar seus territórios de poder, na qual uma identidade masculina vinculada ao uso da violência é ainda mais fortalecida.

Conforme será possível visualizar ainda nesse capítulo, a noção de masculinidade hegemônica e suas variantes (cúmplice, subordinada, marginalizada e de protesto) decorrem sobretudo das produções de Connell (1995, 2009, 2016). Diversos estudos são frutos dessa literatura e propõem pensar como as masculinidades marginalizadas se relacionam com a violência em países periféricos, relacionando os contextos de mercados de trabalho enfraquecidos e mercados ilegais pujantes. Assim, debater a masculinidade não é exatamente uma novidade nos estudos sobre o tráfico de drogas, mas há razões que justificam o uso da teoria de Valencia para o estudo da realidade brasileira.

O que legitima o uso da teoria na presente pesquisa é a amplitude da compreensão que ela proporciona ao leitor, articulando teoria de gênero e crítica ao sistema econômico, ao mesmo tempo em que busca compreender as especificidades do mercado da droga nos países de “Terceiro Mundo” e as dimensões que a violência extrema tomam nesses contextos. Evidente que a transposição da teoria para o contexto brasileiro não é automática e carece de certos ajustes. A começar pela dinâmica de funcionamento do tráfico de drogas a varejo no Brasil que é absolutamente particular. Conforme se retomou na revisão bibliográfica, as facções ou coletivos criminais brasileiros inicialmente se formam em decorrência do caos do sistema prisional do país, o que não é a realidade experimentada no México.

Para que a teoria de Valencia possa auxiliar no entendimento do problema de pesquisa em questão, busco em Machado da Silva (1995; 1999; 2004; 2008) e na sua concepção de “sociabilidade violenta” as ferramentas que complementam e localizam na realidade brasileira as “subjetividades capitalísticas” a que faz referência a autora mexicana. Nesse sentido, o que estou propondo é utilizar a noção do capitalismo *gore* como pano de fundo global para a realidade das mortes violentas de Porto Alegre, buscando inserir o fenômeno particular analisado em um debate mais amplo sobre a produção da violência extrema como estratégia necropolítica do sistema neoliberal que prevê masculinidades pautadas na virilidade e no domínio econômico.

A partir disso, a questão que se coloca é como a socialização de sujeitos se manifesta em meio a essas vivências de violência específicas, quando corpos mutilados passam a ser operacionalizados por meio de uma dada racionalidade. Para que seja possível compreender a construção de tais subjetividades, irei me preocupar nos próximos dois itens desse capítulo em melhor definir os aportes teóricos que guiarão a análise subsequente do sujeito homem jovem participante dos coletivos criminais do tráfico de drogas de Porto Alegre.



### 3.1.1 *Macho provedor* e masculinidade marginalizada

O exercício da masculinidade pelos sujeitos *endriagos* de modo a cumprir as imposições da masculinidade hegemônica é um dos principais pontos de sustentação da teoria de Valencia. Sem incluir as práticas de gênero, portanto, a equação da violência extrema não fecha: sem considerá-las torna-se bastante difícil explicar o que leva homens jovens a se colocarem rotineiramente de frente à morte. Para amparar seu argumento, a autora recorre à teoria de Connell (1995; 2009; 2016).

A inscrição dos estudos sobre masculinidade na agenda da pesquisa sociológica mundial surgiu a partir de uma construção teórica prévia, ainda no registro das teorias feministas a respeito do caráter relacional da construção da identidade de gênero (MEDRADO; LYRA, 2008, p. 820). Foi na década de 70, então, que se consolidaram os chamados *men's studies*, os quais se estabeleceram a partir de duas orientações: como aliados do feminismo ou a partir da reivindicação de uma análise autônoma. Cecchetto conclui que parte da literatura vinculada aos *men's studies* traz a marca do paradigma exclusivo do papel sexual, fortemente associado ao legado funcionalista e baseado em supostas dicotomias ontológicas dos homens e mulheres (2004, p. 37). Já na década de 80, teve início o “momento etnográfico” em que as pesquisas passaram a enfatizar as práticas de gênero dos homens, sobretudo a partir da realização de etnografias de comunidades específicas (CONNELL, 2016, p. 161).

Por meio dessa “mutação epistemológica” (CONNELL, 2016, p. 166), caracterizada pela diversidade dos trabalhos etnográficos, realiza-se um contraponto aos *men's studies* a partir do qual o esquema rígido dos papéis é contestado. É quando surge a noção de “masculinidade hegemônica”, de autoria de Raewyn Connell<sup>20</sup>. Esse paradigma teórico será consolidado nas décadas seguintes, vindo a se tornar uma das principais referências nos estudos de gênero para a compreensão da masculinidade.

Qual o significado do termo gênero? Connell ressalva que no senso mais comum o termo costuma significar a diferença cultural entre homens e mulheres baseada na divisão biológica entre macho e fêmea, logo apontando os problemas dessa concepção: a) a realidade é menos dicotômica do que as imagens construídas sobre o gênero; b) sob essa definição, se não é possível enxergar a diferença, não há como enxergar o gênero; c) exclui-se do conceito de

---

<sup>20</sup> As primeiras obras estão identificadas pelo prenome Robert, nome de batismo da socióloga australiana. Contudo, em suas produções mais recentes, após passar por um processo de transição de gênero, a autora passa a se identificar como Raewyn Connell ou R. W. Connell.

gênero as diferenças internas entre os homens e entre as mulheres; d) os processos sociais em larga escala são mais baseados nas características compartilhadas tanto pelas mulheres como pelos homens, do que em suas diferenças (2009, p. 10).

Baseada nessas constatações, a autora entende que a chave para a compreensão está em transpor o foco da *diferença* para o das *relações*, pois “gênero é uma maneira pela qual a prática social é ordenada” (CONNELL, 1995, p. 71). Se padrões duradouros ou generalizados são justamente o que a teoria social chama de estrutura, então o gênero se enquadraria nessa noção, mas uma na qual o corpo possui especial relevância. Assim, não existindo uma base biológica fixa que pré-determina o processo social do gênero, Connell constrói a noção de “arena reprodutiva” para designar o espaço social (instituições, agentes, relações) no qual os corpos são trazidos como prova de que nossas condutas sociais estão relacionadas com nossas diferenças reprodutivas.

Esse encadeamento de ideias leva finalmente a autora a definir gênero como “a estrutura das relações sociais centradas na arena reprodutiva e o conjunto de práticas que conduzem distinções reprodutivas entre os corpos em processos sociais” (CONNELL, 2009, p. 11). Quando designamos um conjunto de características como masculinidade, estamos, então, nomeando configurações de práticas de gênero, ou melhor, *processos* de configuração de práticas e que, portanto, não são estáticos. Assim, rompe-se com a ideia de que a masculinidade é uma qualidade estável e inaugura-se a ideia de que é uma manifestação histórica. Para Connell, masculinidade seria “simultaneamente um lugar nas relações de gênero, práticas pelas quais homens e mulheres engajam seus pais no gênero, e os efeitos dessas práticas na experiência corporal, personalidade e cultura” (1995, p. 71).

Evidente que tais práticas não são completamente individualizadas, pois existem padrões nos arranjos de gênero das sociedades, as “ordens de gênero” (CONNELL, 2009, p. 73). Ao analisar as ordens estabelecidas em uma instituição ou grupo social, deve-se atentar para o conjunto de relações perpetradas ao redor da “arena reprodutiva”, sejam elas relações entre pessoas identificadas pelo mesmo gênero ou não. A constatação de que existem hierarquias entre masculinidades e feminilidades será central para o desenvolvimento da teoria de Connell, sobretudo a partir da construção do conceito de “masculinidade hegemônica” e “masculinidades não-hegemônicas”, as quais estão subdivididas em quatro formas específicas de manifestações de práticas de gênero (1995, p. 78).

A *masculinidade cúmplice* é aquela que não necessariamente incorpora a hegemonia, mas, por receber diversos benefícios das relações desiguais de gênero, acaba sustentando a

masculinidade hegemônica. Já a *masculinidade subordinada* é identificada como inferior e desviante, como no caso dos homens homossexuais. Existem ainda uma terceira e quarta tipologias de masculinidades não-hegemônicas: a masculinidade *marginalizada* e *de protesto*. Enquanto a primeira é identificada por discriminações externas às relações de gênero (como raça, etnicidade e idade); a segunda é construída como uma “hipermasculinidade compensatória” formada em reação à ausência de poder político e econômico (MESSERSCHMIDT, 2018, p. 29).

As categorias cunhadas por Connell em 1985 transformaram-se, na medida em que novas pesquisas empíricas evidenciaram as consequências e os custos da hegemonia, sobretudo a partir da década de 90 (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2005, p. 836). Nesse ínterim, a “masculinidade hegemônica” passou de apenas um modelo conceitual para um instrumento empírico amplamente utilizado no debate sobre homens que procura evitar qualquer tipo de concepção fixa sobre o termo que negue a historicidade do gênero e as mudanças das definições sociais da masculinidade.

Assim como a noção de “masculinidade hegemônica” rendeu uma análise teórica específica que buscava delinear seu histórico e aplicações empíricas (MESSERSCHMIDT, 2018), a ideia de masculinidades marginalizadas também integrou certas pesquisas do campo de estudos de gênero, com destaque para abordagens que colocaram em relevância as intersecções entre gênero e raça (cf. HOOKS, 2004). O ponto em comum entre as masculinidades não-hegemônicas consiste no ganho, por parte dos homens, de “dividendos do patriarcado”, sobretudo em termos de honra, prestígio, direito de comando e capital (CONNELL, 1995, p. 82).

Mesmo na sua forma *marginalizada*, a masculinidade sustenta-se em uma estrutura de desigualdade que, para se manter ativa, necessita utilizar a violência. Sobre esse binômio violência-masculinidade, Connell especifica as duas principais justificativas para tal vinculação: uso da violência para sustentar a dominação dos homens diante das mulheres e como política de gênero entre os próprios homens. Essa segunda forma de demonstração da violência seria mais explícita no caso, por exemplo, dos homens cujas masculinidades marginalizadas não permitem que eles exerçam sua dominação pela superioridade intelectual, econômica ou pela aquisição de um trabalho estável que possibilite a construção de uma masculinidade organizada em modelos de classe trabalhadora.

Ao encontro dessa ideia, Bourgois, quando analisa a realidade dos jovens vendedores de crack no Harlem em Nova York no início da década de 90, enfatiza os conflitos decorrentes do

choque entre as mudanças nas relações de poder entre homens e mulheres com a personalidade de sujeitos forjada na valorização do trabalho masculino pelo uso da força (2003). Na medida em que o contexto da sociedade urbana dos Estados Unidos pós-industrial pauta altos níveis de desemprego e de marginalização social, esses jovens – em sua maioria filhos de imigrantes de Porto Rico – permanecem em um conflito permanente: como construir a sua própria masculinidade sem fazer uso de um trabalho operário e com poucas oportunidades para se manter como garantidor da renda familiar? A resposta que alguns desses jovens encontram, no contexto da pesquisa de Bourgois, mas também no Brasil urbano a partir do início do século, é o tráfico de drogas.

A questão que guia os autores, portanto, é entender como esses sujeitos marginalizados poderiam construir a sua própria masculinidade sem ter acesso a uma forma de trabalho operário e com poucas oportunidades para se manter como garantidor da renda familiar. Inclusive porque os interlocutores dessas pesquisas expressam não apenas o desejo por uma economia melhor, como também pela construção de espaços em que possam atuar para conformarem a sua identidade de homem jovem. Trata-se, portanto, da necessidade de incorporar a definição cultural de respeito por meio da autonomia pessoal e da autoafirmação, tudo isso em uma comunidade que apresenta importantes mudanças na sua ordem de gênero (BOURGOIS, 2003).

bell hooks<sup>21</sup> (2004) também se dedicou a pensar as formas como se forjam as masculinidades marginalizadas, com especial ênfase nos homens negros norte-americanos. Na visão da autora, foi preciso que esses sujeitos internalizassem a masculinidade patriarcal e o sistema de supremacia branca, o que acabou colocando os ex-escravos sob a necessidade de exercer o papel de homem provedor da família. Embora existissem diferenças muito importantes em relação às maneiras pelas quais os homens negros e brancos exerciam suas masculinidades, hooks reforça como, a partir da década de 60, os homens negros precisaram abraçar a ideia de uma “irmandade” masculina (2004, p. 14).

Ocorre que o mundo do trabalho formal legalizado nunca conferiu as mesmas possibilidades de afirmação de uma masculinidade patriarcal aos homens negros. Ademais, com as mudanças na cultura laboral próprias da década de 70, instaura-se aquilo que hooks chama de “etos da ganância”, em que o dinheiro para o sustento da família não é mais suficiente para a construção da masculinidade, sendo que apenas o “ter em excesso” é socialmente valorizado (2004, p. 17). A narrativa de hooks é muito próxima da análise que Connell faz a respeito de

---

<sup>21</sup> bell hooks é o pseudônimo escrito em letras minúsculas da autora Glória Jean Watkins. O uso da letra minúscula é de escolha da autora com a pretensão de dar mais enfoque ao conteúdo da escrita do que à pessoa que escreve.

como a colonização destruiu as dinâmicas e estruturas sociais que eram próprias dessas localidades, reconstruindo uma ordem de gênero a partir de novas bases e gerando uma sociedade com tensões e violências exacerbadas.

Nesse contexto, em que sucesso econômico e possibilidade de consumo pautam a sociedade estadunidense, os jovens negros barrados do acesso a meios legalizados de mobilidade social ascendente enxergam nos mercados ilícitos uma oportunidade para exercer o que Contreras (2013) chamou de “*American Dream*”, Valencia (2010) de “hiperconsumismo” e hooks (2004) de “etos da ganância”. Com suas particularidades, são todos autores que situam a valorização do consumo na socialização dos sujeitos neoliberais como cenário de fundo que ajuda a explicar o fenômeno da vinculação dos jovens às redes criminais do tráfico de drogas.

Sobre a construção da masculinidade no contexto do narcotráfico, conforme já exposto, Valencia discute a forma como a atividade ajuda a reafirmar a posição dos homens como “machos provedores”, reforçando sua virilidade através do exercício ativo da violência (2010, p. 55). A autora se apoia no conceito cunhado por Connell para discutir a forma como o capitalismo *gore* se afirma a partir desses sujeitos e para pensar o fracasso da masculinidade na sua versão hegemônica, cúmplice ou marginalizada. Afinal, trata-se de uma forma de organizar o gênero que impõe um enorme custo simbólico e emocional aos homens, sobretudo àqueles que não possuem acesso aos bens econômicos e simbólicos, colocando-os em situações de constante conflito entre eles próprios (2010, p. 177).

Para que o capitalismo *gore* possa ser entendido nos termos propostos por Valencia, portanto, é preciso que haja um sujeito constitutivo desse sistema, alguém que seja responsável por desempenhar as necropráticas. Esse ser *endriago* (VALENCIA TRIANA, 2012, p. 82) é forjado em uma masculinidade marginalizada, conforme visto. Mas, além das práticas de gênero orientadas na busca pela hegemonia, que outros aspectos da sua trajetória devem ser observados? Existem particularidades na construção social subjetiva daquele que mata operacionalizando a violência extrema? Se existem, que particularidades são estas? Afinal, trata-se de um sujeito constituído a partir de um processo específico de socialização?

A teoria de médio alcance que será articulada a seguir auxilia a pensar essas questões, além de servir como forma de ajustar as formulações a respeito do capitalismo *gore* ao contexto do tráfico de drogas nas grandes metrópoles brasileiras.

### **3.2 A sociabilidade violenta dos *envolvidos* no tráfico**

“Reflexões abstratas a partir de discussões concretas”. Em uma entrevista concedida a outros importantes autores do campo que se tem chamado de “sociologia da violência”, Luiz Antônio Machado da Silva resume com essas palavras a forma como gosta de pesquisar (MISSE et al., 2011, p. 676). A trajetória acadêmica do autor deixa visível como o “sociopólogo” – outro termo que utiliza para se autodefinir – consolidou seu pensamento a partir dessa articulação prático-teórica, na qual as pesquisas nas favelas sempre estiveram no centro das discussões que ora se inclinavam para os temas da sociologia urbana, ora para as questões relacionadas à violência, ora para o próprio mundo do trabalho (formal e informal)<sup>22</sup>.

Talvez tenha sido no seu conceito mais importante, e o mais sujeito a críticas, que Machado da Silva tenha mais bem sintetizado o seu fazer sociológico de reflexão abstrata a partir de discussões concretas do mundo social. Isso porque a “sociabilidade violenta” se descola dos achados da pesquisa empírica localizada no Rio de Janeiro e se expande para outros contextos – ou ao menos é isso que esse trabalho procura demonstrar. Assim, se a controvérsia do conceito é a responsável por um “uníssono gritante e um silêncio ensurdecido” (WERNECK; ARAÚJO, 2019, p. 2), acredita-se que há muita potencialidade quando se volta para as práticas desmedidamente violentas dos sujeitos na busca por compreender como relações sociais são (ou não) estabelecidas nesse contexto.

O ponto de partida de Machado da Silva não poderia ser outro que não a literatura acumulada até aquele momento sobre a violência das favelas, sobretudo nos campos da sociologia e da antropologia. A “explicação dominante” (MACHADO DA SILVA, 1999) ao problema da criminalidade urbana está, para o autor, representada pelo tratamento da violência não como um objeto de análise, mas como um conceito pré-determinado, e pela hierarquização das formas das violências, sendo umas desencadeadoras de outras (como a violência estatal como causa da criminalidade urbana) (ARAÚJO, 2019, p. 9). O autor não se alinha a nenhum desses postulados.

Machado da Silva afirma sua divergência com os teóricos que entendem a suposta ausência do Estado nos locais em que o tráfico se instala como razão explicativa primeira para o fenômeno da violência urbana. Para ele, a explicação dominante localizava o crescimento do poder dos traficantes e a organização da criminalidade em torno do tráfico de drogas como fenômenos propiciados pelo “encolhimento” da atuação do Estado e como face exterior de uma crise institucional (MACHADO DA SILVA, 1995, p. 501).

---

<sup>22</sup> Segundo Araújo, são três as dimensões da vida das classes populares que dividem a obra de Machado da Silva: a) a organização política dos subalternos; b) a reprodução da subordinação de trabalhadores urbanos; c) a organização social da criminalidade urbana (2019, p. 7).

De modo mais objetivo, Machado da Silva rechaça a ideia de um “Estado paralelo”, ou “baronato feudal clandestino”, o qual, para os defensores dessa linha de pensamento, teria sido estabelecido pelos atores do tráfico de drogas nas favelas cariocas dos anos 90. Na crítica realizada pelo autor, esse viés explicativo compreende a emergência das novas formas de criminalidade como simples consequência do aproveitamento pelos criminosos da desorganização dos sistemas de justiça e pela incapacidade das agências estatais de exercer o controle social direto e indireto dessas populações (MACHADO DA SILVA, 2008, p. 39-40).

Para o autor, o quadro de referência que era utilizado pela explicação dominante da época se equivocava ao interpretar as ações violentas como consequências do contexto institucional, como se a intencionalidade dos agentes fosse uma “variável dependente a ser explicada por alguma disfunção sistêmica” (MACHADO DA SILVA, 1995, p. 503). Esse equívoco fazia com que a atenção se voltasse para a dissolução da ordem, da qual os interesses e orientações das ações da criminalidade seriam apenas resultado e evidência. Machado da Silva, assim, demonstra que o modelo geral adotado traduzia uma concepção redutora da vida social, sendo a desordem pura e simplesmente o recíproco inverso da ordem, ambas expressões de uma mesma lógica (*ibid.*, p. 506).

Apesar das críticas realizadas a respeito de determinadas questões da teoria da sociabilidade violenta, Misse está de acordo com esse ponto. O ex-orientando de Machado da Silva aponta os problemas de manter o estudo da criminalidade violenta apoiado apenas na referência ao Estado: a subordinação dos estudos da violência aos estudos da ordem legal mantinha o entendimento daquela como um fenômeno que ocorre fora das relações sociais, entendido a partir da ótica do desvio ou da patologia (2011, p. 269). Para essa linhagem crítica a violência urbana das cidades brasileiras não seria nem desviante, nem constituída como um conflito entre grupos politicamente orientados em busca de mudanças no sistema de dominação (MACHADO DA SILVA, 1995, p. 507).

Para Machado da Silva, portanto, não há uma relação de causalidade entre os fenômenos, pois são processos que ocorrem de forma independente (1999, p. 120). O autor afirma que seria necessário realizar uma separação entre a crise institucional e a organização da criminalidade e é dessa concepção que parte para construir a sua proposta metodológica alternativa, cujas categorias analíticas são oriundas da sociologia da ação de Weber. Afasta-se, assim, da tradição durkheimiana que pautava os estudos da violência até então centrada “no entendimento do desvio como sintoma da ordem, na avaliação do crescimento quantitativo de

comportamentos desviantes e no estabelecimento de um nexos causal entre contexto institucional e ação individual” (ARAÚJO, 2019, p. 10).

Ainda em relação ao debate de Machado da Silva com outros teóricos da violência da sua geração, Zaluar foi uma das precursoras ao realizar pesquisas antropológicas nas favelas onde construiu entendimentos importantes como a ideia do “ethos da virilidade” dos jovens que aderem ao tráfico de drogas, inserindo pela primeira vez a categoria de gênero nessa discussão. Ao incorporar a dimensão da sociabilidade à análise dos fenômenos do crime da violência, ambos os autores optam por enfatizar as práticas sociais que mudaram a forma de pensamento e de ação dos homens jovens envolvidos no tráfico de drogas (ZALUAR, 2012, p. 332).

Contudo, se, por um lado, os autores possuem em comum o fato de apostarem no estudo da socialização dos sujeitos como a chave teórico-metodológica para compreender as questões relacionadas à violência urbana nas grandes cidades brasileiras, por outro, o conceito de “revolta” de Zaluar é antagônico à “sociabilidade violenta” de Machado da Silva. Isso porque Zaluar entende que o envolvimento direto com o crime e com as práticas violentas pode ser justificado a partir de um compartilhamento de valores pela comunidade que confere legitimidade a certas situações de uso da força física (FRANÇA, 2019, p. 112). Já Machado da Silva afirma justamente o contrário: a sociabilidade violenta destrói as possibilidades de legitimação do uso da força.

Mas em que o “sociólogo” se baseia para construir tal afirmação? A primeira linha argumentativa sugere uma readequação do conceito de violência urbana que passa a ser entendida como um conjunto de práticas de uma certa ordem social. Para Machado da Silva, trata-se de um conceito que engloba as ações entendidas como ameaças ao sentimento de segurança existencial que acompanha a vida cotidiana. Esse sentimento seria composto por duas características principais: ameaça à integridade física e à garantia patrimonial (MACHADO DA SILVA, 2004, p. 57). A violência seria, portanto, o rompimento com a normalidade da vida cotidiana.

Na teoria de Machado da Silva, a violência urbana não é, contudo, apenas a descrição de determinadas práticas. Trata-se fundamentalmente de uma representação, de uma expressão simbólica que orienta as ações dos atores apontando-lhes modelos de conduta. Como o próprio autor sintetiza, é um “mapa” (2004, p. 58). Na interpretação de Werneck e Talone sobre o conceito, a violência urbana poderia ser entendida como representação na medida em que generaliza “a amplitude do alcance da violência criminal para todo o social” (2019, p. 30).



Com essa percepção de ameaça generalizada à continuidade da rotina básica da vida associada à violência criminal, há uma construção fundamental para o pensamento de Machado da Silva: a mudança da linguagem dos direitos humanos para a linguagem da violência. Se a função do Estado antes era garantir a proteção social para assim mediar os conflitos das relações entre os indivíduos, a partir da linguagem da violência a função passa a ser a de oferecer a garantia da rotina cotidiana. É uma mediação para evitar o conflito entre “as classes” e, como consequência, acaba por evitar o próprio contato entre elas (MISSE et al., 2011, p. 686).

Diante desse cenário, há um objeto de análise específico a que Machado da Silva se volta e que, na visão dele, não constava na gramática das abordagens do tema até então, na medida em que nenhuma delas propunha a existência de um padrão de sociabilidade *inédito*, específico e apenas reconhecido a partir da representação da violência urbana. Esse objeto é um tipo-ideal histórico nos termos weberianos, denominado pelo autor como “sociabilidade violenta” no qual

a força física, com ou sem instrumentos e tecnologias que a potencializam, deixa de ser um *meio de ação* regulado por fins que se deseja atingir, para se transformar em um *princípio de coordenação* (um “regime de ação”) das práticas (MACHADO DA SILVA, 2010, p. 286).

Na medida em que esta forma de vida autônoma utiliza a força como única referência para o modo de coordenação das ações, a “sociabilidade violenta” por um lado suspende a alteridade e a produção de sentido intersubjetivo, e por outro mantém o prolongamento das relações ao longo do tempo (MACHADO DA SILVA, 2008, p. 52). Por se tratar de um problema cujo cerne é o uso da força, a sociabilidade violenta traz em si a questão da dominação. De pronto, portanto, o conceito reverbera uma compreensão conflitualista da ideia de sociabilidade, mais próxima de uma teoria da ação em que a dominação está em disputa pelos atores (WERNECK; TALONE, 2019, p. 37).

Mas não é só. Machado da Silva vai além, pois afirma que a força como princípio de coordenação das práticas dos atores está estabelecida de forma rotineira no contexto social observado (aquele das favelas) – não é, portanto, exceção. Pelo conjunto de características excepcionais que compõem essa forma de vida, o autor se singulariza em relação aos seus colegas ao afirmar a existência de uma sociabilidade que responde a uma configuração social centrada na mudança *qualitativa* do uso da violência, cuja emergência se dá principalmente com o fortalecimento do tráfico de drogas nas favelas do Rio de Janeiro.

A proposta teórico-metodológica de Machado da Silva é que esse novo padrão de sociabilidade consolida a emergência de uma nova ordem social, violenta por excelência. Ao contrário do que se poderia imaginar, contudo, o autor não acredita que a ordem social da

violência esteja em concorrência com a ordem social legal. São, em verdade, orientações subjetivas que convivem, determinando um paralelismo entre formas de vida, a princípio, incompatíveis (MACHADO DA SILVA, 2008, p. 38). Esse é o segundo ponto destacado por Misse como um dos três “pontos fortes” da teoria de Machado da Silva, na medida em que possibilita estender “a questão da violência para o conjunto de práticas e modelos de conduta que ‘esquizofrenizam’ a relação com a esfera institucional” (2011, p. 269).

Ainda, a fim de constatar a existência de tal padrão de sociabilidade, ensina o autor que se deve considerar como se distribuem os agentes pelas diferentes posições hierárquicas, pois há quem seja “portador” da ordem social, há quem esteja na condição de dominado e há ainda as situações intermediárias (MACHADO DA SILVA, 2008, p. 42). Na entrevista concedida em 2011 a seus colegas do campo, Machado da Silva esclarece que o termo “portador” advém da teoria weberiana, especificamente em analogia aos “portadores da ética do capitalismo” da obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Assim como a ética do capitalismo naquele momento histórico, para Machado da Silva a sociabilidade violenta não é ainda um padrão estabelecido, razão pela qual faz sentido, na sua visão, falar em portadores.

Nesse sentido, não há apenas uma forma de expressão deste padrão de sociabilidade. Existem diferentes posições perante a ordem social da violência urbana, justamente porque “não se nasce portador da sociabilidade violenta” (*ibid.*, p. 43), mas se aprende a portá-la. Segundo o autor, para compreender esse processo

seria preciso indagar as trajetórias (ou, dito de outra maneira, o acúmulo de experiências) que podem conduzir ao engajamento nesta forma de vida, sem esquecer que antes de um ponto indefinido de cristalização, a trajetória pode ser revertida, depois retomada, etc (MACHADO DA SILVA, 2008, p. 42.).

Instrumentaliza-se a categoria “sociabilidade violenta”, na medida em que são interrogadas as justificativas para os comportamentos dos agentes da violência letal, as quais podem levar à compreensão dos significados culturais por elas exteriorizados (MACHADO DA SILVA, 1999, p. 121). Se na teoria de Machado da Silva a mais forte incidência da “sociabilidade violenta” é observada nos jovens do tráfico de drogas, para que se compreendam as minúcias deste padrão de socialização seria, então, necessário deter-se aos modos de adesão dos jovens a tais redes criminosas. Esses são os desafios propostos pelo autor, conforme bem observou Grillo (2019, p. 81).

Conforme já indiquei anteriormente, o também sociólogo da violência Michel Misse escreve um importante artigo no qual dialoga com a teoria de Machado da Silva, destacando alguns pontos que podem ser explorados a partir do paradigma da “sociabilidade violenta” e apontando alguns aspectos que, aos olhos do sociólogo, precisam ser mais bem desenvolvidos

na teoria. Para Misse, resta claro que a premissa básica da teoria é a emergência de uma nova forma de sociabilidade que não chega a entrar em conflito ou a destruir outras formas, mas se mantém em uma relação de “continuidade e coexistência” com elas (2011, p. 256).

A dúvida que fica, contudo, é: o que permite afirmar que se está diante de uma sociabilidade efetivamente “nova”? As características próprias dessa nova forma de se relacionar parecem indicar mais uma novidade quantitativa do que qualitativa, segundo a interpretação de Misse (*ibid.*, p. 257). Ao estar diante da expansão de uma sociabilidade, existiria a necessidade de estabelecer as formas de reprodução da sua “acumulação social”, impondo uma investigação sobre aquilo que suportaria a produção desse tipo de indivíduo (*ibid.*, p. 262).

Na compreensão de Misse, portanto, o que falta à teoria de Machado da Silva é uma argumentação mais densa sobre as razões que possibilitam afirmar que a sociabilidade violenta é uma tendência estritamente nova. Ou seja, existe a carência de uma “explicação de origem” (*ibid.*, p. 266). Assim, dos três principais pontos fortes da perspectiva de Machado da Silva – abandono da referência do Estado para o estudo da criminalidade violenta, conexão da criminalidade violenta com a existência de duas ordens sociais legítimas coexistentes e incompletude do assalariamento capitalista no Brasil e da cidadania plena – Misse toma esse último como ponto de partida na busca por uma gênese da sociabilidade violenta.

O diálogo entre as teorias dos dois autores foi muito bem sintetizado por Freire e Teixeira (2019). Ambas as teorias datam da década de 90 e miram um mesmo objeto de análise, o tráfico de drogas a varejo que se realiza nas favelas do Rio de Janeiro, mas enfatizam os processos de subjetivação do sujeito dessa realidade – o *bandido* – a partir de pontos de vista distintos. A sujeição criminal de Misse busca a compreensão desse sujeito através da análise dos processos de criminalização que incidem sob ele, enquanto a sociabilidade violenta de Machado da Silva se volta à observação do exercício por parte desses mesmos sujeitos de um tipo de violência extrema orientadora da criminalização (FREIRE; TEIXEIRA, 2019, p. 125).

A distinção entre as percepções dos sociólogos se dá fundamentalmente na forma como compreendem a ideia de violência urbana. Se, para Misse, tal fenômeno social é fruto da acumulação de práticas violentas – ocorrido em razão da não assimilação dos valores sociais da sociedade burguesa e ao que ele chama de *desnormalização* – para Machado da Silva o que ocorre é uma ruptura nos padrões de sociabilidade dos indivíduos atuantes do mercado de drogas das favelas carioca, os quais representariam o núcleo duro do “mundo do crime”. Assim, a sociabilidade violenta, para além de uma mera representação, inaugura a passagem da

“linguagem dos direitos” à “linguagem da violência urbana” (FREIRE; TEIXEIRA, 2019, p. 127).

Uma outra distinção diz respeito à centralidade do Estado nos processos de subjetivação do sujeito da violência urbana. Na teoria de Misse, as ações de “criminação” (cursos de ação enquadradas como atos criminosos a partir das disposições legais) e “incriminação” (atribuição desses atos a alguém) são práticas estatais fundamentais aos processos de subjetivação, ou melhor, à “sujeição criminal” dos indivíduos. Essa sujeição faz com que o próprio sujeito se reconheça como criminoso, de modo que a sua condição peculiar seja mais responsável pela “incriminação” do que a própria imputação do ato criminoso. Ao fim e ao cabo, o bandido passa a ser alguém que “carrega o crime dentro de si” (*ibid.*, p. 129). A relevância do papel do Estado na sujeição criminal não é tão central para Machado da Silva que, conforme já exposto, entende que o processo da sociabilidade violenta ocorre de forma mais ou menos independente da atuação estatal observada nas favelas do Rio de Janeiro.

Por fim, há uma distinção das teorias no que diz respeito às consequências para o sujeito. Conforme o próprio Misse aponta na crítica que realiza à teoria de Machado da Silva, ao negar a alteridade do outro, a sociabilidade violenta deveria ser entendida como uma “a-sociabilidade”, reduzida, portanto, à reciprocidade violenta (MISSE, 2011, p. 264). Em contrapartida, a sujeição criminal seria capaz de produzir “efeitos positivos” para os indivíduos, na medida em que afirma o reconhecimento do bandido como sujeito, “alguém que possuiria um modo específico de agir, pensar, sentir e ser, e que emergiria, no caso do “mundo do crime”, das fortes e violentas experiências vividas no *movimento*” (FREIRE; TEIXEIRA, 2019, p. 131).

Em resumo, portanto, sempre em que as visões dos “pais” da sociologia da violência se contrapõem, emerge um questionamento fundamental: há alguma novidade na sociedade brasileira em relação ao tipo de mobilização da violência brasileira ou trata-se apenas de uma variação quantitativa? (FRANÇA, 2019, p. 97). Colocada nesses termos, a oposição entre os autores possibilita compreender as razões que fazem com que a teoria de Machado da Silva seja alvo de muitas críticas, dada a força em afirmar a existência de uma nova sociabilidade. Foi nesse ponto que a grande maioria das discordâncias com o autor foram estabelecidas (cf. LYRA, 2013; MISSE, 2011; ZALUAR, 2012).

Entretanto, o próprio conceito de violência urbana foi, mais recentemente, o centro de algumas reformulações sugeridas por Grillo (2019), quem faz parte do que poderíamos chamar de *nova* geração da sociologia da violência brasileira (ou ainda da antropologia do crime). A autora parte da ideia da violência urbana como uma representação – “construção simbólica que

constitui o que descreve” (GRILLO, 2019, p. 64) – para construir uma proposta de deslocamento da categoria violência para a categoria “guerra” sem acabar sucumbindo à discussão sobre a existência de fato de uma “guerra” no Rio de Janeiro.

Assim, Grillo retoma a produção de Leite (2000) para indagar se a “metáfora da guerra” pensada pela autora não estaria substituindo a representação da violência urbana, no caso do Rio de Janeiro. Ao aderir à ideia de Grillo e apostar nessa transformação, estaríamos diante de um mapa cognitivo capaz de fornecer “novos modelos de conduta subjetivamente justificados” (GRILLO, 2019, p. 64). Assim, se a guerra é a representação dominante, seria também plausível defender a existência de uma ruptura mais radical com o projeto democrático, de modo que a sociabilidade violenta estaria sendo incorporada na ordem institucional-legal “marcada pelo abandono da esperança de fortalecimento das instituições democráticas e pelo surgimento de uma nova forma de autoritarismo, que ainda não temos condições de analisar” (*ibid.*, p. 66).

Se Grillo vai além e indica novas possíveis alocações para a teoria de Machado da Silva, ela não deixa de se aliar a outras críticas já produzidas que discordam da suposta recusa dos agentes da sociabilidade violenta ao senso de coletividade, de solidariedade e aos princípios morais. A autora, contudo, reflete sobre como essa compreensão do autor ocorreu em um momento histórico em que as chamadas “etnografias do crime”<sup>23</sup> sequer haviam sido realizadas, no contexto de um debate em que se buscava se contrapor à explicação dominante que insistia no entendimento do crime violento como fenômeno interno à ordem estatal (GRILLO, 2019, p. 79).

A partir destas ponderações, Grillo realiza uma sugestão bastante profícua para os estudos que utilizam como base teórica a noção de sociabilidade violenta. A proposta consiste basicamente em transpor a unidade de análise do sujeito para os coletivos criminais. Assim, para a autora, “a construção de alteridades radicais e hostis que objetificam o outro são muitas vezes procedimentos coletivos” (*ibid.*, p. 87), de modo que seria possível realocar a sociabilidade violenta para as radicalidades *coletivamente* construídas que envolvem, necessariamente, certo nível de solidariedade interna dos grupos. Nesses termos, seria mais plausível crer na negação da alteridade e no uso da força como princípio de coordenação das ações por parte de determinados sujeitos.

Diante de tudo que foi exposto em relação às potencialidades e fragilidades da teoria de Machado da Silva, entendo que certas adaptações à interpretação da noção de sociabilidade

---

<sup>23</sup> Seriam os trabalhos que buscam a perspectiva dos “envolvidos” no “mundo do crime”, procurando observar os efeitos da “positivação do crime” como no caso de Aquino (2010), Feltran (2008), Grillo (2013), Lyra (2013) e Hirata (2010).

violenta, sugeridas por autores que trabalharam a fundo o conceito, aperfeiçoam o entendimento a respeito da subjetivação de jovens envolvidos no tráfico de drogas a varejo e possibilitam a expansão do conceito da sociabilidade violenta para outras realidades. Assim, para que fique claro de que forma essa pesquisa entende as categorias propostas por Machado da Silva e revisadas por seus intérpretes, os ajustes adotados serão sistematizados a seguir.

Em primeiro lugar, adoto a sugestão de Grillo no que diz respeito à possibilidade de transposição da unidade de análise da sociabilidade violenta para os coletivos criminais. Mesmo que essa “forma de vida” no nível do indivíduo não seja descartada e continue a compor o quadro teórico da presente pesquisa, parece que essa nova sociabilidade também pode ser encontrada no nível dos grupos. Conforme as “etnografias do crime” vêm demonstrando, os acordos coletivos no interior dos grupos criminais são uma forma de autorregulação essencial para a continuidade desses agrupamentos, de modo que não podem ser desconsiderados nas análises sociológicas. Nesse sentido, as normas do “mundo do crime” a que respondem os sujeitos que fazem parte dessa realidade produzem uma *solidariedade interna* que pode explicar a negação da alteridade do grupo contrário. Há uma dupla manifestação, portanto.

Aqui é importante reforçar uma certa forma de olhar a sociabilidade violenta: para além da discussão sobre se sua existência pode ser empiricamente demonstrada, o conceito é uma representação social na medida em que as pessoas parecem acreditar nele ou naquilo que ele representa (WERNECK; TALONE, 2019, p. 26). Seria uma abstração, um mapa cognitivo, que move a ação dos sujeitos e que, nas palavras de Talone, toma a forma de uma “distopia realizada” (2015). A ideia de distopia se constrói quando as formas de fundamentar as ações estão baseadas não no melhor, mas no “pior dos mundos possíveis”. No caso da sociabilidade violenta, contudo, em vez desse cenário distópico ensejar cautela e atenção protetiva, o cenário que se constrói é o extremo oposto: o medo paralisante, a coragem radical e empreendedora e a banalização da destruição (WERNECK; TALONE, 2019, p. 43).

Sob essa forma de compreensão, para ser “realizada”, a distopia precisa tornar possível que esse mundo seja entendido como um horizonte passível de ser encontrado em todo lugar. No caso da análise da Machado de Silva, certas características existentes nas favelas do Rio de Janeiro seriam os elementos do quadro referencial de uma “distopia realizada” chamada violência urbana (*ibid.*, p. 44). Assim, quando se fala em um sujeito que porta a sociabilidade violenta, estamos pensando em agentes capazes de mobilizar essa distopia para reunir grande quantidade de força para seu uso desproporcional.

Esse uso da força não é o fim em si como a leitura mais evidente de Machado da Silva normalmente indica. Na interpretação de Werneck e Talone, o autor teria procedido em uma “inversão lógica proposital” (2019, p. 31), pois a afirmação de que o uso da força é ele mesmo o motor básico da ação seria o mesmo que admitir que a destruição de uma parede ocorre apenas como forma de efetivar o uso dessa força (e não em razão do desejo de destruir a parede), na metáfora utilizada pelos autores. Machado da Silva parece afirmar essa anterioridade da força, mas para Werneck e Talone ele somente o faz porque ela é experimentada pelos atores como uma representação: “representa-se que a força possa ser o que se vise para, ao se visar algo que exige muita força, seja possível reunir os recursos cognitivos e físicos para construí-la como elemento central da situação” (2019, p. 31).

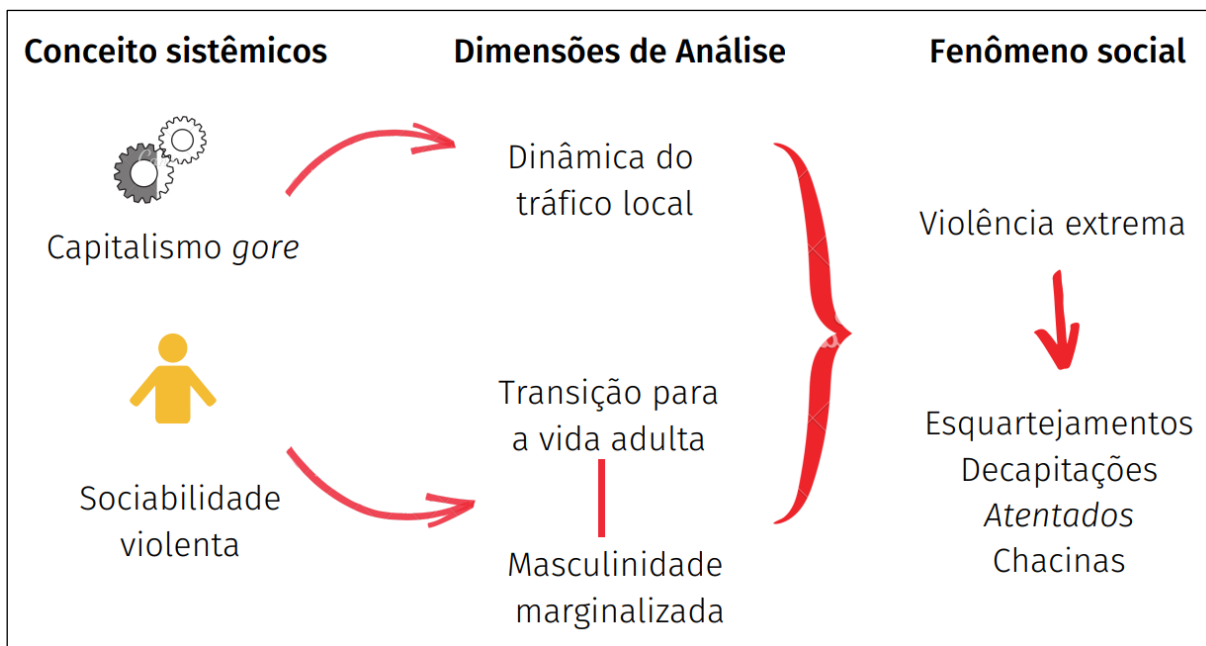
Na medida em que os sujeitos acreditam nessa representação, os polos constitutivos da ordem social da violência urbana – sejam os coletivos criminais ou a polícia – apostam que o *outro* seja capaz de atuar de forma rotineira com um tipo de força cuja desproporcionalidade leva a crer que ela mesma é o fim próprio da ação. Ademais, conforme já expus, ao afirmar que o elemento mais central da sociabilidade violenta não é tanto o fato de que algumas pessoas agem dessa forma, mas a existência de uma coletividade que acredita ser possível que uma situação desse tipo aconteça, Werneck e Talone extraem dois elementos muito importantes para a aceção da teoria de Machado da Silva utilizada na presente pesquisa.

A partir do exposto nesse e no último tópico, torna-se possível sintetizar como a lente teórica da presente pesquisa se volta ao objeto empírico em questão. Isso porque para avaliar de fato a existência de uma “sociabilidade violenta”, nos termos apresentados por Machado da Silva, seria necessário compreender (1) as formas de adesão ao tráfico de drogas com intuito de verificar a existência de (2) ações com a violência/uso da força física como um regime de ação da prática (e não apenas como meio para atingir tais práticas), as quais tenham sido praticadas por indivíduos ou coletivos criminais (através da sugestão de Grillo) que (3) rompem com a alteridade ao proceder à objetificação do outro (ou do grupo rival). Já a compreensão do tráfico como prática própria do capitalismo *gore* torna necessária a análise de (a) novas formas para gerar capital próprias de países de “Terceiro Mundo”, a partir do rechaço ao trabalho proletário e da adoção da violência como forma de trabalho e de socialização, e (b) de masculinidades marginalizadas que emergem da necessidade dos homens se manterem como provedores da família.

### 3.3 O modelo teórico-analítico

A partir das construções teóricas expostas, chegou-se ao seguinte modelo de análise:

FIGURA 1 - ESQUEMA TEÓRICO-ANALÍTICO



Fonte: elaboração própria.

QUADRO 1 – RELAÇÃO ENTRE CONCEITOS SISTÊMICOS, DIMENSÕES ANALÍTICAS, INDICADORES E FONTES DE PESQUISA

Conceitos sistêmicos	Dimensão Analítica	Indicadores	Fontes
Sociabilidade violenta	Transição para a vida adulta	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Vivência escolar;</li> <li>b) Formas de materialização do trabalho;</li> <li>c) Vínculo com grupos de amigos;</li> <li>d) Referências adultas na família ou fora dela;</li> </ul>	Narrativa de vida
	Masculinidade marginalizada	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Homens referências;</li> <li>b) Liderança nos grupos de amigos;</li> <li>c) Relacionamento afetivo com mulheres;</li> <li>d) Homem como provedores econômicos;</li> </ul>	Narrativa de vida



Capitalismo <i>gore</i>	Necropráticas	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Aquisição de bens de consumo;</li> <li>b) Trabalho proletário;</li> <li>c) Violência letal;</li> <li>d) Violência <i>gore</i>;</li> <li>e) Exibição da violência pelas redes sociais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grupos focais</li> <li>- Narrativa de vida</li> <li>- Análise documental do material midiático local</li> </ul>
	Dinâmica do tráfico de drogas de Porto Alegre	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Formação dos coletivos criminais;</li> <li>b) Acirramento das disputas;</li> <li>c) Estratégias para expansão do poder;</li> <li>d) Forma de vinculação aos coletivos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Narrativa de vida</li> <li>- Análise documental do material midiático local</li> <li>- Entrevistas com agentes do sistema de justiça</li> </ul>

Fonte: elaboração própria.

Para dispor de dados da realidade suficientes à realização da análise proposta, optou-se pelas técnicas

#### 4. COMO EXTRAIR DADOS QUALITATIVOS SOBRE VIOLÊNCIA EXTREMA? O CAMINHO METODOLÓGICO

As dificuldades em abstrair os sentidos do uso da violência extrema por sujeitos *envolvidos* com o “mundo do crime” são diversas. Uma das principais é o encontro do pesquisador com esses indivíduos: onde estão e como abordar os especialistas nas dinâmicas do tráfico de drogas? As etnografias nos territórios em que esse fenômeno ocorre foi uma das estratégias utilizadas por alguns pesquisadoras da área no Brasil e no mundo (cf. BOURGOIS, 2003; FELTRAN, 2008; HIRATA, 2010; GRILLO, 2013; CONTRERAS, 2013). A inserção no ambiente prisional é outro tipo de metodologia utilizada em pesquisas sobre facções criminais (cf. DIAS, 2011). Há ainda quem combine essas diferentes abordagens, buscando uma compreensão mais multidimensional sobre a violência urbana (cf. CIPRIANI, 2019).

De todo modo, a escolha da metodologia de uma pesquisa não é *apenas* uma escolha. Há uma rede de motivos e de possibilidades que justificam a preferência por um certo desenho em detrimento de outro. Assim, optar por um tipo de fonte, por uma certa técnica de coleta de dados e por um dado local para a realização do campo é, inevitavelmente, abrir mão de algo. Seja mais tempo para a análise dos dados coletados, seja um *corpus* de dados menos complexo, seja a opção por um conjunto de atores, os caminhos metodológicos tomados pelo pesquisador sempre produzirão consequências nos resultados encontrados. Uma das formas de lidar com essa limitação inescapável é a exposição das razões que justificam as escolhas do desenho metodológico da pesquisa

Partindo da concepção, portanto, de que há um sujeito pesquisador por trás da escrita, optei por utilizar a primeira pessoa do singular para descrever, não apenas a travessia metodológica da pesquisa, mas também as análises e os resultados que se seguem a ela. Para que fosse possível apresentar os achados do campo da forma como eles se produziram na interação com os adolescentes *envolvidos* sem recorrer a falsas idealizações, entendi que seria mais honesto cientificamente assumir o lugar de onde parto como pesquisadora, bem como as frustrações e impasses que se evidenciaram durante o fazer sociológico.

Minha aproximação com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa se deu ainda enquanto graduanda do curso de Direito, por meio da participação no G10, Grupo de Assessoria à Juventude Criminalizada, o qual compõe o Sistema de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU), vinculado à faculdade de Direito da UFRGS. Como assessora jurídica nesse espaço, pude atuar na defesa interdisciplinar de diversos adolescentes acusados pelo

sistema de justiça juvenil de terem cometido ato infracional. O acompanhamento desses sujeitos e de suas famílias durante o cumprimento da sanção na FASE me aproximou das questões da violência urbana, com destaque para as dinâmicas do tráfico de drogas de Porto Alegre, tendo em vista que grande parte dos adolescentes possuía algum tipo de relação com esse ambiente.

A partir de 2016, as conversas com os adolescentes, com suas famílias e com os funcionários da FASE me indicaram que algumas mudanças estavam acontecendo no cenário do tráfico de drogas da cidade. A principal delas dizia respeito ao acirramento da disputa entre facções, o que se evidenciou pela observação de que os atos infracionais cometidos estavam cada vez mais vinculados a esse conflito. Ademais, algumas mães de adolescentes me relataram como os episódios de violência letal nas comunidades em que residiam apresentavam contornos de *crueldade*, com diversos casos de esquartejamentos e decapitações, por exemplo. Não me esqueço da fala de uma delas, em uma oportunidade, sobre como, naquele momento, o desejo das mães dos adolescentes envolvidos no tráfico era apenas conseguir enterrar seus filhos “inteiros”.

A proximidade com o ambiente da socioeducação e com os meninos do tráfico de drogas me levou à pesquisa do meu Trabalho de Conclusão de Curso (BARROS, 2017) que visava compreender a perspectiva desses sujeitos a respeito da atividade no mercado ilegal de drogas, questionando se eles a entendiam como um trabalho em suas vidas. Na oportunidade, realizei grupos focais com adolescentes que estavam em cumprimento de medida de internação na FASE e, mais uma vez, seus relatos me evidenciaram um cenário de crise nos acordos do mercado da droga, a qual parecia ser a responsável pela produção de mortes em novos níveis tanto qualitativos, como quantitativos.

Dessa forma, a pesquisa da dissertação não é a minha primeira inserção em uma instituição fechada e tampouco a primeira oportunidade em que tenho contato com jovens *envolvidos* – sejam agentes ou espectadores – em um ambiente de violência extrema. Por outro lado, se essa certa “experiência” pode contribuir para diminuir um pouco a distância de uma mulher branca, estudante universitária em relação a meninos de classe baixa que foram condenados ao cumprimento de medida socioeducativa em razão de terem cometido ato ilícito, ela nunca será capaz de anular o lugar social de onde falo quando interrogo esses sujeitos e a inevitável hierarquia decorrente dessa discrepância social. Isso ficou evidente, por exemplo, pelo uso, por parte dos jovens, do predicado “Dona” para se referirem a mim durante todo o tempo de realização dos grupos focais e das entrevistas.

#### 4.1 As técnicas metodológicas utilizadas

Ainda durante a fase de construção do projeto de pesquisa, realizei um “campo exploratório” para contextualizar o momento atual das facções do tráfico de drogas no estado e começar a explorar possíveis significados para a violência extrema ocorrida durante os conflitos entre elas. Com esse objetivo, escolhi dois interlocutores do Sistema de Justiça com notório<sup>24</sup> conhecimento a respeito do funcionamento dos grupos criminais do estado, sendo um Juiz de Direito e um Delegado de Polícia, com os quais realizei entrevistas semiestruturadas. O material coletado nesse primeiro momento fundamentou algumas adaptações do projeto, bem como serviu para sublinhar aspectos do fenômeno social que me escapavam até então, como a relevância do uso das redes sociais *online* para a propagação dos atos violentos.

Já nesse primeiro contato com o campo empírico, observei que emergiam dois níveis de análise que precisariam estar compreendidos no desenho da pesquisa, uma vez que eu tanto buscava acessar dados sensíveis a respeito da constituição das *facções* de Porto Alegre, como obter elementos que permitam analisar aspectos próprios da sociabilidade dos *sujeitos*. Dessa forma, acabei optando por uma metodologia que mesclasse mais de um tipo de técnica de coleta de dados, conforme demonstrado no quadro abaixo.

QUADRO 2 - RESUMO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Tipo de metodologia	Fonte de pesquisa	Local da fonte	Quantidade
Análise documental	Notícias de jornal	Jornais <i>Zero Hora</i> e <i>Diário Gaúcho</i>	127 páginas de jornal
Grupos focais	Adolescentes em cumprimento de MSE de internação	FASE/RS	10 adolescentes
Entrevistas narrativas	Adolescentes em cumprimento de MSE de internação	FASE/RS	4 adolescentes

Fonte: elaboração própria.

Nos tópicos a seguir, irei destrinchar como cada um dos procedimentos metodológicos escolhidos foi realizado, destacando algumas barreiras encontradas durante a realização do campo, além de possíveis limitações da pesquisa. Antes, contudo, gostaria de frisar um aspecto essencial para a escolha da FASE/RS como local de realização do campo: a opção por realizar

---

<sup>24</sup> O Juiz de Direito entrevistado é regionalmente conhecido como alguém que realiza, há mais de uma década, a interlocução entre presos e Sistema de Justiça. Já o Delegado entrevistado foi indicado por esse magistrado como sendo alguém que também teria uma compreensão qualificada sobre a atuação das facções nas ruas da cidade de Porto Alegre.

a pesquisa com adolescentes e jovens internados ao invés de adultos apenados. Essa escolha se deu basicamente por duas razões principais. A primeira delas diz respeito a minha inserção prévia no espaço da FASE/RS, conforme expus no início desse Capítulo.

A segunda razão foi por acreditar que os adolescentes, pela própria condição vivenciada dentro da instituição, estariam mais dispostos a compartilhar suas trajetórias em comparação com jovens apenados no Presídio Central. Isso ocorre porque, além da FASE/RS impor menos barreiras para a realização de pesquisas, os adolescentes lá internados estão mais habituados a encontrar com atores externos para a realização de oficinas ou de outros momentos de integração, de modo que os procedimentos da pesquisa podem se integrar na rotina da instituição sem causar os transtornos e riscos que o encontro com presos poderia provocar.

A questão que se colocou, então, foi se os adolescentes internados estariam *envolvidos* o bastante com as facções do tráfico de drogas e com as dinâmicas da violência letal de modo a torná-los interlocutores qualificados sobre essas temáticas. Conforme divulgado na página eletrônica da FASE/RS<sup>25</sup>, com dados atualizados em 04 de setembro de 2019, o Rio Grande do Sul possui um total de 1.307 jovens internados, sendo que 524 cumprem medida socioeducativa de internação pelos atos infracionais análogos aos crimes de homicídio, tentativa de homicídio ou tráfico de drogas. Isto é, em torno de 40% dos jovens estão internados pela participação em atos ou de tráfico de drogas ou de homicídios. Desse total, há meninos com mais ou menos vinculação às dinâmicas do “mundo do crime”; há adolescentes com apenas um ingresso na instituição e há os chamados “reincidentes”.

Para evitar que fossem selecionados adolescentes internados por práticas infracionais eventuais, sem relação com os grupos do tráfico de drogas, optei por realizar a pesquisa na Comunidade Socioeducativa (CSE), Unidade reservada aos adolescentes que possuem o chamado “perfil agravado”, seja pelo tipo de ato cometido, seja pelo reingresso no meio fechado do sistema socioeducativo. Esses critérios também se refletem em médias de idade maiores dos adolescentes, sendo que muitos permanecem na Unidade após completarem 18 anos<sup>26</sup>. É por essa razão que a presente pesquisa foi realizada tanto com adolescentes (pessoas entre 12 e 18 anos, conforme dispõe o ECA), como com jovens (pessoas entre 15 e 29 anos, segundo critério do Estatuto da Juventude).

---

<sup>25</sup> FASE-RS, *Dados estatísticos*. Disponível em <[http://www.fase.rs.gov.br/wp/dados\\_estatisticos/](http://www.fase.rs.gov.br/wp/dados_estatisticos/)>. Acesso em: 04 de setembro de 2019.

<sup>26</sup> Conforme dispõe o ECA, atos tipificados como crime são considerados atos infracionais quando cometidos por sujeitos que possuam 18 anos incompletos no dia da realização do ato. As medidas socioeducativas de internação terão duração máxima de três anos, de modo que o adolescente condenado pelo cometimento de ato infracional pode permanecer internado em Unidade socioeducativa até completar 21 anos.

Assim, ainda que as nomenclaturas se refiram a períodos etários distintos, para os fins da presente pesquisa, adolescentes e jovens serão termos utilizados como sinônimos para designar os interlocutores com que dialoguei no campo. Além disso, também irei me referir a eles por meio dos pseudônimos escolhidos de forma completamente aleatória, na medida em que seus nomes verdadeiros foram preservados de modo a preservar suas identidades.

Realizados esses esclarecimentos, parto então para a caracterização mais detalhada de cada procedimento metodológico, tanto em relação a certos aspectos teóricos, como a forma como ocorreram os processos de coleta e seleção de dados.

#### 4.1.1 Análise das notícias da mídia local: descrevendo as facções gaúchas

A primeira técnica utilizada foi a análise documental do material midiático publicado em dois jornais regionais, *Zero Hora* e *Diário Gaúcho* a respeito das dinâmicas do tráfico de drogas local. Ainda que algumas notícias já tivessem sido utilizadas na construção do projeto de pesquisa, observou-se a necessidade de uma seleção e coleta mais sistemática dessa produção jornalística, na medida em que a mídia local tem sido um importante canal veiculador de eventos de violência no contexto dos conflitos entre os grupos criminais do tráfico de drogas. Isso ocorre também em razão de um especial interesse por parte de certos jornalistas gaúchos a respeito da formação das facções em Porto Alegre, como é o caso de Renato Dornelles, jornalista do periódico *Diário Gaúcho* e autor do livro *Falange Gaúcha: o Presídio Central e a história do crimes organizado no RS* (2017).

Ademais, há uma lacuna na produção das Ciências Sociais no Rio Grande do Sul a respeito dessa temática, de modo que são poucos trabalhos que abordam a formação e atuação dos coletivos criminais do estado (cf. CIPRIANI, 2017, 2019). Voltar-se à produção jornalística, portanto, foi a maneira encontrada para suprir essa ausência de fontes bibliográficas e, ainda assim, construir uma narrativa coerente a respeito do histórico das facções e do seu *modus operandi*. Esses dados coletados foram utilizados como fonte descritiva do funcionamento dos grupos, permitindo uma contextualização e melhor delineamento da estrutura do tráfico no estado.

Para proceder na seleção do material midiático, realizei uma solicitação para acessar o Centro de Documentação e Informação (CDI) do Grupo RBS. O Grupo responde pelos periódicos *Zero Hora* e *Diário Gaúcho*, ambos escolhidos como fontes da pesquisa: o primeiro em razão da sua relevância como o principal jornal do estado, e o segundo pelo espaço que

concede em suas publicações às notícias sobre episódios de violência urbana ocorridos na RMPA.

O CDI é o responsável pelo arquivamento e catalogação de todo o material informativo produzido pelo Grupo RBS. Nesse espaço, há um computador disponível para que, após apresentar as razões pelas quais deseja acessar esses arquivos, pesquisadores possam realizar suas buscas pelo tempo que for necessário. Há um sistema próprio para realização das buscas integradas, a partir do qual é possível escolher palavras-chaves e localizar todas as notícias que possuam esses termos. É possível utilizar filtros na realização da pesquisa, restringindo o material em razão do periódico do Grupo RBS que se deseja consultar. Realizada a busca, o sistema apresenta todas as páginas do jornal que contenham os termos e então é possível refinar a seleção do material, a partir da leitura das notícias encontradas.

Em um primeiro momento, realizei a pesquisa em ambos os periódicos a partir das palavras “Facções” + “Violência”. A delimitação temporal da pesquisa corresponde ao período compreendido entre os anos de 2016 e 2018, momento de maior elevação nas taxas de homicídio da cidade de Porto Alegre, conforme evidenciado no Capítulo introdutório da pesquisa. Assim, a pesquisa compreendeu notícias de 01 de janeiro de 2016 à 18 de fevereiro de 2019, dia da coleta dos dados.

Optei por realizar uma pré-seleção no próprio CDI e, após receber o material completo, realizar uma segunda seleção. Na primeira triagem, realizada no próprio CDI, li rapidamente o material e excluí: a) notícias referentes à crise dos presídios no Norte do país; b) notícias referentes à expansão da violência para o interior do RS<sup>27</sup>; c) notícias a respeito de homicídios “simples”, ou seja, em que não se evidenciassem características de violência extrema; d) textos opinativos (como Artigos e Colunas).

Em uma segunda busca, dessa vez apenas no jornal Zero Hora, utilizei a palavra-chave “Bala na Cara”, mas elegi apenas as notícias mais relevantes, tomando como critério para definir relevância a profundidade das reportagens, como aquelas que realizavam uma retomada histórica para explicar o surgimento da facção. Optei por realizar essa segunda pesquisa em razão da centralidade que o grupo ocupa na dinâmica do tráfico de drogas da região, de modo que os jornais costumam referenciá-lo nas mídias produzidas a respeito do tema. Evidente que

---

<sup>27</sup> Esse critério se justifica porque observei uma grande quantidade de notícias referente às especificidades da interiorização das facções gaúchas, como reportagens que apontavam o crescimento das taxas de homicídio de cidades do interior do estado ou que descreviam cenas de violência antes desconhecidas nessas localidades. Assim, ainda que a interiorização das facções seja uma questão discutida por esse trabalho, ela o será apenas de modo genérico, como consequência não esperada da violência extrema ocorrida em Porto Alegre e RMPA, de modo que me pareceu desnecessário coletar as notícias específicas sobre esses fatos.

apareceram notícias que já haviam sido selecionadas na primeira busca, as quais foram descartadas.

Realizadas as duas buscas e a primeira filtragem, cheguei a um total de 146 páginas. Com esse total, procedi, então, em uma segunda filtragem, dessa vez a partir da leitura mais atenta do material, utilizando os seguintes critérios de exclusão: a) notícias que não agregavam informações relevantes sobre homicídios com uso de violência extrema ocorridos em razão de conflitos do tráfico; b) notícias do Diário Gaúcho que haviam sido publicadas de forma idêntica na Zero Hora. O quadro abaixo sintetiza as informações referentes a seleção do *corpus* de análise composto pelo total de 127 páginas<sup>28</sup> de jornal.

QUADRO 3 - SELEÇÃO DO CORPUS DOCUMENTAL

Periódico	Palavra-chave	Período da busca	Nº de páginas	Páginas após 1ª filtragem	Páginas após 2ª filtragem
Zero Hora	“Facção” + “violência”	01.01.2016 - 18.02.2019	263	108	93
	“Bala na Cara”		146		
Diário Gaúcho	“Facção” + “violência”		176	38	34
Total			585	146	<b>127</b>

Fonte: elaboração própria

#### 4.1.2 Grupos focais: o primeiro contato com os sujeitos da pesquisa

A segunda técnica utilizada foi a realização de grupos focais com adolescentes internados na FASE/RS. A opção pelos grupos focais se justifica também como estratégia de aproximação da pesquisadora com os adolescentes que foram posteriormente convidados a participar de entrevistas narrativas. Ao diferenciar-se dos métodos de “entrevista em grupo” e “discussões em grupo”, o grupo focal tem a marca do uso explícito da interação para a produção dos dados (FLICK, 2009, p. 188). A força da técnica se sustenta, por um lado na revelação através da discussão dos significados eliciados pelas pessoas sobre o tópico em questão, e por outro “a maneira pela qual elas negociam esses significados” (LUNT; LIVINGSTON, 1996, p. 96<sup>29</sup> *apud* FLICK, 2009, p. 189).

O potencial da técnica também está nas possibilidades que se abrem a partir do momento que os interlocutores se reconhecem como um grupo com interesses em comum. Ao se

<sup>28</sup> Há uma diferença entre página e notícia: a página é o documento no formato *.pdf*, equivalente a uma página de jornal, no qual podem estar contidas mais de uma notícia. Por outro lado, pode ocorrer casos em que diversas páginas se refiram a apenas uma notícia, quando se tratam de reportagens especiais investigativas, por exemplo.

<sup>29</sup> LUNT, P; LIVINGSTONE, S. Rethinking the Focus Group in Media and Communications Research. **Journal of Communication**, v. 46, pp. 79-98, 1996.



apoiarem em seus pares, os sujeitos costumam se sentir mais confortáveis e incentivados para emitirem suas opiniões a respeito de determinado assunto, além de terem a memória estimulada pela interação com os demais. Assim, a interação é o principal aspecto que diferencia os grupos focais de outras técnicas qualitativas: “é a partir do que os outros dizem que os membros de um grupo são estimulados a refletir sobre suas próprias experiências, recapitular eventos, expressar opiniões e produzir informações que interessem ao pesquisador” (PIMENTA, 2014b, p. 127).

Assim, mesmo em se tratando de um tema “tabu” e de um grupo social “vulnerável”, a revisão da literatura indica os benefícios do uso de grupos focais em casos como o da presente pesquisa. Em estudo com meninas que haviam cometido violências, por exemplo, constatou-se que elas identificaram a participação na pesquisa como momento para que refletissem sobre suas experiências, obtendo um maior entendimento sobre o papel e o impacto da violência em suas vidas (BARBOUR, 2009, p. 125).

Ademais, o uso da técnica de grupo focal como forma de aproximação do pesquisador com o entrevistado é recorrente nas Ciências Sociais (BARBOUR, 2009, p. 38). Trata-se de um momento de produção de conteúdo que irá guiar os próximos passos da pesquisa, definindo categorias e hipóteses que serão retomadas com os interlocutores em outra oportunidade (GONDIM, 2003, p. 152). Por fim, os grupos focais como forma de preparação para narrativas biográficas é uma técnica já utilizada em outras pesquisas qualitativas com jovens, mostrando-se extremamente produtiva no acesso a dimensões microsociais (PIMENTA, 2007, p. 44).

Para efetuar a técnica no contexto de adolescentes internados em Unidade socioeducativa, a primeira etapa foi a realização dos procedimentos regulamentares para a aprovação da pesquisa, conforme irei explicar mais detidamente no tópico referente à “ética na pesquisa”. Após, iniciei contato com uma técnica socioeducativa do CSE que eu já conhecia em razão do meu trabalho no G10. Marcamos um encontro para que eu pudesse explicar a ideia da pesquisa para ela e sua colega, também técnica no CSE. No dia combinado, dirigi-me até a Unidade Socioeducativa onde fui recebida pelas duas profissionais, para quem apresentei a proposta da pesquisa, explicando que se tratava de uma metodologia dividida em dois momentos: realização de grupos focais e entrevistas narrativas.

Elas então me explicaram que o CSE possui quatro alas<sup>30</sup>, mas que elas entendiam mais adequado que a pesquisa fosse realizada com os 15 adolescentes que se encontravam na ala III. Isso porque as alas I e II estavam com maior lotação, o que dificultaria a logística da pesquisa,

---

<sup>30</sup> Para evitar qualquer tipo de identificação dos adolescentes que participaram da pesquisa, irei identificar as Alas da Unidade pela sequência de números romanos I, II, III e IV. Essa identificação, contudo, não corresponde à realidade.

enquanto a ala IV é ocupada por adolescentes com questões de saúde mental. Elas me explicaram que dentre o grupo da ala III, havia adolescentes identificados com distintas facções, sendo que a grande parte possuía forte envolvimento com os grupos. A partir da indicação delas, decidiu-se pela realização da pesquisa com os adolescentes da ala III.

Esse grupo de 15 meninos convive durante o período da escola, mas são separados em dois grupos para os momentos das refeições e nas demais atividades que realizam na Unidade (como o momento do “pátio” e participação em cursos profissionalizantes). As técnicas me sugeriram que essa divisão interna, a qual é identificada pelo número dos dormitórios, fosse respeitada no momento da composição dos grupos focais. Assim, os adolescentes de dormitório “par” participariam um grupo, enquanto os adolescentes de dormitório “ímpar”, participariam de outro. Conversamos de modo mais livre sobre a atual situação dos meninos, quando as técnicas me confidenciaram que eles estavam cada vez mais vinculados às facções do tráfico, o que muitas vezes se refletia nas próprias roupas que usavam, havendo uma marca de roupa “designada” para cada coletivo. Nesse momento, portanto, confirmou-se o acerto na escolha do local do campo da pesquisa.

Por fim, elas me explicaram que, por questões de segurança, os grupos deveriam ser acompanhados por mais dois agentes socioeducativos. Relacionamos algumas datas possíveis para a realização da atividade e então combinamos que eu voltaria a entrar em contato para definirmos quando eu iria retornar à Unidade com o objetivo de apresentar a pesquisa aos adolescentes e convidá-los a participar, além de pedir para que assinassem os Termos de Assentimento (TA).

Praticamente um mês depois, retornei ao CSE para continuar as atividades quando fui autorizada a ir até a Sala dos Técnicos. Para chegar a esse local, passei por uma grade chaveada eletronicamente e subi um andar de escadas. Logo à esquerda, então, entrei em uma ampla sala onde trabalham os técnicos socioeducativos da Unidade, cada um com sua própria mesa, mas sem divisórias internas. Nesse local fui recebida por uma das técnicas que havia me atendido no primeiro encontro, a quem entreguei as cópias dos TA's e dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) a serem assinados pelos responsáveis dos adolescentes.

Durante essa conversa, os demais técnicos trabalhavam na sala, conversando entre si sobre alguns casos e tecendo os mais variados comentários a respeito dos atendimentos. Uma das conversas dizia respeito a um adolescente que esteve na Unidade há um tempo, cuja irmã havia telefonado para as técnicas no dia anterior para demandar o prontuário de saúde mental do menino do período em que ele esteve no CSE. As técnicas afirmaram que estavam muito

surpresas com esse contato, pois não esperavam que esse adolescente ainda estivesse vivo. Explicaram que ele mesmo se dava de 3 a 4 meses de vida quando saísse da FASE.

Após terminar de me contar esse episódio, a técnica de referência me explicou que, como nós teríamos que descer até a ala onde os adolescentes se encontravam, seria necessário que eu utilizasse um jaleco azul, o qual contém o logo da FASE bordado. O uso do jaleco para atendimento dos adolescentes já era algo que existia quando eu fazia parte do G10, tendo sido inclusive uma questão que ensejou algumas discussões do então grupo de assistência jurídica. Esse vestuário sempre foi exigido para as mulheres – trabalhadoras da Unidade ou não – que viessem a entrar em contato com os adolescentes. A justificativa da Fundação era a de que o jaleco amenizava possíveis decotes ou roupas justas que essas mulheres estivessem utilizando, o que poderia estimular sexualmente os adolescentes. Apesar de todas as problemáticas que essa exigência possui, a principal contrariedade que tínhamos em relação ao uso do jaleco dizia respeito à assimilação por parte dos adolescentes dos atendimentos externos com a FASE, podendo confundir sobre a qual instituição aquela profissional estaria vinculada.

Assim, quando as técnicas solicitaram que eu utilizasse a vestimenta, essas questões voltaram à tona para mim. Por se tratar da minha primeira inserção no campo e por entender que eu estava construindo uma relação de confiança com essas profissionais, entendi que não seria o momento de entrar em conflito e concordei com o uso do jaleco. Chegando à ala, um novo portão foi aberto por uma funcionária para que entrássemos no pátio interno da Unidade, uma espécie de quadra poliesportiva em que um lado é cercado por muro de concreto e cerca, e no outro por grades de ferro. Fazia sol e alguns adolescentes já estavam aguardando no local. Levamos então cadeiras de plástico para que eles e nós nos sentássemos e nesse ínterim os demais adolescentes entraram no local. A grade foi chaveada, e outros agentes socioeducativos também entraram no espaço. As técnicas pediram para que eles se sentassem em um grande círculo, explicando que eu era uma aluna de mestrado e que iria realizar um convite a eles.

Nesse momento, o grupo era formado por 14 adolescentes, sendo que um deles não se encontrava por estar em audiência. Iniciei explicando que, apesar de estar com o jaleco identificado com o logo da FASE, não fazia parte da instituição e não tinha qualquer vínculo com ela. Apresentei-me, então, como uma estudante da Universidade e expliquei que realizo pesquisa no mestrado sobre a temática das “violências letais no tráfico de drogas”. Por essa razão, esclareci que gostaria de conversar com eles sobre as “redes sociais e a violência” por acreditar que eles teriam muito a acrescentar sobre a temática, de modo que gostaria de sua ajuda. Expliquei que, em um primeiro momento, iríamos nos encontrar em dois grupos, de

acordo com os números dos dormitórios deles, quando iria propor algumas questões para discutirmos em conjunto. Acrescentei que, em um momento posterior, iria convidar alguns dos adolescentes para continuar a pesquisa, dessa vez em uma conversa individual.

Nesse momento, os adolescentes começaram a conversar entre si, fazendo algumas piadas sobre situações em que as redes sociais foram responsáveis por episódios de violência, alguns casos envolvendo mulheres ou notícias falsas. Interrompi, então, dizendo que isso tudo poderíamos conversar no dia no nosso encontro, quando eles teriam a oportunidade de me explicar com calma todas essas questões. Assim, parti para a leitura em voz alta do TA e, após terminar, questionei se eles possuíam alguma dúvida ou se não haviam entendido algo do que eu havia lido. Não havendo nenhum questionamento, perguntei quais adolescentes eram maiores de idade e, para esses, entreguei o TCLE. Para os demais, entreguei o TA e pedi para aqueles que desejassem participar da pesquisa, assinarem seu nome no local indicado e me entregarem o Termo.

Observei que alguns adolescentes leram o termo, enquanto outros assinaram diretamente e me entregaram. Assim, dos 14 meninos ali presentes, 11 aceitaram participar e 3 me devolveram os termos em branco. Despedi-me dos meninos que começaram a recolher as cadeiras e a se dirigir à saída do pátio, acompanhados dos agentes socioeducativos. Juntamente com as técnicas, retornei então a sua sala, onde combinamos que eu entraria em contato para marcarmos a realização dos grupos focais. Em relação aos TCLE's dos responsáveis pelos meninos com menos de 18 anos, elas afirmaram que iriam conversar pessoalmente com a mãe ou pai de cada adolescente, explicando a pesquisa e solicitando a autorização.

QUADRO 4 - ATIVIDADES REALIZADAS NO CSE (ETAPA I)

<b>Tipo de atividade</b>	<b>Local</b>	<b>Ações realizadas</b>	<b>Principais dificuldades</b>
Apresentação da pesquisa para as técnicas da Ala III do CSE	Sala de reuniões CSE	- Explicação da ideia da pesquisa - Conversa informal sobre o “perfil” dos adolescentes que se encontram no CSE	Sem maiores dificuldades
Apresentação e convite para realização da pesquisa para os adolescentes da Ala III	Sala dos Técnicos e Interior da Ala (pátio interno da Unidade)	- Explicação e convite para que os adolescentes participem da pesquisa - Observação das conversas dos técnicos em seu ambiente de trabalho	- Uso do jaleco com identificação da FASE - Leitura dos Termos para os adolescentes - Conversa com adolescentes estando acompanhada de diversos agentes e técnicos da instituição
Realização dos Grupos Focais com os adolescentes	Sala dos Técnicos e Biblioteca da Unidade	- Observação das conversas dos técnicos em seu ambiente de trabalho	- Heterogeneidade na participação dos adolescentes durante os grupos focais - Certa animosidade entre alguns adolescentes do Grupo B

		- Realização dos grupos focais com dois grupos de adolescentes	
--	--	--	--

Fonte: elaboração própria.

Conforme já exposto, a opção pela realização dos grupos focais se justifica como forma de aproximação com os adolescentes que, posteriormente, participariam das entrevistas narrativas. Nesse sentido, o tema que atravessou as discussões dos grupos foi “Redes Sociais e Violência”, uma escolha que decorreu de duas razões principais. A primeira é a emergência, durante o campo exploratório, de relatos a respeito da importância que as mensagens de *WhatsApp* possuem na dinâmica das facções do tráfico. Conforme os agentes de segurança pública que entrevistei explicaram, as filmagens das execuções que são distribuídas nas redes de mensagens, cumprem não apenas o propósito simbólico de fomentar o medo entre os grupos rivais, mas também servem como prova da realização dos atos aos mandantes – normalmente homens que estão presos e que continuam tendo acesso ao celular.

A segunda razão é a necessidade, nesse primeiro momento, de um tema que apenas tangenciasse a questão da “violência do tráfico de drogas”, deixando para os adolescentes escolherem se gostariam de adentrar nessa temática ou se preferiam abordar outros aspectos das redes sociais. Para me auxiliar na condução dos grupos, organizei um roteiro de questões (Apêndice A) e um conjunto de “elementos disparadores”, como manchetes de jornais e fotos (Apêndice B).

Quando a técnica que eu guardava chegou ao local, fui informada que dos 12 adolescentes que haviam concordado em realizar a pesquisa<sup>31</sup>, dois estariam em Atendimento Especial<sup>32</sup> em decorrência de uma briga ocorrida entre eles, o que os impossibilitava de participar da atividade. Assim, os 10 adolescentes restantes seriam separados em dois grupos, respeitando a divisão interna da ala conforme já havíamos combinado. Realizados esses esclarecimentos, fui direcionada à Biblioteca da Unidade, local em que os grupos se realizariam.

<sup>31</sup> Além dos 11 que assinaram o termo na minha presença, o adolescente que estava em audiência na oportunidade em que apresentei a pesquisa, em conversa posterior com as técnicas, também havia consentido com a participação.

<sup>32</sup> Os adolescentes internados na FASE que descumpram norma do Regimento Interno da instituição passam por uma “Comissão de Avaliação Disciplinar (CAD)”, constituída por técnicos e seu advogado de defesa. Nesse procedimento, o adolescente pode dar a sua versão dos fatos e, com base no seu depoimento e nos relatos dos agentes socioeducativos e/ou técnicos, toma-se uma decisão sobre a punição para o descumprimento da regra. As sanções variam de perda de atividades de lazer, até Atendimento Especial – nome legal ao que comumente se chama de “isolamento”. Nessa modalidade, o adolescente fica sozinho em uma cela trancada durante um determinado período, normalmente quando se entende que a convivência com os demais pode colocar em risco a sua segurança e a dos demais. Ao que se sabe, o espaço de isolamento é muito precário, fétido e sujo.

No local, além do profissional que realiza as atividades na Biblioteca, também estava presente um agente socioeducativo responsável pelo deslocamento dos meninos dentro da Unidade. Acompanhados desse agente, os meninos entraram a sala algemados, mas logo foram liberados das algemas e convidados a se sentarem nas cadeiras ao redor da mesa. Assim que nos acomodamos, os agentes da FASE se sentaram na porta da Sala, sem interromper ou realizar qualquer fala durante toda a duração da atividade. Nesse sentido, considero que a sua presença no local não chegou a representar um impeditivo para a realização das discussões, pois, os meninos não demonstraram qualquer constrangimento em suas falas que fizesse referência a presença dos agentes no local (ao menos não de modo evidente).

A sistemática que descreverei em seguida ocorreu, de forma mais ou menos semelhante, com os dois grupos focais realizados. Com ambos os grupos, iniciei as atividades retomando a explicação sobre a ideia da pesquisa e o tema que iríamos conversar naquele dia. Em seguida, expliquei que eles poderiam falar aquilo que desejassem, pois não havia “certo” ou “errado” em suas falas. Indiquei que gostaria de aprender com eles sobre como as redes sociais podem estar relacionadas com a violência. Afirmar que iria ligar o gravador de voz e solicitei que cada um falasse seu nome, para que eu pudesse identificá-los no momento que fosse transcrever as falas. Reafirmei que somente eu saberia os seus nomes e que, de nenhuma forma, eles seriam identificados na pesquisa. Iniciei, então, com uma questão mais ampla sobre “o que eles entendiam por ‘redes sociais’”, questionando quais eram as primeiras coisas que vinham à sua cabeça quando eu falava esse termo.

A partir desse momento, fui utilizando as questões-guias que eu havia preparado, bem como os elementos disparadores, como forma de retomar a discussão quando ela cessava. De modo mais ou menos livre, deixei que eles próprios guiassem as temáticas a serem abordadas no grupo, procurando observar quais elementos eram mais centrais em suas narrativas sobre as redes sociais e tentando explorar tais questões. Diversos assuntos atravessaram nossa discussão, como relacionamentos afetivos; diferenças de uso das redes por pessoas mais velhas; usos das redes pelos *embolamentos*; eventos violentos que circulam nas redes; problemas e benefícios dessas tecnologias; entre outros.

De modo geral, os adolescentes foram bastante participativos e demonstraram não apenas possuir muito conhecimento sobre as questões que eu demandava, como interesse em compartilhar suas opiniões comigo. O clima dos grupos foi, portanto, bastante amistoso, apesar de, por diversas vezes, assuntos bastante delicados terem vindo à tona. Os adolescentes fizeram piada com algumas questões e pareciam possuir um bom convívio entre si.

Em relação às dinâmicas de interação entre os adolescentes, identifiquei que ocorreu uma diferença no nível de participação de alguns sujeitos em relação a outros, pois alguns expuseram mais sua opinião e pareceram mais interessados às questões que eu propus. Esse é, na verdade, um problema esperado nesse tipo de técnica metodológica (GONDIM, 2003, p. 156). No caso do grupo 1, essa dificuldade foi menos significativa: apenas um adolescente foi realmente menos participativo. Já no Grupo 2, pelo menos três participantes foram bastante ausentes das discussões; em compensação, os outros três foram extremamente atuantes. A composição dos grupos está descrita no quadro abaixo.

QUADRO 5 - COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS FOCAIS REALIZADOS

Grupo	Quantidade de adolescentes	Componentes do grupo	Duração
1	4	Marco Felipe João Pedro Luan	49min
2	6	Matheus Leonardo Rafael Yuri Carlos Eduardo Wellington	38min

Fonte: elaboração própria.

Por fim, ainda sobre o segundo grupo, senti uma certa animosidade entre os meninos, o que talvez explique a diferença de participação. Embora nada tenha sido explicitado, a impressão que tive foi de que havia distintos graus de proximidade entre os adolescentes, de modo que os meninos menos falantes pareciam possuir uma certa distância em relação àqueles que, em alguma medida, “comandaram” as discussões do grupo. A maior aderência de alguns adolescentes às discussões também ficou explícita quando perguntei, ao final dos grupos, quem teria interesse em participar da segunda etapa da pesquisa, dessa vez em uma conversa individual comigo. Foram aqueles que estavam mais envolvidos que também se propuseram a estar nesse segundo momento.

#### 4.1.3 Entrevistas narrativas: as histórias dos *envolvidos* no tráfico

A terceira técnica de pesquisa operacionalizada foi a das narrativas individuais do tipo “trajetórias de vida” a partir da qual o sujeito narra suas experiências de vida em um contexto de uma entrevista de história oral (SANTOS; VOLTER; WELLER, 2014, p. 200). O uso da

técnica justifica-se, pois, a perspectiva metodológica da “sociabilidade violenta” indica que a adesão a esse regime de ação só é compreendida através da análise da trajetória narrada pelo sujeito “portador” da sociabilidade (SILVA, 2008, p. 43). Ademais, utilizando essa metodologia, já foram produzidas pesquisas sobre a transição de jovens para a vida adulta (cf. PIMENTA, 2007), bem como sobre o engajamento de jovens com violência (cf. VIEIRA, 2011).

Bertaux, um dos autores dessa corrente metodológica que foi utilizado como referência para a presente pesquisa, entende que os cursos de ação podem sugerir elementos para delinear os padrões estruturais de certas configurações de relações sociais (SANTOS; OLIVEIRA; SUSIN, 2014, p. 370). Esse curso de ação se refere “à sequência ordenada de ações que uma mesma pessoa executa na *durée* para, por exemplo, tentar realizar um de seus projetos” (BERTAUX, 2014, p. 255). Na realização de tais projetos, são mobilizados recursos pessoais e subjetivos, sendo que compreender o sentido visado para o autor – nos termos weberianos – é primordial, sobretudo em um ponto em específico: identificação dos processos de mudança da condição social do sujeito (*ibid.*, p. 257).

Evidente que a memória de um sujeito sempre será marcada pela incompletude, considerando as múltiplas experiências vivenciadas pelos indivíduos e a constante transformação da sua vida (AUGUSTO, 2011, p. 53). Contudo, a perspectiva metodológica de Bertaux estabelece a premissa de que existe uma realidade objetiva da pessoa que é precedente e independente da forma como ela é narrada pelo sujeito (1997, p. 33). Essa realidade individual pode ser generalizada pela constatação do nó comum às experiências dos indivíduos, o qual corresponde à dimensão social dessas trajetórias (BERTAUX, 1997, p. 37). Nesse sentido, não se trata de analisar a história de um certo indivíduo, mas de entendê-lo como “um fragmento da realidade sócio-histórica, um objeto social” (*ibid.*, p. 45).

Para efetivar essa técnica de pesquisa com jovens internados na FASE, alguns ajustes foram necessários. Após a realização dos grupos focais, indiquei para as técnicas socioeducativas quais seriam os adolescentes que eu gostaria de entrevistar individualmente<sup>33</sup> e então combinamos um calendário para os encontros. Em razão da Unidade possuir apenas uma sala para atendimento individual de adolescentes, a qual é compartilhada entre técnicos, Defensores Públicos, advogados e demais profissionais que necessitem se encontrar a sós com os meninos, foi-me solicitado que eu estivesse com cada um deles na sala por no máximo uma

---

<sup>33</sup> O critério de seleção dos adolescentes acabou sendo apenas a vontade deles de participarem das entrevistas individuais. Assim, dos 10 participantes dos grupos focais, 4 indicaram que gostariam de realizar a segunda Etapa da pesquisa, os quais foram todos entrevistados.



hora e que eu realizasse apenas uma entrevista por dia. Respondi afirmativamente e combinamos que, caso fosse necessário mais tempo, eu marcaria um segundo encontro para finalizar a entrevista.

Assim, a cada dia eu chegava na instituição e era direcionada à sala de atendimento, munida apenas de um caderno, uma caneta e meu gravador de voz<sup>34</sup>. No local, eu aguardava o adolescente chegar acompanhado de um agente socioeducativo e algemado. Antes de entrar na sala, contudo, suas algemas eram retiradas e eu pedia então que ele se sentasse na cadeira que quisesse. Em seguida eu fechava a porta e logo me sentava à sua frente. As entrevistas, portanto, ocorreram sem qualquer interrupção, em um ambiente de privacidade. Em todas as entrevistas, eu mesma optei por encerrar os questionamentos após quase uma hora de conversa. Esse encerramento se deu mais porque eu senti que já havíamos chegado em um nível suficiente de aprofundamento do que em razão do horário pré-estabelecido pela FASE. O tempo de uma hora acabou, portanto, se mostrando suficiente para a realização das entrevistas.

QUADRO 6 - CARACTERIZAÇÃO DOS ADOLESCENTES ENTREVISTADOS

Pseudônimo	Idade	Tempo de internação	Grupo focal que participou	Cidade de origem
João Pedro	20	2 anos e 2 meses	1	Canoas
Matheus	17	1 ano e 3 meses	2	Porto Alegre
Carlos	18	8 meses	2	Pelotas
Wellington	19	1 ano e 8 meses	2	Porto Alegre

Fonte: elaboração própria.

Após acomodados na sala e já com a porta fechada, eu perguntava aos adolescentes se eles se lembravam de mim, já que fazia um certo tempo da realização dos grupos focais. Todos responderam afirmativamente, de modo que eu retomei brevemente que eu estava ali porque gostaria de saber um pouco da história das suas vidas. Indiquei que eles podiam ficar tranquilos que o que eles me falassem não seria repassado às técnicas da FASE e que só seria utilizado para os fins da pesquisa, com a garantia do seu anonimato.

<sup>34</sup> No primeiro dia da realização das entrevistas, a técnica responsável e um agente socioeducativo relataram que um dos adolescentes que iria participar da pesquisa havia se envolvido em uma briga na semana anterior e que, portanto, estava em Atendimento Especial. Além disso, eles me relataram que ele estaria “desorganizado” psicologicamente, de modo que seria melhor postergarmos a sua entrevista. Eu indiquei que entendia a situação e então combinamos em adiar para a semana seguinte o encontro com esse adolescente.

Realizada essa breve introdução eu, então, coloquei, para todos os adolescentes, a seguinte questão: “eu queria conhecer a tua história, gostaria que tu me contasse a história da tua vida”. Em alguns casos, quando o adolescente demonstrou certa dificuldade em iniciar o relato, eu utilizei a estratégia de perguntar como que ele se apresentaria, caso precisasse se apresentar para alguém. A partir daí os relatos se iniciaram das maneiras mais variadas, conforme será abordado mais à frente. O que é importante afirmar, por ora, é que, diferentemente do que prevê a literatura sobre as entrevistas narrativas (ROSENTHAL, 2014, p. 192), os meus interlocutores não emplacaram uma sequência de lembranças sobre suas trajetórias, de modo que eu optei por ir estimulando que eles narrassem períodos da sua vida os quais, no momento da análise, se mostraram divididos basicamente em: infância, envolvimento com o tráfico, participação em episódios de violência, estadia na FASE e projeção do futuro.

O relato desses períodos não se deu de forma cronológica, pois os adolescentes iam realizando associações de acordo com episódios que se recordavam, o que também acabou me fazendo optar por abordar algumas questões relacionadas a esses episódios, sobretudo aqueles que, em alguma medida, correspondiam aos indicadores que eu havia me proposto a analisar. De modo geral, portanto, estabeleci alguns pontos centrais que eu gostaria que fossem articulados nas narrativas, os quais eu retomava assim que o adolescente cessasse um relato. De resto, optei por deixar que eles se sentissem livres para abordar o que achavam relevante na constituição da sua história.

Ainda resta esclarecer que, na primeira entrevista, eu iniciei utilizando o caderno de campo para anotar pontos que eu gostaria de retomar após o fim do relato do adolescente, conforme a literatura indica (ROSENTHAL, 2014, p. 183). Contudo, logo percebi que o ato de anotar causava estranheza ao meu interlocutor e inclusive lhe fazia se desconcentrar da sua narrativa. Já durante essa primeira entrevista, então, eu optei por abandonar as anotações e me concentrar totalmente no que ele dizia, buscando manter meu olhar direcionado a ele na maior parte do tempo.

## **4.2 Tecendo a ética na pesquisa**

Para a sua realização, a pesquisa passou por todos os trâmites previstos na Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde que rege a atuação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS (CEP-UFRGS). Após a apresentação dos documentos de pesquisa demandados e das adaptações necessárias, o projeto foi aprovado em parecer de nº. 3.525.243 emitido pelo

CEP-UFRGS (Anexo A). Além disso, a partir do contato com a Assessoria de Informação e Gestão da FASE, o projeto também observou os procedimentos internos para a realização de pesquisas dentro da instituição, tendo sido aprovada em observância da Resolução 004/2017 da Fundação.

O cumprimento desses aspectos normativos, contudo, não é suficiente para afirmar que a pesquisa respeitou parâmetros éticos. Há correntes nas Ciências Sociais que sequer entendem que os procedimentos dos Conselhos de Ética devam servir de guia a esse campo de saber cujas implicações éticas não deveriam estar sob o crivo de pessoas da área médica (FONSECA, 2010). Sem querer entrar nesse debate, parece importante retomar tanto as estratégias que foram mobilizadas durante a interação com os entrevistados, como os momentos que fizeram aflorar aspectos éticos na realização de pesquisa com adolescentes e jovens privados de liberdade.

A partir do momento que entrei em contato com os profissionais da FASE para apresentar a ideia da pesquisa, busquei deixar claro que não estava dentre meus objetivos questionar a atuação da instituição para com os adolescentes, de modo que, mesmo em momentos em que presenciei situações que demonstraram algum nível de desrespeito aos direitos dos socioeducandos, minha opção foi sempre pela não interferência. Considerei que não seria ético utilizar da minha entrada na instituição como pesquisadora para realizar qualquer tipo de enfrentamento ou denúncia, inclusive pelas consequências que isso poderia ter para outras futuras pesquisas.

Apesar disso, devo salientar algumas particularidades próprias do modo de funcionamento da FASE/RS que acabaram interferindo no desenho da pesquisa e, conseqüentemente, nos resultados alcançados. Investigações sociais realizadas no interior de instituições totais são sempre permeadas por restrições impostas diretamente pelos trabalhadores da instituição ou por limitações decorrentes do fato de estar-se em um espaço de privação de liberdade, regido por critérios de segurança estritos.

O primeiro ponto diz respeito ao critério de seleção dos adolescentes. Conforme expliquei, a construção do *corpus* da pesquisa se deu em conjunto com a Equipe Técnica do CSE que indicou uma certa ala da Unidade como sendo o “melhor” local para a realização do estudo. Ainda que características objetivas tenham sido elencadas para essa escolha, a determinação de quais adolescentes poderiam participar da pesquisa acabou sendo realizada por profissionais da própria instituição. Uma outra questão ética diz respeito à qualidade do consentimento de adolescentes que estão em uma situação de total restrição de liberdade.

Sobre esse ponto, é importante recordar que todo o deslocamento dos adolescentes no interior da Unidade em direção aos espaços em que eu os aguardava para realizar a pesquisa aconteceram com os meninos algemados. Evidente que isso só ocorreu após eles terem consentido com a realização da pesquisa – os que não quiseram participar sequer foram deslocados –, mas, ainda assim, o uso das algemas relativiza a voluntariedade de sua participação. O que mitigou esse fato foi a permanência dos meninos sem as algemas durante todos os momentos em que estiveram comigo. Por fim, o fato de eu ter sido apresentada aos adolescentes pela Equipe Técnica que os acompanha e os avalia<sup>35</sup>, pode ter influenciado tanto na opção pela sua participação na atividade, por julgarem que isso poderia ajudar a produzir uma “boa” imagem deles, quanto pela negativa, por entenderem que as informações repassadas a mim poderiam prejudicá-los nessa avaliação.

Atentando para essa questão, desde o primeiro momento, tive a preocupação de me diferenciar dos profissionais da FASE sempre em que me encontrei com os adolescentes. Colocar-me como alguém que vem de fora da instituição foi importante para estabelecer uma relação de confiança com meus interlocutores, para que eles se sentissem seguros para compartilhar suas experiências, mesmo quando essas estivessem relacionadas com o cometimento de delitos. Durante a narrativa desses episódios, procurei não emitir qualquer juízo de valor, sobretudo quando os adolescentes tratavam com naturalidade situações de violência vividas por eles (tanto como autores, quanto como expectadores).

Ainda que aparentemente em contradição com essa última afirmação, também me permiti ser afetada pelos relatos que ouvi. Entendi que a postura ética nessa pesquisa em específico passava por me afastar de um comportamento “robótico”, como se, como pesquisadora, eu pudesse me colocar de forma completamente alheia aos sentidos das falas que se produziam na interlocução com os sujeitos da pesquisa. Assim, quando os adolescentes indicavam que uma dada situação era engraçada, eu acabava rindo com eles; quando

---

<sup>35</sup> O Sistema de Justiça Juvenil não prevê a determinação prévia do tempo de cumprimento de medida socioeducativa de internação aos adolescentes condenados pela prática de ato infracional. A Lei que rege o Sistema, o ECA, apenas dispõe que a internação não ultrapassará o prazo de 3 anos de duração (Art. 121, §3º), de modo que, a partir do início do cumprimento da MSE, a internação será sempre reavaliada no prazo máximo de 6 meses (Art. 121, § 2º) em audiência realizada na Vara Judicial que acompanha a execução das medidas até se entender que a medida atingiu a sua finalidade ressocializadora. Nessas audiências, um dos critérios avaliados pela autoridade judiciária é o cumprimento da MSE de modo satisfatório. Para realizar a avaliação que pode culminar na decretação do término da medida e na liberação do adolescente, os magistrados se baseiam nos relatórios interdisciplinares realizados pela Equipe Técnica que acompanha o socioeducando. É por essa razão que muitos adolescentes prezam por uma boa relação com os profissionais da Unidade e buscam demonstrar proatividade em atividades oferecidas pela instituição.

demonstravam inconformidade com alguma questão – como a atuação da polícia ou do sistema de justiça, por exemplo – eu me expressava da mesma forma.

Em grande parte, essas escolhas foram muito mais intuitivas do que pré-determinadas. Em suma, o que me guiou durante a realização dos grupos focais e das entrevistas foi, principalmente, o pressuposto de que eu deveria buscar construir momentos de interação com os adolescentes que fossem o mais espontâneos possível, de modo que as minhas reações aos seus relatos também foram, em grande parte, fruto do que eu verdadeiramente sentia quando escutava o que eles me diziam. Meu único cuidado *planejado*, foi o de não desenvolver minhas opiniões sobre o que eles me relatavam, de modo que me expressei apenas por meio de sons afirmativos e de expressões simples como “entendi”, “sim”, “claro” ou através do silêncio.

Naquele momento, pouco importava o quanto eu considerava injusto o tratamento que eles recebiam do sistema repressivo, ou como admirava a resiliência deles em tantos momentos difíceis pelos quais passaram em fases tão precoces da vida. Na medida do que foi possível, busquei respeitar o sentido que meus interlocutores deram aos seus relatos, comportando-me de modo a indicar que eu, assim como eles, sentia indignação e tristeza, mas que também podia rir de situações tragicamente inusitadas, como, por exemplo, quando um adolescente narrou uma situação em que uma profissional da socioeducação que lhe atendia em outra instituição tomou um choque quando encostou em uma porta de ferro que estava sendo utilizada por ele e outros adolescentes para carregar um celular:

Carlos: É, também lá em Pelotas eu... eu mexia assim pra carregar o telefone né? Que eu aprendi que quando eu tava lá, meu cupinxa antes de ir embora ele me ensinou né, que nós ligava o carregador...tipo aquelas lâmpadas que... que sai assim, daí nós ligava o fio na lâmpada e um na porta, pra fazer o terra né Dona? Pra ligar o carregador.

Pesquisadora: E dá certo?

Carlos: Dava, só não podia tocar na porta que dava choque (*risada*). Uma vez deu até choque numa Dona sem querer. Porque o cara deixava ali e não podia pedir banheiro, né Dona? Daí quando vê a Dona libera nós: “atendimento” (*risada*).

Pesquisadora: (*risada*).

(Entrevista com Carlos, 18 anos).

Por fim, nos momentos em que o adolescente indicou um nível de sofrimento capaz de silenciá-lo a respeito de algum aspecto da sua vida, senti a necessidade de suspender a abordagem do assunto. Isso ocorreu mais de uma vez durante a realização das entrevistas narrativas, mas a situação mais significativa foi quando Matheus me relatou o episódio em que ele atirou acidentalmente no rosto de um amigo de infância. O silêncio, a voz embargada e o olhar distante foram suficientes para que eu optasse por não questionar se o seu amigo havia falecido na oportunidade, ou ainda demandar mais detalhes sobre esse fato.

É muito provável que eu não tenha percebido todos os momentos em que as minhas intervenções levaram ao reavivamento de episódios de difícil assimilação por parte dos adolescentes. Afinal, a pesquisa sociológica que entra em contato com indivíduos e que busca na narrativa das suas experiências as informações que precisa para tecer suas análises está, a meu ver, fadada a causar desassossego, inquietação e sofrimento. O comprometimento em construir significados socialmente potentes com o que se obtém dessas intervenções, além da crença de que a narrativa dos *envolvidos* a respeito da sua própria vida precisa ser cientificamente considerada, talvez sejam os principais resguardos éticos do pesquisador, mesmo que as dúvidas a respeito do quanto é válido estimular sujeitos a lembrarem momentos difíceis da sua história sem lhes oferecer qualquer tipo de resposta a essas questões nunca deixem de existir.

#### **4.3 A análise dos dados: filtros e sistematizações**

Os resultados da presente pesquisa foram divididos em dois grandes conjuntos, sendo o primeiro referente à formação dos *embolamentos* do tráfico de drogas no estado do Rio Grande do Sul, bem como a descrição das suas práticas violentas, e o segundo referente às trajetórias dos sujeitos *envolvidos* com o tráfico de drogas, autores da violência extrema. A análise de cada um desses conjuntos será realizada em Capítulos específicos apresentados a seguir. Para chegar a esses resultados, contudo, antes foi necessário agrupar os dados coletados a partir dessa divisão analítica, de modo que o campo exploratório, as notícias jornalísticas e as interações dos grupos focais foram as principais fontes utilizadas na análise da *estrutura* do tráfico de drogas (Capítulo 05), enquanto as entrevistas narrativas foram operacionalizadas no momento da análise do *sujeito* do tráfico de drogas (Capítulo 06).

A transcrição dos áudios tanto dos grupos focais, como das entrevistas narrativas foi inteiramente realizada por mim com auxílio do programa informacional *Sonal*. O *software* possui ferramentas que permitem transcrever muito mais rapidamente o que se ouve, na medida em que o programa pré-determina pausas no áudio que duram 5 segundos e fazem com que o pesquisador transcreva o que ouviu enquanto o arquivo de áudio está pausado. Após esse espaço, o próprio programa volta a reproduzir o áudio por mais 5 segundos e assim sucessivamente. O *Sonal* também estabelece atalhos de teclados que agilizam o processo de transcrição.

Sobre o processo de transcrição, há ainda alguns esclarecimentos a serem feitos. Na busca por preservar ao máximo a forma como os adolescentes se expressaram tanto nos grupos focais como nas entrevistas individuais, optei por manter a literalidade das falas, mesmo quando em dissonância com a Língua Portuguesa formal. Realizei apenas algumas inserções, para casos em que a fonética divergia da língua escrita, como, por exemplos, nos verbos no infinitivo terminados com a letra R. Também optei por não incluir a convenção de linguagem *sic* entre colchetes, normalmente utilizado para afirmar que o texto está reproduzindo o que originalmente foi dito. Na medida em que todo o conteúdo das falas foi reproduzido na sua originalidade, refleti que a reiteração do *sic*, não apenas deixaria a leitura mais cansativa, como acabaria auxiliando na afirmação de que as falas dos meninos são supostamente “menos corretas” ou estão em “descordo com a língua formal”. Para esclarecer o sentido de alguns termos que apareceram nas falas, além de explicar as expressões regionais utilizadas, inclui um Glossário ao fim do trabalho.

Findo o processo de transcrição e, para melhor proceder na análise de todo o material coletado, optei por exportar os dados e categorizá-los com o auxílio do programa informacional CAQDAS (*Computer Aided Qualitative Data Analysis Software*) NVivo 12. O *software* é uma ferramenta de suporte à análise dados qualitativos de diversos formatos, como textos, áudios e imagens, pois permite que as informações contidas nesses arquivos sejam agrupadas pelo pesquisador em distintas categorias. Esse processo é chamado de “codificação” e é responsável pela geração de “nós, nomenclatura utilizada pelo NVivo para se referir às categorias. Ao final do processo de codificação, portanto, o “nó” criado pelo pesquisador será constituído por todos os dados que digam respeito à categoria criada. No caso da presente pesquisa, os nós foram definidos *a posteriori*, após a coleta do material<sup>36</sup>.

Assim, se uma notícia continha, por exemplo, a narrativa sobre um episódio de esquartejamento e, em seguida, retomava alguma questão sobre a formação de um dos grupos, cada extrato foi indexado no “nó” respectivo às categorias “Formação do grupo X” e “Esquartejamento”. O mesmo em relação a fotos e gráficos cujo conteúdo se relacionasse com as categorias: os extratos foram selecionados como imagens e indexados nos seus nós de referência. A codificação dos dados com auxílio do programa NVivo foi utilizada para todos os dados coletados no campo: notícias jornalísticas, grupos focais e entrevistas narrativas. No caso das categorias analíticas referentes à dimensão da *estrutura* do tráfico de drogas, as notícias e

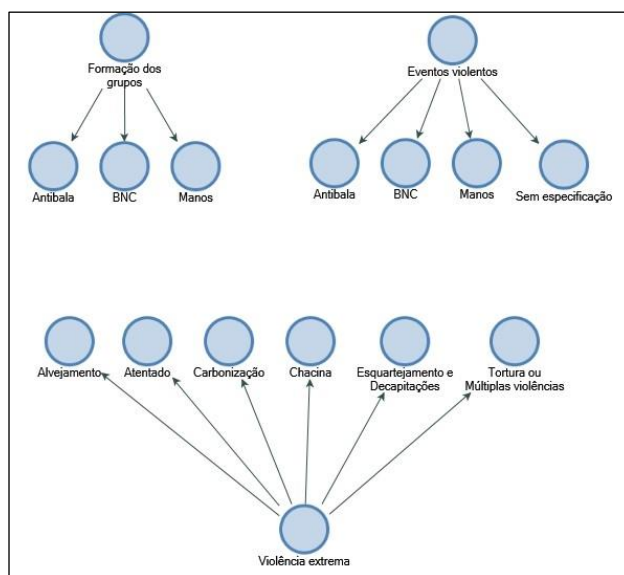
---

<sup>36</sup> Em verdade, o processo de definição das categorias foi realizado em concomitância com a leitura do material. Evidente que alguns grupos de nós já estava previstos (como “Formação dos grupos” e tipos de “Violência extrema”). Outros, como “Ações estatais” surgiram a partir da presença recorrente do assunto no material.

grupos focais foram categorizados e analisados em conjunto, isso é, tendo como base os mesmos “nós”.

Nas figuras abaixo é possível visualizar o diagrama com os “nós” dessa primeira dimensão de análise e suas subdivisões. Optei por separar esse diagrama em duas imagens: na primeira constam o que chamei de “Nós principais”, pois são sobretudo a partir do conteúdo indexados nessas categorias que realizei a análise da estrutura do tráfico de drogas de Porto Alegre. Na segunda figura, constam os “Nós secundários”, cujas temáticas são relevantes à compreensão da violência urbana, mas cuja análise não foi desenvolvida em profundidade no presente trabalho.

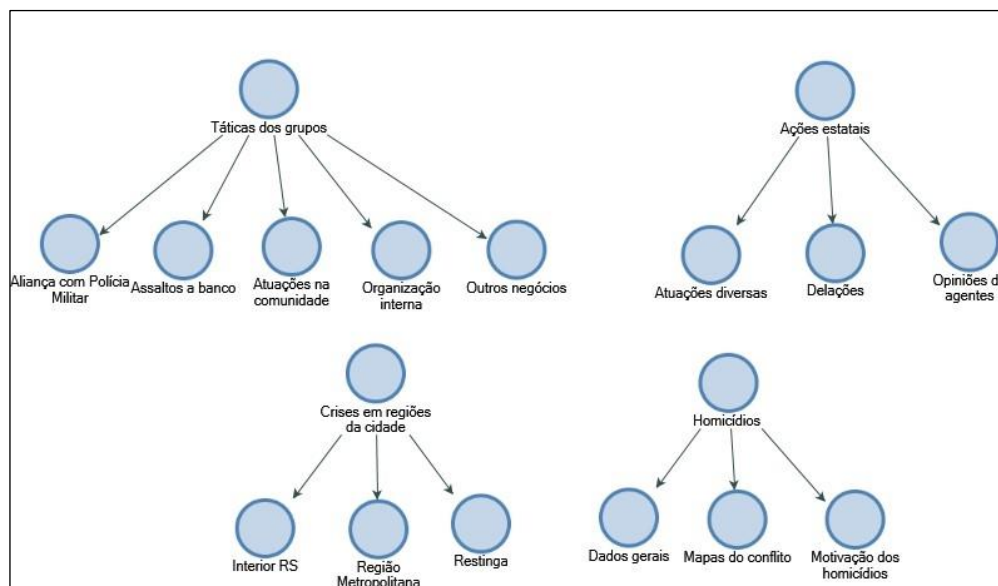
FIGURA 2 - “NÓS” PRINCIPAIS DA PRIMEIRA DIMENSÃO



Fonte: elaboração própria.



FIGURA 3 - “NÓS” SECUNDÁRIOS DA PRIMEIRA DIMENSÃO



Fonte: elaboração própria.

No diagrama da Figura 2, constam os nós “Eventos violentos” e “Violência Extrema”. O primeiro diz respeito aos eventos cuja autoria foi identificada na notícia, enquanto o segundo diz respeito ao tipo de violência operacionalizada pelos agentes. Nos casos de eventos de violência extrema específicos em que havia a identificação do grupo autor, o estrato da notícia foi codificado em ambos os nós. A razão pela qual optei por diferenciar essas duas categorias se explica pelo fato de que me pareceu relevante, por um lado, analisar o conjunto de informações a respeito dos tipos de violência e, por outro, particularizar os eventos protagonizados por cada facção.

Para proceder à análise desse material, exportei os nós separadamente para um documento no editor de textos *Word* e, então, organizei os estratos jornalísticos de cada nó em ordem cronológica, pois a ideia era identificar o histórico de atuação dos grupos e da operacionalização das violências de modo que fosse possível construir uma certa linha do tempo dos eventos codificados. Nesse momento, também realizei uma primeira análise do material, destacando em amarelo as informações mais relevantes de cada nó. Por fim, acrescentei algumas informações que tratavam especificamente das constituições dos grupos, da sua forma de atuação ou das violências extremas realizadas trazidas pelos adolescentes durante as entrevistas narrativas. Essas inserções foram apenas pontuais, pois a maior parte dos dados coletados por essa técnica de pesquisa foram trabalhados na segunda dimensão de análise da pesquisa, apresentadas no Capítulo 6.

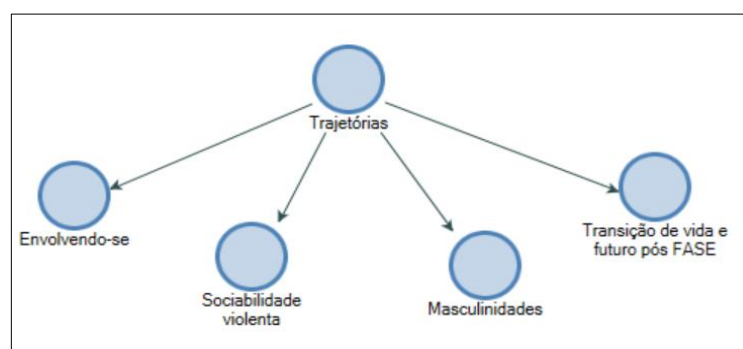
A codificação de todas as páginas de jornal coletadas e dos grupos focais transcritos permitiu que eu visualizasse as temáticas mais presentes nesse material, identificando os assuntos abordados de modo mais recorrente. Contudo, é importante destacar que a análise dos dados foi estritamente qualitativa, de modo que não interessava para o objetivo da pesquisa identificar a proporção de cada categoria no conjunto de dados analisados. Além disso, as mídias de ambos os jornais foram analisadas em conjunto, pois também não me interessava observar possíveis diferenças de abordagem dos periódicos, uma vez que o material jornalístico foi tomado como narrativa que descreve a realidade. Desconsidere, *a priori*, os vieses interpretativos na produção dessas matérias.

A cobertura da mídia tem sido uma importante fonte de dados, por exemplo, no campo de estudos sobre ciclos de protestos. Há uma parte desses estudos que, assim como a presente pesquisa, tomam os textos jornalísticos como uma fonte de informação sobre as características dos eventos, mapeando variações em suas dinâmicas ao longo do tempo. São as chamadas “análises de eventos de protestos”, uma metodologia que permite pesquisas comparativas com ênfase em processos históricos, mas que busca controlar os vieses contidos nas informações por meio do uso de fontes que cubram todo o recorte temporal da pesquisa ou pela triangulação de dados entre fontes diversas (cf. SILVA, ARAÚJO, PEREIRA, 2016). Essas foram estratégias também utilizadas na presente pesquisa.

Ainda assim, a desconsideração dos vieses das fontes jornalísticas na análise dos dados é uma limitação dessa dimensão de análise do trabalho: descrever a estrutura do tráfico de drogas de Porto Alegre tomando como base fundamentalmente as notícias jornalísticas impõe um certo ponto de vista para a descrição dessa realidade. Se eu tivesse optado por realizar uma etnografia nas comunidades em que esses grupos se instalam, por exemplo, certamente os resultados seriam outros. De todo modo, acredito que as informações trazidas pelos próprios *envolvidos* na dinâmica social em análise por meio dos grupos focais e entrevistas narrativas, auxiliaram a mitigar esse limite da pesquisa, na medida em que acrescentaram à narrativa jornalística a perspectiva de quem viveu o fenômeno social descrito.

Em uma segunda codificação realizada também com o uso do *NVivo*, inseri apenas os arquivos em que constavam as transcrições das entrevistas narrativas realizadas com os 4 adolescentes que participaram dessa etapa da pesquisa. Realizei, então, o mesmo processo de seleção dos extratos dos arquivos e agrupamento em “nós” pré-definidos. Para a análise da dimensão do *sujeito*, as categorias escolhidas correspondiam aos temas abordados na teoria operacionalizada, conforme se percebe na figura abaixo.

FIGURA 4 - “NÓS” DA SEGUNDA DIMENSÃO



Fonte: elaboração própria.

Assim, as categorias correspondem às subdivisões do Capítulo 06 e representam as temáticas que julguei essenciais para abordar o *envolvimento* dos adolescentes e a prática da violência extrema: a) envolvendo-se: relatos a respeito dos processos de adesão ao tráfico de drogas; b) sociabilidade violenta: relatos sobre as justificativas dos atos de violência extrema; c) masculinidades: relatos que abordem direta ou indiretamente as práticas de gênero dos meninos ao longo da sua trajetória; d) transição de vida e futuro da FASE: relatos sobre momentos que indiquem a transição para a vida adulta e sobre os projetos para quando saírem da FASE.

Certos extratos das transcrições foram alocados em mais de uma categoria, na medida em que continham significados dúbios, passíveis de serem entendidos, por exemplo, tanto como representantes do *envolvimento* do jovem, como da construção da sua masculinidade. Nesses casos, optei por escolher em qual subdimensão de análise as narrativas poderiam ser mais bem trabalhadas. Em alguns casos, pela força do conteúdo dos relatos, optei por analisá-las em mais de um momento, destacando os diferentes significados de uma mesma narrativa.

Nesse momento do trabalho, portanto, passei a dialogar mais diretamente com os interlocutores da pesquisa, buscando apresentar uma possível trajetória coletiva, ao mesmo tempo que destacava as particularidades das histórias de cada um. Durante a análise, portanto, em alguns momentos enfatizo os pontos de aproximação entre os meninos e, em outros, apresento as diferenças em suas trajetórias, sempre no que diz respeito às temáticas das categorias. Contudo, minha pretensão nunca foi abordar a totalidade das dimensões da vida dos adolescentes com quem conversei: a complexidade dos caminhos e vivências desses sujeitos nunca poderia ser absolutamente apreendida por uma pesquisa.

Por essa razão, existem diversas questões relatadas pelos adolescentes que auxiliaram a contextualizar alguns aspectos da sua trajetória, mas não chegaram a constar diretamente na

análise do trabalho. Por fim, antes de adentrar nos resultados da pesquisa, gostaria de frisar que as categorias escolhidas para serem desenvolvidas no trabalho são apenas uma possibilidade de leitura para os dados coletados. A complexidade da pesquisa qualitativa se dá justamente pela existência de inúmeras possibilidades de compreensão de um mesmo fenômeno social. A que passo a desenvolver a seguir, é apenas uma dessas perspectivas e foi construída na tentativa de fornecer uma resposta *coerente* com a articulação teórico-metodológica que propus nos Capítulos anteriores.

## 5. DOS *EMBOLAMENTOS* À VIOLÊNCIA EXTREMA: AS TRAJETÓRIAS DAS FACÇÕES GAÚCHAS

*Ó, meu bem  
A gente ainda vai sair nos jornais  
Ó, meu bem, meu benzinho  
A gente ainda vai  
(9vinha, Emicida)*

A partir desse capítulo, inicia-se a análise dos resultados da pesquisa, divididos em duas grandes dimensões. A primeira delas será apresentada neste Capítulo e procura destrinchar os modos de constituição e de atuação dos três principais *embolamentos* do Rio Grande do Sul. Para efetivar esse objetivo, me apoio no material jornalístico coletado, nas entrevistas com atores do sistema de justiça criminal e nos grupos focais produzidos com os interlocutores da pesquisa, além de parcelas de entrevistas narrativas realizadas com esses mesmos sujeitos. Esses dados empíricos serão articulados com as produções teóricas que norteiam o trabalho, além de bibliografias pertinentes para tratar de certas especificidades encontradas.

O Capítulo inicia com a apresentação do panorama mais geral da constituição das facções gaúchas, ressaltando a importância das configurações espaciais e sociais do Presídio Central no estabelecimento desse cenário. Parte-se então para a delimitação dos três principais *embolamentos* do estado, com destaque para a atuação em Porto Alegre e Região Metropolitana nos últimos anos. Em seguida, confere-se especial ênfase para os modos com que as redes sociais *WhatsApp* e *Facebook* foram instrumentalizadas na efetivação das necropráticas no contexto da *guerra* do tráfico. Por fim, na última subseção do capítulo, são destrinchadas quais foram e porque surgiram, durante os anos de 2016 a 2018, o que estou chamando de *novas formas de matar*.

Com o avanço do capítulo, espera-se que seja possível perceber como as facções encadearam suas estratégias de ação, tomando como referência a possibilidade de transformação da violência letal extrema em capital econômico (VALENCIA, 2010). As maneiras encontradas pela *estrutura do tráfico* para consumir essa operação, as razões que justificam a opção por determinados tipos de violência extrema, bem como as consequências produzidas para a dinâmica do mercado da droga no Rio Grande do Sul após o ano de 2018 serão expostas a seguir.

### 5.1 A constituição das facções nas últimas décadas: territórios em disputa

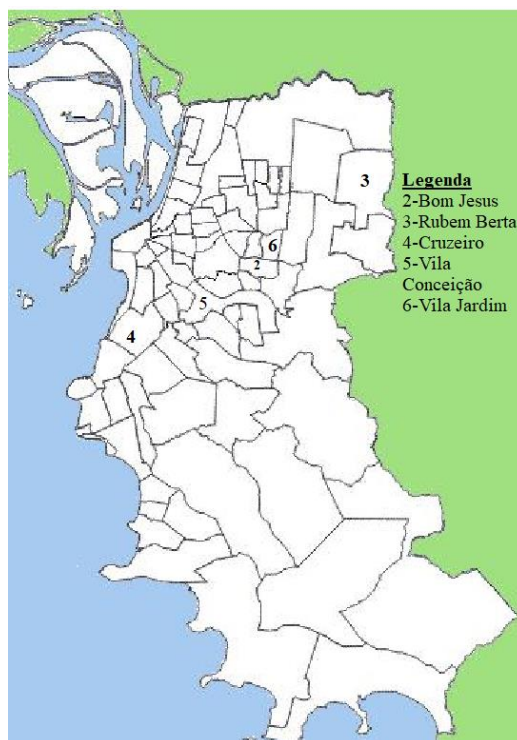
Antes de abordar a constituição e os modos de atuação de alguns dos *embolamentos* gaúchos, é preciso caracterizar os principais espaços urbanos com os quais esses grupos estabelecem relações de poder. O objetivo aqui é apenas situar o leitor a respeito da localização dos bairros da cidade de Porto Alegre que serão citados mais a frente, a partir de uma representação gráfica e da apresentação de alguns dados objetivos a respeito desses espaços. Mesmo que concisas, as descrições dão indícios de que “a geografia da desigualdade social de Porto Alegre é também reveladora da geografia das violações de direitos humanos” (PORTO ALEGRE, 2015, p. 45).

Para se proceder nessa discussão, também parece necessário melhor precisar o que se entende por território. Para Souza, apesar das fortes tentativas de definição e dos usos excessivamente amplos para o termo, deve-se distinguir espaço geográfico de território, sendo o último “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2013, p. 78). O autor busca compreender esse “espaço de poder” não somente a partir da atuação do governo estatal, mas dos *autogovernos* e das demais influências, de modo que a principal pergunta a se fazer para caracterizar um espaço como território seria: “quem domina, governa ou influencia quem nesse espaço, e como?” (*ibid*, p. 87).

O autor também pesquisa as relações entre espaço urbano e atuação do tráfico de drogas, fenômeno que, para ele, decorre da fragmentação do tecido sociopolítico-espacial e está inserido em um contexto maior de “crise urbana metropolitana” pela qual o Brasil vem passando a algum tempo (SOUZA, 2005, p. 180). Para Souza, o tráfico de drogas e a criminalidade urbana violenta – fenômenos em relação, mas distintos entre si – assumem uma maior visibilidade nesse contexto de “crise” por serem, “expressão de um quadro de opressão e heteronomia”, ao mesmo tempo que, “por sua natureza ‘não-política’ e suas consequências social-psicológicas e sociopolíticas indesejáveis, um desafio para a conquista de maior justiça social nas cidades” (SOUZA, 2005, p. 30).

A essa altura já está claro que é possível pensar os bairros de Porto Alegre identificados com os *embolamentos* como territórios sob a influência, o governo ou a dominação desses grupos. Assim, ainda que a pesquisa não se proponha a dialogar mais diretamente com a literatura que explora os vínculos entre espaços urbanos e mercados ilícitos nas metrópoles brasileiras (cf. LEITE, 2012; TELLES, 2015) – o objetivo do trabalho não é compreender de forma aprofundada essas relações – observou-se a necessidade de apresentar os principais espaços de atuação dos *embolamentos* que, não por acaso, também são os locais de ocorrência da violência extrema, caracterizando-os como territórios em disputa.

MAPA 1 - MAPA DE PORTO ALEGRE

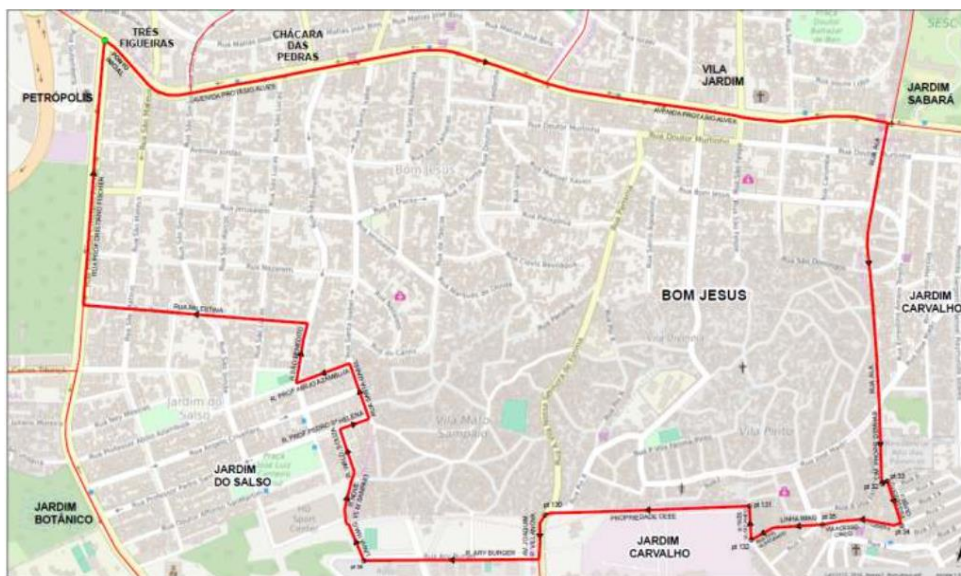


Fonte: elaboração própria.

Conforme será discutido mais a frente, um dos principais focos de conflitos entre as facções de Porto Alegre, durante a disputa entre Balas na Cara e Antibalas, se deu na fronteira entre os bairros Bom Jesus e Vila Jardim, localizados na Região Leste da cidade. O bairro Bom Jesus, local de surgimento dos Balas, conta com quase 30 mil moradores, dos quais 35% são adolescentes e jovens. A renda média dos seus habitantes, segundo Censo de 2010, é de apenas R\$705,50 mensais, abaixo do salário mínimo nacional. Além disso, 27% dos moradores entre 6 e 14 anos vivem em domicílios onde ninguém concluiu Ensino Fundamental e a taxa de analfabetismo dos habitantes no bairro é de 5,18%. São dados capazes de demonstrar o alto nível de precariedade econômica e social do território (OBSERVAPOA, 2019b).

Em relação aos limites geográficos que delimitam o bairro, conforme é possível visualizar na figura abaixo, a Avenida Protásio Alves é o limite ao norte que separa a Bom Jesus do bairro Vila Jardim. A leste, a Rua Alá demarca a fronteira com o bairro Jardim Carvalho. O espaço é relativamente plano, sem que outras barreiras geográficas auxiliem na determinação das barreiras que dividem um bairro de outro.

## MAPA 2 - DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA DO BAIRRO BOM JESUS



Fonte: ObservaPoa (2019b)

Já o bairro Vila Jardim, território de onde emergiu um dos grupos que veio a compor o *embolamento* dos Antibala, também faz parte da Região Leste da cidade, mas possui características distintas do bairro vizinho. O espaço é habitado por menos da metade da população da Bom Jesus – em torno de 12.800 habitantes, segundo o Censo de 2010 –, e os dados disponíveis que permitem descrever as condições socioeconômicas do território demonstram níveis não tão baixos de vulnerabilidade social: a taxa de analfabetismo é de 2,16% e o rendimento médio dos responsáveis por domicílio é de 3,95 salários mínimos (OBSERVAPOA, 2019a).

Além disso, o bairro sofreu grandes transformações nas últimas décadas, entre 1980 e 1990, quando passou a ser considerado uma “área de tipo superior”, principalmente após a construção do *Shopping Center Iguatemi* nas proximidades, tornando-se um território de concentração do comércio de padrão alto e moradia de elite ou de camadas médias abastadas (PORTO ALEGRE, 2015, p. 26). No entorno dessas moradias de maior padrão, também foram se constituindo algumas “vilas”, isto é, espaços de moradia irregular com alto nível de precariedade econômica. Na linguagem corrente dos moradores de Porto Alegre, o termo vila é utilizado para designar partes de bairros de periferia ou bairros inteiros considerados periféricos (CIPRIANI, 2019, p. 15). O bairro Vila Jardim, portanto, assim como a Bom Jesus, são entendidos como uma grande vila, a qual é composta por inúmeras pequenas *vilas*.

Outro território importante para as configurações do “mundo do crime” da cidade é a região da Cruzeiro, composta pelos bairros Santa Tereza e Medianeira, na chamada Zona Sul



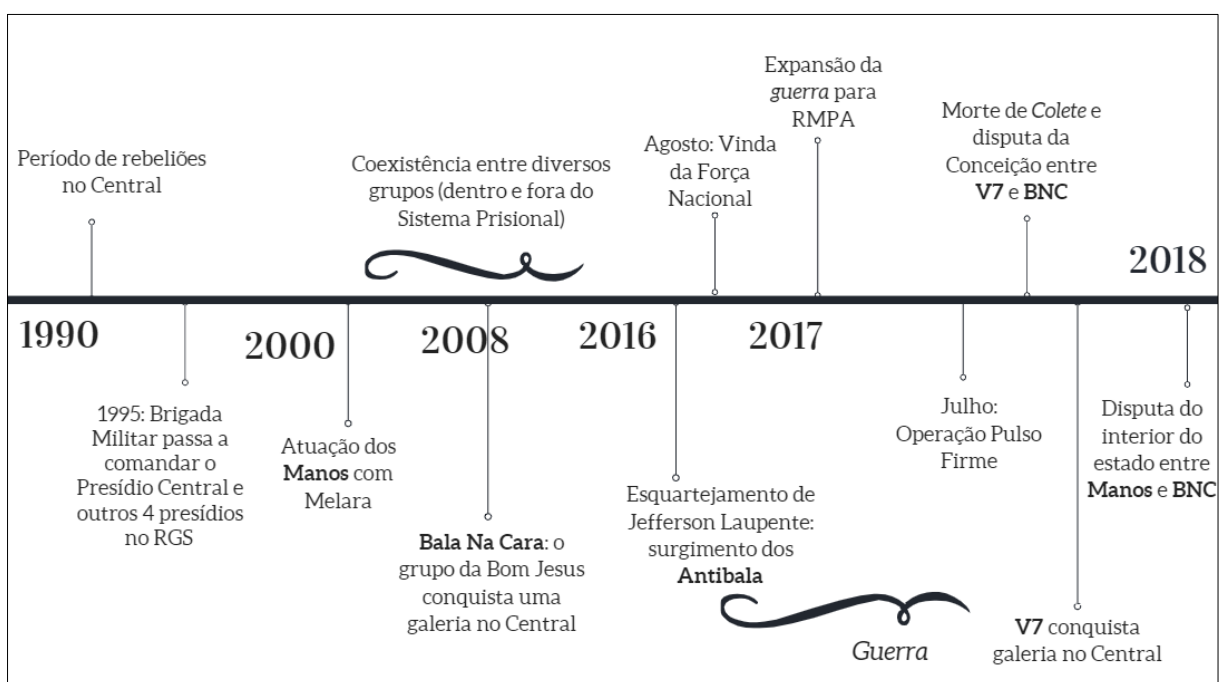
da cidade. Foi em uma das vilas que compõe a Cruzeiro – a Vila 27 – onde emergiu os V7, grupo de traficantes que também veio a compor o *embolamento* dos Antibala. A região da Cruzeiro é habitada por pouco mais de 65 mil habitantes, em um espaço geográfico de considerável aclave. Inclusive pela sua extensão territorial, a região é bastante heterogênea, de modo que está composta tanto por moradias do mais alto padrão econômico – estimuladas pela vista para o Lago Guaíba que a altitude do território proporciona –, como por espaços de altíssima vulnerabilidade social. Os dados objetivos demonstram essa disparidade: taxa de analfabetismo de 4,13% e rendimento médio dos responsáveis por domicílio de 3,83 salários mínimos (OBSERVAPOA, 2019d). É também nessa região onde se localiza o complexo de Unidades socioeducativas da FASE na cidade de Porto Alegre.

Além dos V7 e da facção que atuava na Vila Jardim, os Antibala também foram compostos por um grupo de traficantes atuante no Loteamento Timbaúva, localizado no bairro Rubem Berta, na Região Nordeste da cidade. O bairro está na fronteira leste entre Porto Alegre e o município de Alvorada (RMPA). Em relação aos índices socioeconômicos, são mais de 87 mil pessoas habitando o bairro mais populoso da cidade e o que mais cresceu no período entre o Censo de 2000 e 2010 (DIÁRIO GAÚCHO, 2011), com uma renda média de R\$ 712,22 por morador (OBSERVAPOA, 2019c). Justamente nesse contexto de vinculação entre o território e a atuação de grupos do tráfico de drogas, o Rubem Berta foi o bairro em que mais ocorreram homicídios de jovens entre 12 e 21 anos, durante os anos de 2015 a 2018 (CUNHA, 2019, p. 36).

Para além dos territórios onde os *embolamentos* possuem sua principal base de domínio, outros espaços passaram a ser disputados durante a *guerra*, seja pela sua proximidade com os territórios “base” dos grupos, seja pelo seu histórico de atuação do tráfico de drogas. Um importante foco de conflitos foi a chamada Vila Maria da Conceição, localizada na parte sul do bairro Partenon, onde vivem pouco mais de 1.200 habitantes. Conforme será discutido mais a frente, a região é historicamente um território de comércio ilícito de drogas, sobretudo por estar localizada próxima da Região Central da cidade e por ser cortada por avenidas de grande circulação. Além disso, a Vila Maria da Conceição também se caracteriza por importantes índices de vulnerabilidade social, como a escolaridade da população com 25 anos ou mais – 51,1% dos moradores não completaram o Ensino Fundamental – e a proporção da população vulnerável à pobreza – 36,6% dos indivíduos possuem renda familiar per capita menor do que ½ salário mínimo (PNUD; Ipea; FJP, 2019).

Por fim, com o intuito de auxiliar na visualização dos eventos que passarei a descrever nos próximos tópicos, a linha do tempo abaixo foi construída com base nas notícias de jornais coletadas e nas demais fontes de pesquisa acionadas para descrever a atuação das facções nas cidades de Porto Alegre e RMPA. Ainda que anos anteriores também estejam representados na figura, a ênfase principal é dada ao chamado período da *guerra*, entre 2016 e 2018. É nesse ínterim que ocorreram alguns eventos importantes para a compreensão do uso da violência extrema, conforme ficará mais claro no decorrer do Capítulo.

FIGURA 5 - LINHA DO TEMPO DA ATUAÇÃO DAS FACÇÕES EM PORTO ALEGRE E RMPA



Fonte: elaboração própria.

### 5.1.1 O Presídio Central como espaço de formação das facções

Para compreender a territorialização das facções de Porto Alegre, antes é preciso destrinchar a continuidade entre os espaços da rua e as dinâmicas de divisão das galerias do Presídio Central<sup>37</sup>. A maior instituição carcerária do estado do Rio Grande do Sul, hoje responsável por abrigar 4.299 presos, em um espaço físico com capacidade para 1.824 vagas

<sup>37</sup> A instituição mudou de nome em janeiro de 2017 e passou a ser oficialmente a “Cadeia Pública de Porto Alegre”. A mudança pretende afirmar o local como sendo espaço para recebimento de presos sem condenação definitiva. Contudo, em razão da nomenclatura “Presídio Central” ainda ser amplamente utilizada pela comunidade gaúcha, optou-se por manter tal denominação no presente trabalho (ver: Presídio Central de Porto Alegre muda de nome. *Zero Hora*, 14 jan. 2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2017/01/presidio-central-de-porto-alegre-muda-de-nome-9349266.html>>).

(SUSEPE, 2019), já foi considerada a pior unidade prisional do país pela CPI do Sistema Carcerário (BRASÍLIA, 2009, p. 488). O presídio é administrado pela Polícia Militar do estado desde 1995, quando a força policial adentrou a instituição em caráter provisório após uma série de episódios de rebelião de detentos e da fuga do principal líder dos presos à época, Dilonei Melara.

A entrada da Brigada Militar<sup>38</sup> no presídio representa um marco na história do sistema prisional do estado. O período anterior ao fato, com início na década de 1980, foi fortemente marcado por diversos episódios de assassinatos no interior das prisões gaúchas. Do lado de fora, o território conhecido como “Morro da Cruz”, na Zona Leste da capital gaúcha, foi um dos primeiros locais a possuir uma logística para venda de drogas à varejo. Em 1979, “Carioca” herdou o comando do tráfico no lugar de um antigo líder da comunidade, “Anão”, traficante que tinha instaurado uma lógica de moralização do crime e de vinculação com os moradores (DORNELLES, 2017, p. 30).

Nesse mesmo período, assaltos a bancos e a ônibus na Serra Gaúcha eram protagonizados por Dilonei Melara, um importante personagem da história do crime gaúcho. Em 1985, o assaltante se tornou conhecido pela morte de dois agentes penitenciários durante o resgate de um companheiro e, em 1987 fugiu, pela segunda vez, da Penitenciária Estadual de Charqueadas, considerada de segurança máxima (DORNELLES, 2017, p. 64). Além da sua criatividade nos episódios de fuga e nos planos de assaltos (CIPRIANI, 2019, p. 46), foi principalmente sua capacidade de liderança entre os presos o que lhe possibilitou mobilizar a população carcerária em um grupo forte o suficiente para demandar melhorias ao Estado e articular o crime na rua.

Na década que se seguiu, ocorreram diversos motins dos apenados do Presídio Central, com destaque para aquele de julho de 1987, considerado o primeiro episódio de autoria da Falange Gaúcha, quadrilha liderada por Melara, até então voltada aos assaltos a bancos e que cada vez mais se vinculava ao tráfico de drogas. A primeira facção prisional do Rio Grande do Sul se caracterizava pela criação de mecanismos de auxílio aos presos e aos apenados libertos ou foragidos e possuía clara inspiração na já consolidada Falange Vermelha no Rio de Janeiro (CIPRIANI, 2019, p. 50).

Os constantes motins e fugas do Presídio Central à época também impulsionaram mudanças na atuação estatal. Em 1988, a Secretaria da Justiça decidiu pela transferência da direção das prisões gaúchas aos oficiais da Brigada Militar, contrariando os preceitos da

---

<sup>38</sup> No Rio Grande do Sul a Polícia Militar também é denominada Brigada Militar.

Constituição Estadual do Rio Grande do Sul e acreditando que a sua estrutura militarista e disciplinada pudesse conter as turbulências dos estabelecimentos prisionais (DORNELLES, 2017, p. 80). No mesmo período, iniciaram-se os trâmites para a construção da Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (PASC).

Enquanto isso, a morte de Carioca marcou um novo momento de transição no tráfico no “Morro da Cruz”, que passou a ser comandado por “Jorginho da Cruz”, braço-direito do antigo líder, mas desprovido do prestígio dos antigos chefes do tráfico diante da comunidade local. Após alguns de seus companheiros terem sido capturados pela polícia, Jorginho buscou se esconder no interior do Estado, o que não o livrou da prisão, ainda em 1990 (DORNELLES, 2017, p. 100). Com Jorginho e Melara presos, uma guerra entre grupos rivais começou a se consolidar dentro e fora das prisões, sobretudo na busca pela hegemonia do controle dos presídios e do tráfico de drogas na cidade de Porto Alegre.

Em 1994, seis presos renderam 27 funcionários do Hospital Penitenciário, demandando a transferência de Melara da PASC ao Central, o que foi efetivamente atendido pelas autoridades estatais (CIPRIANI, 2019, p. 44). O episódio acabou marcado pela perseguição da polícia aos veículos em que se encontravam os presos e os reféns, terminando em uma célebre cena no *Hotel Plaza São Rafael*, no centro de Porto Alegre, onde Melara foi recapturado depois de adentrar a porta principal do hotel com o carro que dirigia (DORNELLES, 2017, p. 132). Após esse episódio, o Presídio Central ainda presenciou diversas fugas de apenados, até que, em julho de 1995, a Brigada Militar assumiu a administração do estabelecimento, o que veio a se transformar em um importante fator no processo de redução de conflitos no interior do presídio, sobretudo pela preferência da corporação em negociar ao invés de entrar em confronto direto com os presos<sup>39</sup> (CIPRIANI, 2019, p. 54).

Em concomitância à mudança de gerência do Presídio Central, Melara passou a expandir o comando do tráfico de drogas por outros pontos na cidade, sobretudo após a morte de Jorginho da Cruz, seu principal concorrente até então. O grupo da principal figura do crime gaúcho formou, então, seu próprio coletivo, conhecido como “Manos”. Dando continuidade a alguns pactos que já existiam na extinta Falange, o grupo também se caracterizava pela oposição à polícia e pela vinculação a uma identidade do *crime*, negando o envolvimento com o trabalho e o estudo, por exemplo (CIPRIANI, 2019, p. 64).

---

<sup>39</sup> Nesse momento a Brigada Militar passou a administrar o Presídio Central, a Presídio de Alta Segurança de Charqueadas, Penitenciária Estadual de Charqueadas e Penitenciária Estadual de Jacuí.

Os tensionamentos que a resistência dos Manos ainda gerava no ambiente prisional levou à estratégia, por parte da Brigada Militar, de intensificar a separação dos apenados, mantendo os sujeitos identificados com o coletivo na 2ª e 3ª galeria do Pavilhão B do Central (*ibid.*, p. 67). Em contrapartida, os rivais dos seguidores de Melara, estimulados pela administração do presídio, acabaram se constituindo como “Brasas”, em referência ao seu líder de mesmo nome. O apenado foi escolhido pela própria força policial como o preso responsável por determinada galeria, devendo gerir o espaço de modo que as instabilidades fossem contidas e, em troca, podendo escolher os presos que iriam compor o pavilhão (*ibid.*, p. 68).

Como uma espécie de terceira via, os “Abertos” se tornaram um agrupamento que unia aqueles que estavam em desacordo tanto com os Manos, como com os Brasas, ou seja, um coletivo formado por aqueles que *abriram* dos dois grupos (DORNELLES, 2017, p. 157). Conforme observa Cipriani, portanto, a virada do século significou para o Presídio Central o início de um período de “pacificação”, em que os antigos episódios de fugas e assassinatos no interior do estabelecimento deixaram de ocorrer com a frequência observada nas décadas anteriores, sobretudo a partir da abertura de canais mais duráveis de comunicação estabelecidos entre os apenados e a Brigada Militar<sup>40</sup> (2019, p. 73).

No início dos anos 2000, a partir de uma dissidência dos Brasas ocorrida na Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ), o conflito no interior do coletivo deu origem à criação dos “Unidos pela Paz”, primeiro grupo em que se notou uma maior descentralização da figura do líder (CIPRIANI, 2019, p. 81). O assassinato de Melara, em 2005 – um ano após o preso ter sido liberado para o regime semiaberto e ter, em seguida, empreendido fuga do local – marcou o fim de um importante período dos coletivos criminais da capital gaúcha, marcado pelo protagonismo do apenado conhecido pelas fugas cinematográficas e pela liderança adquirida nos presídios do Estado através da sua capacidade de negociação com as autoridades nos momentos críticos de instabilidade e do respeito diante dos demais presos (DORNELLES, 2017, p. 172).

A fase que se seguiu à morte do líder dos Manos foi marcada, primeiro, por uma crescente divisão das galerias do Presídio Central por parte das facções, as quais começavam “a se tornar não só mais homogêneas internamente (...), como também mais diversificadas entre si” (CIPRIANI, 2016, p. 115). Assim, entre os anos de 2005 a 2011, os coletivos criminais coexistiram de forma menos violenta, respeitando as divisões do território da cidade no que se

---

<sup>40</sup> A organização das galerias do Central a partir da vinculação aos grupos prisionais que haviam sido formados nesse ínterim foi uma estratégia inaugurada nesse período, mas que nunca deixou de ser utilizada pela administração do presídio.

refere ao domínio do mercado ilícito de drogas. Como bem concluiu Cipriani, essa divisão tanto “fora” do Presídio Central, como “dentro” (por meio da gerência das galerias prisionais) se estabeleceu, nesse período, como uma lógica de fortalecimento dos grupos: o poder espacial no interior do Central aumentava o poder econômico no mercado de drogas e vice-versa (2016, p. 128).

QUADRO 7 - DIVISÃO DAS GALERIAS DO PRESÍDIO CENTRAL EM 2016

Pavilhão	Galeria	Grupo
A	1 <sup>a</sup>	Unidos pela Paz (facção)
	2 <sup>a</sup>	Conceição (facção)
B	1 <sup>a</sup>	Abertos (facção)
	2 <sup>a</sup> /3 <sup>a</sup>	Manos (facção)
D	2 <sup>a</sup>	Abertos (facção)
	1 <sup>a</sup> /3 <sup>a</sup>	Farrapos/Zona Norte (facção)
E	1 <sup>a</sup>	Projeto Desintoxicação
	2 <sup>a</sup>	Ex-funcionários públicos/Nível Superior
F	1 <sup>a</sup>	Primários
	2 <sup>o</sup> /3 <sup>a</sup>	Bala na Cara (facção)
G	1 <sup>a</sup> /2 <sup>a</sup> /3 <sup>a</sup>	Trabalhadores
H	1 <sup>a</sup> /2 <sup>a</sup>	Criminosos sexuais ( <i>duques</i> )
	3 <sup>a</sup>	Travestis/homossexuais
I	3 <sup>a</sup>	Incompatíveis
	1 <sup>a</sup> /2 <sup>a</sup>	Criminosos sexuais de repercussão
J	2 <sup>a</sup> /3 <sup>a</sup>	“Irmãos”
	1 <sup>a</sup>	Maria da Penha/Crimes de trânsito

Fonte: PASSOS (2017, p. 69).

Ocorre que, enquanto a “paz” no interior do presídio mantém-se até os dias atuais, a estabilidade da rua foi rompida no período mais recente, conforme será demonstrado nos tópicos a seguir. A emergência de um novo grupo autodenominado Bala na Cara, ou simplesmente Balas, é um dos principais fatores que confluíram para a mudança de panorama. Nessa nova configuração do mercado da droga do estado, os Manos – que apesar de manterem o mesmo nome, diferenciaram-se muito da formação inicial comandada por Melara – tornaram-se a principal referência no “mundo do crime”, a organização *a ser alcançada*.

### 5.1.2 “Eles evitam essa coisa mais odiosa”: a racionalidade dos Manos

Da Falange Gaúcha dos anos 80, passando pelo agrupamento liderado por Melara, os Manos chegam ao cenário atual como “a facção mais antiga e ainda a mais rica nas cadeias

gaúchas”<sup>41</sup>. O seu principal território de atuação, contudo, são cidades de porte médio no interior do estado, com destaque para a atuação no Vale dos Sinos<sup>42</sup>, Caxias do Sul, Pelotas, Rio Grande e Bagé. Em Porto Alegre, os Manos possuem seu principal ponto de atuação no Condomínio Princesa Isabel, localizado no bairro Azenha.

A expansão para os territórios do interior do estado ocorreu a partir da reedição da gestão compartilhada entre coletivo criminal e sistema prisional que já havia se mostrado efetiva para a sobrevivência do grupo no Central, ainda no início do século XXI. Conforme explicou um interlocutor da pesquisa, os líderes da facção que possuíam penas extensas em razão da participação em assaltos a bancos foram sendo transferidos para as prisões que eram construídas fora da capital. Dessa forma, as 2ª e 3ª galerias do Pavilhão B do Central acabaram extrapolando os muros da prisão para se estabelecerem nas prisões do Vale dos Sinos e em outros territórios do interior do estado, de modo que tráfico de drogas, principal e mais lucrativo empreendimento das facções gaúchas, acabou migrando para essas cidades simultaneamente à construção das novas casas prisionais.

Nesses novos espaços, os Manos aderiram a uma tática de *crime pacificado* (CIPRIANI, 2019, p. 254) em que a expansão dos territórios de controle deve ser sopesada com o interesse por não entrar em conflitos desnecessários. Uma das formas para instrumentalizar essa estratégia é a vinculação da facção, nas regiões interioranas, aos grupos locais a partir do fornecimento de armas e drogas. Para isso, jovens que são oriundos dessas localidades e acabam sendo presos entram em contato com as lideranças da facção, as quais identificam os sujeitos com maior capacidade de articulação nas suas comunidades de origem e os elegem como representantes do *embolamento*. Esses jovens se tornam a ponte entre a facção e o território, os sujeitos “que fazem a mão”, de modo que, em pouco tempo de cadeia, adquirem um elevado grau de poder.

A narrativa de um adolescente entrevistado é bastante representativa de como traficantes de uma cidade pequena do litoral passam a possuir os meios necessários para se colocar em disputa com outros grupos da mesma região. O adolescente me explicou que antes eles “nem era embolado com esses cara”, de modo que eles não tinham “tanto porte”, se referindo ao fato de que o grupo não possuía o armamento necessário para realizar uma empreitada expansionista em sua região. A situação mudou quando o contato deles que “via as mão” – em referência à

---

<sup>41</sup> Facções criminosas avançam na capital. *Diário Gaúcho*, 16 set. 2016, p. 28.

<sup>42</sup> Vale formado por municípios ao entorno do Rio dos Sinos, como Novo Hamburgo, Campo Bom, Canoas, Esteio, São Leopoldo, Sapiranga e Sapucaia do Sul. Localiza-se na Região Metropolitana de Porto Alegre, sendo uma das regiões economicamente mais importantes do estado.

logística de fornecimento de droga e armas – foi transferido para o Presídio de Alta Segurança de Charqueadas. A partir dessa mudança, esse intermediador “conheceu os cara, ai começou a descer mais arma, mais droga, ai começou uma guerra maior”.

É, portanto, apenas a partir da garantia de que o pequeno grupo da cidade de Rio Grande estaria respaldado por um intermediador *embolado* com os Manos que eles se sentiram capazes de expandir seu espaço de monopólio da venda da droga, conforme me conta o interlocutor: “aí antes o cara não queria tomar o espaço dos cara né, porque o cara não tinha porte pra... ai depois nós tinha, nós já queria”. A articulação do grupo de traficantes com o *embolamento* a partir da interlocução com um preso da PASC dá início a uma disputa violenta na cidade que vai se agravando ao longo do tempo.

Quando questionei se a situação no local onde morava piorou desde que o adolescente foi internado, ele me respondeu que sim, “porque agora tem mais arma”, mas também porque não são apenas eles que “têm apoio dos cara”. Os demais grupos da cidade também se articularam com seus contatos nos presídios, de modo que as armas e as drogas começaram a chegar também aos seus *contras*. Assim, fica evidente a importância do sistema prisional como espaço de articulação e de fortalecimento de pequenos grupos regionais com facções maiores, a exemplo do que já foi observado em outros estados do país (ALVAREZ; SALLA; DIAS, 2013). A situação narrada materializa a ideia da categoria *embolamento*, que é mais um emaranhado de relações e parcerias do que propriamente um grupo organizado de modo hierárquico e burocrático.

Mas isso não quer dizer que não existam responsáveis pelas decisões mais centrais para o funcionamento dos Manos. No caso dessa facção, essa cúpula de controle deixou de possuir a característica personalística em que um grande líder comanda todo o conglomerado de *bocas*<sup>43</sup>, para adotar um modelo em que há “um colegiado no comando de Os Manos”<sup>44</sup>. Esse colegiado é responsável por punições a serem aplicadas aos desafetos, além de organizar os investimentos e controlar a contabilidade. Apenas no Presídio Central, o grupo chega a comandar em torno de 700 presos, ocupantes das 2ª e 3ª galerias do B, conforme informou a reportagem da *Zero Hora*.

---

<sup>43</sup> Ainda que a organização do espaço em que ocorre a venda da droga varie a depender da região e da cidade, ao menos em relação à capital é possível identificar um modelo de divisão do território, conforme descreve Cipriani: “cada boca tem um *patrão*, um *gerente* e um ou mais *vendedores*, também podendo conter *campanas* e *seguranças*. Acima deles, encontram-se o *gerente geral*, responsável por gerenciar um apanhado de *bocas* e, ainda, o *patrão da vila*, que é o *dono* de todas elas (2019, p. 82).

<sup>44</sup> Quem era o grupo que fugiria. *Zero Hora*, 23 fev. 2017, p. 10.



A antiguidade na atuação do mercado criminal e o estabelecimento de certos territórios como bastiões possibilitou que os Manos optassem por uma linha independente, evitando participar do principal conflito conflagrado na capital gaúcha a partir de 2016. Segundo indicou um interlocutor entrevistado, “eles evitam essa coisa mais odiosa”. Na sua interpretação, isso significa que se, em último caso, for preciso realizar uma execução o fazem com muita ostensividade para evitar qualquer reação do grupo contrário: há uma racionalidade mais explícita no uso da violência pelo grupo. Uma notícia indicou a aderência dos Manos a “meios mais racionais de execuções, quase que abolindo as demonstrações de crueldade e de espetacularização da violência”<sup>45</sup>.

O interlocutor entrevistado confirmou a inexistência desse tipo de violência extrema e acrescentou outra razão para explicar essa ausência:

O que, esquartejamento assim? Não, é difícil [*acontecer na cidade dele*]. Porque lá é cidade pequena né Dona. Os cara faz uma coisa ali, a polícia... como é que eu posso dizer assim... é pequeno, a polícia chega muito rápido. Não dá tempo de sequestrar alguém assim. (Entrevista com Carlos, 18 anos).

Por outro lado, as ações criminais dos Manos extrapolam os limites do tráfico de drogas e adentram nas dinâmicas da lavagem de dinheiro e da estruturação de comércios legais. Em relação aos *envolvidos*, em que pese a expansão da facção para novos territórios prescindida da captação de jovens para o *embolamento*, o perfil dos líderes, *gerentes* e *patrões* ainda é formado por sujeitos mais velhos, com até 60 anos de idade. Assim, são indivíduos menos apegados aos aspectos mais simbólicos da identidade do *crime*, evitando manifestações explícitas nas redes sociais, como fotos armados ou o uso de armas aparentes nos territórios em que atuam (CIPRIANI, 2019, p. 194).

Se o grupo se manteve relativamente afastado da polarização que disputava territórios em Porto Alegre a partir de 2016, também é verdade que os Manos nunca deixaram de atuar na configuração do tráfico de drogas da capital. Seja por representar o exemplo de organização a ser seguido, seja por se *embolarem* em certos momentos com os Antibala, seria um equívoco deixar de abordar a atuação dos Manos no cenário de expansão da violência extrema em Porto Alegre entre os anos de 2016 e 2018.

Ainda que eles não tenham sido os protagonistas dessas *novas formas de matar*, portanto, os Manos interessaram-se pelo enfraquecimento dos Bala, já que eles eram seu principal concorrente nas franquias do interior do estado. Para incidir nessa disputa, a facção

---

<sup>45</sup> Ibid.

chegou a deslocar alguns *envolvidos* para regiões em disputa na RMPA, como no episódio em que um dos adolescentes entrevistados participou. Na ocasião, ele e um “cupinxa<sup>46</sup>” foram enviados até Gravataí para “buscar um carro” e “dar um atentado”. O projeto, contudo, não chegou a se efetivar, segundo ele conta: “chegou na hora e os cara não tavam lá, não sei o que que deu”.

Conforme se verá mais a frente, com o decorrer do tempo, os episódios de violência extrema ocorridos no contexto do conflito entre Balas e Antibalas foram suspensos, inclusive com a diminuição no número de homicídios da cidade de Porto Alegre a partir de 2018 (FBSP, 2019). Contudo, os dados coletados permitiram identificar um deslocamento do conflito entre as facções para o interior do Estado, mais centrado na disputa entre os Manos – principais atores do tráfico nessas regiões – e os, agora fortalecidos, Bala na Cara.

No caso da principal cidade na região serrana, por exemplo, “a guerra entre Os Manos e Bala na Cara chegou a Caxias do Sul e responde por grande parte dos mais de cem homicídios registrados desde 2016”<sup>47</sup>. A interiorização dessas disputas confirmou o lugar dos Bala e dos Manos como principais facções do estado, “de tamanho e influência equiparáveis entre si” (CIPRIANI, 2019, p. 254). Conforme explicitou um interlocutor, o objetivo dos Manos era a expansão a partir de cidades de pequeno e médio porte: “primeiro nós ia dominar Rio Grande, depois Pelotas, aí os cara vão dominando os espaços”.

Para compreender como as configurações do mercado da droga chegaram a esse ponto, antes é preciso discorrer sobre os anos da *guerra* em Porto Alegre durante os quais, não apenas se contabilizaram centenas de mortes, como *novas formas de matar* foram operacionalizadas em ciclos de ação e reação entre dois *embolamentos* principais: os Balas e os Antibala.

### 5.1.3 *Tiro de esculacho e toma bocas*: o surgimento dos Bala

“A franquia do crime surgida no ‘Bonja’”<sup>48</sup> é o título de uma reportagem que busca delinear o surgimento dos Bala no cenário do tráfico de drogas gaúcho. Oriundos da parte mais carente de recursos do bairro Bom Jesus em Porto Alegre, a facção despontou para os olhos das forças policiais em 2007, quando se constatou que um triplo homicídio ocorrido no bairro não fora de autoria nem dos Bragés, nem dos Mirandas, famílias que dominavam os negócios ilícitos

---

<sup>46</sup> Termo utilizado para designar outros meninos *envolvidos*, normalmente pessoas próximas, amigos ou parceiros nos *embolamentos*.

<sup>47</sup> Crime organizado avança no interior. *Zero Hora*, 30 jul. 2018, p. 18.

<sup>48</sup> Como agia a quadrilha de farda. *Zero Hora*, 18 jun. 2018, p. 16.

da região até então (FBSP, 2010, p. 44). Agindo primeiramente como uma espécie de “braço armado” dos Manos – por meio da realização de execuções em nome da facção – os Bala, desde o princípio, estabeleceram um modo de ação extremamente violento, demonstrado pelo próprio nome do grupo.

A autodenominação da facção fundou-se no que viria a ser a sua marca registrada, o *tiro de esculacho*, ou seja, a preferência por atirar no rosto do desafeto, de modo que fosse enterrado com caixão fechado, ação que “estendia a humilhação da vítima para o velório” (CIPRIANI, 2019, p. 138). Assim, após se afastar dos Manos, os Bala se estabelecem como um grupo do mercado da droga distinto dos demais em razão de um modo específico de agir. Pela lógica do mercado do capitalismo *gore*, uma nova empresa precisa de uma *marca registrada*<sup>TM</sup> (VALENCIA, 2010, p. 105) e o *tiro de esculacho* cumpriu exatamente esse papel na apresentação dos Bala aos seus concorrentes.

Utilizando-se do temor que essa marca produziu nas *bocas* na região do bairro Bom Jesus, a facção foi expandindo seu território de atuação tanto no espaço da rua, como pelos corredores do Presídio Central. Esse processo contínuo de fortalecimento do grupo levou a um ponto crucial: a partir de 2008, os presos vinculados aos Bala passaram a gerenciar a *sua* galeria do Central, a 3ª galeria do Pavilhão F. Com a expansão na rua, acompanhada da expansão no sistema prisional, os *toma boca* – como os Bala também ficaram conhecidos, em referência a expansão acelerada – foram se tornando cada vez relevantes para o “mundo do crime” em Porto Alegre.

O surgimento dos Bala nas ruas da Bom Jesus – e não no interior do sistema prisional, como ocorreu com os Manos – é identificado como um fator desestabilizador dos acordos estabelecidos no mercado da droga. O *modus operandi* da facção não se diferenciava apenas pela forma eleita para matar, mas também em razão das táticas utilizadas para *tomar as bocas* contrárias. A estratégia consistia, basicamente, na coação especialmente violenta dos *gerentes* das *bocas* para que se filiassem ao grupo, somada à oferta de vantagens comerciais aos traficantes recém cooptados, como o empréstimo de armas e o fornecimento de drogas (CIPRIANI, 2019, p. 134).

Por meio desse esquema de “franquias”, conforme nomeia a reportagem da *Zero Hora*, os Bala cooptavam “donos de bocas de fumo oferecendo-lhe soldados e armas para manterem seus territórios” e, em troca, exigiam “a fidelidade na compra da droga fornecida pela facção e parte do lucro das vendas no varejo”<sup>49</sup>. Evidente que a estratégia não foi bem-sucedida na

---

<sup>49</sup> DORNELLES, Renato. A franquias do crime surgida na “Bonja”. *Zero Hora*, 18 jun. 2018, p. 17.

totalidade dos casos e que os BNC encontraram diversos focos de resistência de pequenos grupos de traficantes os quais não pretendiam perder o controle que possuíam nas suas próprias *bocas*. Isolados, contudo, pouco podiam fazer diante do poder de armamento e de influência de uma facção estruturada tanto nas ruas, como no sistema prisional.

Assim, se a facção iniciou em um bairro com quase 30 mil habitantes (OBSERVAPOA, 2019b), em menos de uma década de atuação já possuía “15 pontos dominados, ou em disputa, na cidade”<sup>50</sup>. Importa referir que, diferentemente do que se observou em favelas cariocas ou mesmo na atuação do PCC em São Paulo (cf. BIONDI, 2014) os Bala não mantêm como princípio a ideia de proteção das comunidades que comandam, de modo que não atuam para garantir a segurança dos moradores desses locais, ou para evitar que roubos ou crimes sexuais aconteçam (CIPRIANI, 2019, p. 146).

Para se expandir além das fronteiras da Bom Jesus, os Bala também se inseriram nos conflitos entre pequenos traficantes que ocorriam em outros territórios, como no caso da Cruzeiro e na Vila Maria da Conceição – nesse caso, tratava-se de um território cujo comando do tráfico de drogas era muito lucrativo e, até 2013, estava pessoalizado em um traficante conhecido e bem querido na sua comunidade. A expansão das franquias dos Balas, portanto, ocorreu não apenas nas imediações do seu nascedouro, mas em bairros distantes da Bom Jesus, nos quais a facção se inseriu através do empréstimo de armas e da capitalização das *bocas*.

Um exemplo desse tipo de alinhamento foi a aliança dos Bala a um grupo local na Cruzeiro, conforme descreveu um adolescente vinculado a esse território. Como forma de se contrapor aos V7, facção líder do consórcio Antibala, o grupo localizado na Vila Pantanal, precisou se fortalecer por meio da aproximação com os Bala. A partir dessa polarização, jovens que se criaram juntos e que, até então, conviviam tranquilamente acabaram virando *contra* um do outro.

Não tinha guerra com eles, nós nos criamos desde pequeno. Daí quando vê estourou a guerra, daí meus primos que eram os *patrão* da boca na vila falaram se eu queria me envolver com os cara, eu me envolvia com eles. Daí eu falei que me envolvia com eles.

(Entrevista com Wellington, 19 anos)

No caso da Cruzeiro, se *embolar* com os Bala, contudo, não foi suficiente para fazer frente aos V7. Após um período de disputa, o adolescente explicou que chegou um momento em que eles *tomaram* a sua vila, mesmo que isso não tenha sido capaz de fazer com que o grupo

---

<sup>50</sup> Facções criminosas avançam na capital. *Diário Gaúcho*, 16 set. 2016, p. 28.

vencido desistisse do seu antigo território de atuação. O período seguinte foi, então, marcado pela tentativa de retomada, a partir de um nível de violência nunca antes visto na região:

Wellington: É foi rolando bá, morrendo gente. Um monte de coisa acontecendo... nós tocando fogo na vila, tocando fogo nas casa. Bá. (...)Coquetel molotov, bá um monte de coisa aconteceu nesse meio tempo.

Pesquisadora: Isso tu nunca tinha visto antes assim, tipo, desde que tu é pequeno nunca tinha acontecido uma situação tão...

Wellington: Não. E bá a guerra ficou feia porque nós queria a nossa vila de volta. Nós falava que se não fosse nossa não ia ser de ninguém. Nós entrava qualquer hora ali, de tarde, de meio dia, de madrugada. Pedalava um monte de porta.

(Entrevista com Wellington, 19 anos)

Chegou um momento, então, da perda completa do território, na medida em que muitos *envolvidos* foram presos ou mortos: “não ficou ninguém na vila”. Nesse momento, não apenas ele e seus *cupinxa* – que eram diretamente *envolvidos* com os Bala – mas também as mães e familiares mais próximos de todo o grupo foram expulsas da Vila. Isso ocorreu, na visão do adolescente, para que elas não atuassem como informantes de seus filhos a respeito do que estava acontecendo no território. Enquanto os familiares expulsos se espalharam por diversas regiões da cidade, os *envolvidos* acabaram sendo acolhidos na Bom Jesus, bairro de domínio dos Bala.

Outro instrumento para efetivar essa ampliação de territórios foi compartilhado por um interlocutor e diz respeito à forma de captação dos sujeitos expoentes, os quais viriam a exercer posições de comando na rua. Diferentemente dos Manos que elegem jovens articulados, os Bala optam por indivíduos que estão presos há muito tempo, mas que são respeitados em suas comunidades de origem. São homens falidos que passam, então, a serem capitalizados pela facção, de modo que, no momento do seu retorno à rua, já possuem os meios e a legitimidade necessários para dominar a região a que pertencem.

A partir do final de 2015, contudo, começou a se articular uma reação a essa frente expansionista, concentrada tanto em uma localidade fronteira da Bom Jesus, a Vila Jardim, como na região da Cruzeiro. O *embolamento* resultante da união de grupos médios nesses e em outros territórios da cidade se autodenominou Antibala, em referência ao elo que liga todos esses grupos: um inimigo em comum. Como consequência do conflito que se espalhou por toda a cidade, tanto Balas como Antibalas passaram a executar sujeitos do grupo contrário – ou simplesmente, *contras* – por meio do uso da violência extrema. Para um Delegado entrevistado pelo jornal *Zero Hora*, o principal líder dos Bala seria o responsável por ordenar “que as

execuções se dessem da forma mais pública e escancarada possível”<sup>51</sup>, por meio de esquadrejamentos e carbonizações, por exemplo.

Se o ano de 2016 representou o auge da *guerra* em Porto Alegre, momento em que a cidade atingiu a maior taxa de homicídios da sua história, no ano seguinte a disputa se alastrou também para as cidades vizinhas, como Alvorada, Viamão, Canoas e Eldorado do Sul, região conhecida como Região Metropolitana de Porto Alegre<sup>52</sup>. Em muitos casos essas cidades fazem fronteira com os bairros da capital que estavam em disputa, de modo que os conflitos acabaram transbordando para os municípios vizinhos também por uma questão de espacialidade urbana. A atuação do *embolamento* em Canoas foi narrada por um dos adolescentes entrevistados. Ele explicou que, durante o período que o território foi disputado com os Antibala, “a guerra pegava”, mas logo os Bala *tomaram* as bocas dessa região.

Conforme será exposto no tópico seguinte, a *guerra* da capital e região começou a se apaziguar a partir de 2017. A força adquirida pelos Bala durante esse período, contudo, possibilitou que a facção alçasse voos maiores, pretendendo, a partir de 2018, a conquista do mercado da droga do interior do estado, sobretudo pela disputa de territórios com os Manos. A mudança de quem seria o principal *contra* a ser vencido ficou explícita na narrativa de um adolescente sobre o que ocorreu nesse período em Canoas:

Pesquisadora: E na tua vila sempre foi um *embolamento*? Ou foi meio que mudando...

João Pedro: Na minha vila sempre foi o mesmo, mas na vila do lado que quer guerra.

Agora é com nós ali, mas nós tamo em guerra ali de novo com os Mano. Antes era com os Anti, mas nós tomemo. Agora é guerra com os Manos só.

Pesquisadora: E os Manos não tavam antes?

João Pedro: Não, eles sempre tiveram, mas eles ficavam no canto deles. Só que nós nunca... "ah vamo pega a caminhada deles". Nós pensava nos outros, porque os outros que vinha dá tiro em nós. Eles eram no canto deles. E como no crime os cara são olho gordo, tomaram a caminhada dos outros e já viram eles dando sopa, e começou a guerra com eles também. Porque eles são rodeado de Bala, na volta deles é só Bala. Daí vence quem tá em maioria.

(Entrevista com João Pedro, 20 anos).

A experiência adquirida durante o período de surgimento e expansão dos Bala em Porto Alegre, além da conquista de novos territórios na RMPA, levou a facção a se expandir para outros espaços, inclusive para aqueles que até então eram controlados pelos Manos, conforme fica explícito na narrativa acima. A partir dessa nova fase, os Bala também realizaram uma reflexão a respeito das perdas oriundas de uma guerra em que se utiliza de práticas *gore*,

---

<sup>51</sup> Mais R\$ 6,4 milhões do tráfico bloqueados. *Zero Hora*, 25 e 26 nov. 2017, p. 32.

<sup>52</sup> Facções espalham mortes. *Diário Gaúcho*, 09 jan. 2017, p. 24.

conforme um líder explicou para o interlocutor entrevistado: “nós perdemos muito tempo na guerra, e deixamos de ganhar dinheiro”.

Indicativo dessa racionalidade mais recente é o relato do adolescente vinculado ao grupo e morador de Porto Alegre. Na sua percepção, *os guri da Bonja* – em referência aos *envolvidos* com os Bala – não estão mais realizando *atentados*, ou seja, não estão se deslocando aos territórios contrários em incursões armadas.

Pesquisadora: Daí isso diminuiu agora? [*atentados e esquartejamentos*]

Wellington: Parece que agora diminuiu.

Pesquisadora: E tu sabe... tu imagina...Por que, tu não sabe?

Wellington: Ah porque foi presa bastante gente também, muita gente foi presa. Dos guri que tavam comigo de boa agora (*inaudível*), não tem nenhum na rua mais. Os cara que a polícia não matou, tão preso. Lá na Bom Jesus lá tem os cara, mas os que vão dar tiro, não tem nenhum. Os guri da Bonja não vão nem dá tiro mais.

Pesquisadora: Eles só ficam lá pra, tipo...

Wellington: Só pra proteger a vila né.

(Entrevista com Wellington, 19 anos)

A reflexão acerca do significado do *atentado*, bem como a limitação desse tipo de estratégia, no período mais recente, é um dado que será retomado mais à frente. Antes, contudo, é preciso compreender de que modo foi possível que pequenos grupos do tráfico, até então desarticulados, pudessem formar um único *embolamento* Antibala, tornando a *guerra* uma realidade da capital e Região Metropolitana.

#### 5.1.4 Depois que a *guerra* “pegou preço”<sup>53</sup>: a aliança dos Anti e a *guerra*

De modo a criar uma resistência contra o avanço dos Bala, grupos que, até então mantinham sua atuação restrita a um local específico, estreitaram relações para criar uma “quadrilha com um objetivo em comum”<sup>54</sup>. Os Antibala, organizados sobretudo a partir da aliança entre os traficantes do bairro Vila Jardim e o grupo oriundo da Vila 27 na Cruzeiro, o V7, passaram ao conhecimento da população da cidade por meio de uma série de ações de extrema violência, como o uso de decapitações e esquartejamentos. O primeiro desses episódios, em 16 de janeiro de 2016, consistiu na aparição de um corpo esquartejado enrolado em um edredom em que se lia “Bala nos Bala”. A vítima, posteriormente identificada como Jeferson Lapuente, de 22 anos, teve partes do seu corpo deixadas na Bom Jesus, como forma

---

<sup>53</sup> A expressão é utilizada pelos adolescentes para indicar o momento em que a *guerra* estourou, ou seja, quando os conflitos se tornaram constantes e mais violentos.

<sup>54</sup> Facções criminais avançam na capital. *Diário Gaúcho*, 16 set. 2016, p. 28.

de aviso à facção que comandava o bairro de que estava em curso uma reação à sua frente expansionista.

Esse episódio foi identificado por um interlocutor *envolvido* com os Antibala como marcador do início do período de esartejamentos e de muitas mortes na cidade.

Pesquisadora: E tu acha que isso começou assim... Alguém começou e daí...

Matheus: Sim. Começou quando esartejaram um e largaram lá na frente da mansão, não sei a Sra. sabe onde é? Tudo começou lá. Foi os Antibala, larguemo lá um corpo esartejado lá e daí começou. Aí começou esartejamento, toca fogo.

Pesquisadora: E aí isso não parou ou já diminuiu um pouco?

Matheus: Não, agora até que diminuiu um pouco, antes era direto, toda hora, 2016 toda hora, morto, morto (...).

(Entrevista com Matheus, 17 anos)

Em resposta às imagens divulgadas pelo *Facebook*, em que a cabeça de Jeferson aparecia decapitada rodeada de inúmeras armas de fogo, os Bala prometeram a revanche, indicando que o alvo principal seria o líder do *embolamento* contrário, conhecido como Nego Jackson e atuante na região da Vila Jardim: “(...) vai ser bala só na cara a guerra tá formada e se liga jackson tamo na tua cola malandro”<sup>55</sup>. O que se instaurou, a partir desse momento, foi o acirramento dos conflitos entre esses dois polos de poder. Segundo Cipriani, a formação dos Antibala se justificou internamente a partir de duas frentes: os interesses comerciais e o discurso de reação às *covardias* cometidas pelos Bala (2019, p. 132). Essas *covardias* – como a tomada de *bocas* pelo uso da violência e ausência de “limites” à ambição comercial – foram entendidas como uma “falta de ética” no crime, como um desrespeito aos acordos estabelecidos até então.

No discurso de alguns agentes da segurança pública, o *consórcio* de grupos seria provisório: “não é exatamente uma facção, mas uma união de quadrilhas com um objetivo em comum”<sup>56</sup>. De qualquer forma, o fato é que o *embolamento* dos Antibala foi formado por grupos remanescentes da facção dos Conceição, Vila Farrapos e Abertos, a partir do comando dos V7, originários do Bairro Santa Tereza – região da Cruzeiro –, da quadrilha vinculada aos Abertos no Bairro Vila Jardim e da quadrilha dos Patinho, do Loteamento Timbaúva. Essas três frentes constituiriam “uma espécie de espinha dorsal” do *embolamento*, conforme noticiou o *Diário Gaúcho*.

---

<sup>55</sup> Tráfico mata um por dia. *Diário Gaúcho*, 29 jan. 2016, p. 28.

<sup>56</sup> Facções criminais avançam na capital. *Diário Gaúcho*, 16 set. 2016, p. 28.



### MAPA 3 - DIVISÃO TERRITORIAL ENTRE BNC E ANTIBALAS NA ZONA LESTE DA CIDADE



Fonte: Território conflagrado. *Zero Hora*, 19 jul. 2016, p. 9.

A espacialidade dos territórios de atuação dos Bala e de um dos grupos fomentadores dos Antibala – os Abertos da Vila Jardim – foi um fator que acirrou ainda mais as disputas entre eles. O bairro Bom Jesus está dividido da Vila Jardim apenas pela Av. Protásio Alves, conforme se visualiza no mapa acima. Além da avenida que serve como fronteira dos territórios, não existem outras barreiras geográficas, como morros ou declives, que sirvam para dificultar o deslocamento de um local a outro. Essa proximidade acabou facilitando as incursões armadas de um *embolamento* ao território contrário, além de ter tornado os territórios do entorno – como o bairro Jardim Carvalho – espaços a mercê da disputa, muitas vezes subdivididos por fronteiras imaginadas e conhecidas apenas pelos próprios *envolvidos*.

Mas os conflitos não se restringiram a esses territórios. Como já apontado, o tráfico do Morro da Conceição foi o centro do mercado da droga de Porto Alegre durante a década de noventa. Com a desarticulação de Paulão da Conceição, *patrão do morro* até 2013<sup>57</sup>, o território passou a ser disputado de um lado por pessoas próximas de Paulão e, de outro, por alguns traficantes dissidentes. O conflito causou diversos homicídios e tiroteios na região até que o comando foi assumido por um indivíduo conhecido como Colete. Para alcançar o monopólio,

<sup>57</sup> Da queda de um traficante à disputa de quadrilhas: entenda a violência na Vila Maria da Conceição. *Zero Hora*, 06 set. 2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2017/09/da-queda-de-um-trafficante-a-disputa-de-quadrilhas-entenda-a-violencia-na-vila-maria-da-conceicao-9889876.html>>.

o novo *patrão* da Conceição se aliou aos V7, iniciando uma parceria que seria rompida anos mais tarde com o seu assassinato em 2017.

Por outro lado, os desafetos de Colete – em sua maioria, antigos aliados de Paulão – acabaram se aproximando dos Bala, sendo acolhidos, então, na 3ª galeria do F no Central. A conquista do território da Conceição a partir do auxílio dos V7 foi o primeiro exemplo de êxito da aliança realizada entre grupos de regiões diferentes da cidade, de modo que serviu como *apoio* para as disputas que se seguiram na Cruzeiro e na Restinga (CIPRIANI, 2019, p. 133). O exemplo da Conceição é bastante característico de como, nesse período, as *novas formas de matar* foram precedidas de *novas forma de gerir* os territórios do tráfico, com a constituição de alianças entre grupos de espaços geograficamente distantes.

Assim, para os *envolvidos* no tráfico, a polarização entre Balas e Antibalas, reforçada pelos episódios de violência extrema que ocorreram durante o conflito, ganhou significados para além da disputa pelo monopólio da venda da droga. O *contra* virou um inimigo a ser combatido a todo e qualquer custo, um Outro desumanizado, que não apenas deveria ser morto, mas ter seu corpo humilhado e destruído. Essas novas configurações sociais do crime reforçam o argumento de Grillo da passagem de uma representação da violência urbana para a representação da guerra (2019, p. 66), ainda que o caso de Porto Alegre possua elementos distintos do contexto que serviu de base para a afirmação da “metáfora da guerra”<sup>58</sup> (LEITE, 2000, 2014).

Aqui é importante realizar uma observação a respeito do termo utilizado pelos interlocutores da pesquisa para caracterizar esse período em que a *guerra* assumiu a centralidade do “mundo do crime”. A categoria foi utilizada para designar um estado social fruto da relação de um conjunto de elementos como grupos polarizados, conflitos armados em continuidade, mortes com uso de extrema violência, conquista de territórios e produção de um inimigo a ser combatido. Assim, ao adotar o termo, além de respeitar à intitulação do fenômeno dada por aqueles que o vivenciaram, também me filio à Grillo ao apostar na potencialidade de pensar a *guerra* como “representação que constitui o que descreve” (2019, p. 64), escapando assim, de adentrar na discussão sobre a possibilidade de denominar como *guerra* conflitos que são, em alguma medida, restritos aos grupos do tráfico de drogas e aos seus territórios.

---

<sup>58</sup> Leite entende que o Rio de Janeiro das últimas décadas tornou-se uma cidade partida entre as *favelas* “territórios da violência e das ilegalidades a ela relacionadas e o restante da cidade, espaço da ordem estatal e da cidadania” (2014, p. 628). Para a autora, a “metáfora da guerra” é a representação dessa configuração de conflitos e contradições. No caso de Porto Alegre, entretanto, a *guerra* é interna às *favelas* (entendidas como *vilas*), de modo que não parece ter adquirido, ao menos até o momento, o mesmo significado apresentado pela autora.

De todo o modo, foi durante a *guerra* que o uso de performances violentas foi operacionalizado não apenas contra os *envolvidos*, mas contra suas mulheres e familiares. Conforme narrou um interlocutor durante o campo exploratório.

Eu coloquei numa mesma sala várias pessoas que tiveram entes próximos mortos assim. E é nítido o ódio muito grande. E são pessoas que controlam áreas muito grandes e com um exército muito grande. Como pacificar isso, é complicado. (Entrevista com Sidinei Brzuska, à época Juiz titular da Vara de Execuções Criminais de Porto Alegre).

Enquanto a *guerra* produzia centenas de vítimas, os responsáveis pela segurança pública, pressionados a apresentar medidas efetivas de combate aos coletivos criminais, realizaram a transferência de líderes dos *embolamentos* para presídios no interior do estado, como a Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas. Segundo informou a *Zero Hora*, o conflito teria perdido intensidade nos dias seguintes à ação<sup>59</sup>.

Outra ação policial tida como essencial para o apaziguamento do conflito foi a prisão, logo no início de janeiro de 2017, de Jackson Peixoto Rodrigues, o principal líder dos Antibala, apreendido pela polícia paraguaia na cidade de Pedro Juan Caballero. Conforme informou a *Zero Hora*, ele também teria sido o responsável “por abrir as portas da fronteira com o Paraguai em favor do grupo”, efetivando a importação, através do país vizinho, de “armamento pesado e drogas”<sup>60</sup>. O preso passou a cumprir prisão preventiva em presídio federal na cidade de Cascavel (PR).

Contudo, um mês após a notícia da prisão de Jackson, o mesmo jornal informou que a mudança nas posições de comando dos Antibala teria produzido o efeito colateral de aumento da violência nos homicídios realizados pelo *embolamento*, na medida em que

agora, os principais expoentes seriam criminosos com origem na região do Loteamento Timbaúva, Bairro Mario Quintana – boa parte já presos, mas ainda exercendo comando. E estes, segundo a polícia, têm um perfil ainda mais violento que o de Nego Jackson. O método das decapitações, por exemplo, acredita o Departamento de Homicídios, partiu justamente desse grupo criminoso da Zona Norte<sup>61</sup>.

Tendo em vista que as disputas prosseguiram, as forças de segurança pública do estado decidiram, em julho de 2017, pela realização da chamada “Operação Pulso Firme”, por meio da qual 27 presos foram transferidos para penitenciárias federais localizadas no Mato Grosso

<sup>59</sup> Capital de Homicídios, *Zero Hora*, 02 ago. 2016, p. 6.

<sup>60</sup> Como a polícia prendeu o foragido N° 1, *Zero Hora*, 14 e 15 jan. 2017, p. 18.

<sup>61</sup> Conflito na capital gaúcha está mais violento, *Zero Hora*, 3 fev. 2017, p. 19.

do Sul, Rondônia e Rio Grande do Norte<sup>62</sup>. Em que pese a medida tenha caráter provisório, até o presente momento, a grande parte dos presos transferidos se mantêm no Sistema Federal, de modo que ainda é precoce afirmar quais serão as consequências dessa estratégia estatal para a dinâmica do tráfico de drogas do estado a médio e longo prazo.

De todo modo, interlocutores entrevistados indicaram que a Operação produziu o efeito imediato de diminuição dos casos de violência letal ocorridos na capital e RPMA, o que também se evidenciou pelas taxas de homicídios dos anos de 2018 e 2019, consideravelmente menores do que nos anos precedentes. A fala de um adolescente entrevistado foi no sentido de que as brigas entre as facções ainda existem, mas vive-se um momento em que “os cara tão apartado”, “ninguém tá dando tiro em ninguém”. Contudo, ele mesmo ponderou que a calma é momentânea, pois não se sabe como será quando “os cara voltar”, afinal “eles não vão ficar o resto da cadeia lá né?”

Apenas um mês após a transferência, um novo acontecimento mexeu com as estruturas do sistema prisional gaúcho: a morte de Colete, *patrão da Conceição* e até então, aliado dos V7. Conforme descreveu Cipriani, as versões são divergentes a respeito das razões que motivaram o assassinato (2019, p. 190). Seja porque Colete teria *crescido o olho* e tentado ganhar poder em cima de seus aliados da V7, seja o contrário, o fato é que a morte foi de autoria assumida pelo grupo da Cruzeiro, causando uma importante desestabilização interna dos Antibala.

Com a desavença entre V7 e Conceição, o primeiro grupo foi expulso da 2ª galeria do Pavilhão A do Central, onde até então dividia espaço com seus antigos aliados, mantendo-se no pavilhão aberto do presídio durante mais de um mês<sup>63</sup>. Sinal do quão complexo é a compreensão das dinâmicas do crime, observa-se que, apesar das desavenças terem produzido, nesse período, inúmeras mortes no espaço da rua, o saldo acabou sendo positivo para os V7: além de ganharem poder no Morro da Conceição, passaram a gerenciar duas galerias do Central (CIPRIANI, 2019, p. 190). Assim, de articuladores de um *embolamento* que buscava resistir à expansão dos Bala, o grupo que até então restringia sua atuação a uma parte da Cruzeiro logrou, em menos de dois anos, expandir ele próprio sua influência, não apenas na sua região de origem – onde seu comando se tornou praticamente absoluto –, como também em territórios antes intocáveis no cenário do tráfico de drogas de Porto Alegre.

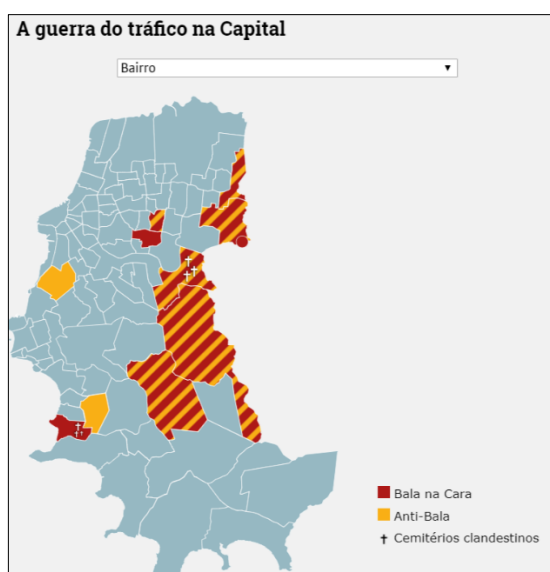
---

<sup>62</sup> Planejamento, sigilo e gole nas facções: os detalhes da Operação Pulso Firme. *Zero Hora*, 28 jul. 2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2017/07/planejamento-sigilo-e-golpe-nas-faccoes-os-detalhes-da-operacao-pulso-firme-9856225.html>>.

<sup>63</sup> Permuta para os expulsos. *Diário Gaúcho*, 31 ago. 2017, p. 28.

Nesse sentido, em que pese os Antibalas tenham enfraquecido como *embolamento* – seja pelos interesses divergentes dos grupos que o constituem, seja pela força daqueles que lhe fazem oposição – eles até hoje se mantêm em disputa em diversos territórios da cidade, conforme indicou a *Zero Hora* em reportagem do início do ano. Ao que parece, portanto, o uso da *marca registrada* da decapitação como forma de fazer frente ao *tiro de esculacho* dos Balas foi uma estratégia que possibilitou ao *embolamento* adquirir espaço no mercado da droga da cidade.

MAPA 4 - A DIVISÃO DO TERRITÓRIO DE PORTO ALEGRE ENTRE BALAS E ANTIBALAS



Fonte: Como se dá a guerra das facções pelo tráfico de drogas em Porto Alegre. *Zero Hora*, 15 mar. 2019.

Para que os episódios de violência extrema pudessem ser transformados em capital econômico para a facção, foi necessário realizar uma operação de “marketing” entre os grupos, efetivada a partir da veiculação de vídeos, fotos e mensagens nas redes sociais *WhatsApp* e *Facebook*. É sobre esse aspecto que trata o próximo subcapítulo.

## 5.2 O *Whatsapp* e o *Facebook*: instrumentos para a efetivação das necropráticas

O aumento contínuo da população que possui acesso à internet é um fenômeno de fácil percepção social. Cada vez mais as como celular e computador, fazem parte da rotina da população brasileira, conforme demonstra a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua realizada no quarto trimestre de 2017. A pesquisa abordou o uso das TIC's com ênfase para o acesso à Internet e à televisão, além de posse de telefone móvel celular para uso pessoal

(IBGE, 2018), indicando que, em 2017, 69,9% da população com mais de 10 anos de idade possuía acesso à Internet no país, sendo que, desse total, 97% realiza o acesso através do uso de telefone móvel celular. Entre aqueles que possuem de 14 a 17 anos, a utilização da Internet chega à 84,9% da população (IBGE, 2018).

Em que pese a larga comprovação de que o mundo virtual tem sido acessado por um número cada vez maior de indivíduos, sendo atualmente uma realidade também das Classes C e D (CARDOSO; MARTINS; FERNANDES, 2017, p. 370), a simples medição quantitativa é insuficiente para a construção de um quadro mais aprofundado sobre as especificidades no uso da Internet de acordo com o perfil do usuário. As particularidades e significados que o acesso ao mundo digital adquire são ainda mais vastos quando se trata especificamente das redes sociais.

Visando avaliar a potencialidade emancipatória das redes sociais para as classes baixas brasileiras, Spyer (2017) realizou uma etnografia de longa imersão em uma cidade do interior da Bahia. Uma das premissas do autor foi a ideia de que o crescimento no acesso às redes sociais pelos jovens das classes baixas a partir da aquisição de *smartphones* com tecnologia *Android* se tornaram, mais recentemente, um instrumento para o acesso contínuo e permanente à Internet (SPYER, 2017, p. 8). A presente pesquisa também se deparou com esse cenário em relação aos adolescentes entrevistados: todos eles indicaram que utilizam seus celulares para acessar à Internet de modo contínuo.

Conforme exposto no capítulo metodológico, os grupos focais realizados com os adolescentes foram elaborados utilizando-se das redes sociais como temática principal. A ideia era aproveitar o tema para se aproximar dos interlocutores, procurando, ainda, aprofundar as interconexões entre os usos das redes e a violência letal produzida no contexto do tráfico de drogas. As evidências coletadas durante o campo exploratório indicavam que o *WhatsApp* e o *Facebook* seriam instrumentos importantes para as dinâmicas internas do mercado da droga, de modo que pareceu propício utilizar esse ponto como elemento disparador da discussão com os adolescentes.

Assim como Spyer conclui em sua pesquisa (2017, p. 36), os adolescentes indicaram que as redes sociais são basicamente um sinônimo para *WhatsApp* e *Facebook*, confirmando também o que o autor afirmou a respeito da inclusão tecnológica: no caso de jovens da classe baixa, são eles próprios os responsáveis por aprender como utilizar tais ferramentas (2017, p. 8). Já as *Lan Houses*, locais que eram utilizados para acesso à Internet antes da popularização dos telefones móveis com acesso online, perderam importância como espaços de inclusão

digital dessa população e são vistas por eles como locais abandonados, frequentados apenas por crianças. Da mesma forma que 95,5% da população brasileira (IBGE, 2018, p. 9), os adolescentes também afirmaram que a principal finalidade da Internet é o envio e recebimento de mensagens de texto, voz ou imagens.

Contudo, importantes diferenças nos usos de cada uma das redes foram acionados pelos adolescentes participantes dos grupos. O *WhatsApp* é basicamente utilizado para conversas, enquanto o *Facebook* é compreendido como um espaço em que é possível “saber o que tá acontecendo no mundo”, embora seja uma rede menos segura na qual é necessário ter cautela ao realizar as postagens:

Não-identificado: O whats acho que é mais seguro.

Wellington: O whats é mais seguro, tu pode conversar sereno com a pessoa, o face... o whats não tem negócio de postar foto.

Matheus: O face é muito hackeado também.

Wellington: É, muita gente. Tu fica exposto pra muita gente.

Carlos: É mais fácil de acessar. Só botar o nome ali e já era.

Wellington: Só pegar um amigo teu no facebook e olhar tuas fotos.

(Grupo focal 2, realizado com adolescentes internados na FASE).

Em alguma medida, portanto, os dados da presente pesquisa vão ao encontro dos achados de Spyer a respeito dos níveis de exposição de cada rede social. O autor utiliza a oposição figurativa “luzes acesas” e “luzes apagadas<sup>64</sup>” para diferenciar esses dois canais de comunicação online. Assim, enquanto o *Facebook* é o espaço do compartilhamento de imagens de prosperidade, beleza e prazer – em que as luzes estão acessas para análise e monitoramento coletivo –, o *WhatsApp* garante o sigilo, ou as luzes apagadas, para a fofoca e o politicamente incorreto, com compartilhamento de conteúdo relacionado a sexo, violência e humor (SPYER, 2017, p. 62).

No caso dos adolescentes *envolvidos*, as “luzes apagadas” do *WhatsApp* permitem que ele seja um espaço para tratar de assuntos específicos do comércio ilícito de drogas, inclusive pelo envio de fotos em que estão armados ou vídeos de execução, conforme será abordado mais à frente. Por outro lado, os adolescentes narraram uma prática utilizada para conectar as duas redes sociais, a partir de uma estratégia de divulgação codificada do número do *WhatsApp* na *timeline* do *Facebook*.

Marco: Daí vai perguntar, como é que ela conseguiu meu número. Só que o cara botou no face ali o número do cara "Me chama no Whats"

João Pedro: "Me chama no Whats"

---

<sup>64</sup> Tradução para “lights on” e “lights off”.

Pesquisadora: Pode por...

Marco: Claro, tem gente que posta não sei o que ali, “me chama no whats”.

Luan: Eu não boto isso aí, tá louco.

Marco: Várias pessoas colocam isso. A minha irmã era uma, minha irmã falava assim, “tá frio não sei o que, bota 50 casacos, 80 calças” e vai falando assim né, “e se não adiantar me chama no whats”.

Pesquisadora: Tipo um código pra colocar o número

Marco: Tipo um código pra chamar, “e se não adiantar me chama no whats”

Pesquisadora: Tá e as pessoas entendem assim?

Marco: Vai entender né Dona, porque vai ver ali os números e daí junta todos os números e “me chama no whats”. Minha irmã postava direto assim.

(Grupo focal 1, realizado com adolescentes internados na FASE)

Pela divulgação do número do *WhatsApp* em uma rede exposta como o *Facebook*, sob o véu de uma codificação compreendida apenas por aqueles que compartilham desse universo social, os adolescentes apresentam suas próprias estratégias para a formação de canais de transferência de uma rede mais exposta para um espaço de conversa mais protegido. A criatividade desse tipo de método indica que as redes sociais possuem significados e modos de operacionalização próprios para cada grupo social, de modo que o acesso a uma rede pública como o *Facebook* não garante que qualquer usuário apreenda os sentidos das mensagens e imagens ali compartilhadas.

Na observação de Spyer, em comunidades em que todo mundo está muito próximo, monitorando a vida de seus vizinhos, estratégias como essa são indicativas do uso das redes sociais como instrumento para “se esconder ao sol”, ou seja, “uma maneira de filtrar a presença excessiva de outras pessoas e, assim, permitir que indivíduos e pequenos grupos interajam de maneira mais privada” (2017, p. 49). Lange é outra pesquisadora que se atém a essa problemática, argumentando as maneiras encontradas pelos jovens para manipular instrumentos e mecanismos sociais com o objetivo de alcançar diferentes níveis de visibilidade nos compartilhamentos de suas mídias (2008, p. 362). Assim, existiriam comportamentos “publicamente privados” ou “privadamente públicos”, nos termos utilizados pela autora, na medida em que os participantes das redes manipulam a mídia para garantir a manutenção dos relacionamentos pessoais e da intimidade em meio ao escrutínio público.

Realizada a transposição para o espaço de conversa privada, os adolescentes se sentem mais resguardados para, por exemplo, desenvolverem relacionamentos afetivos com mulheres. A intimidade adquirida nesse espaço, contudo, não é automaticamente transposta quando os encontros passam a acontecer na vida *offline*.

Pesquisadora: E tá e aqui diz uma assim ó: “WhatsApp ajuda adolescentes a se expressarem melhor, indica estudos”. Vocês acham que é real?



João Pedro: Também acho que sim Dona, porque tu tá conversando com uma mina bá, maior intimidade coisarada... daí chega pertinho.

Vários: (*muitas risadas*).

João Pedro: Os cara mó envergonhado (*risadas*). No whats troca mó ideia com a guria.

Pesquisadora: Mas porque é mais fácil, tipo tu não tá vendo a pessoa assim?

Felipe: É.

Marco: Daí o cara fala...

João Pedro: Força de frescura, daí chega na hora, fica no cantinho, espiado.

(Grupo focal 1, realizado com adolescentes internados na FASE)

Ao afirmarem que desejam continuar utilizando as redes sociais, não quer dizer que os adolescentes desconsiderem as adversidades decorrentes do mundo virtual. A “força de<sup>65</sup> bullying” existente nas redes sociais é um dos aspectos negativos acionados, situação em que o sujeito é desqualificado, por exemplo, por ser “gordo, negro”. Além disso, também foram apontados possíveis episódios de depressão, de conflito entre parceiros em razão de eventuais “curtidas” ou comentários nas fotos de outras pessoas do sexo oposto e de divulgação de fotos ou filmagens de relações sexuais sem o consentimento da mulher. Em situações como essas os adolescentes indicaram que pode *dar ladaia*, ou seja, que os conflitos podem transpor o mundo virtual para se concretizarem em desavenças reais.

João Pedro: Que nem o cara chega e posta uma intimidade com a mina. Ah tem mina que já vai (*inaudível*). Não é acostumada com essas coisas né Dona, não tem ambiente pronto pra isso.

Felipe: Claro.

João Pedro: Porque ninguém espera que tu vá ter uma relação com o cara e ele vai lá e vai divulgar. Tá até pegando...

Vários: (*risadas*). Tá até pegando...

João Pedro: Ba tá louco, vai divulgar o bagulho.

(Grupo focal 1, com adolescentes internados da FASE)

Outro aspecto acionado pelos adolescentes diz respeito à presença constante das redes sociais na vida diária deles e de seus familiares. O uso sistemático para comunicação entre a família foi ressaltado nesta narrativa: “minha irmã nem fala com minha mãe e com meu outro irmão dentro de casa. Fica no canto mexendo no celular”. Em resposta, outro participante do grupo complementou afirmando que sua mãe “é 24h” no telefone. Há um consenso, portanto, de que as redes sociais e o acesso à Internet por meio dos aparelhos celulares é uma realidade consolidada em suas rotinas, presente em diversas dimensões – como trabalho, relacionamentos pessoais e vida em comunidade – e que representa, na visão dos interlocutores, um avanço em relação ao período em que essas funcionalidades não existiam.

---

<sup>65</sup> *Força de* é uma expressão utilizada para designar quantidade, como um sinônimo para o advérbio muito.

Uma das principais formas de transformar as redes sociais em instrumento de fortalecimento dos laços sociais da comunidade são os grupos de *WhatsApp* formados por dezenas de moradores de uma determinada vila. Nesses espaços, são compartilhados notícias e avisos que visam a proteção da coletividade, como, por exemplo, pela indicação de que assaltantes em um carro de determinada cor estão efetuando roubos ou de que assaltos estão ocorrendo em certa parada de ônibus. A prática é cada vez mais comum nas grandes metrópoles brasileiras e inclusive vem sendo apontada como uma possibilidade de efetivação do policiamento comunitário (RINCON et al., 2015).

Contudo, diferentemente dos grupos de vizinhos formados por indivíduos da classe média e alta, no caso dos grupos das vilas, os avisos possuem uma segunda função que demonstra as dificuldades para que esse tipo de instrumento efetive uma aproximação da comunidade com a Polícia: são grupos que também auxiliam os próprios moradores desses territórios para que se previnam de serem confundidos como autores de delitos. Na situação narrada por Matheus, por exemplo, seu irmão e primo decidiram deixar de visitá-lo na FASE com medo de acabarem sendo identificados, equivocadamente, com os motoqueiros assaltantes que supostamente rondavam as imediações da vila em que moram.

Matheus: Claro, os cara botam no grupo “não viu tem um...”. Igual agora...

Carlos Eduardo: Um cara suspeito...

Matheus: Meu irmão veio me visitar, daí ele falou que tava... porque veio ele e me primo me visitar, né? Porque eles vêm de moto. Daí tava no grupo que tinha dois motoqueiros vá roubar. Dois numa moto, no caso, né, roubando. Daí eles viram pra cá e olharam "bá, vai tá estranho pra ir de moto".

(Grupo focal 2, realizado com adolescentes internados na FASE)

A instrumentalização desses grupos para a autoproteção da comunidade confirma o que Spyer identificou respeito da inversão entre o que se espera do uso do *WhatsApp* e do *Facebook* e a forma como as populações de classe baixa operam as redes (2017, p. 58). Na pesquisa do autor, observou-se que as postagens mais íntimas, referentes às dimensões da vida privada, como relacionamentos afetivos, momentos em família no interior de suas casas e conflitos pessoais, são veiculadas via *Facebook*, enquanto assuntos que abordem a vida coletiva da comunidade, como a criminalidade, são tratados em espaços virtuais menos expostos, como o *WhatsApp* (SPYER, 2017, p. 190).

Retomadas algumas questões mais gerais trazidas pelos adolescentes a respeito de como as redes sociais são operadas por eles e pelas pessoas da comunidade em que vivem, passo agora a explorar as dimensões específicas que as redes sociais adquirem no “mundo do crime”. De modo geral, o objetivo da discussão será destrinchar como o uso das redes sociais, em

especial do *WhatsApp* e do *Facebook*, ajudam a explicar a ocorrência da violência extrema em Porto Alegre, isto é, de que modo elas atuam como instrumentos para a efetivação dessas necropráticas (VALENCIA, 2010).

Um primeiro consenso estabelecido pelos adolescentes foi o uso das redes sociais como propulsores da violência no contexto em que vivem. Na visão dos interlocutores, as discussões e conflitos iniciados por meio desses canais podem acabar gerando mortes, de modo mais veloz e com menos possibilidades de controle em relação ao período em que os aplicativos de comunicação não eram difundidos. Ainda que esses episódios de violência não sejam exclusivos dos conflitos do tráfico de drogas – também foi indicado o aumento das discussões com mulheres por questões relacionadas ao uso das redes sociais – as mudanças que esses instrumentos tecnológicos trouxeram para o contexto do tráfico, bem como a escalada da violência, foram destacadas pelos adolescentes.

A vigilância dos *contras* por meio das postagens nas redes é um exemplo dessas transformações. Segundo um dos interlocutores, atualmente é mais fácil “pegar os cara”, na medida em que os próprios sujeitos indicam pelo seu *Facebook* o lugar em que se encontram, facilitando que ele seja localizado: “ó fulano tá em tal lugar, vamo lá pegar”. Nesse mesmo sentido, os adolescentes indicam ainda que é preciso verificar o horário das postagens, de modo a determinar a localização com ainda mais precisão.

Wellington: Facebook dá várias mortes né Dona?

Pesquisadora: É, por quê?

Wellington: Ah porque daí, por exemplo...

Matheus: Tu pode postar uma foto e tá marcado ali em cima onde é que tu tá. Daí a pessoa olha "ah ali o fulano".

Wellington: Eles vão e te matam.

Matheus: "Ah, ali o fulano". Vamo vê a hora. Ah postou agora, então quer dizer que ele tá agora, vamo lá então.

(Grupo focal 2, realizado com adolescentes internados da FASE)

Também houve transformações na forma como os sujeitos devem se portar durante suas atividades no tráfico. Além da necessidade de estar todo tempo atento para as informações que chegam por meio do *WhatsApp*, a própria logística da atividade sofreu alterações. O atendimento aos clientes na *esquina* passou a ser realizado com o uso do celular, de modo que todas suas ações são imediatamente reportadas aos seus superiores: “tudo que nós vamos fazer temos que falar antes”. As decisões referentes à atividade devem ser compartilhadas por meio desses canais de comunicação, de modo que há a responsabilidade por parte daqueles que estão em liberdade de estar sempre “na linha”.

Outras duas novas estratégias utilizadas para as investidas contra os *embolamentos* contrários que envolvem o uso das redes sociais foram narradas pelos adolescentes. A primeira diz respeito ao uso de mulheres como “isca” para atrair *contras* a locais em que estarão desprotegidos e onde poderão ser executados. Essa dinâmica foi igualmente identificada por Cipriani em diálogos com jovens *envolvidos* no tráfico de Porto Alegre (2019, p. 168). Nos dados coletados pela a autora, as mulheres aparecem para os interlocutores como “o bixo mais capeta que tem”, pois seriam capazes de manipulá-los a irem até os lugares onde seus *contras* estariam lhes esperando.

No caso da presente pesquisa, a estratégia do uso das mulheres como instrumentos de emboscadas foi articulada mais de uma vez em ambos os grupos focais realizados. A partir das narrativas, parecem existir duas maneiras de operacionalizar essa armadilha: pelo acordo com meninas que atuarão em nome da facção – sejam efetivamente *envolvidas* com o *embolamento*, sejam familiares dos *envolvidos* – ou pela construção de perfis *fakes* com o uso de fotos de mulheres bonitas.

João Pedro: (...) Hoje também o cara fala pra uma mina "não, vai aí, chama o fulano". Bá, a mina bonita, vai ver as fotos, vou ir. Vai ir, os cara tão esperando pra matar.

Vários: (*som de concordância*)

João Pedro: É assim né Dona.

(Grupo focal 1, realizado com adolescentes internos da FASE)

Matheus: Tipo tu pode fazer um fake, eu posso fazer um fake e conseguir umas fotos de umas mulher e largar ali. E começar a trovar o Carlos, vamos supor. Daí falar "ah não, vem aqui e pá", daí marcar um encontro com ele, ele vai ir achando que é uma guria, eu pegar e matar ele.

Carlos: É.

Matheus: É fácil.

Carlos: Ou até as irmãs do cara. Eles mandam elas... A irmã deles sair uma vez contigo, sai duas, quando vê "ah a gente se fala depois", agora tu me busca, daí a pessoa tem confiança, já fui duas vezes pra casa dela, né, então vou ir ai. Ai quando chegar lá "te piso, te piso" (*risadas*).

Carlos: Não, tô te esperando (*risadas*).

(Grupo focal 2, realizado com adolescentes internados da FASE)

A utilização de meninas como meio de atrair jovens para algum tipo de emboscada não é uma estratégia inédita. Situação muito semelhante também foi identificada em uma etnografia realizada no bairro de South Bronx, na cidade de Nova York, de autoria do sociólogo norte-americano Randall Contreras (2013). A temática central da obra é a forma como garotos da região, marcados por uma forte vinculação com o mercado de venda de drogas, viveram três momentos específicos: o apogeu da venda do crack; a contração desse mercado, com a transferência do empreendimento criminal para o “roubo da droga”; e, por fim, as consequências dessa vivência nas subjetividades desses jovens.

Após a queda da “era do crack”, Contreras observou que os jovens, até então vendedores da droga, reinventaram sua atividade lucrativa e passaram a atuar naquilo que eles chamam de *stickup*, ou roubo à mão armada – em uma tradução livre –, sobretudo no roubo de drogas e de montantes de dinheiro pertencentes a outros traficantes (2013, p. 121). Uma das estratégias utilizada era a atração daqueles que teriam informações a respeito de onde se encontravam as drogas e o dinheiro a locais em que seriam torturados até que indicassem as localizações almejadas. Para lograr sucesso nessa nova empreitada, algumas garotas eram pagas para seduzirem as vítimas, convidando-as para, com a promessa de que teriam relações sexuais, acompanhá-las até um apartamento reservado.

Na análise de Contreras, esse tipo de estratégia só seria possível porque, apesar dos garotos vinculados ao tráfico serem normalmente muito cautelosos, com as meninas eles distraíam-se: o encontro com elas só poderia significar uma relação sexual em potencial (2013, p. 124). A possibilidade de demonstrar a própria masculinidade aos próximos significaria respeito e *status* nas ruas, tornando irresistível o aceite do convite, sobretudo quando o jovem era abordado quando estava na companhia de seus pares.

Havia, portanto, uma relação íntima entre demonstrar sucesso nas conquistas afetivas e crescer no mundo extremamente masculino das drogas. Para Contreras, com esse tipo de tática, os garotos do *stick up* acabavam realizando “uma armadilha da masculinidade”, utilizando os valores hegemônicos do *ser* homem para vitimizar o próprio homem (2013, p. 125). No caso da presente pesquisa, esse paradoxo se repetiu: os *envolvidos* sabem o quanto a ideia de um homem movido por seus desejos sexuais é importante para a afirmação da masculinidade e a utilizam como mote dos seus próprios interesses. A consequência é um adolescente que será “arrastado” pela guria até os seus *contras*.

Como forma de se proteger desse tipo de situação de perigo, os *envolvidos* restringem ainda mais o seu espaço de circulação na cidade. As opções são se envolver apenas com as meninas do seu próprio *embolamento* (CIPRIANI, 2019, p. 168) ou abster-se de ir ao encontro daquelas com as quais eles conversam pelas redes sociais. São elas, portanto, que devem vir ao seu encontro, garantindo que o jovem fique protegido pelos seus pares no seu território, reiterando o “fechamento” dos moradores nas suas próprias comunidades observado por Souza no contexto das favelas do Rio de Janeiro na década de 90 (1998, p. 7). Conforme um adolescente afirmou, “o cara não sai da vila por nada”.

A segunda estratégia compartilhada pelos interlocutores diz respeito à criação de perfis falsos nas redes sociais por parte de seus *contras* como forma de divulgar fotos que os vinculem ao “mundo do crime”, como, por exemplo, aquelas em que aparecem portando armas.

Wellington: Ou assim por exemplo, nós somos contra. Daí eu vou lá mando umas fotos armadas pra ele, daí ele faz um fake e manda minhas fotos, postas todas minhas fotos armadas.

Leonardo: Posta no face, pra todo mundo ver.

(Grupo focal 2, realizado com adolescentes internados da FASE)

De um modo ou de outro, o que ficou explícito é que, se os aplicativos de conversa, no mundo dos *não-envolvidos*, representam facilidades para o encontro e a comunicação de pessoas, para os meninos que atuam no tráfico de drogas, esses canais atuam como espaço de encontro e de contato entre aqueles que não ocupariam o mesmo local sem que isso significasse um alto nível de risco para ambos. Quando estão no mesmo grupo de *WhatsApp*, contudo, os *contras* utilizam o espaço como forma de potencializar ainda mais os conflitos, por exemplo, pelo envio de fotos de arma, como forma de ameaça, ou de músicas provocativas.

João Pedro: Tem um grupo lá onde eu moro, que é todo mundo. Todas as facção. Que é um grupo de uma vila entendeu? E nessa vila tem três facção. Daí os cara se cachorraia<sup>66</sup> toda hora.

Pesquisadora: Ficam se mandando coisa?

João Pedro: Claro, toda hora. É foto armado, e áudio cachorreando e música. Aí dá ladaia. Os caras querem dar atentado um no outro.

(Grupo focal 1, realizado com adolescentes internados da FASE)

Assim, seja nas “luzes apagadas” do *WhatsApp*, em que a funcionalidade dos grupos permite reunir grupos criminais diferentes em um mesmo espaço de comunicação, seja nas “luzes acessas” do *Facebook*, em que nem mesmo o nível de exposição pública da rede impede os meninos de realizar postagens provocativas – “ah vou na vila do cara e mata alguém e posta no face tirando onda” – o fato é que as redes sociais foram essenciais para impulsionar ainda mais um conflito que já era, por si só, bastante explosivo. A rapidez da comunicação *online* foi a pólvora necessária para que *guerra* entre as facções produzisse os níveis de violência que produziu.

Outro fator essencial para os desdobramentos desse conflito bélico foram as mídias contendo filmagens de execuções, sobretudo no caso das mortes com violência extrema. Os adolescentes narraram que, durante o período mais intenso de disputas, as facções começaram a filmar certos homicídios, utilizando os vídeos como forma de demonstração de poder entre os

---

<sup>66</sup> O termo é utilizado para designar provocação, xingamentos ou até ameaças.

grupos: “olha aí o que nós fizemos com vocês ó”. Quando questionei se os vídeos também eram enviados para os moradores das vilas em que moram, os adolescentes compartilharam uma segunda razão para o uso desse tipo de estratégia.

Pesquisadora: E manda pro pessoal que mora nas comunidades, nas vilas?

João Pedro: Não, pras vilas não né Dona. Manda pros cara. Tipo os cara do presídio fala “ó peixe, tem que ali matar o fulano”. Aí o cara vai e já faz um vídeo.

Felipe: “Ah manda aí o vídeo”. Daí os cara mandam.

João Pedro: O cara faz o vídeo e já manda “ai cupinxa, peguemo”.

(Grupo focal 1, realizado com adolescentes internados da FASE)

Confirmou-se, então, o que havia sido compartilhado pelos agentes do sistema de justiça entrevistados durante a realização do campo exploratório, em relação ao envio dos vídeos de execuções pelas redes de *WhatsApp* aos mandantes dos atos. O que observei é a existência de um certo fluxo de comunicação: a) os *envolvidos* que possuem maior grau hierárquico dentro dos *embolamentos*, normalmente recolhidos no sistema prisional, requerem àqueles que estão em liberdade a realização de um determinado homicídio; b) os executores recebem a ordem e filmam a ação, devolvendo também pela rede *WhatsApp* o vídeo que prova que a solicitação foi cumprida. Ocorre que, na visão dos adolescentes entrevistados, em alguns casos os receptores dos vídeos optam por divulgá-los em outros espaços *online*, como forma de afirmar “uma força pros *contras*” e de enviar uma mensagem: “ah nós somo ruim, fomos lá e fizemos”.

A filmagem de cenas de violência extrema também foi uma situação identificada no cenário do crime de Fortaleza. Sobre esse contexto, Paiva apontou que os vídeos realizadas pelas facções da região captavam cenas de tortura realizadas com sujeitos que haviam infringido as normas impostas pelos grupos, como a proibição de roubar na “quebrada”<sup>67</sup>, por exemplo (PAIVA, 2019, p. 174). Seriam uma espécie de “lição de moral” utilizada em um contexto em que se buscava a “pacificação” e a ordenação das favelas na capital cearense, cenário oposto, portanto, do ocorrido em Porto Alegre.

Apesar de entenderem as razões que justificam o uso desse tipo de estratégia, os adolescentes compartilharam certa preocupação com o destino desses vídeos, pois entendem os perigos que acompanham a filmagem de atos violentos, sobretudo para aqueles que os executam. Dessa forma, eles apontaram alguns cuidados que devem ser observados, como o hábito de apagar os vídeos dos aparelhos celulares após o envio e de trocar frequentemente de *chip* de celular. Em relação ao momento da realização da violência, algumas precauções

---

<sup>67</sup> Termo utilizado para nomear os espaços da periferia em que há a presença e o domínio dos grupos do tráfico de drogas.

também devem ser tomadas para dificultar a identificação dos autores, como o uso da *touca ninja*.

Wellington: O cara vai até de touca ninja. O cara não tem como ir de cara limpa.

Carlos: É e nem tatuagem.

Wellington: Se não for pra filmar o cara vai de cara limpa, mas pra filmar já...

Pesquisadora: E daí filma e apaga ou...

Wellington: Manda pra cadeia e depois apaga. E na cadeia já vai tudo postado já (*risadas*).

Carlos: Depois dali já vai...

Pesquisadora: Sim, daí vocês nem tem mais controle...

Wellington: Sim, daí já era. Por isso que não tem que deixar ver uma parte do teu corpo que tem marca. Tatuagem, cicatriz, uma coisa assim.

(Grupo focal 2, realizado com adolescentes internados da FASE)

As precauções tomadas pelos adolescentes decorrem justamente do fato de saberem que é bastante provável que os vídeos não se mantenham apenas na posse dos mandantes dos atos. Por outro lado, indicam que existem aqueles que não estão preocupados com as consequências da possível viralização de vídeos, talvez por desejarem reconhecimento, ou “fama”, conforme indica um dos interlocutores. Assim, ainda que alguns comportamentos sejam indicados para que as filmagens não extrapolem os destinatários esperados e para que esses não sejam identificados – como o hábito de apagar os contatos salvos no aparelho celular – sabe-se que não há como ter controle absoluto do destino desse material.

O risco das filmagens passa também pela mudança no *modus operandi* das forças policiais. Ciente de que os aparelhos celulares dos *envolvidos*, bem como suas redes sociais, podem conter informações evidentemente incriminadoras, os policiais passaram a dar mais atenção a essas dinâmicas *online* (cf. CECCHETTO; MUNIZ; MONTEIRO, 2018). O acompanhamento das páginas do *Facebook* como forma de reunir material a respeito do envolvimento de certos adolescentes com atos violentos do tráfico de drogas é uma das ações realizadas pela polícia.

Pesquisadora: Como é que viraliza daí? Tipo, o pessoal fica mandando nos grupos tudo...

Wellington: É daí roda pelo celular.

Matheus: Daí acaba na mão da polícia a foto armada, daí depois quando eles pegam o cara na boca, vamos supor, dá um *atrack*<sup>68</sup>. Eles vão olhar, vão pegar... “não, mas olha aqui, olha a foto de quem que nós temos aqui”. Daí vai ver é o cara armado. Daí o cara vai pensar, “não, mas como é que ele conseguiu essa foto?”. Daí o cara vai se lembrar: no face.

(Grupo focal 2, realizado com adolescentes internados da FASE)

---

<sup>68</sup> O termo *atrack* é utilizado para designar as abordagens policiais.



Se a investigação com uso de informações coletadas nas redes sociais é uma estratégia que, aparentemente, não representa nenhuma violação legal por parte da polícia, existem outras ações que não parecem estar respaldadas nas garantias ao direito de defesa dos adolescentes. Exemplo de uma violação comum, nesse contexto, é a subtração do aparelho celular do indivíduo sem a apresentação de qualquer tipo de mandado judicial que autorize esse tipo de ação. Conforme narram os interlocutores, quando os policiais “dão paredão”, a primeira ação realizada é o recolhimento dos celulares daqueles que estão sendo abordados, como se, a partir do conteúdo desses aparelhos, fosse possível realizar um filtro mais apurado dos que são mais *envolvidos* com o “mundo do crime”. Assim, as tecnologias que permitem a comunicação *online* também parecem servir como novos dispositivos à seletividade penal.

Pesquisadora: E vocês acham que a polícia mudou a forma como ela age, agora com a rede social assim? Tipo fica ligada nessas coisas que rola em face...

Matheus: Fica.

Rafael: Eles dão paredão já pede o telefone já.

Wellington: É, e começa a roubar mais também, pegam o cara com telefone e já bota no bolso já.

Carlos: Já pega e já quebra o chip.

Wellington: Eles são louco né.

(Grupo focal 2 com adolescentes internados da FASE)

Outra modificação na rotina dos *envolvidos*, ocorrida após a massificação do uso das redes sociais, foi o nível de pressão despendida por parte daqueles que possuem maior poder de comando no interior das facções em relação aos executores das ações diárias do tráfico. Os adolescentes afirmaram que as ligações oriundas dos presídios são diárias, de modo que eles devem estar sempre atentos aos seus aparelhos celulares; alertas e preparados para executarem as ações ordenadas. É atenção requerida “24h” por dia, tanto pessoalmente, quanto via aplicativos de mensagens, o que indica um contexto em que o tempo desses sujeitos é quase completamente perpassado por algum nível de *envolvimento* nas atividades do tráfico de drogas.

Por fim, um derradeiro aspecto a respeito das transformações trazidas pelas redes sociais é a existência de uma rede de cooperação por parte dos moradores com os *envolvidos* e vice-versa. A colaboração dos que moram nas vilas se dá através de avisos emitidos por meio dos grupos de *WhatsApp*, informando a *subida* dos policiais e seu deslocamento em direção às *bocas de tráfico*, ou ainda a existência de *barreiras policiais*, possibilitando que os *envolvidos* fujam ou se protejam das abordagens.

Wellington: É mais os grupos da vila que a gente mora, sabe? Porque cada um é de um canto aqui, daí tem o grupo da vila que é pra não te prender. Tem vários morador no grupo e tem vários embolados.

Leonardo: Eles avisam.  
Wellington: Quando os homi tá subindo eles avisam pro cara conseguir fugir.  
Pesquisadora: E daí tem gente de toda a vila assim?  
Wellington: Sim, toda a vila. Trabalhador, envolvido, tudo.  
(Grupo focal 2, realizado com adolescentes internados da FASE)

Em contrapartida, também os *envolvidos* utilizam essas novas tecnologias para alertar as comunidades em que vivem quando há sinais de perigo pela iminência de um ataque violento dos *contras*, por exemplo. A existência de um “clima estranho”, conforme explica um adolescente, é suficiente para que uma mensagem seja postada nos grupos de *WhatsApp*: “ó meu, tá um clima estranho, quem é embolado fica na rua e quem não é...”. Apesar de não completar a frase, fica claro o que o adolescente quis expressar: nesses casos, para aqueles que não são *envolvidos* o indicado é ficar no interior de seus domicílios.

Assim, diante dos dados produzidos, ficou evidenciada uma relação de muita proximidade entre a popularização dos usos das redes sociais *WhatsApp* e *Facebook* pelos *envolvidos* e a intensificação do conflito violento entre os Balas e os Antibalas, no chamado período da *guerra* em Porto Alegre e RMPA. A velocidade com que os atos violentos contra um *embolamento* chegavam para o grupo contrário – me refiro aqui aos atos *em si*, e não às informações sobre eles, pelo nível de detalhamento das ações que as filmagens permitiram materializar aos destinatários – foi elemento essencial na produção dos sentimentos necessários à reação violenta, em alguns casos, produzida de forma imediata.

Há, portanto, uma relação de causalidade entre o uso das redes sociais e a efetivação das necropráticas nos níveis presenciados. Não estivessem disponíveis os aplicativos de comunicação *online*, para que o ato violento realizado por um grupo comovesse de modo substancial o grupo contrário, além de serem necessárias estratégias mais arriscadas, ainda assim, muito dificilmente o ciclo de ação e reação das violências extremas teria ocorrido na velocidade com que se observou no período analisado.

Ademais, conforme busquei argumentar, assim como qualquer pessoa que utilize das redes sociais *online*, também no caso dos *envolvidos*, esses espaços servem tanto como uma janela para o mundo externo – permite “saber o que tá acontecendo no mundo”, por exemplo – como um espelho da realidade vivenciada por eles (SPYER, 2017, p. 10). Assim, não seria esperado que as redes sociais dos jovens espelhassem uma imagem contrária à forte vinculação dos *envolvidos* aos seus *embolamentos*. O atravessamento dessa vinculação em outras dimensões da vida dos adolescentes ficou especialmente visível em duas situações.

A primeira delas diz respeito às possibilidades de se fazer amigos através das redes sociais. Questionados, os adolescentes responderam que é possível que tal situação ocorra, por

exemplo, quando os jovens se conhecem no interior da FASE. Nesses casos, o *WhatsApp* é fundamental para que a amizade continue após o período de internação, mas só poderá ser utilizado caso ambos sejam de um mesmo *embolamento*. O mesmo acontece nos casos dos relacionamentos afetivos com as meninas: “o cara que é envolvido com tráfico tem que se cuidar”. Assim, em que pese as redes *online* representem um facilitador para a comunicação entre os que estão pessoalmente distantes, no caso dos *envolvidos*, elas não são suficientes para romper com as divisões pré-existentes: qualquer aproximação entre sujeitos seja *online* ou presencial, entre amigos ou namorados, remete antes à obrigação de que ambos pertençam ao mesmo *embolamento*.

O que se extrai, então, é que a *publicização* da violência extrema, além da sua efetiva realização, são fatores indissociáveis na produção da *guerra*. De nada adianta o ato violento que não é publicizado para os *contras*, assim como a propagação de violência sem correspondência com um fato real não é forte o bastante para justificar uma reação.

Pesquisadora: Mas vocês acham que no final das contas as redes sociais pioram, tipo assim, rola mais violência por causa das redes sociais ou não faz diferença?

Carlos: Acho que rola mais. Tem mais atrito assim.

Wellington: É porque as pessoas... antes de matar agora elas querem mostrar poder e vão lá e postam foto de cara esquarterado assim, uma facção quer botar respeito pra outra né, querem mostrar que tem porte também. E não para.

Carlos: E a outra não aceita.

Wellington: É e a outra não aceita, já pega um, já quer fazer revide também e assim vai.

(Grupo focal 2, realizado com adolescentes internados da FASE)

Nesse sentido, objetivando destrinchar os tipos de violência operacionalizados e as consequências produzidas após o fim do período mais duro da *guerra*, o próximo subcapítulo tratará especificamente das peculiaridades das *novas formas de matar*.

### **5.3 As novas formas de matar**

A primeira manifestação do incremento qualitativo da violência letal na cidade de Porto Alegre se confunde com o próprio surgimento dos Bala na Cara. Conforme anteriormente abordado, o grupo passou a ser conhecido da população a partir de uma representação bastante difundida na mídia que o vinculava às execuções realizadas por meio de tiros no rosto da vítima. Com a formação dos Antibalas, o chamado *tiro de esculacho* passou a ser contraposto pelos atos de decapitações e esquarteramentos. Por fim, mais recentemente, começaram a ocorrer mortes por meio dos chamados *atentados* e carbonizações.

Assim, nos próximos tópicos, serão apresentadas as estratégias utilizadas pelos coletivos criminais durante esse período, objetivando compreender as transformações do uso da violência extrema e as possíveis razões explicativas para a opção por essas *novas formas de matar*. No último subitem, será realizada uma síntese das perdas e dos ganhos para as facções durante o período da *guerra*, tanto em termos de financeiros, quanto em relação aos capitais simbólicos.

### 5.3.1 A marca registrada das facções: *tiro de esculacho* e decapitações

No primeiro ano da análise, o material coletado nas mídias locais indicou uma maior ocorrência de mortes por alvejamentos, esquartejamentos e decapitações, em um contexto nomeado pela mídia local como de disseminação da “brutalidade na capital<sup>69</sup>”. Existem duas características que permitem tratar essas distintas manifestações da violência extrema como parte de um mesmo fenômeno social. A primeira é a visibilidade das mortes e a segunda é o alvo da violência centrado no corpo e na individualidade de um *contra*. Conforme será abordado no tópico seguinte, essa segunda característica se transformou no momento mais recente da *guerra*, quando os *atentados* passaram a ser a tática principal.

Já a visibilidade das mortes mantém-se como elemento que perpassa todo o período analisado, possibilitando um primeiro questionamento de fundo: por que os *envolvidos* decidiram tornar a violência visível, se, ao fazê-lo, acabam atraindo maior atenção das forças policiais, o que poderia ser prejudicial aos negócios? Na perspectiva de Duran-Martinez, espera-se que a violência letal decorrente do mercado ilegal de drogas ou seja frequente, pela falta de regulação estatal aos problemas da disputa de mercado, ou seja escassa, para evitar a atração de investigações policiais (2015, p. 3)

Na visão da autora, havendo uma racionalidade possível para ambas as situações, o que determina os níveis de incentivo e probabilidade para que os atores do tráfico de drogas optem por empregar a violência letal é a interação entre duas variáveis: a coesão do aparato de seguridade e os níveis de competição no mercado de drogas ilícitas (DURAN-MARTINEZ, 2015, p. 2). Assim, a frequência da violência aumenta quando o mercado passa de um monopólio para um negócio competitivo, enquanto a visibilidade cresce quando o aparato do Estado muda de coeso para fragmentado. Como consequência desse argumento, a violência visível não seria utilizada nas configurações sociais em que os atores do tráfico de drogas

---

<sup>69</sup> Autor de mutilação é procurado na capital. *Zero Hora*, 08 ago. 2016, p. 19.

possuem a proteção do Estado – o medo de perdê-la previne a ocorrência dos atos violentos – ou quando esses atores acreditam que podem ser punidos pelas ações (*ibid.*, p. 2).

No modelo criado pela autora, o número de organizações competindo pelo tráfico de drogas de uma determinada cidade seria um aspecto mais vinculado à frequência da violência, isto é, à representação quantitativa dos homicídios de uma cidade ou região (DURAN-MARTINEZ, 2015, p. 7). Já a chamada visibilidade da violência, constituída por atos como explosões e carros bombas, mutilações em espaços públicos e corpos identificados com a autoria do homicídio (*ibid.* p. 11), estaria mais conectada com as ações estatais de proteção ou retaliação em relação ao mercado da droga.

Entretanto, ainda que seja possível estabelecer certas relações entre as ações estatais e os níveis de visibilidade da violência letal, como a influência da Operação Pulso Firme nesse cenário, por exemplo, no caso de Porto Alegre, a operacionalização da violência extrema não parece muito vinculada à fragmentação das forças policiais, como propõe Duran-Martinez (2015). Assim, se por um lado me aproximo do argumento da autora de que existem variáveis racionais explicativas da visibilidade da violência no tráfico de drogas, por outro, não acredito que, no contexto ora analisado, as ações estatais sejam os fatores principais de explicação para a violência visível. A transformação nos usos dessa violência extrema pelos grupos criminais gaúchos a depender do seu posicionamento no mercado da droga indica que, não apenas em relação à frequência, mas também no que diz respeito à visibilidade, o fator causal principal é a competitividade econômica dos grupos.

A primeira manifestação dessa violência visível, no contexto recente de Porto Alegre, foi o *tiro de esculacho*, marca registrada dos Bala na Cara que os singularizou no imaginário social, no final da primeira década do novo século. Depois, no período da *guerra*, a violência extrema que se destacou inicialmente foram os alvejamentos, eventos em que a morte ocorre após a deflagração de dezenas de disparos no rosto ou no corpo da vítima. A menção de algumas reportagens à quantidade de tiros e ao local dos disparos permite visualizar a forma como essa violência se diferencia de um homicídio simples: “pelo menos 20 tiros de pistola 9mm, a maior parte no rosto”<sup>70</sup>, “dez tiros – metade pelas costas”<sup>71</sup>, “alvejado por mais de 50 disparos”<sup>72</sup>, “com mais de 100 tiros, dentro de casa”<sup>73</sup>, “após dispararem 17 tiros contra a adolescente, a maioria no rosto, os assassinos passaram de carro por cima do corpo dela, arrastando-o por

---

<sup>70</sup> Comerciante é morto com 20 tiros. *Zero Hora*, 16 mar. 2016, p. 23.

<sup>71</sup> Mortos em intervalos de três horas. *Diário Gaúcho*, 21 mar. 2016, p. 24.

<sup>72</sup> Polícia teme nova guerra de facções. *Zero Hora*, 21 mar. 2016, p. 23.

<sup>73</sup> Preso suspeito de matar irmãos com mais de cem tiros em Canoas. *Zero Hora*, 13 jun. 2016, p. 4.

60m”<sup>74</sup>, “pelo menos 69 tiros de pistola 9mm foram disparados”<sup>75</sup>. No ano de 2016, foram noticiados dez eventos desse tipo, três em 2017 e apenas um em 2018.

Em um caso bastante emblemático, a reportagem teve acesso a áudios gravados pelo *WhatsApp*, em que um dos atiradores presta informações a um líder. Em um trecho, o sujeito que comanda a ação determina: “quem vocês pegar, faz de chuveirinho. Gasta todas as balas, não tem miséria (...)”<sup>76</sup>. Ainda, em pelo menos dois casos de alvejamentos, as notícias enfatizam que, apesar das vítimas serem mulheres, o seu gênero não seria mais capaz de protegê-las da violência extrema.

Em outra reportagem noticiou-se: “a brutalidade não poupa mulheres”<sup>77</sup>. Assim, em que pese não fique suficientemente esclarecido se essas mortes decorrem do envolvimento das mulheres com o tráfico ou da sua proximidade com os *envolvidos*, o que se identificou é a subversão de antigos *códigos de ética* em que mulheres e crianças eram preservadas na disputa violenta. Para Valencia, essa subversão se justifica em razão da imposição de novas regras econômicas – como a disputa territorial entre Balas e Antibalas, no caso da presente pesquisa – em que se torna possível racionalizar a morte sem distinção de gênero e idade (2010, p. 105).

Os esquartejamentos e decapitações são outro tipo de violência extrema que ganhou destaque na mídia local pelo uso de frases de efeito como “cardápio de crueldades sem precedentes”<sup>78</sup>. No ano de 2016, foram contabilizadas 16 mortes com uso de decapitações na Região Metropolitana, eventos ocorridos sobretudo no segundo semestre do ano<sup>79</sup> e com causa atribuída ao conflito entre as facções. Também em relação a essa forma de exercer violência, a vitimização de mulheres a partir de decapitações foi identificada como sinal de uma “bestialidade” ou “algo que tempos atrás seria vetado até no submundo”<sup>80</sup>.

Após atingidos, os corpos das vítimas são deixados em locais estratégicos da cidade, de modo que a facção contrária se depara com a vítima no seu local de atuação, reconhecendo, por meio da violência exercida, a ameaça que lhe está sendo dirigida. Ademais, os esquartejamentos dos corpos permitem *expandir* o recado: cada parte da vítima é inserida em sacos plásticos que podem ser distribuídos em mais de uma região da cidade. A territorialização do tráfico e a associação entre a região da cidade e os coletivos que as dominam cumpre, portanto, um duplo

---

<sup>74</sup> Mulheres na mira do tráfico. *Diário Gaúcho*, 08 out. 2016, p. 18.

<sup>75</sup> Falsos policiais invadem casa e matam mulher em Porto Alegre. *Zero Hora*, 22 nov. 2016, p. 25.

<sup>76</sup> Bondes da morte: a estratégia de ataque. *Diário Gaúcho*, 21 jul. 2016, p. 28.

<sup>77</sup> Torturas, esquartejamentos e brutalidade na capital. *Zero Hora*, 06 ago. 2016, p. 28.

<sup>78</sup> Como o tráfico afeta a vida da capital. *Zero Hora*, 23 mar. 2016, p. 22.

<sup>79</sup> Policiais se especializam para apurar decapitações. *Zero Hora*, 16 fev. 2017, p. 19.

<sup>80</sup> Torturas, esquartejamentos e brutalidade na capital. *Zero Hora*, 06 ago. 2016, p. 28.

papel: serve tanto como indicativo de que se trata de crime relacionado ao tráfico de drogas, como ponto de partida para a identificação de qual facção foi responsável pelo ato<sup>81</sup>.

Em dois casos noticiados, os corpos foram deixados nos bairros Mario Quintana e Cristal, na região da Cruzeiro e “encarados como recados da facção dos Antibala para os Bala na Cara”<sup>82</sup>. Contudo, ainda que a *marca registrada* das decapitações tenha sido inaugurada pelos Antibala como forma de sobrepor violência ao *tiro de esculacho* do grupo rival, logo esse tipo de violência extrema se tornou prática comum a ambas facções (CIPRIANI, 2019, p. 187). A generalização da violência foi percebida em um caso de decapitação noticiado, em que, nas costas do homem vitimado, estava escrito com batom vermelho: “Antibala, um abraço, é os Bala”<sup>83</sup>.

Sobre essa sobreposição de violência extrema entre as facções, os adolescentes interlocutores da pesquisa identificaram que há uma necessidade de “mostrar poder” e de “botar respeito” para o grupo contrário, demonstrar “que tem porte também”. Também foi apontada a necessidade de “humilhar” esse sujeito: “nós pegar um deles, nós vamos humilhar eles.” Nesse sentido, a necessidade do uso de mídias para divulgar os atos.

É, daí virou mídia. Porque hoje em dia, bá o embolamento esquarteja, faz vídeo. Mais pra mostrar o poder. "Ah eu arranquei a cabeça dele". Os outros vão e dão lhe de 12 na cara e arrebeta a cabeça. "Ah porque?" Ah só pra eles verem que nós somos ruim. Os cara são mais assim hoje em dia. Mostrar poder. Que nem os cara vão ali, tu vai com um oitãzinho pra matar o cara. Matou. Nem precisa dá lhe mais, mas os cara vão lá e dão um pente de 30 na cara só pra mostrar poder.  
(Entrevista com João Pedro, 20 anos)

Da narrativa de João Pedro, sobressai a ideia de uma necessidade de efetivar a morte do *contra* pela destruição de seu corpo: seja *arrancando a cabeça*, seja pelos *30 tiros na cara*, o importante é haver uma demonstração de que o corpo da vítima foi alvo de destruição total. Os alvejamentos e esquartejamentos, portanto, apesar de serem técnicas distintas de operacionalização da violência, assemelham-se na finalidade almejada. Nesse sentido, compreendo que há um mesmo propósito presente desde a imposição do *tiro de esculacho*, de modo que as manifestações violentas mais recentes, ainda que sejam demonstrações mais aprimoradas, possuem uma ontologia comum ao *modus operandi* estabelecido ainda no princípio da atuação dos Bala.

---

<sup>81</sup> Em casos como esses, ao identificar a facção que cometera a violência, a polícia costuma indiciar os líderes dos grupos como autores do fato, mesmo que não se produzam outras provas capazes de relacionar autor e fato.

<sup>82</sup> Sexto esquartejado e recado na capital. *Diário Gaúcho*, 27 set. 2016, p. 26.

<sup>83</sup> *Ibid.*

### 5.3.2 Quando o outro é o todo: os *atentados*

O conjunto de violências formado pela sequência *tiro de esculacho-alvejamentos-esquartejamentos* se contrapõe à outra violência extrema igualmente importante durante o período analisado: os *atentados*. Conforme busco argumentar nesse tópico, o uso recorrente dessa nova estratégia se tornou um marco disruptivo no período de disputas entre as facções em Porto Alegre e RMPA, seja pela mudança do propósito almejado, seja pela reação provocada nas forças policiais.

O *atentado* – também chamado de “bondes da morte”<sup>84</sup> ou “tiros a esmo”<sup>85</sup> – é um tipo de ação, em que grupos de jovens fortemente armados se deslocam em veículos aos territórios dominados pela facção contrária para executar alguns integrantes, disparando muitos tiros a uma *boca* ou à residência de um sujeito em específico, sem necessariamente haver a preocupação de mirar os disparos em uma única direção. Por vezes, a ação é gravada e veiculada em site de compartilhamento de vídeos em que se observa a rota planejada, as execuções de inimigos específicos e a entoação do nome da facção da qual se faz parte. Os vídeos também podem ser enviados àqueles que ordenaram a ação, de modo a produzir uma prova de que o fato foi realizado.

Na narrativa jornalística de um desses eventos, estimou-se que três carros e sete motos compuseram o comboio de quinze homens armados que invadiram o bairro Bom Jesus e dispararam até 300 tiros, segundo informou a polícia<sup>86</sup>. Após esse *atentado*, foram cinco o total de feridos. Apenas dois dias depois, o jornal *Zero Hora* noticiou a ocorrência de um novo evento desse tipo, dessa vez na região da Cruzeiro com o resultado de uma vítima fatal e três feridos<sup>87</sup>. Conforme o levantamento realizado pelo grupo jornalístico RBS, foram contabilizados “nove ataques desse tipo, com pelo menos 12 vítimas em 2016”<sup>88</sup>.

Em julho e agosto do mesmo ano, ambos os jornais pesquisados passaram a conferir um maior destaque a esse tipo de violência extrema, mas se diferenciaram ao nomear a estratégia: o *Diário Gaúcho* chamou de “Bondes da Morte”, enquanto a *Zero Hora* identificou como “tiros a esmo”. O primeiro jornal descreveu a forma como se operacionalizam os *atentados*, identificando os autores, como “soldados em operação”, os quais receberiam “um mapa com a marcação de três pontos que seriam os alvos do ataque, (...) além de quatro fotos de jovens

---

<sup>84</sup> Bondes da morte: a estratégia de ataque. *Diário Gaúcho*, 21 jul. 2016, p. 28.

<sup>85</sup> Capital de homicídios. *Zero Hora*, 02 ago. 2016, p. 6.

<sup>86</sup> Um campo de guerra. *Diário Gaúcho*, 22 fev. 2016, p. 25.

<sup>87</sup> Um morre e três se ferem em tiroteio. *Zero Hora*, 24 fev. 2017, p. 19.

<sup>88</sup> 16 decapitações, 1 inquérito concluído. *Zero Hora*, 10 jan. 2017, p. 19.



considerados os ‘alvos principais’”<sup>89</sup>. Já o segundo periódico enfatizou como esse tipo de ação acaba vitimando pessoas sem envolvimento com o tráfico de drogas, dada a aleatoriedade dos disparos. De acordo com o Delegado entrevistado, apesar de haver um alvo específico, os autores “não saem sem cumprir a missão de ataque”, razão pela qual “atiram contra casas para matar inocentes”<sup>90</sup>.

Em 2017, além da continuidade dos episódios de esquartejamentos e decapitações, sobretudo nos primeiros meses do ano<sup>91</sup>, casos de carbonização começam a ser noticiados. No final do ano, o periódico estimou que 32 pessoas tenham sido mortas carbonizadas<sup>92</sup> na Grande Porto Alegre, o que representaria 28% a mais do que no ano anterior<sup>93</sup>. Alguns desses eventos foram gravados e os vídeos distribuídos através de redes de mensagem *online*. Os policiais entendem que as gravações são uma “espécie de prestação de contas”, pois os autores precisariam “mostrar, provavelmente a quem está na prisão, que cumpriram o serviço”<sup>94</sup>.

Algumas filmagens de atos violentos acabam sendo veiculadas para um maior grupo de pessoas, ou então “caem na mídia”, como explicaram os adolescentes durante os grupos focais. Nesses casos, ocorre uma espetacularização maior do evento violento: ele deixa de atingir apenas os destinatários originários, vinculados ao *embolamento* rival, para se dissipar por grupos de *WhatsApp* de moradores das vilas, ou até em mídias tradicionais, como telejornais regionais, por exemplo.

Para Valencia, esse processo de disseminação da violência através dos meios de comunicação por parte dos grupos do narcotráfico visa concretizar uma espécie de “publicidade não paga” (2010, p. 101), constituindo-se como um elemento fundamental de visibilização e status que confere legitimação ao grupo, sobretudo pela proliferação social de um “medo endêmico”. Ressalto, contudo, que, no caso de Porto Alegre, a espetacularização da violência nos níveis mais drásticos ocorreu de maneira localizada. Isto é, tanto os vídeos das execuções, como as informações a respeito das modalidades mais extremas da violência, na grande maioria dos casos, não extrapolaram os limites dos territórios ocupados pelo tráfico de drogas.

Mesmo que a mídia tradicional informe a existência desse tipo de prática – “Crueldade gravada mais uma vez”<sup>95</sup> – o material audiovisual em si não chega a alcançar a grande maioria

---

<sup>89</sup> Bondes da morte: a estratégia de ataque. *Diário Gaúcho*, 21 jul. 2016, p. 28.

<sup>90</sup> Capital de homicídios. *Zero Hora*, 02 ago. 2016, p. 6.

<sup>91</sup> “Em 46 dias, nove vítimas foram esquartejadas na Região Metropolitana, sendo três degoladas”. Policiais se especializam para apurar decapitações. *Zero Hora*, 16 fev. 2017, p. 19.

<sup>92</sup> A notícia não especifica se as pessoas foram mortas pela carbonização ou se tiveram seus corpos queimados após terem sido mortas por outros meios. Acredita-se que o total de 32 casos é composto por ambas as situações.

<sup>93</sup> Crueldade gravada mais uma vez. *Zero Hora*, 22 dez. 2017, p. 26.

<sup>94</sup> *Ibid.*

<sup>95</sup> Crueldade gravada mais uma vez. *Zero Hora*, 22 dez. 2017, p. 26.

da população. Do que foi possível observar, portanto, o propósito com a propagação do medo é atingir destinatários específicos que são os *contras*, e não o conjunto da sociedade. Nesse sentido, não parece haver capitais políticos mais amplos em disputa pelas facções, como o desejo de demonstrar poder às forças policiais, por exemplo. Durante o período da *guerra*, em suma, os capitais de legitimação social se mantiveram em disputa apenas entre os *embolamentos* que buscavam alcançar um nível maior de poder e respeito em relação aos seus *contras*. Nesse contexto, a moeda necessária para a conquista do patamar almejado foi a violência letal extrema.

Os extratos jornalísticos colacionados permitem ainda duas análises. Em primeiro lugar, fica demonstrado que as estratégias das facções se modificaram em um curto espaço de tempo. Embora a racionalidade dessas necropráticas esteja normalmente escondida sob o véu da *crueldade* que faz parecer que não há justificativa possível quando se trata de violência extrema, tais transformações não foram aleatórias. A compreensão do fenômeno a partir da teoria do capitalismo *gore* possibilita romper com essa linha de pensamento – que também é responsável por atribuir características monstruosas aos sujeitos *envolvidos* nesses atos –, tornando possível a percepção do uso da violência tanto como ferramenta de autoafirmação pessoal, quanto como um modo de subsistência (VALENCIA, 2010, p. 91).

Há, portanto, uma *coerência* interna própria dessa lógica alternativa de produção de ganhos financeiros demonstrada pelo encadeamento dos tipos de violência extrema acionados pelos grupos. A destruição dos corpos realizada por meio dos alvejamentos – morte *sem assinatura* – é sobreposta, em seguida, pela letalidade com *marca registrada*, as decapitações e esquartejamentos. Se a destruição dos corpos é a resposta encontrada pelos Antibala para demonstrar seu espaço no mercado da droga, logo esse tipo de violência se generaliza e deixa de servir como forma de identificação da autoria do fato. Em meio a isso, os *atentados* extrapolam em mais um nível os limites que se impunham até então.

O corpo do Outro – que, na *fase* das decapitações precisava ser absolutamente destruído em sua individualidade, desconfigurado e *desidentificado* (BARREIRA, 2015, p. 65) – perde relevância. Com os *atentados*, é a contiguidade do espaço territorial em que a facção contrária está estabelecida que precisa ser atingida. Nessa nova configuração, a violência transborda tanto o corpo dos *envolvidos*, como suas relações pessoais: não é mais necessário possuir relação afetiva ou de parentesco para se tornar um alvo, basta estar espacialmente próximo. O alvo é o *todo*.

Aqui é relevante retomar que não é apenas o território que só pode ser concebido como espaço delimitado pelas relações de poder, como também o poder “só se exerce com referência a um território e, muito frequentemente, por meio de um território” (SOUZA, 2013, p. 87). O *atentado*, por sua vez, visa *atentar* justamente a ligação afetiva e de identidade entre um grupo social e seu espaço. O *embolamento* que ataca por meio dos tiros sem direção, no fundo, está emitindo uma dúvida a respeito das relações de poder desse espaço; está questionando quem, afinal, domina ou influencia esse território (*ibid*, p. 89).

Assim, mesmo que a violência do *atentado* ainda se mantenha restrita a uma certa territorialidade – espaços próximos das *bocas* – é inegável que a tática extrapola em algum nível o que vinha sendo praticado até então. No uso dessa estratégia, também ficou mais evidente um senso de coletividade entre os executores da ação. Os *atentados* devem ser realizados em grupo – normalmente quatro jovens em um carro –, como equipes alinhadas para garantir o sucesso da empreitada. Essa noção de coletividade ficou clara no relato de um adolescente a respeito da metáfora utilizada por eles para se referirem à ação.

É porque quando nós ia dá atentado, nós falemo "ô meu, vamo parti um futebol". É assim que o cara fala na rua "ô meu, vamo parti um futebol". É dá atentado. É um time né. Bá minha equipe era só de menor, era tudo de menor. Era quatro cinco de menor indo dá tiro nos cara. Tudo de menor. Mas já era monstro já, fazia um bolo. E por o cara ser de menor, eles preferem o cara também né. "Não, vamo leva os guri, os guri são monstro"<sup>96</sup> (...).

(Entrevista com João Pedro, 20 anos)

A segunda análise diz respeito à mudança nas estratégias estatais impostas pelas transformações das práticas das facções. Conforme abordado anteriormente, é a partir do ano de 2017, com a diversificação das violências e a difusão das notícias de que muitos inocentes estavam sendo atingidos, que as forças da segurança pública realizaram as transferências de líderes para penitenciárias do Sistema Federal<sup>97</sup>. O que se observa é que as ações policiais mais efetivas, na visão dos próprios *envolvidos*, para a contenção da violência extrema foram tomadas como resposta não tanto à *brutalidade* dos esquartejamentos, mas aos *atentados*, instrumento que, por meio dos tiros à esmo, atingiu crianças, idosos e mulheres alheias ao conflito. Há, portanto, uma estratégia de deixar morrer que fica explícita na fala de Wellington.

---

<sup>96</sup> O uso da representação de um “monstro” para designar a qualidade e o comprometimento dos adolescentes com o *embolamento* pressupõe a ideia de alguém que precisa produzir medo para ser valorizado.

<sup>97</sup> Outra ação estatal bastante noticiada foi a vinda de 120 policiais pertencentes à Força Nacional de Segurança, em agosto de 2016. Contudo, a medida não foi referenciada pelos interlocutores da pesquisa como fator determinante da lógica de atuação das facções criminais (Efetivo de 120 policiais da Força Nacional chega a Porto Alegre. *Zero Hora*, 28 ago. 2016).

A polícia eles são meio assim...Tá dando um tiroteio aqui na Cruzeiro, enquanto o tiro tá pegando, eles não vêm. Depois que tem um morto, ou que a bala para de cantar eles vêm. Na manhã...Enquanto não morrer trabalhador pra eles tá bom. Morrendo quem é envolvido, tá bom.

(Entrevista com Wellington, 19 anos)

O resultado da Operação Pulso Firme foi exaltado pelo jornal *Zero Hora* em reportagem veiculada quase dois meses após a ação: “líderes de facção isolados, mortes violentas em queda”<sup>98</sup>. Se a transferência dos presos ao Sistema Federal influenciou de fato no nível de visibilidade e frequência da violência do tráfico de drogas, nesse momento se tornou visível o que Duran-Martinez afirma em relação ao fato de que as ações do estado podem ser capazes de moldar o mercado criminal, por exemplo pelo isolamento de líderes e a consequente vacância deixada nas posições de comando (2015, p. 9). Exemplo disso, foi a prisão do líder dos Antibala, conhecido como Nego Jackson, e a consequente tomada da liderança por parte de um grupo de *envolvidos* do Loteamento Timbaúva<sup>99</sup>.

Situação semelhante ocorre na trajetória de um dos adolescentes entrevistados. Conforme narrou, quando um traficante líder da sua vila foi morto pela polícia, foi sua mãe quem passou a ocupar o posto de comando, o que foi essencial para o seu maior *envolvimento*, “um passo a mais” para ele se vincular à dinâmica do tráfico.

Daí com 15 anos ali eu já comecei a ver uma mão mais de resposta pros cara né. Comecei a mexer um pouco mais com droga, mais dinheiro. E depois de um tempo a polícia pegou e matou um dos patrão lá da minha vila né. Daí minha mãe ficou no lugar dele. Porque minha mãe sabe lidar com dinheiro e tudo, e ficou no lugar dele (...).

(Entrevista com Matheus, 17 anos)

Por fim, os agentes do sistema de justiça entrevistados acreditam que a partir do ano de 2018 – após a transferência e prisão de importantes líderes – os Bala perceberam que a produção da violência extrema contra os Antibala estava sendo prejudicial aos seus rendimentos econômicos. A partir disso, se, por um lado, os índices de mortalidade violenta diminuíram na Região Metropolitana, por outro, identificou-se uma nova configuração na dinâmica do crime do estado. Foram, então, os Manos e os BNC que polarizam o conflito, sobretudo na disputa pelo comando das cidades do interior do estado, em um conflito menos marcado pela espetacularização das mortes em comparação com o período anterior.

---

<sup>98</sup> Líderes de facção isolados, mortes violentas em queda, *Zero Hora*, 25 set. 2017, p. 18.

<sup>99</sup> Conflito na capital gaúcha está mais violento, *Zero Hora*, 3 fev. 2017, p. 19.

A opção por matar sem operacionalizar a violência extrema, a partir desse momento, parece se explicar através de um fator essencial à compreensão do fenômeno como um todo: o espaço em que ocorre. Os dados analisados permitiram identificar a regionalização dos tipos de violência, de modo que as decapitações e esquartejamentos se mostraram mais frequentes na capital, enquanto os *atentados* iniciaram nessa localidade, mas vieram a atingir, posteriormente, a Região Metropolitana. Já nos conflitos ocorridos no interior do estado, nenhuma dessas necropráticas foi utilizada com frequência.

Assim, uma possível explicação para a relação entre o tipo de violência e a região de ocorrência – ainda a ser comprovada por pesquisas futuras – se refere ao cálculo realizado pelos integrantes dos grupos referente à possibilidade de investigação dos crimes por parte da polícia. Conforme compartilhado por um interlocutor, em cidades menores, seria muito difícil finalizar uma execução por esquartejamento antes que a polícia fosse acionada. É exatamente o contrário do que ocorreu em Porto Alegre: ainda que a *crueldade e brutalidade* dos atos tenham sido constantemente exaltadas, essas mortes se misturaram ao “caos da segurança pública” que vivia a cidade à época. Enquanto se *matavam entre si*, os *envolvidos* parecem ter contado com a trégua policial necessária para que voltassem seu poder de força apenas aos seus *contras*.

### 5.3.3 “Até pra tá na guerra o cara tem que ter dinheiro”: os ganhos e as perdas durante a guerra

A existência de uma racionalidade econômica por trás do uso da violência extrema nos conflitos do tráfico de drogas poderia ser questionada pelo argumento de que, para que essas estratégias sejam efetivadas, os grupos precisariam despender tamanha quantidade de capital econômico e humano que acabaria tornando essas ações desvantajosas para a facção. Um exemplo evidente é o caso do alvejamento, violência extrema que precisa de uma grande quantidade de projéteis, mas produz a mesma morte que um homicídio “simples” seria capaz de ocasionar. Os esquartejamentos e decapitações também requerem um maior número de pessoas envolvidas, normalmente o uso de veículos roubados – o que por si só, já demanda um outro ato em paralelo – e, certamente, acabam gerando um grau bem maior de riscos aos sujeitos autores da ação.

Ao questionar os adolescentes a respeito desse aspecto, eles reconheceram que, de fato, o período da *guerra* pode ser prejudicial aos negócios do *embolamento*: “é que daí pararam as bocas. Toda hora atentado, tiro lá e tiro cá. Daí nem dava muito dinheiro mais”. Eles explicaram

que o aumento da violência produz baixa na venda das *bocas*, pois os consumidores se sentem receosos em se deslocarem a esses territórios e a polícia fica mais presente, além de deixar os *envolvidos* mais apreensivos para ficar nas ruas vendendo as mercadorias, pelo risco de sofrerem ataques de seus *contras*.

João Pedro: Sim, isso daí não dá. Fica ruim tipo, mataram um na vila hoje. Os homem vão lá juntar o corpo, ficam dando uma rondinha. O movimento não vai ter... tráfico não vai ter.

Pesquisadora: E mesmo assim o pessoal continua...

João Pedro: Sim, e porque também porque os que tão traficando ficam ressabiado. “Ah os cara vieram aqui e mataram um”. Vai tá traficando ali... Porque o cara não trafica trancado de casa, o cara tem que tá na rua pra traficar. Passa um carro ali. E Canoas não é beco, favela, Canoas é só vila. Do nada passa um carro ali já era. Dali um monte, mata o cara. O cara tem que ficar esperto, tem que ter contenção, tudo. (Entrevista com João Pedro, 20 anos).

Em outro diálogo, o adolescente entrevistado explicou que a saída da rua de alguns *envolvidos* mais visados também implica em uma mudança nos fluxos de remessa de dinheiro, pois passa a ser necessário que sujeitos em posições mais centrais da facção enviem valores para suprir o que normalmente seria arrecado com a venda de drogas.

Diminui [*a grana, depois da guerra*] porque antes ficava ali na esquina né Dona? O cara vende mais né Dona? O cara não tem assim porque não vender, porque o cara vai ali pega uma droga... o cara pica em vários pedaços e vende mais né? Depois não tem como o cara parar toda hora ali na esquina. Senão tu vai ficar ali e a polícia vai te pegar ou os cara. Daí só vende depois dos cara... e o cara ali que tu tá vendo a mão vai mandando dinheiro toda hora. O cara vai dar uma banda e eles mandam dinheiro, ou eles largam uma droga pro cara e ele larga pra outros né? O cara fecha ali tudo... (Entrevista com Carlos, 18 anos).

Apesar dessas ressalvas, referentes sobretudo às perdas financeiras imediatas à eclosão dos conflitos, os interlocutores concluíram que, a longo prazo, os ganhos econômicos superam esses déficits. Práticas como os *atentados*, nem sempre produzem a *tomada imediata da boca*, mas, a longo prazo, facilitam a expansão dos grupos, a partir de uma dinâmica que é explicada por Matheus da seguinte maneira.

Pesquisadora: Mas tipo num atentado tu nem toma boca né. Nem é tanto pelo...

Matheus: É que tu pensa, se eu vou hoje vou lá e mato um. E vou amanhã e vou lá e mato mais um, é menos dois numa boca.

Pesquisadora: E daí algum momento tu vai tomar...

Matheus: Em algum momento não vai ter mais ninguém porque nós já vamo ter matado todos.

Pesquisadora: Mas daí não entra outros no lugar?

Matheus: Entra, mas entra outros que não conhece a boca. O cara tem que matar os cria primeiro. Mesma coisa os cara vão lá na minha boca, os cara vão ter que me matar. Se tiver eu e outro gurizão que tiver de outra boca lá, junto, dando um apoio pra nós, os cara vão preferi matar eu do que o gurizão, porque eu sou o cria, eu conheço a boca, eu sei, eu conheço tudo. Já o gurizão não.

Pesquisadora: Entendi. Então tu acha que é pela grana assim? Pela missão de...

Matheus: É, o cara vai lá toma uma boca e o cara...O cara vai ser apoiado né Dona? Se eu vou lá e tomo uma boca, os cara vão fala "viu pega essa parte pra ti". Já vão te largar uma droga, daí tu vende. Então é dinheiro pra eles e pra nós. Mais pra eles, claro.

(Entrevista com Matheus, 17 anos)

Nesse sentido, entendo que existem objetivos específicos que justificam o uso da violência extrema por parte das facções que permitem identificar uma sistemática *coerente* no uso dessas violências. São estratégias de produção de capital econômico, pautadas pelas leis do mercado de drogas local e entendidas como práticas *gore* (VALENCIA, 2010, p. 51). Para a autora que cunhou tal conceito, os únicos limites ao exercício dessa violência são aqueles das leis da oferta e da demanda dos seus próprios negócios, de modo que ela possui uma “disciplina econômica” e é operacionalizada para imprimir marcas específicas de cada grupo criminal – quando isso for conveniente aos negócios. Assim, a truculência da sua produção mascara uma racionalização distópica e propriamente econômica, na qual, ao contrário do que poderia se pensar, não se perderam as referências do porquê se mata (VALENCIA, 2010, p. 105).

Sob essa interpretação, quando o mercado de drogas alcança um ponto de crise, por exemplo pela inserção de um conjunto de sujeitos que pautam novas estratégias de expansão territorial, há um incremento da violência nas ações, como no caso da polarização entre Balas e Antibalas nos anos de 2016 e 2017. Demonstrou-se, portanto, que as distintas formas de uso da violência extrema por parte dos coletivos possuem uma correlação com o seu posicionamento no mercado da droga do estado. A opção por elevar o nível de exercício da violência – do homicídio simples ao *tiro de esculacho* e desse às decapitações – se justifica na medida em que, para a lógica do capitalismo *gore*, essa violência pode ser transformada em chave de acesso à competição do mercado da droga. As quantias despendidas nessas estratégias violentas são, futuramente, recompensadas pelo domínio de outros territórios, conforme explica um dos adolescentes entrevistados.

João Pedro: É o poder, porque se a boca deles vende 20 mil num dia. Vamo mata. Agora num tempo não vai ter como funcionar, mas depois de um tempo vai ser nosso e vai tá funcionando. Vai tá rendendo dinheiro. E hoje em dia, o cara querendo ou não, o tráfico bá, o tráfico rende dinheiro afu.

Pesquisadora: E tu acha que funcionou essa tática assim? Do tipo...

João Pedro: Ah funcionar não funcionou, porque o cara perdeu vários amigos, fez várias coisas que o cara... bá é foda. Mas quem tá prevalecendo lá é os cara né. É nós. A facção que tá tocando as caminhada é nós.

(Entrevista com João Pedro, 20 anos)

Os Bala realizaram essa operação na primeira década do século e lograram alcançar seu espaço no território de Porto Alegre; os V7 reproduziram a mesma estratégia anos mais tarde, realizando alianças com outros pequenos grupos e impondo *novas formas de matar*. Para se manter em disputa, os Bala se igualaram na prática da violência, reforçando um ciclo de ação e reação entre *embolamento* e *contras*. Da interação violenta entre os grupos, ainda surgiu um terceiro tipo de violência extrema, os *atentados*, responsável pelo espriamento da *guerra* para novos espaços das vilas e pela maior vitimização de moradores não *envolvidos*.

Outro aspecto conclusivo desse primeiro conjunto de resultados da pesquisa foi a atuação dos Manos como um importante fator para a reorganização do uso da violência extrema no mercado da droga do estado, sobretudo no período mais recente do triênio analisado. Isso ocorreu em duas frentes. Por um lado, a deterioração do conflito entre Balas e Antibalas e o rompimento de quase todos os pilares que até então estabeleciam a *ética* do crime afetaram a dinâmica de todos os grupos, forçando os Manos a retomarem a liderança decorrente do fato de serem a “*facção mais antiga do RS*”. Por outro, o seu enfrentamento aos Bala pode ter influenciado a expansão dos seus opositores para o interior do estado, em busca de novos territórios de atuação e da definição simbólica de quem deve ocupar o lugar de “*facção do sul*” (CIPRIANI, 2019, p. 187).

Assim, quando as configurações sociais do tráfico de drogas se transformaram em razão do deslocamento do conflito para outras cidades, os agentes do mercado modificaram a forma como se produzia a violência, de modo a torná-la menos espetacularizada. Esse *retorno* aos antigos modos de matar é mais um forte indício de que a violência extrema praticada no contexto do capitalismo *gore* obedece à lógica econômica, mesmo que essa correlação esteja escondida sob os discursos que evocam a brutalidade e a *crueledade* dos atos.

Por fim, os caminhos que os coletivos criminais do Rio Grande do Sul tomaram nos últimos anos e os modos de operacionalizar a violência que foram adotados nesse período permitem identificar a persistência dos *envolvidos* em garantir a competitividade de seus *embolamentos* no mercado da droga. Nesse sentido, a opção pela violência extrema, apesar de todos os sacrifícios àqueles que executam esses atos – tanto em relação à subjetividade dos jovens, quanto ao aumento descomunal dos custos e riscos de *envolver-se* –, indica que a aderência desses homens aos valores e objetivos da sociedade capitalista é tão forte a ponto de, sejam quais forem as condições estruturais postas (CONTRERAS, 2013, p. 237), impulsioná-los em direção à transformação das necropráticas em capital econômico.



Conforme será destrinchado a seguir, a eclosão da *guerra* foi, para todos os adolescentes entrevistados, um momento de virada nas suas trajetórias, quando a defesa do *embolamento* passou a ser considerada a sua principal prioridade. A vinculação e o envolvimento desses jovens ao “mundo do crime” se deu *em razão e através* das ações de extrema violência: tanto porque presenciaram as mortes de pessoas muito próximos em seu círculo social de referência, tanto porque as respostas violentas a esses atos funcionaram como um efeito *boomerang*, transformando os autores nos novos alvos prioritários da violência extrema.

Assim, buscarei argumentar no próximo capítulo que, se para a *estrutura social das facções* o retorno financeiro positivo foi fundamental na opção pelo uso da violência extrema, no caso dos sujeitos, os ganhos econômicos foram o fator de menor relevância para o *agravamento* do seu *envolvimento*.

## 6. AS TRAJETÓRIAS DOS *ENVOLVIDOS* NO TRÁFICO

*Perigoso e excitante, tá ligado?  
Deliciosamente arriscado  
Um exagerado  
E traz um medo como ter um pelo  
É um tempero mágico  
Mas o final é sempre trágico  
(9vinha, Emicida)*

“Envolvido: um modo de estar, ficar ou ser?” (CECCHETTO; MUNIZ; MONTEIRO, 2018, p. 106). O questionamento que inicia a discussão de Cecchetto, Muniz e Monteiro sobre a “economia do envolvimento” estabelece de pronto uma nova gramática para falar sobre os sujeitos do “mundo do crime” que abdica das noções mais difundidas de “bandido” (ZALUAR, 2009) e “vagabundo” (MISSE, 1999) em nome de um adjetivo mais ambíguo e abrangente. Ainda que o português formal preveja uma complementação – envolvido *com* alguém ou envolvido *em* algo –, no caso dos adolescentes entrevistados para essa pesquisa, o significado desejado estava inteiramente contido no termo em si. Ser ou estar *envolvido* era o suficiente para designar a atuação, de maior ou menor proximidade, no “mundo do crime”.

São justamente os *envolvidos* o tema desse Capítulo. Após abordar as lógicas de constituição e atuação das facções gaúchas – entendidas como *estruturas* sociológicas – a discussão a seguir irá adentrar unidade de análise do campo da microsociologia, também comumente denominada de agência, ou, simplesmente, sujeito. Nesse sentido, coaduno com a perspectiva teórica que entende a sociologia como disciplina cada vez mais voltada às teorias de médio e micro alcance, isto é, como ciência empírica cuja prática pressupõe o campo de pesquisa e o encontro com os sujeitos sociais (VANDENBERGHE; VÉRAN, 2016, p. 11).

Para isso, por entender que somente é possível captar o universo de significados pertencentes ao domínio do tráfico de drogas e das facções criminais por meio do olhar e da compreensão daqueles que experienciam esse universo, afirmo minha aposta na reflexividade dos atores sociais com quem conversei (cf. BOURGOIS, 2003). Além de serem eles os especialistas nesse fenômeno social, acredito que também é por meio da apreensão da sua trajetória biográfica que se torna possível compreender como alguém se torna um *envolvido* a ponto de direcionar suas ações para os fins exigidos pela *estrutura* do tráfico, como, por exemplo, a realização da violência extrema.

Assim, na primeira parte do capítulo, utilizo as diversas trajetórias apreendidas durante o campo de pesquisa para propor o que chamo de “trajetória comum” do adolescente *envolvido*, traçando pontos de contato entre as suas experiências de vida individuais que possibilitam

determinar “momentos chaves” na adesão ao tráfico de drogas por meninos que vivem na periferia dos espaços urbanos do Rio Grande do Sul<sup>100</sup>. Com isso, não estou afirmando que a ocorrência de um ou outro evento é determinante na adesão do jovem, ou que seria possível generalizar essa trajetória a todos os *envolvidos*. Não seria plausível propor algo dessa magnitude, primeiro por não se estar trabalhando com uma amostra que permita esse tipo de afirmação; segundo, por se acreditar que as trajetórias individuais são mais permeadas de particularidades e contradições do que de possíveis universalizações e continuidades.

No segundo item, conforme previa o referencial teórico fundante dessa pesquisa, questiono as possibilidades de afirmar a existência de uma “sociabilidade violenta” no caso do contexto analisado, indagando se o exercício da violência extrema por eles poderia, de fato, indicar um “novo regime de ação” (MACHADO DA SILVA, 1999). Em seguida, retomo a discussão em relação ao que acredito ser o principal achado dessa pesquisa: a relevância teórico-empírica que a compreensão das práticas de gênero desses meninos tomou para a explicação dos atos extremos de violência letal. Nesse momento, contraponho a justificativa para o uso da violência extrema na visão dos coletivos criminais – conforme estabelecido no Capítulo 5 – em relação aos significados que a mesma violência extrema tomou pela ótica dos sujeitos *envolvidos*.

Por fim, questionando “o que vem depois da guerra?”, adentro nas especificidades das transições de vida dos *envolvidos*, isto é, nas experiências que indicam processos não-lineares de construção do processo de “fazer-se adulto” (PIMENTA, 2007, p. 35), sejam essas vivências propriamente vinculadas ao “mundo do crime” ou não. Nesse momento, busco indagar quais foram os acréscimos, as cicatrizes e as transformações que se assentaram nas subjetividades desses adolescentes após o *envolvimento*, a guerra e a internação. Que sujeitos emergem desse emaranhado de conflitos? Para onde vão esses meninos e com o que irão se *envolver* quando retomarem suas vidas em liberdade?

## **6.1 “Daí comecei a me envolver”: a trajetória comum na adesão ao tráfico de drogas**

---

<sup>100</sup>Em que pese o foco principal da análise se restrinja às realidades de Porto Alegre e Região Metropolitana, um dos adolescentes entrevistados residia na cidade de Rio Grande, litoral sul do estado. Apesar da existência de particularidades de cada território, entendo que é possível tratar essas trajetórias em conjunto pela similitude de eventos apresentada.

### 6.1.1 Infância

Conforme já explicitarei anteriormente, as análises que serão apresentadas a seguir são fruto da pesquisa de campo realizada com adolescentes internados na FASE, com os quais realizei entrevistas narrativas sobre suas trajetórias de vida (BERTAUX, 1997). Ainda que eu tenha deixado claro que meu interesse se dava na história de cada um deles, sem especificar quais aspectos dessa trajetória eu buscava compreender, de pronto três dos meninos entrevistados iniciaram suas narrativas indicando serem *envolvidos*: “ah eu sou envolvido desde os 13 né Dona?”; “ah, quando eu era criança na real, por eu ter me envolvido no crime, já tive uma influência”; “ah eu era uma criança normal né (*risadas*). Brincava, jogava bola, tudo. Mas depois de um tempo fui me envolver com o tráfico”. O quarto adolescente iniciou sua narrativa a partir de outro aspecto que também denota seu *envolvimento*: “primeira vez que eu caí preso eu tinha 12”.

O ponto pelo qual um sujeito inicia a narrativa da sua história de vida é uma primeira questão a ser observada nas análises que utilizam esse tipo de metodologia (ROSENHTAL, 2014, p. 225). No caso da presente pesquisa, se por um lado, a forma como os adolescentes introduziram suas vidas evidenciou a centralidade que a vinculação com o “mundo do crime” possui na vida deles, por outro, permitiu questionar o quanto alguém que se apresenta como “pesquisadora da Universidade” poderia estar interessada em outra coisa que não as histórias a respeito do *envolvimento*. Os meninos podem não saber exatamente o que queremos – nós da Universidade – mas conhecem exatamente o discurso de “gente como a gente” (FELTRAN, 2008a, p. 82).

Em todo caso, na perspectiva teórico-metodológica de Bertaux, é pela comparação entre as trajetórias que se consolida o modelo de análise, isto é, pela busca de percursos com traços comuns (1997, p. 94). Seguindo essa orientação, iniciarei abordando os aspectos análogos das trajetórias dos adolescentes entrevistados, a começar pelas narrativas a respeito da sua infância, referentes principalmente ao período que antecede o *envolvimento* nas atividades do “mundo do crime”. Com isso, contudo, não estou afirmando que a infância desses meninos terminou no momento em que eles identificaram o início da vinculação ao tráfico de drogas: não se trata de estabelecer a *infância-juventude-adulterez* como “fases de vida” subsequentes uma a outra (PIMENTA, 2007, p. 68).

Romper com esse modelo linear de desenvolvimento do ser humano – em que a existência está segmentada em “categorias de idade” (*ibid.*) – pressupõe entender as

especificidades desses períodos de acordo com as vivências de cada grupo de sujeitos. No caso da infância, por exemplo, para além de uma “fase natural”, supostamente marcada pela pureza e espontaneidade, seria necessário localizá-la como uma “experiência cultural particular, histórica, politicamente contingente e sujeita a mudanças” (COSSE et al., 2011, p. 12).

Nesse sentido, a ideia de infância, no caso da presente pesquisa, foi construída com base na forma como os próprios sujeitos identificaram essa fase, marcada, sobretudo, como um período em que a vida era “*normal*” e “*serena*”. Um dos adolescentes ressaltou que “ia na Igreja, estudava, fazia tudo certo”, enquanto outro trouxe elementos comumente esperados na vida de uma criança: “brincava, jogava bola, tudo”. Em narrativa um pouco mais aprofundada, um terceiro interlocutor explicou o que seria o “fazer o certo” durante esse período:

Não arrumava briga no colégio, fazia tudo certinho. Eu ia pro colégio de manhã, ia pro colégio ficava no colégio, voltava ai almoçava. Aí meu pai deixava eu ficar jogando vídeo game até de tarde. De tarde ia pro SASE<sup>101</sup>. Do SASE voltava um pouco pra casa, tomava um banho, comia, jogava um vídeo game até umas 22h, dormia pra se acordar cedo no outro dia. Eu nem ficava muito na rua.  
(Entrevista com Wellington, 19 anos).

Ainda que os relatos sobre a época em que os adolescentes se entendiam como crianças sejam bastante escassos em comparação com as narrativas de outros períodos de sua vida, *a priori* é possível identificar uma certa idealização a respeito da infância. A vida era tranquila, permeada de momentos de lazer e marcada por uma rotinização que dividia o tempo dos meninos entre a escola, o brincar e alguns espaços típicos de sociabilidade, como a Igreja e os serviços assistenciais. Nesse sentido, é possível identificar paralelos com a fase da infância descrita por Lyra (2013) em sua pesquisa com os “garotos do morro”. Para o autor, nesse período as tradicionais instituições da escola e da família se faziam presentes na organização da rotina destes indivíduos, cumprindo um papel de proteção das “más influências” (LYRA, 2013, p. 76).

Por meio da simbologia do cuidado e da proteção, Lyra identificou uma valorização simbólica realizada pelos garotos em relação a esse período, a qual vem a sofrer um corte abrupto a partir do momento em que a condição de “criança normal” deixa de existir (LYRA, 2013, p. 77). Também foi essa a operação realizada pelos adolescentes *envolvidos* que, de pronto, estabeleceram uma cisão entre a infância e o período posterior de suas vidas: “(...) mas depois de um tempo fui me envolver com o tráfico, começar a matar aula pra traficar.”

---

<sup>101</sup>A Sociedade de Assistência Social e Educacional (SASE) é um serviço vinculado à Assistência Social do Município e objetiva o atendimento a criança e adolescente do turno inverso a escola, com foco no acolhimento de crianças e adolescentes cujas famílias participam de programas sociais.

Antes de adentrar nesse segundo momento, contudo, é preciso realizar algumas ressalvas a essa imagem idílica a respeito da infância dos *envolvidos*. Se a primeira narrativa proposta pelos interlocutores apresentou uma imagem substancialmente positiva a respeito do período, no decorrer da entrevista outros elementos operaram como importantes contrapontos. O adolescente que havia feito referência à igreja, por exemplo, explicou que, quando não queria ir ao espaço do culto, sofria agressões físicas de seu avô, situação que ele, em seguida, articula como importante fator para o seu *envolvimento*.

Ah porque na real ele [avô] batia em mim quando eu era pequeno, batia afu em mim. Eu ia na igreja, se eu falasse: não, não vou ir. Eu apanhava e ia igual. Entendeu? Isso aí já contava bagulho...afu pro negativo que o cara tinha em mente. Daí foi passando o tempo, ele queria que eu fosse. Eu falei "não, não vou ir e já era". Daí eu parei de ir, não comecei mais. Foi logo que mataram meu primo. Daí comecei a me envolver mesmo.

(Entrevista com João Pedro, 20 anos).

Já outros dois interlocutores identificaram uma falta de interesse no ambiente da escola: “me anoei da escola”; “ah não curtia o colégio, nem gostava de aula”. Para esse segundo, a falta de alguém para levá-lo ao ambiente escolar teria sido um incentivo para que ele procurasse outras atividades: “já faltava aula já (*risada*). Minha mãe ia trabalhar né? Daí não tinha ninguém, ficava lá, eu já não ia pro colégio. Tinha que ir sozinho, daí nem ia”. Esse mesmo adolescente resumiu esse período da sua vida de forma categórica: “nem tive infância direito”.

Há ainda um elemento que apareceu em duas narrativas referente às brigas ocorridas na escola e às consequências desses comportamentos para os meninos. Um dos adolescentes afirmou que “brigava toda hora”, tendo sido expulso do colégio em razão desses conflitos. O relato de um segundo deu conta do uso de remédios para conter uma suposta agressividade nata identificada por ele.

Matheus: E eu bebia remédio quando eu era pequeno né? Porque eu era muito brigão na escola. E depois que eu me envolvi eu parei de beber remédio, daí eu fiquei muito agressivo, eu gostava de agredir as pessoas.

Pesquisadora: Mas daí tu brigava na escola com teus colegas?

Matheus: Com todo mundo. Com professor, já bati em professor, já dei cadeirada em professor. Era muito brigão, era agressivo afu. Não sei porquê. Sempre fui agressivo. (Entrevista com Matheus, 17 anos).

A manifestação de comportamentos agressivos por parte dos jovens será retomada posteriormente. Em todo caso, o importante aqui é observar como os exemplos trazidos contestam a imagem romantizada da infância desses meninos inicialmente apresentada. Assim, mesmo antes do seu *envolvimento*, os adolescentes identificaram a existência de momentos de

tensão e conflitos em suas trajetórias, sendo que alguns eventos ocorridos durante esse período foram acionados como justificativas para o “abandono” da infância e a aproximação ao “mundo do crime” ocorrida logo em seguida.

### 6.1.2 *Envolvimento*

Os *eventos disruptivos*, como estou chamando esses episódios que marcam o início do *envolvimento*, estão indicados no quadro a seguir, juntamente com outras características descritivas dos adolescentes entrevistados. O propósito desse quadro é estabelecer um panorama geral a respeito das trajetórias analisadas, sobretudo em relação a aspectos mais objetivos extraídos de suas narrativas. Algumas dessas características, por estarem presentes em todos os casos, merecem destaque: a) a idade de 12 e 13 anos como marco do início do *envolvimento*; b) a presença da mãe ou de figuras femininas, como irmãs mais velhas e avós, no núcleo familiar principal; c) a ausência do pai biológico; d) a vinculação de pessoas do círculo familiar, mais ou menos próximas, ao “mundo do crime”.

QUADRO 8 - CARACTERÍSTICAS DOS ADOLESCENTES ENTREVISTADOS: FASE ANTERIOR AO ENVOLVIMENTO

	<b>Carlos</b>	<b>João Pedro</b>	<b>Matheus</b>	<b>Wellington</b>
Idade em 2019	18	20	17	19
Idade no início do envolvimento	13	12/13	12/13	12/13
Núcleo familiar mais presente	Mãe e irmãos	Mãe, avó, avô e irmãos	Mãe, irmãos maternos, padrasto	Mãe, irmã materna (marido e filhos), irmãos maternos
Pai biológico	Saiu de casa quando Carlos tinha 12 anos	Não conhece	Conheceu quando já era adolescente. Não é muito presente	Vítima de homicídio quando Wellington tinha 9 anos
Pessoas referências ligadas ao crime	Irmão	Tio e primo	Mãe e irmãos paternos	Primos, irmãos paternos
Evento disruptivo	Saída do pai de casa pelo uso abusivo de <i>crack</i>	Morte do primo e do tio (vítimas de homicídio)	-	Morte do pai

Fonte: elaboração própria.

Ao contextualizar o momento do seu *envolvimento*, os adolescentes articularam situações marcantes como sendo o fator explicativo principal para que eles, figurativamente, passassem por uma porta e adentrassem o “mundo do crime”. Assim, em dois casos, os *eventos disruptivos* foram constituídos pela morte violenta de algum parente próximo, aproximando a

presente pesquisa dos achados do trabalho realizado por Rolim a respeito do que o autor chamou de “formação de jovens violentos” (ROLIM, 2016, p. 171).

Para João Pedro, o golpe foi duplo: no intervalo de alguns meses, seu primo foi morto por um grupo contrário que vivia na mesma vila e seu tio morreu enquanto realizava um assalto.

Mas daí em 2012 mataram meu primo, quando ele tinha minha idade mais ou menos. Naquele tempo né? Ele tinha uns 12 anos. 2012 mataram ele. Quando vê meu tio morreu num assalto também. Comecei a fumar maconha e comecei a me envolver daí. Comecei a me perder. 2014 comecei a traficar, vê mão.  
(Entrevista com João Pedro, 20 anos).

O adolescente referiu sentimentos de indignação e rebeldia surgidos a partir desses eventos que foram responsáveis por tirá-lo da condição de “sereno” para colocá-lo em um estado de não querer “mais nada”, referindo-se ao ambiente escolar. O passo seguinte expressou uma nova fase na vida do jovem: “comecei a vê mão<sup>102</sup>”. Já no caso de Wellington, o *evento disruptivo* não se constituiu apenas pela perda do pai, assassinado na noite de natal, mas das mudanças no seu território de referência decorrentes do fato. A partir de então, o jovem indicou que sua socialização passou a se dar no trânsito entre o local de moradia de sua irmã mais velha e de sua mãe.

Ah porque antigamente ele [pai] era envolvido com o crime. Ele tinha boca, ele era patrão de boca de tráfico, mas ele tinha largado tudo de mão. E mesmo assim mataram ele. Daí mataram ele numa festa de natal. Daí eu fiquei morando com a minha irmã um tempo. Depois não quis mais morar com ela, daí fiquei morando com a minha mãe. Depois eu acabei me envolvendo.  
(Entrevista com Wellington, 19 anos).

Nas proximidades de onde sua mãe vivia, também moravam os primos paternos do adolescente, identificados por ele como “patrões” da vila. O processo de *envolvimento* é, então, narrado de modo mais ou menos natural: “quando vê<sup>103</sup> eu comecei a roubar, quando vê daí, bá, eles ficaram armado, eu gostava de vê eles armado, vou ficar armado também um dia. Quando vê eu comecei a ficar com eles aí”. Em ambos os casos, portanto, o homicídio de homens referências é o marco que separa o período da infância com o do *envolvimento*, como se os meninos buscassem nas atividades do tráfico alguma resposta ao luto que estavam vivendo.

Esse luto também aparece na trajetória de Carlos, mas de modo figurativo. O *evento disruptivo* na vida do adolescente é formado pela saída de casa de seu pai que, segundo descreve

---

<sup>102</sup> Expressão que faz referência a atividades relacionados ao tráfico, como transporte e comércio de drogas.

<sup>103</sup> A expressão “quando vê” é bastante utilizada nos relatos dos adolescentes e indica, como bem descreve Rolim, “uma determinada experiência onde tudo acontece não porque há sujeitos responsáveis ou porque há circunstâncias condicionantes, mas porque as coisas simplesmente acontecem” (2016, p. 161).



o jovem, seria um usuário abusivo de *crack*: “é, daí depois que ele foi embora daí mesmo que eu me envolvi”. A relevância da ausência do pai é algo que retorna em outros momentos da narrativa como, por exemplo, quando refere que a situação mais triste vivenciada por ele foi quando começou a entender que seu pai fumava *crack*. Já o momento mais feliz foi acionado pela imagem de toda a família reunida: “ah acho (*que um momento bom foi*) quando tava eu, minha mãe, meu pai e meus irmão né Dona?”

Por fim, para Matheus, o evento mais marcante não foi relacionado ao *envolvimento* inicial, mas à maior vinculação com o “mundo do crime”, ocorrida anos após. Assim, no caso dele, o corte na narrativa se deu pela comunhão entre a responsabilidade adquirida nas atividades do tráfico e a entrada da sua mãe em uma posição de comando na *boca*.

Daí com 15 anos ali eu já comecei a ver uma mão mais de responsa pros cara né. Comecei a mexer um pouco mais com droga, mais dinheiro. E depois de um tempo a polícia pegou e matou um dos patrão lá da minha vila né. Daí minha mãe ficou no lugar dele. Porque minha mãe sabe lidar com dinheiro e tudo, e ficou no lugar dele. (Entrevista com Matheus, 17 anos).

A ausência de um *evento disruptivo* evidente, como demonstrado nos demais casos, também se deu pelo fato de que a narrativa de Matheus foi a única da qual as principais justificativas para a entrada no “mundo do crime” não emergiram de forma suficientemente nítida. O jovem é o que teve mais dificuldade para expressar quais seriam as razões que o fizeram se *envolver*, terminando por utilizar uma expressão jocosa que pouco diz a respeito dos reais fatores da sua adesão ao tráfico.

Me envolvi mais de cabeça dura mesmo. Tem muita gente que se envolve porque precisa né. Tem problema na família. Mas eu me envolvi mais de cabeça dura, fui mais pelos outros. Que nem eu te disse, meu padrasto tinha um mercado, nunca deixou faltar nada pra mim. Meu irmão sempre trabalhou, nunca deixou faltar nada pra mim também. Eu me envolvi de bobalhão mesmo. (Entrevista com Matheus, 17 anos).

Para além dessas situações marcantes, os adolescentes acionaram outras razões para explicar o seu *envolvimento*, as quais fazem parte de um repertório já conhecido da sociologia da violência, como o desejo pela aquisição de bens simbólicos (cf. FELTRAN, 2014; ZALUAR, 2009) e pelo espaço de pertencimento propiciado pelo tráfico (cf. PIMENTA, 2014). As justificativas se mesclam nas falas dos adolescentes, de modo que não parece produtivo separar as explicações causais referentes às aspirações por *ter* ou aos desejos em *ser*, inclusive porque ainda há um terceiro meio de ação que seria constitutivo da identidade: o *fazer* (LE

BART, 2003<sup>104</sup> *apud* GRILLO, 2013, p. 227). Carlos, por exemplo, refere a sua vontade em comprar os bens que sua mãe não tinha condições financeiras de lhe dar.

É o cara quer ir pra uma festa assim, e o cara não tem um tênis né Dona? Não tem uma roupa. Daí a mãe do cara não tem como dá... Aí sempre tem um pra já "ah faz isso, faz aquilo". Aí o cara vai indo, daqui a pouco...  
(Entrevista com Carlos, 18 anos).

Já João Pedro articula os aspectos acima mencionados a partir de duas imagens figurativas: queria ter dinheiro e “fama, ibope”. A ideia da *fama* é justamente a concretização no mundo da vinculação entre o sujeito e o ato, entre o *ser* e o *fazer*: “é a prova de si que ele almeja deixar no mundo em sua busca por uma singularidade autoral” (GRILLO, 2013, p. 227). Ao explicar a sistemática de ganho de valores e de consumo quase que imediato – “ah hoje vou pro Baile vou gastar 1.500” – o jovem chega à conclusão de que o dinheiro foi um fator importante, mas em nenhum momento o único. No entanto, falta o adolescente um termo adequado para materializar essa segunda motivação: “ah a grana sim, mas era mais pelo... pro cara ir mesmo. Achava bonito naquele tempo. Gostava de...”.

Assim, ainda que a partir de um fundo explicativo semelhante, as razões acionadas para a adesão ao “mundo do crime” possuem contornos específicos para cada jovem. Há particularidades que se referem às suas vivências individuais: uma maior vulnerabilidade financeira para um, a marca da perda de pessoas próximas por mortes violentas para outros. O fato é que, após o início do seu próprio envolvimento, os adolescentes entrevistados apontaram de forma muito semelhante as atividades que passaram a desenvolver, conforme fica explícito no quadro abaixo.

QUADRO 9 - NARRATIVAS A RESPEITO DAS ATIVIDADES INICIAIS REALIZADAS APÓS O ENVOLVIMENTO

Carlos	João Pedro	Matheus	Wellington
<p>No início o cara fica vendendo droga né Dona, aí, sempre tem alguém que vai querer tomar o lugar do cara ali que tá vendendo né?</p> <p>Não. Desde o início não. Antes era tri sereno, achava que era uma festa.</p>	<p>Não, já eram [<i>os amigos</i>] envolvido já. Comecei a andar com eles, porque comecei a fumar maconha, comecei a dar banda na rua. Daí eles eram loucão, o cara ia junto. Comecei a roubar carro toda hora. 2014 comecei a roubar carro e daí não parei mais, comecei a me envolver, foi piorando.</p>	<p>Ah eu tava traficando só, daí depois eu comecei a roubar também. Daí eu roubava e traficava, até que eu caí preso por roubo.</p> <p>Não bá, era tri sereno. Quando eu me envolvi, o cara ficava só sentadinho, vendendo uma droga e ganhando dinheiro., não tinha, não precisava ficar armado, não precisava se</p>	<p>Não, comecei traficando, só vendendo. Nem traficando, roubando. Roubava. Comecei roubando e depois comecei traficando.</p>

<sup>104</sup> LE BART, Christian. *L’individualization*. Sciences Po, Les Presses, 2008.

	Era mais roubo [ <i>no início</i> ]. Traficava também, mas era mais roubo.	preocupar. Nem com a polícia, a polícia era tri sereno	
--	---	--	--

Fonte: elaboração própria.

Há um certo consenso entre aqueles que realizam pesquisas a respeito do tráfico de drogas no Brasil a respeito da diversidade de atividades econômicas exercidas pelos sujeitos das facções. Grillo, por exemplo, identificou “um complexo de práticas criminais que atravessam a organização do tráfico”, o que pode envolver o comércio de armas, roubo, furtos, receptação de mercadorias roubadas, dentre outros delitos (2013, p. 95). É justamente o conjunto dessas ações que compõem o chamado “mundo do crime”, o que, no caso da presente pesquisa, também ficou evidenciado pela indicação de um binômio tráfico-roubo no centro das primeiras atividades realizadas após o *envolvimento* dos adolescentes.

Nesse estágio inicial, além das primeiras atuações na venda de drogas e no roubo de carros, os adolescentes narraram como se deu o processo de descoberta, por parte de seus familiares – especialmente as mães –, de que eles haviam se *envolvido*. A saída da escola é um dos primeiros indicativos que sinalizava algo às suas mães: “ela ficava louca que eu não tava indo pro colégio e coisurada”. Segundo os adolescentes, contudo, quando elas efetivamente tomavam ciência, o *envolvimento* já tinha se dado, de modo que os pedidos para que eles se afastassem dessas redes de relações não chegavam a surtir efeito.

No caso de Matheus, a efetiva descoberta se deu apenas quando ele foi apreendido pelo sistema de justiça juvenil – “daí eu roubava e traficava, até que eu caí preso por roubo. Daí minha mãe começou a descobrir tudo” – o que evidencia um outro aspecto bastante presente nas narrativas: as constantes entradas e saídas do sistema socioeducativo. Quando realizei a pesquisa de campo, três dos quatro adolescentes entrevistados estavam há pelo menos um ano e oito meses na FASE. Em nenhum caso, tratava-se do primeiro ingresso, ainda que, para todos, a medida que eles cumpriam era a mais longa até o momento.

Eu caí em 2016. Daí fiquei só uns dias. Cai por roubo de telefone, saí. Daí depois caí por receptação, depois tráfico, porte, receptação de novo. Daí caí com 157 triplamente majorado com a restrição da liberdade da vítima. Daí tava preso lá na FASE e já peguei ISPAE<sup>105</sup>, lá no ICS. Daí tive uma audiência do esquadramento que eu fui absolvido, um outro homicídio também que eu fui absolvido. E da chacina eu tinha sido absolvido. Daí quando faltava uns 20 dias pra eu ir embora, o promotor recorreu e veio a sentença. Veio ISPAE.  
(Entrevista com João Pedro, 20 anos).

<sup>105</sup> Internação Sem Possibilidades de Atividade Externa.

Assim, o que pude observar dos relatos dos adolescentes é que não há um paralelo muito preciso entre o que acontece na rua e o que o sistema de justiça efetivamente logrou captar, por meio dos processos acusatórios, das sentenças condenatórias e das sanções socioeducativas. É como se o Estado estivesse sempre um passo atrás na busca pela compreensão do efetivo *envolvimento* dos jovens com o “mundo do crime”<sup>106</sup>. Sem querer entrar no debate a respeito de qual é a resposta jurídica mais adequada para o caso dos adolescentes que efetivamente cometeram delitos graves, o que gostaria de ressaltar é que as ações estatais não parecem ser capazes de captar o sujeito em sua totalidade, mas de apenas acompanhar o agravamento da situação, ao mesmo tempo em que atuam em prol da definição de alguns adolescentes como realmente *envolvidos*, conforme ficará mais claro quando a atuação policial for abordada.

Essa impossibilidade de apreensão total das ações do sujeito subalterno, materializada inicialmente na teoria foucaultiana através da ideia de um poder difuso<sup>107</sup> que está sempre acompanhado de pontos pulverizados de resistência – “onde há poder há resistência” (FOUCAULT, 2015, p. 104) – reaparece de forma bastante evidente na teoria de Mbembe, referência teórica importante para o conceito de capitalismo *gore* acionado pela presente pesquisa (VALENCIA TRIANA, 2012, p. 98). A retomada fica explícita em um trecho de *Crítica da razão negra* quando o autor exalta, segundo ele, o principal legado de Frantz Fanon: a ideia de que “existe, em qualquer ser humano, algo de indomável, de verdadeiramente inapreensível, que a dominação – pouco importa sob que formas – não consegue nem eliminar, nem conter, nem reprimir, pelo menos totalmente” (MBEMBE, 2014, p. 285).

Nesse mesmo sentido, ao desacreditar as teorias que buscavam explicar o “crime organizado” como meros efeitos da “incapacidade das agências de controle social de cumprir satisfatoriamente suas funções” (MACHADO DA SILVA, 1999, p. 120), Machado da Silva constrói sua teoria sobre a violência urbana também a partir da premissa de que, mesmo a atuação do controle policial sob padrões estritamente democráticos, não seria capaz de captar a totalidade dos cursos de ação desviantes segundo o quadro normativo da ordem instituída (*ibid*, p. 119). O que estou buscando afirmar, portanto, é a existência de um paralelo entre as teorias operacionalizadas e o material empírico produzido no sentido de, realizadas todas as devidas

---

<sup>106</sup> Aqui também chama a atenção a incapacidade de atuação preventiva do Estado.

<sup>107</sup> Em *História da Sexualidade, vol. I*, Foucault afasta a ideia de um sistema geral de dominação exercido por um grupo sobre outro e adere à ideia de poder como “multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização”, ou ainda, as estratégias que originam essas correlações de força, cristalizadas nos aparelhos estatais, nas hegemonias sociais e nas formulações da lei (2015, p. 100).

contextualizações, identificar os limites que sempre estarão diante do poder de polícia e da sua busca pela apreensão da totalidade dos atos desviantes.

### 6.1.3 *Envolvimento* agravado

Conforme ficará mais perceptível nos parágrafos seguintes, a eclosão da *guerra*, da forma como ocorreu em Porto Alegre, parece ter limitado ainda mais a capacidade de atuação da polícia nesses territórios durante esse período, de modo que a transformação de sujeitos em *envolvidos* é um fenômeno que não se explica somente a partir do *frame* da ineficiência do aparelho repressivo do Estado. Assim, tendo em vista o contexto apresentado no Capítulo anterior, o *envolvimento agravado*, como estou chamando essa espécie de terceira fase<sup>108</sup> da trajetória do *envolvido*, se mistura com a eclosão da *guerra* entre os Bala e os Antibala.

Mesmo que o *envolvimento* já tivesse aparecido na narrativa de todos os adolescentes, a categoria ganha um novo significado com a eclosão dos conflitos entre os anos de 2016 e 2017, principalmente.

Daí quando vê estourou a guerra, daí meus primos que eram os patrão da boca na vila falaram se eu queria me envolver com os cara, eu me envolvia com eles. Daí eu falei que me envolvia com eles. Daí me envolvi com eles.  
(Entrevista com Wellington, 19 anos).

A principal imagem que marca essa nova fase é, para todos os adolescentes, o início dos *atentados* às *bocas* contrárias. É por meio dessa ação que eles perceberam que algo havia mudado na forma como as facções agiam e, conseqüentemente, nos seus níveis pessoais de implicação em relação aos grupos. Nesse sentido, é consensual não apenas a percepção de que há um “início da guerra” bem demarcado, como a indicação de que foi apenas a partir desse momento que os *envolvidos* foram demandados a executarem sujeitos do grupo contrário de forma continuada.

Aí começa a guerra, já começa a dá lhe tiro no outro. Aí daqui a pouco o cara tem que matar pra fica vivo né Dona?  
(Entrevista com Carlos, 18 anos).

Ah porque eu tava indo direto lá né [*na boca contrária*]. Eu pensava que ninguém me conhecia nesse tempo. Eu pensava "ah os contra nem sabe quem eu sou". Eu ia lá toda hora com os guri, dirigia, eu sou boleia afu. Ia dá tiro também.  
(Entrevista com João Pedro, 20 anos).

---

<sup>108</sup> Nessa proposta, a primeira fase seria a *infância*, a segunda o *envolvimento* e a terceira o *envolvimento agravado*.

Lembro claro [*quando a situação piorou*], os cara começaram a dar tiro um no outro. Daí foi quando a guerra pegou preço. (Entrevista com Matheus, 17 anos).

Wellington: Quando deu a guerra, eu tive que fazer um negócio lá...depois que a gente fez a primeira coisa, matemo um cara, a arma começou a vir na nossa mão. Daí começemo a ficar armado. (Entrevista com Wellington, 19 anos).

Assim, o que eu gostaria de ressaltar é a relevância da eclosão da *guerra* para que as trajetórias dos *embolamentos* e dos *envolvidos* tenham de tal forma se entrelaçado: as facções optaram por uma estratégia de uso da violência extrema como principal capital de expansão no mercado, ao mesmo tempo em que os adolescentes aderiram a essa nova dinâmica de atuação e, ao fazê-lo, aprofundaram a sua ligação com o grupo, na mesma medida que intensificaram a implicação da facção na *guerra*. Foi a partir desse movimento de interdependência entre estrutura e indivíduo que o fenômeno da violência extrema nos conflitos entre grupos criminais do tráfico de drogas em Porto Alegre pôde se estabelecer e se reproduzir ao longo de um certo período.

Ao anunciar, parágrafos acima, que as práticas estatais nas favelas e vilas das metrópoles brasileiras por meio da atuação policial violenta e antidemocrática (DE LIMA; SINHORETTO; BUENO, 2015), por si só, não possibilitam compreender o fenômeno para o qual essa pesquisa se volta, deixei claro que não estava completamente desconsiderando as ações da polícia. Isso, porque os adolescentes narraram situações em que ficou evidente a atuação policial no sentido de perseguir e vigiar alguns *envolvidos*. A sistemática apresentada por eles é a da seleção por parte do sistema de justiça juvenil dos adolescentes que precisam ser vigiados pelo aparato de controle social, sobretudo depois das primeiras entradas no sistema socioeducativo. A partir de então, os meninos contam que ficaram “torrados” pela polícia, no sentido de visados ou observados.

O caso de João Pedro é bastante representativo dessa dinâmica. O adolescente relembrou o primeiro momento em que foi abordado pela polícia nas proximidades de sua residência, dias após ter tomado um tiro nas costas e ter ido parar na emergência hospitalar. Foi, portanto, a partir da condição de vítima de um disparo que quase lhe tirou a vida que o adolescente se tornou, do ponto de vista da polícia, alguém a ser vigiado de perto.

João Pedro: (...) Daí quando me acordei já tava o Delegado da Civil lá fazendo pergunta pra mim. Daí eu achei que não tinha nada.

Pesquisadora: Tu falou o que daí?

João Pedro: Falei que eu não sabia. Não vou tá apontando os cara. Na rua isso se resolve.

(Entrevista com João Pedro, 20 anos).

Após negar prestar maiores informações a respeito de quem havia lhe desferido os disparos, João Pedro explicou como de vítima de uma tentativa de homicídio se tornou alguém que devia explicações ao Estado por todas as mortes que ocorriam na região em que morava.

João Pedro: Daí eu fui pra baia, passou uns dias, daí tô na baia assim daí quando vê “ah vou ali no meu amigo”. Eu tava com um oitão. Quando vê tô com um oitão na cintura e saí. Tô chegando na baia do meu cupinxa, porque eu deixava as droga na baia dele. Passou um carro assim e eu “bá, é os contra”. Entrei na baia dele e fiquei sereno. Quando vê falei “bá Jefferson, vou ali na baia, depois eu venho”. “Não tá na mão”. Quando vê, “ô meu vou deixar o ferro contigo”, falei pra ele. Deixei o ferro ali. E ele falou: acho que é os homi. Quando vê deixei o ferro com ele, botei a cara assim e não vi ninguém. Minha baia é bem na esquina do beco. Não vi nenhum carro. “Ah vou ali na baia”. Quando vê eu tava com umas peteca de pedra de pó e de maconha. Se alguém quisesse eu ia ter na aula. Ai bá quando vê tô chegando ali na baia assim, eles saíram bem na hora do beco. Daí eles perguntaram onde é que eu morava, daí eu falei: “não, eu moro ali na esquina”. Só que eu não falei meu nome. Falei “não ele mora ali na esquina”. Quando vê eles ficaram me olhando, eles já sabiam que era eu né. Quando vê falei “não, na real sou eu, que que vocês querem?” “Não, é a polícia, levanta a camisa. Quando vê eu levantei a camisa e não tava armado. Daí eles perguntaram se foi eu que tinha tomado os tiro, daí eu falei que foi.

Pesquisadora: Isso tu já tava recuperado?

João Pedro: Sim, no outro dia eu fui pra baia. Quando vê eles queriam que eu fosse pra Delegacia dá depoimento. Daí eu fui lá e falei que não sabia de nada, que não vi nada. Bá, daí depois já ficaram em cima de mim afu. Ficaram em cima direto depois.

Pesquisadora: Sim. Em cima tu diz o que...

João Pedro: Toda hora. Morria alguém e já o cara tinha que ir na delegacia, falar onde é que eu tava na hora. Dar depoimento... Ah foi ele, não foi. Falava “não, tava em casa”. Daí eles tavam toda hora em cima.

(Entrevista com João Pedro, 20 anos).

Após um certo período de vigilância por parte das agências de controle estatal, João Pedro foi, então, apreendido pela Polícia Militar, por meio do cumprimento de um mandado de busca e apreensão expedido pela justiça. Ao ser capturado em sua residência, o adolescente explicou que os policiais queriam que ele indicasse o nome do patrão da boca, utilizando-se dos mais diversos métodos de tortura para obter a informação, como choques elétricos e afogamentos.

Polícia só quer matar o cara, quer lanhar o cara de cadeia. Bá me deram um tundão, me deram choque, me deram chute na cara, me deram tiro do lado da orelha, sufocaram com uma sacola preta. Me enforcaram com pano molhado, bá me afogaram num balde, deram de pé de cabra nas pernas também.

(Entrevista com João Pedro, 20 anos).

Nesse sentido, é evidente que a polícia opera no processo de *envolvimento* dos adolescentes por meio da abordagem de certos indivíduos em detrimento de outros – para ficar em um exemplo de ação lícita – visando, não apenas criminalizar o sujeito, como seus “vínculos sociais e, com eles, as expectativas da sociabilidade e os interesses nos modos de convivência

social” (CECCHETTO; MUNIZ; MONTEIRO, 2018, p. 107). No entanto, a já conhecida e profundamente debatida seletividade da atuação policial nas periferias brasileiras (cf. DE AZEVEDO; NASCIMENTO, 2016; DE LIMA; SINHORETTO; BUENO, 2015; MACHADO DA SILVA, 2011; MUNIZ, 1999; SINHORETTO; MORAIS, 2018), no caso da presente pesquisa, apresentou-se mais como um fator de aprofundamento do *envolvimento* que propriamente de produção inicial da adesão dos jovens ao tráfico.

Dessa forma, afasta-se da teoria da “sujeição criminal” de Michel Misse. Para o autor, o processo social que produz a identidade do “bandido” pressupõe, como ponto de partida, “designações sociais que produzem uma específica ‘exclusão criminal’” (2010, p. 25), as quais só podem ser construídas através de acusações e incriminações<sup>109</sup>. O que Misse chama de “incriminação”, portanto, do ponto de vista da presente pesquisa, está presente apenas em um momento posterior, quando do *envolvimento agravado*, mas está ausente na “*entrada do mundo do crime*” – etapa que o próprio autor admite não estar interessado (MISSE, 2010, p. 27).

Ao menos em relação às narrativas ora trabalhadas e de acordo com a cronologia que os próprios sujeitos construíram para as suas biografias, a persecução policial efetiva ocorreu sempre *após* os agentes se autoidentificarem como *envolvidos*, de modo que qualquer tentativa de transformá-la em um vetor causal desse fenômeno implicaria em um malabarismo teórico que não me parece adequado realizar. Assim, ainda que o “saber-ato policial” (MUNIZ, 1999) da rotina de ocorrências e abordagens se distancie em absoluto das previsões dos sistemas de regras formais – o que ficou escandalizado no relato de João Pedro sobre a tortura sofrida – os sujeitos guardaram para si o poder da escolha pelo *envolvimento*, deixando a cargo dos policiais apenas a culpa por “ficar em cima” e ao sistema de justiça por, em muitos casos, vincular o adolescente ao cometimento de um delito sem possuir um conjunto robusto de provas para tanto.

Na perspectiva de João Pedro, o sistema de justiça acaba condenando o adolescente mesmo sem provas, por simplesmente “saber” quem é que está envolvido ou quem é que costuma “dar tiro”.

Eles nem sabem por que eles me condenaram. Eles não têm uma prova que fui eu, quem foi. Condenaram eu, condenaram os cara de maior e nem sabe quem é. E não por... porque "ah nós tinha prova". Porque o cara, querendo ou não, da onde o cara é, ah tanto tempo fazendo os bagulho, entendeu? Indo direto dá tiro nos contra. Eles escutam, eles sabem quem é os cara que tão indo. Às vezes eles nem tem prova e condenam porque sabem “não, tá indo direto lá nos cara da tiro então foi ele”. E eles nem sabe. E a justiça acredita na polícia, não acredita no cara, o cara preso cheio de passagem.

---

<sup>109</sup> O autor é categórico: “Não há sujeição criminal sem incriminação (...)” (MISSE, 2010, p. 28).



(Entrevista com João Pedro, 20 anos).

Por outro lado, segundo já anunciado desde o princípio, aproxima-se ainda mais da proposta de Machado da Silva e da noção de “sociabilidade violenta”. Conforme defende o autor, a “língua da violência urbana” instituída nas cidades brasileiras também determina os modos de ação policial. Para Machado da Silva, o resultado de compreender a “sociabilidade violenta” pela gramática da “violência urbana” é a “abertura de um amplo espaço para que as corporações policiais decidam, com autonomia e praticamente nenhuma supervisão jurídica ou política, como deve ser exercida sua função social de garantia da ordem pública” (MACHADO DA SILVA, 2011, p. 75). Ao assumir positiva e ativamente a condição estrutural que lhe é imposta, a forma de vida da sociabilidade violenta poderia ser pensada como um “enclave” – terreno ou território encravado em outro – inserido na circunscrição da violência policial tradicional (*ibid.*, p. 80).

Para esse modelo de análise, portanto, de nada adiantaria a tentativa de refundação das polícias enquanto o par “violência urbana/sociabilidade violenta” continuarem a tematizar o controle social. No sentido de acatar, refutar ou ajustar essa perspectiva, passo, no próximo subitem, a analisar as possibilidades de compreensão do fenômeno social a que se volta a presente pesquisa a partir da chave de leitura da sociabilidade violenta.

## **6.2 “Eu tava só por um motivo”: a violência como fim?**

Em conformidade com a perspectiva de Machado da Silva já apresentada, busco as explicações para a opção pelo uso da violência extrema por parte dos sujeitos *envolvidos*: a) a partir do seu processo de *envolvimento* ou de adesão ao tráfico de drogas (LYRA, 2013); b) pela captação das suas justificativas para a prática dos atos violentos. É perceptível, portanto, que, em nenhum desses pontos, as atuações estatais se encontram na centralidade da investigação. Isso se deve à confiança nas possibilidades analíticas de “separação entre crise institucional e organização da criminalidade” (MACHADO DA SILVA, 1999, p. 120).

Importa referir que estou restringindo a proposta de Machado de Silva que contesta a “crise institucional do Estado” como vetor causal da “organização da criminalidade” (1999, p. 120) para afastar a centralidade apenas da atuação policial – conforme abordei no tópico acima – e não do Estado *como um todo*. Assim, ainda que, nesse trabalho, eu não adentre nas *falhas* de atuação do aparelho estatal na vida desses jovens, não creio que seja possível negar completamente a responsabilidade de alguns setores, como os acompanhamentos assistenciais

e o próprio sistema educacional. O que quero dizer é: em que pese essas ausências não tenham sido centrais nas narrativas dos adolescentes a respeito do seu *envolvimento*, rejeitar completamente a sua influência requereria uma análise mais aprofundada sobre o tema.

Em suma, portanto, mantenho a concordância com a perspectiva de Machado da Silva e de outros autores (cf. MARQUES, 2018) no que diz respeito ao entendimento de que o olhar sociológico voltado apenas à desorganização institucional e aos processos de repressão de atos delituosos não é suficiente para explicar o fenômeno da “violência urbana” – sobretudo no caso da violência extrema – sem com isso afirmar que a “ausência do Estado” em nada influencia na produção dessa violência. Nesse sentido, se a atenção não deve se concentrar nos “processos endógenos de dissolução da ordem” (MACHADO DA SILVA, 1999, p. 13), o caminho, então, seria se voltar ao engajamento na forma de vida da “sociabilidade violenta” a partir do acúmulo de experiências do sujeito (MACHADO DA SILVA, 2008, p. 42).

Foi justamente esse acúmulo o objeto do tópico anterior, quando tratei do processo de *envolvimento* daquele que atua em nome das facções do tráfico de drogas. Contudo, há ainda um outro elemento essencial para o reconhecimento da existência de uma “sociabilidade violenta” e da identificação dos seus portadores: a análise das justificativas dos comportamentos violentos e os significados culturais por elas exteriorizados (MACHADO DA SILVA, 1999, p. 121). É esse o desafio lançado pelo autor (GRILLO, 2019, p. 81) do qual buscarei me encarregar nesse tópico.

Na proposta de Machado de Silva, a forma de vida autônoma da “sociabilidade violenta” se caracteriza principalmente pelo uso da força física como um regime de ação das práticas, isto é, a força como fim da ação (e não como meio para alcançar determinado fim) e estabelecida na continuidade, na rotina do indivíduo. Embora o autor tenha afirmado a existência dessa forma de vida efetivamente materializada na realidade – o que fica claro pela afirmação de que existem sujeitos “portadores” dessa sociabilidade (MACHADO DA SILVA, 2008, p. 43) – alguns autores, ao revisarem a teoria, propuseram pensar o conceito antes como uma representação social (FRANÇA, 2019, p. 104; WENECK; TALONE, 2019, p. 31). É a partir desse duplo caráter do conceito que a presente pesquisa o instrumentaliza.

Mas como, então, os adolescentes entrevistados articularam os fins pretendidos com o uso da violência extrema? Um primeiro conjunto de justificativas, explicitado nos três diálogos abaixo, assemelham-se por indicarem a ausência de uma relação de causa e efeito entre uma

certa ação e a violência cometida. Seria o caso típico da “violência como fim” ou da representação de que ela é o que o sujeito da sociabilidade violenta visa com suas ações.<sup>110</sup>

#### Diálogo 1:

Pesquisadora: E era pela grana assim ou era mais tipo (...)?  
Matheus: Mais pela folia. Mais pra poder dar tiro nos cara mesmo.  
(Entrevista com Matheus, 17 anos).

#### Diálogo 2:

“Ah eu arranquei a cabeça dele”. Os outros vão e dão de 12 na cara e arrebenta a cabeça. “Ah, por que?” Ah só pra eles verem que nós somos ruim. Os cara são mais assim hoje em dia. Mostrar poder. Que nem os cara vão ali, tu vai com um oitãzinho pra matar o cara. Matou. Nem precisa dá lhe mais, mas os cara vão lá e dão um pente de 30 na cara só pra mostrar poder.  
(Entrevista com João Pedro, 20 anos).

#### Diálogo 3:

Wellington: Que nem quando eu tava la fora, eu não traficava né, mas os cara me davam dinheiro pra eu ir lá dar tiro nos cara. Os cara tipo... me dava, dava dinheiro pra nós pra nós ir matar os cara, pra nós ir matar pessoa.  
Pesquisadora: E pra tomar boca...  
Wellington: Sim, pra tomar boca. Mas mais pra matar pessoa, porque tomar nós já tinha tomado. Não tinha ninguém na vila mais. Nós queria voltar, daí quando vê eles falaram que não era o momento ainda. Mais pra matar as pessoas mesmo, que os cara são...  
(Entrevista com Wellington, 19 anos).

A participação em atos de violência extrema “pra poder dar tiro nos cara”, “pra eles verem que nós [*autores dos atos*] somos ruim”, ou “pra matar as pessoas mesmo” são todas justificativas que frisam mais a prática, o *fazer* violento, do que o objetivo visado com o ato. O caso de Wellington é bastante ilustrativo, pois ele inicia a explicação referindo que os atos buscariam a *tomada da boca*, mas logo reconhece que a *boca* já havia sido tomada pelos *contras*<sup>111</sup>, de modo que as incursões (os *atentados*) aos espaços do grupo contrário eram realizadas – e é assim que ele termina sua explicação – “mais pra matar as pessoas mesmo”.

Na narrativa de Matheus apresentada abaixo, na medida em que o próprio adolescente identifica a injustificabilidade da sua “agressividade”, fica clara a transformação da força de “meio eventual para obtenção de interesses, em princípio de regulação das relações sociais” (MACHADO DA SILVA, 2004, p. 74). A busca por um motivo para o exercício da força é, portanto, secundária e perde relevância em relação ao desejo pela violência. Procurando conferir alguma racionalidade ao fenômeno, o adolescente encontra a explicação para o seu

---

<sup>110</sup>Para Werneck e Talone, a representação da força como sendo o que se visa é a operação necessária para que o sujeito da sociabilidade violenta reúna “os recursos cognitivos e físicos” necessários para a efetivação da ação pretendida (2019, p. 31).

<sup>111</sup>Em que pese esse diálogo possa transmitir a ideia de que o adolescente faz parte do grupo que *tomou a vila*, no relato estendido fica claro que, na verdade, ele estava vinculado ao grupo que, na disputa com os rivais, acabou sendo expulso da *vila* em que atuava até então, o que fica explícito pela frase: “nós queria voltar”.

comportamento em uma suposta desordem psicológica que precisaria ser tratada com uso de remédio e acompanhamento médico.

Matheus: E eu bebia remédio quando eu era pequeno né? Porque eu era muito brigão na escola. E depois que eu me envolvi eu parei de beber remédio, daí eu fiquei muito agressivo, eu gostava de agredir as pessoas. Entende tipo? Na biqueira depois de um tempo, eu tava gerenciando uma biqueira antes de eu cair preso né? Eu podia fazer o que eu queria lá. Naquela área eu podia fazer o que eu queria, eu, vamos dizer, se tivesse alguém que tivesse devendo dinheiro eu ia lá e quebrava ele a pau. Eu era agressivo, eu gostava de bater nas pessoas.

Pesquisadora: Mas não tinha uma razão assim tipo...

Matheus: É, eu tava só por um motivo entende? Ficava esperando um motivo pra eu bater numa pessoa. Eu chegava a falar pros cara “bá só por um motivo pra eu pegar aquele cara e arrebentar ele”. Eu era muito agressivo. Minha mãe pagava psiquiatra, psicólogo pra mim, quando eu era pequeno. Meu padrasto no caso pagava pra mim. Eu ia. Mas depois de um tempo eu...

(Entrevista com Matheus, 17 anos).

Nesse sentido, em nenhum extrato das entrevistas narrativas foi possível identificar racionalidades específicas para o uso da violência letal, como aquelas que já aparecerem em outros trabalhos sobre o “mundo do crime”, normalmente localizadas dentro da lógica desse contexto, como a legítima defesa ou a punição por traições graves (GRILLO, 2013, p. 249). Reitero, contudo, que o argumento da ausência de justificativas é válido quando é o *sujeito* a unidade de análise. Conforme amplamente debatido no Capítulo 5 deste trabalho, no nível da *estrutura* do tráfico de drogas, a violência extrema possui uma racionalidade econômica que lhe concedeu a característica de capital essencial à expansão das facções durante o período analisado.

Para os sujeitos operadores dessa violência, a racionalidade econômica das ações restou absolutamente afastada: não se tratava de dinheiro, mas de *algo* que eles não souberam exatamente como nomear. Enquanto João Pedro falou em “mostrar poder”, Matheus e Carlos identificaram uma agressividade nata e Wellington sequer completou a frase. A fala de Wellington é bastante simbólica da contraposição entre as justificativas para o uso da violência extrema construídas pela *estrutura do tráfico* e pelo *sujeito envolvido*: se os “os cara” [*indivíduos hierarquicamente superiores na facção*] lhe davam dinheiro para que ele realizasse um *atentado*, é plausível pensar que havia uma certa racionalidade econômica pensada por trás da ação. Na perspectiva do adolescente, contudo, seu objetivo era simplesmente “matar os

cara”, sem maiores elaborações a respeito das razões que levavam a facção a lhe demandar que cometesse esse tipo de violência<sup>112</sup>.

Que nem quando eu tava la fora, eu não traficava né, mas os cara me davam dinheiro pra eu ir lá dar tiro nos cara. Os cara tipo... me dava, dava dinheiro pra nós pra nós ir matar os cara, pra nós ir matar pessoa.  
(Entrevista com Wellington, 19 anos).

Já na reflexão de Carlos sobre as violências cometidas, é pela reação dos seus pares *não-envolvidos* que o adolescente identificou a excepcionalidade da sua forma de vida ou, para se manter na gramática de Machado da Silva, da sua sociabilidade.

Carlos: Bá... (*inaudível*) matar uma pessoa né? Bá, tá louco. Viajava né Dona? Pra mim na rua, os cara iam achar “isso aí é normal”. Mas bá, tá louco (*risada*). Os cara já vê o cara como um monstro assim né. Daí depois até assim, o cara tava junto assim com os amigos do cara, que nem é envolvido, os cara ficam até meio que...  
Pesquisadora: Impressionado?  
Carlos: Os cara já sai da volta um pouco. Ai o cara só fica perto de quem é envolvido né Dona? E os amigo do cara que não são nem querem ficar muito perto né, porque sabendo que daqui a um pouco... não tem... é uma loucura.  
(Entrevista com Carlos, 19 anos).

Assim, ainda que localizando a análise apenas no contexto de Porto Alegre e RMPA entre os anos de 2016 e 2018, identificam-se os elementos a que França referiu como fundamentais para que fosse possível entender o uso da força física como inaugural de uma nova sociabilidade: a) transformação no padrão quantitativo de uso da força – maior recorrência; b) transformação no padrão qualitativo do uso da força – maior intensidade; c) transformação no padrão de justificativa do uso da força – injustificabilidade (FRANÇA, 2019, p. 106). Enquanto os dois primeiros aspectos foram trabalhados na primeira parte dessa pesquisa, nesse momento, fica evidenciado que, também em relação às (ausências de) justificativas para o uso da violência – quando a unidade de análise é o sujeito *envolvido* –, é possível vislumbrar o padrão da “sociabilidade violenta”.

Falas como a de Matheus e a de Carlos apresentadas acima são normalmente temidas pelo campo de estudos da sociologia da violência por justamente reforçarem discursos em que o “bandido” deixa de ser visto como um humano para ser entendido como “outro”, “portador do mal”, ou a partir de categorias mágicas como “demônio” e “monstro” (FRANÇA, 2019, p. 107). O conceito da sociabilidade violenta, por acreditar que a violência não é simplesmente

---

<sup>112</sup> Ainda que o sujeito não consiga racionalizar, é possível, com base no tipo de relação que se estabelece entre adolescente e *embolamento*, supor que Wellington só realizava as ações demandadas por saber que precisa demonstrar aptidão no cumprimento das tarefas, além de corresponder às expectativas dos integrantes do grupo.

uma adequação equivocada entre meio e fins, poderia se tornar munição a esse tipo de argumento e, também por esse motivo, recebeu diversas críticas ao longo do tempo (GRILLO, 2019, p. 66).

Esse problemática se aprofunda na medida em que Machado da Silva estabelece como ponto central dessa forma de vida o fato dela “suspender a alteridade e a produção de sentido intersubjetivo” (2008, p. 52), o que só seria possível na medida em que se entende o conceito como um “tipo-ideal” ou como uma representação social. De qualquer forma, para pensar em termos de sociabilidade violenta, seria necessário indagar a existência da “negação do outro como igual” ou de uma “vida social sem intersubjetividade” (MACHADO DA SILVA, 1999, p. 123).

Sobre esse aspecto da teoria, contudo, há duas ressalvas a serem feitas, ambas realizadas por Grillo (2013; 2019). A primeira delas aponta para uma ideia de objetificação que diz respeito não somente ao outro, mas também a si próprio. Nesse sentido, o “sujeito-criminal”, categoria utilizada pela autora para nomear o *envolvido*, nega o valor também da sua própria vida e “submete-se voluntariamente à iminência da morte” (GRILLO, 2013, p. 245). Diferentemente de Machado da Silva, Grillo propõe que se pense nos termos de “uma negação da subjetividade individual em favor de referências coletivas”, necessariamente produzidas nas relações com o “mundo do crime” (GRILLO, 2013, p. 253).

Seguindo esse raciocínio, Grillo postulou uma segunda proposta à teoria da “sociabilidade violenta” para sugerir que a unidade de análise fosse transposta do indivíduo para o coletivo (2019, p. 76). Nesse sentido, não seria necessário negar o que as “etnografias da positivação do crime”<sup>113</sup> (HIRATA; AQUINO, 2018, p. 107) vêm afirmando a respeito da existência de um compartilhamento de valores e de um senso de coletividade no interior dos coletivos criminais e facções. O argumento de Grillo, do qual compartilho, é de que é justamente pela força dos laços internos aos grupos que é possível realizar a negação da alteridade do coletivo contrário que não compartilha desse universo de relações e que se materializa pelo ataque a qualquer um que seja vinculado a ele.

Assim, a exemplo do que ocorreu no contexto da guerra entre os Bala e os Antibala no período analisado, o *contra* se torna a representação da antítese do *envolvido*, não em razão da sua identidade, mas tão somente pelo *embolamento* que faz parte. Trata-se, portanto, de um “*contra* genérico” (CIPRIANI, 2019, p. 261), alguém que possui sua subjetividade totalizada

---

<sup>113</sup>Seriam as pesquisas etnográficas que buscam compreender o “crime” como categoria positivadora das práticas sociais, em que “positivação” é tida não como um conceito moral, “mas analítico, que aponta para uma atenção aos aspectos produtivos das práticas etnográficas” (HIRATA; AQUINO, 2018, p. 107).

pelo pertencimento coletivo. Essa relação ficou clara quando João Pedro esclareceu que ele podia conviver com seus *contras* no interior da FASE, mas que, na rua, o conflito seria iminente.

Pesquisadora: Mas tu sente que eles [os *contras*] são teus inimigo assim?

João Pedro: Ah, aqui dentro todo mundo se dá bem. Mas são contra, os cara... Pega na rua o cara não perdoa. Mesma coisa se os cara me vê dando uma banda, “ah olha ali o cara ali”. Vão me pegar. Vão pegar o cara, não dá pra dar carinho né.  
(Entrevista com João Pedro, 20 anos).

O raciocínio que o adolescente faz demonstra o *efeito boomerang* que a negação da alteridade do outro possui: o sujeito *envolvido* sabe que ele próprio também representa um *contra* para alguém, de modo que sua existência estará em risco sempre que ele se deparar com algum desses indivíduos. É por meio dessa polarização que a contiguidade das ações necessária à caracterização de uma “sociabilidade violenta” se estabelece, conforme observado por Werneck e Talone:

estamos falando de um quadro que opõe os componentes de uma ordem social em dois polos, apartados pela aposta de um dos lados – não necessariamente fixo – de que o outro seja capaz de atuar com força desmedida sobre ele e – o que é mais importante no sentido de se conceber uma rotina – a qualquer momento ou, mais que isso, o tempo todo (2019, p. 41).

Por outro lado, a todo o momento que o *envolvido* age em nome desse ente do qual faz parte, sua própria individualidade fica ainda mais marcada pelo pertencimento coletivo, assinalando o *agravamento* do seu *envolvimento* e a diminuição do seu espaço de autonomia (GRILLO, 2013, p. 254). Esse fenômeno se dá de tal forma que o sujeito acredita estar agindo de acordo com o que deseja e não seguindo ordens de seus superiores, ainda que fique explícito os ganhos em reconhecimento que ele terá após a realização do ato. Exemplo dessa articulação é a narrativa de João Pedro: o adolescente iniciou afirmando que “o cara faz porque quer”, mas logo acrescentou que, em verdade, existe um desejo em mostrar pra os demais uma suposta capacidade de “ser ruim”.

Não, ninguém fala “ah tem que ser assim”. Tu faz porque tu quer. “Vou mostrar pros guri que eu sou ruim”. O cara faz porque o cara é de pegar arma. O cara faz porque quer, acha bonito. Porque no crime o cara mata um contra do cara, que é um contra teu, tu vai lá e mata ele. Daí tu fica feliz “não, peguei aquele putinho”. Vira troféu a cabeça dele. É assim.

(Entrevista com João Pedro, 20 anos).

A ambivalência que apareceu na narrativa acima entre realizar o ato por vontade própria ou atuar de modo a corresponder ao desejo do *patrão da vila* – mesmo que ele não tenha feito

nenhum pedido direto – fica ainda mais evidenciada quando o adolescente ponderou a respeito da divulgação ou não das violências realizadas aos seus *contras*.

Geralmente... É bom ninguém saber que foi tu né? Tipo, o patrão falou “o meu, vai lá e mata”. Tu foi lá e matou. Ele vai saber, foi o cupinxa que matou. Tu vai saber pra ti. Vai tá tranquilo. “Ah matei, hoje vou dá uns teco, vou comemorar, beber umas bebida, vou pro baile, fazer churrasco”. O cara comemora, às vezes nem sempre porque o cara tá num clima de guerra, porque o cara do nada vai dá tiro. Quando vê tá sereno, os cara passa dá tiro. O cara vai já dá de novo, nem tem como comemorara nada.  
(Entrevista com João Pedro, 20 anos).

Conforme busquei argumentar, portanto, a afirmação da existência da “sociabilidade violenta” em um contexto de *guerra* entre facções do tráfico de drogas, nos termos ocorridos em Porto Alegre e RMPA entre 2016 e 2018, passa por identificar a negação da alteridade de um outro, característica básica para que se possa sustentar a existência de um regime de ação das práticas pautada na violência. Contudo, seguindo o argumento inicialmente proposto por Grillo (2019), esse *outro* está mais caracterizado pela sua coletividade do que pela sua individualidade, de modo que são os laços comuns fortalecidos no interior dos *embolamentos* e o conseqüente antagonismo que se produz em relação ao *embolamento* dos *contras* os responsáveis por afirmar essa forma de vida na continuidade das relações sociais, sob a conformação, portanto, de uma “sociabilidade”.

Para aprofundar a compreensão a respeito tanto do fortalecimento dos elos dos sujeitos em relação ao seu *embolamento*, quando da rivalidade produzida em relação aos *contras*, há um elemento que precisa ser considerado na análise: quanto desse fenômeno se explica pela construção social do gênero desses sujeitos? Esse questionamento surge, pois no decorrer da pesquisa, ganhou relevância a necessidade de se observar as manifestações das masculinidades dos jovens envolvidos no “mundo do crime” para que se fortalecesse o entendimento de como é possível que se manifestem, no tecido social contemporâneo, sociabilidades nos termos narrados nesse tópico.

Assim, no próximo item desse Capítulo retomo as entrevistas narrativas para argumentar que, quando Machado da Silva atentava para a necessidade de que a teoria sociológica se voltasse aos “significados culturais” exteriorizados pelas justificativas dadas às violências cometidas (1999, p. 121), uma das dimensões de análises que o autor não aprofundou à época, mas que poderia explicar esses “significados culturais”, se constitui pelas práticas de gênero dos sujeitos da “sociabilidade violenta”. Pensando gênero como sendo uma estrutura de relações ao mesmo tempo que um conjunto de práticas (CONNELL, 2009, p. 11), as masculinidades dos adolescentes parecem ser o elo entre a *estrutura* tráfico de drogas no



capitalismo *gore* – com a conseqüente transformação da violência extrema em capital econômico – e os *sujeitos* da sociabilidade violenta, cujas práticas violentas injustificáveis indicam a negação da alteridade do outro.

### **6.3 “Depois que eu fiz respeito, daí já era”: masculinidades no crime**

Ainda que pensar a masculinidade como um problema sociológico possa ser considerado algo de “novo” nas ciências sociais (ALMEIDA, 1995, p. 15), já existe um certo acúmulo de pesquisas etnográficas que possibilitam construir certas sistematizações. Baseada nesse conjunto de produções, Connell aponta algumas conclusões chaves para o campo de estudos que devem, no seu ponto de vista, guiar a análise de problemas sociológicos a respeito das práticas de gênero (2000, p. 9). A primeira delas é a ideia de que não existe um padrão de masculinidade a ser encontrado: (a) são múltiplas as formas de manifestação do gênero masculino. A diversidade não existe apenas em relação aos diferentes grupos sociais, mas também internamente, de modo que é preciso pensar (b) as relações de hierarquia e hegemonia entre as masculinidades.

Mesmo que os padrões de conduta daquilo que a sociedade define como masculino possam ser captados nas ações diretas dos indivíduos, (c) “as masculinidades são definidas coletivamente na cultura e são sustentadas nas instituições” (CONNELL, 2000, p. 11). Mas, se os corpos dos homens não determinam suas masculinidades, eles tampouco podem ser desconsiderados. Eles são (d) as arenas para a construção dos padrões de gênero e estão em (e) ativa construção, na medida em que não existe masculinidade prévia ou apartada da interação social.

Por fim, sendo somente pela ação dos sujeitos que as masculinidades emergem, há um caráter eminentemente (f) complexo e contraditório nessas práticas de gênero, o que permite que elas estejam sempre sob a possibilidade (g) da dinâmica da mudança. Ainda que a essas sete orientações possam ser acrescentados outros paradigmas de análise, a partir delas Connell constrói um quadro analítico bastante objetivo para se pensar as masculinidades na contemporaneidade, sem com isso afastar a heterogeneidade de um tema tão amplo quanto as práticas de gênero.

Nesse sentido, falar em masculinidades para Connell – assim como para essa pesquisa – não é apenas utilizar um termo para definir uma simples e estática diferenciação das identidades de homens e mulheres (2000, p. 16). Usar o termo masculinidade, na verdade, ajuda

a estabelecer que se está falando sobre homens, mas tendo como cerne o envolvimento desses sujeitos no que diz respeito ao domínio do gênero. De forma sintetizada, o termo nada mais é do que uma forma de designar as condutas dos sujeitos que são orientadas ou formadas por esse domínio, distinguindo-as de condutas relacionadas a outros padrões da vida social.

Sob esse ponto de vista, pensar a masculinidade a partir da ideia de um *ethos* concretiza o sujeito em uma identidade fechada e impede a análise das ambiguidades e contradições das suas práticas de gênero. É sobretudo por essa razão que essa pesquisa não adota a perspectiva de Zaluar a respeito das masculinidades dos “bandidos” (1985; 2004), ainda que a antropóloga tenha sido pioneira, no contexto brasileiro, em tecer análises que vinculassem teoria de gênero e violência urbana. Em *A Máquina e a Revolta* (1985), por exemplo, a autora apresentou suas primeiras considerações a respeito do “*ethos* masculino” do trabalhador e do bandido, destacando a relevância para os sujeitos, no contexto analisado, da defesa da “dignidade masculina”, seja pela “superioridade moral do trabalho”, seja pela imposição da força através do uso de armas de fogo (ZALUAR, 1985, p. 146).

Posteriormente, em *A Integração Perversa* (2004), Zaluar retomou o argumento com mais profundidade e, dessa vez, em diálogo com a obra de Elias. Para o “sociólogo das configurações sociais”, o processo de pacificação social que levou a uma nova economia psíquica do indivíduo estaria sempre sujeito a retrocessos, sobretudo em sociedades nas quais o monopólio legítimo da violência não estivesse assegurado, permitindo formações subjetivas com menor nível de autocontrole (ZALUAR, 2004, p. 380). Baseada nessa concepção teórica, Zaluar relacionou o fenômeno macrossocial de enfraquecimento dos Estados nacionais com as repercussões no plano microssocial: o retorno de formações subjetivas de “etos guerreiro” e o surgimento da “hipermasculinidade” (2004, p. 384).

Esse “etos guerreiro”, portanto, é entendido como um novo estilo viril que se expressa pelo uso da violência tanto de forma instrumental – para obtenção de ganhos comerciais – como expressiva – pela necessidade de intensificar as respostas violentas a fim de afirmar a vitória de um homem sobre o outro (ZALUAR, 2004, p. 387). Seria esse um modelo de masculinidade “desafiadora” que nega qualquer poder ou autoridade superior, que sente orgulho pela insubmissão às regras e pela destruição do outro: sujeitos “viciados em matar” (ZALUAR, 2004 389). Diante disso, ainda que a perspectiva da autora desperte o campo da “sociologia da violência” para a importância das práticas de gênero nos modelos explicativos da violência urbana brasileira, a noção de “etos guerreiro” contém, na minha concepção, dois problemas principais.

O primeiro deles diz respeito a ideia por trás da noção de “guerreiro” de que as periferias das metrópoles brasileiras seriam espaços sociais em retrocesso para uma configuração social pré-civilizatória. Os “bandidos” – ao romperem com o autocontrole característico das sociedades modernas – se sentiriam avessos às imposições das normas sociais, sujeitos autodeterminados e imbuídos de poder sempre que exercem a dominação completa do outro por meio da violência letal. O que observei na presente pesquisa, entretanto, relativiza essas concepções, seja porque os *embolamentos* são estruturas sociais absolutamente integradas nos parâmetros da civilização moderna – na sua manifestação capitalista e patriarcal –, seja porque os *envolvidos* refletem de forma ambígua a respeito dos níveis de poder que possuem.

Conforme será apresentado no presente Capítulo, as práticas de gênero dos adolescentes não se concretizam apenas na ideia de um “etos guerreiro”<sup>114</sup>, ainda que o exercício da violência seja muito marcante. Assim, a segunda discordância dessa pesquisa com a perspectiva de Zaluar ocorre pela observação de níveis importantes de reflexividade, por parte dos sujeitos, a respeito de quais normas sociais operam durante a *guerra* e em qual posição eles se encontram nessa disputa. Os *envolvidos* demonstram menos o sentimento de “liberdade” e mais o dever de proteger um coletivo – *embolamento*, família, comunidade – a que pertencem.

Com esses pressupostos teóricos de fundo, parto, então, para a análise das manifestações de gênero dos adolescentes entrevistados, buscando relacioná-las com a prática de atos violentos no contexto dos conflitos entre facções do tráfico de drogas, ainda que as violências produzidas por homens em grupos ou gangues sejam raramente entendidas como um fenômeno genderizado (HUME; WILDING, 2015, p. 93). Ressalvo que, ao afirmar a necessidade de um exame mais atento às masculinidades dos portadores da “sociabilidade violenta”, não pretendo afirmar que o gênero do sujeito por si só explica o seu agir violento, mas que observar a forma como esse gênero se manifesta *qualifica* a explicação sobre a ação violenta.

Um primeiro elemento indicador dos processos de construção das masculinidades dos *envolvidos* são os sujeitos identificados por eles como suas principais referências adultas. Aqui é importante lembrar o aspecto relacional do gênero (MEDRADO; LYRA, 2008, p. 820), de modo que importa pensar tanto as referências masculinas quanto femininas, identificando os papéis que essas pessoas vão exercendo na construção da subjetividade dos jovens. Nesse sentido, os dados produzidos nessa pesquisa se distanciaram de algumas afirmações já realizadas a respeito da oposição dicotômica entre as figuras maternas, normalmente

---

<sup>114</sup> Nesse mesmo sentido, Pimenta já havia apontado a necessidade de se pensar as masculinidades em contextos de grande exposição à violência, para além da afirmação do “etos guerreiro” (2014, p. 717).

representadas por serem provedoras de proteção e cuidado, e as figuras paternas, vistas como ausentes e violentas (cf. ROLIM, 2016, p. 167).

Evidente que esse tipo de configuração familiar existe e que não pode ser ignorado. É o caso de Carlos, por exemplo, adolescente que representa o caso típico do menino que possui mãe presente e trabalhadora em um ambiente social de muita vulnerabilidade econômica, mas cujo pai, envolvido com drogas, não se fez presente durante boa parte da infância e adolescência do menino. Nesse contexto, Carlos se sentiu demandado a buscar sua própria fonte de renda e a auxiliar a subsistência de seus irmãos (ainda que sua mãe não aceitasse o dinheiro proveniente do tráfico de drogas). De todos os meninos entrevistados, na sua história foi onde apareceu mais claramente a importância do dinheiro na busca pela masculinidade hegemônica (ALMEIDA, 1995, p. 117).

Esse tipo de biografia familiar, entretanto, foi observado na narrativa de apenas um adolescente. Em verdade, a história de Carlos foi a única em que o binômio “mãe protetora-pai ausente” restou bem delineado. Para todos os outros meninos, as referências masculinas e femininas exerceram suas influências de distintas formas, ora reforçando práticas violentas, ora dissuadindo-as. Normas “patriarcais” e práticas “matrifocais”<sup>115</sup> (SCOTT, 1990, p. 39), portanto, estavam em coexistência e, em alguns casos, acabaram entrando em conflito, como fica claro na narrativa de João Pedro. Mesmo que seu pai tenha sido completamente ausente, a ideia de que meninos devem temer a figura paterna é um paradigma patriarcal que não fora desconstruído, apesar das práticas matriarcais vivenciadas por ele.

Não conheço... não sei nem o nome dele [do seu pai]. Nunca vi foto nada. Mas também eu nem me interessava. Porque ele nunca perguntou por mim nem nada. Daí eu nem me interessava por ele. Nem penso nele. Penso que eu vou ser um pai pro meu filho. Porque se eu tivesse pai, eu podia nem tá aqui. Porque ele podia me falar o que eu posso fazer, o que eu não posso, o que era certo e errado. E mãe o cara não escuta mãe. Já pai, o cara tem mais medo né?

(Entrevista com João Pedro, 20 anos).

Já a história de Matheus poderia ser pensada como a antítese do que normalmente se costuma esperar das configurações familiares de meninos *envolvidos*. Ainda que ele não tenha tido contato com seu pai biológico durante a maior parte de sua vida, vindo a conhecê-lo quando já tinha 14 anos, o seu padrasto exerceu o papel de alguém que cumpria os deveres de orientação e de provimento econômico esperados da figura paterna. O adolescente também se referiu a seu irmão mais velho como alguém importante na sua criação, de modo que o polo das referências

---

<sup>115</sup>Para Fonseca, na estrutura familiar matrifocal, a prioridade é dada ao laço entre mãe e crianças, de modo que são as mulheres, como mães, que se tornam o centro das relações familiares e sociais (2000, p. 34).

masculinas de Matheus é constituído por homens *trabalhadores* sem vinculação com o “mundo do crime”.

Pesquisadora: E tu teve padrasto?

Matheus: Tive, meu padrasto me criou desde pequeno.

(...)

Matheus: (...) E meu padrasto né, meu padrasto bá, nunca me deixou faltar nada, sempre me deu tudo. Ele não se dava muito bem com meu irmão né, mas comigo ele sempre se deu bem.

(...)

Matheus: Meu irmão tem 22 acho. É um pouco mais velho que eu, mas tipo, ele que me criou, ele que sempre protegeu quando eu era pequeno né? Meu irmão sempre trabalhou, nunca deixou faltar nada pra mim também.

(Entrevista com Matheus, 17 anos).

Por outro lado, a principal figura feminina na vida do adolescente, sua mãe, representa o seu principal elo com o *embolamento*, pois foi a partir da vinculação dela ao grupo criminal que Matheus reforçou seu próprio *envolvimento*. A participação de sua mãe na *gerência da boca* não produziu nenhum efeito de reprovação por parte do jovem, o que poderia ser uma atitude esperada caso estivéssemos reduzindo as masculinidades no crime a sujeitos com práticas machistas que constantemente colocam as figuras femininas em posições de menor poder. Contrariamente, Matheus parece ter valorizado ainda mais a importância de sua mãe que também se transformou em parceira de negócios.

Pesquisadora: E tua mãe é tranquila, vocês se dão bem?

Matheus: Sim. Bá, minha mãe é tudo pra mim.

(...)

Matheus: Ah eu fiquei pouco [*referindo-se ao tempo que morou em outra cidade para proteger-se da violência dos contras*]. É, não me aguentei muito lá (*risadas*). Não cheguei a ficar um mês. É que bá, eu nunca fiquei longe da minha mãe assim, nunca fiquei tanto tempo sem ver minha mãe. Tá louco, minha mãe já vai fazer 6 meses que tá presa. É eu acho.. tipo. É o máximo de tempo que eu já fiquei sem ver minha mãe. Eu nunca tinha ficado tanto tempo sem ver minha mãe.

(Entrevista com Matheus, 17 anos).

Foi especialmente em relação a sua mãe que o adolescente exerceu a função de “protetor” da família, pois uma das suas missões no *embolamento* era defender ela e o negócio da droga de ambos. Conforme ele explicou, o contrário também ocorria: “eu protegia ela e ela me protegia, então não tinha ruim”. Assim, o adolescente se sentia protegido, sobretudo por estar convencido de que ela só havia se *envolvido* como forma de estar mais próxima do filho e de poder cuidá-lo também no ambiente do crime. Na sua perspectiva, portanto, a incumbência da maternidade estava sendo cumprida.

Ainda no que diz respeito às configurações familiares, se Carlos e Matheus apresentam padrões opostos, os casos de João Pedro e Wellington aproximam-se em diversos aspectos. O quadro abaixo auxilia a vislumbrar melhor esses pontos de contato.

QUADRO 10 - PONTOS DE APROXIMAÇÃO ENTRE AS PESSOAS DE REFERÊNCIA PARA JOÃO PEDRO E WELLINGTON

Referências		Entrevista com João Pedro, 20 anos	Entrevista com Wellington, 19 anos
Figuras masculinas	<i>Homem vinculado ao crime</i>	Meu tio sabia da vila, traficava, fazia um bolo, roubava. Eu queria ser que nem eles porque eu via eles toda hora de moto, armado, com dinheiro. Queria ser que nem eles.	Ah porque [ <i>porque mataram seu pai</i> ] antigamente ele era envolvido com o crime. Ele tinha boca.. ele era patrão de boca de tráfico, mas ele tinha largado tudo de mão. E mesmo assim mataram ele. Daí mataram ele numa festa de natal.  Bá depois que meu pai morreu eu botei na minha mente “quem sabe de mim sou eu, ninguém, sabe mais de mim”.
	<i>Homens sem vinculação com crime, mas com comportamento violento</i>	Não, tá louco, meu vô me arrepiava quando eu era piá. (...).Cagava o cara a pau, dava de relho no cara, e o cara foi crescendo e se mordendo.	Não, me tio também, eles têm até medo de mim, eles nem falam muito comigo. É que quando eu era pequeno, depois que meu pai morreu, eles davam nos meus irmão. Daí minha mãe trabalhava né... eles cuidavam dos meus irmão e quando vê dava nos meus irmão. Mas eu nem falava nada né, eu era pequeno. Quando vê depois me envolvi, nunca mais encostaram nos meus irmão. Não falaram mais nada.
Figuras femininas	<i>Mãe entre presença e ausência</i>	Minha mãe, sempre teve do meu lado. Mesmo eu certo ou errado, ela sempre teve comigo. Sempre teve comigo.  Minha vó que me criou até os 9 anos. Ela e meu vô. Depois comecei a morar com minha mãe, minha mãe foi morar lá com nós. Antes ela morava com meu ex-padrasto, que é pai do meus três irmão.	Ah porque na hora... quando eu fui visitar minha mãe no final de semana, eu já ia com pensamento que era que tinha mandado matar meu pai, que minha mãe era culpada de matar meu pai. Daí eu ia lá visitava ela, mas sabe não era "ah minha mãe", eu não gostava dela. Só falava com ela só o necessário.  É, minha mãe. Quem me apoia é ela [ <i>irmã</i> ] e minha mãe.
	<i>Outras mulheres referências</i>	Não, não brigava muito. Mas discutia bastante. Discussão assim, esses bagulho. Mas nem com a minha mãe, porque minha mãe sempre foi serena.	Bá eles [ <i>irmã e seu marido</i> ] são uma das pessoas que mais querem me ajudar é eles também. Se eu falar que “ó quero morar com vocês”, se eles tiverem morando em um lugar que eu não posso ir eles pegam e se mudam.

		Era mais minha vó. Bá minha vó meu deus. Mas ela é por mim afu. Eu chamo minha vó de mãe e eu chamo minha mãe de Ju. Chamo minha vó de mãe, porque minha vó que me criou. Ah mas na real ela é tri por mim. Mesmo eu tando errado ela é por mim também.	Meu pai falava, ó quando eu morrer tu pega e tu cuida do teu irmão. Ela me ajuda. Se pedi qualquer coisa pra mim hoje em dia ela me dá, mas não preciso de nada dela.
--	--	---	---

Fonte: elaboração própria

Assim, nas trajetórias dos dois adolescentes, as principais referências masculinas do período da infância eram homens envolvidos no “mundo do crime” que foram vítimas de homicídio quando os meninos ainda eram crianças (*eventos disruptivos* em suas trajetórias, conforme denominei anteriormente). Quase como *em substituição* a essas figuras, outros homens passaram a influir em suas vidas a partir de então. Esses indivíduos, contudo, ficaram marcados para os adolescentes pelo seu comportamento violento: tanto o avô de João Pedro, como os tios de Wellington agrediam os meninos quando eles eram crianças. Também nos dois casos, os jovens revidaram essas agressões assim que se *envolveram* e que passaram a exercer poder em seus núcleos familiares.

Já no “polo feminino” das pessoas referências, os dois meninos restringiram a importância da figura materna na sua criação. Embora as mães sejam consideradas pessoas com as quais eles podem contar – sobretudo durante o período da internação –, o principal ponto de apoio para eles é representado por outras figuras femininas. No caso de João Pedro, essa transferência do papel materno para outra mulher ocorre também no nível linguístico – “eu chamo minha vó de mãe e eu chamo minha mãe de Ju” –, enquanto para Wellington, as disputas entre sua irmã e sua mãe para determinar quem exerceria maior influência sobre o adolescente ficaram bem representadas nas mudanças de territórios a que o adolescente se submeteu: ora ele morava com uma, ora morava com outra.

Na trajetória de Wellington, há ainda um outro elemento que rompe com padrões de comportamentos esperados para homens e mulheres: a suspeita de que sua mãe seria a responsável pela morte de seu pai. Por acreditar-se que as mulheres agem com “empatia e compaixão” e se baseiam na “ética do cuidado”, constrói-se um senso comum de que “crimes predatórios estão fora das fronteiras morais das mulheres” (MESSERSCHMIDT, 1997, p. 67). Na história do adolescente, esse padrão é posto em xeque quando ele é ainda muito novo, colocando-o em uma situação de desconfiança em relação a sua mãe que marca os significados da feminilidade para ele a partir de então.

No sentido do que Connell afirmou sobre a complexidade e a incerteza que emergem das análises mais profundas a respeito dos padrões de gênero (2009, p. 6), a relação dos adolescentes interlocutores dessa pesquisa com as suas referências adultas e o modo como esses exemplos influíram na construção das suas masculinidades é menos coerente com o esquema do “pai ausente e violento” e da “mãe presente e protetora” do que se poderia esperar. Os dados empíricos demonstraram a existência de múltiplas figuras masculinas e femininas presentes na trajetória dos meninos, de modo que as sugestões passadas a eles de como um homem e uma mulher devem agir são pouco coesas.

Nesse sentido, a única constância mais evidente é a presença da violência física como instrumento – normalmente operacionalizada por homens, mas não unicamente – de resolução de conflitos (cf. FONSECA, 2000, p. 20). No caso de João Pedro e Wellington essa violência aparece no início da sua trajetória narrada pela morte de suas referências masculinas, mas continua sendo acionada durante a sua criação por outros homens. Carlos, por sua vez, presenciava o seu pai agredindo a sua mãe. Apenas na história de Wellington a violência física tarda um pouco mais e aparece quando ele já se dizia *envolvido*. Em todo caso, a partir de então, também ocorre em continuidade.

Por outro lado, a ideia bastante difundida de que os “envolvidos” possuem “famílias desestruturadas”<sup>116</sup> também não condiz com o que foi apresentado pelos adolescentes em suas narrativas. Com a exceção de Carlos, todos os meninos descreveram modelos familiares distintos de um “sistema ocidental de parentesco” (FONSECA, 2000, p. 31), mas constituídos por pessoas com as quais eles identificam laços de consanguinidade, de aliança e afinidade. Assim, João Pedro constatou a importância de seus avós; Matheus de sua madrinha, padrasto e irmão e Wellington de sua irmã e seu núcleo familiar próprio (marido e filhos).

O aprendizado das “competências de gênero” ocorre sempre que o sujeito se depara com relações de gênero nas situações do seu dia-a-dia (CONNELL, 2016, p. 100). Assim, essas referências adultas formadoras dos núcleos familiares de cada jovem, forjadas nas suas próprias

---

<sup>116</sup>Ainda que a concepção da “desestruturação familiar” esteja muito presente para atores do sistema de justiça juvenil – e na sociedade como um todo –, ressalta-se que no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária essa ideia vem sendo questionada. A normativa prevê a necessidade “de reconhecimento do direito à diferença, desde que respeitado o referencial dos direitos de cidadania. Ou seja, a família nuclear tradicional, herança da família patriarcal brasileira, deixa de ser o modelo hegemônico e outras formas de organização familiar, inclusive com expressão histórica, passam a ser reconhecidas, evidenciando que a família não é estática e que suas funções de proteção e socialização podem ser exercidas nos mais diversos arranjos familiares e contextos socioculturais, refutando-se, assim, qualquer ideia preconcebida de modelo familiar “normal” (CNAS; CONANDA, 2006, p. 29). Sobre a influência das teorias da marginalização social na construção das representações sobre as “famílias desestruturadas” no Brasil, ver Paula (2015).



masculinidades e feminilidades, constituem o primeiro espaço de relações sociais no qual os adolescentes se inserem e a partir do qual engendram suas próprias práticas de gênero. Uma das manifestações das suas masculinidades diz respeito às dificuldades de expressão de sentimentos que denotem fragilidade. Afinal, aprender o que é ser um homem ocorre também pelo respeito a códigos não-ditos, como aquele que diz que a aprendizagem se faz através do sofrimento calado (WELZER-LANG, 2001, p. 463).

Aqui importa retomar também algumas análises obtidas no exame das reações dos meninos durante as entrevistas e grupos focais, mas que não necessariamente estão materializadas nas suas falas. Uma das observações que fiz durante a realização do campo, foi a ausência de uma relação direta entre gravidade<sup>117</sup> da violência narrada e expressão de sentimento por parte do adolescente. Os momentos em que notei uma mobilização sentimental maior foram durante a descrição de questões familiares, como o sofrimento pela distância e as lembranças das rupturas ocorridas durante a infância.

Já certas narrativas bastante densas, como situações em que o adolescente foi atingido por disparo de arma de fogo, quando teve que empreender fuga, nas histórias das violências realizadas no contexto da *guerra* ou efetuadas por parte da polícia foram apresentadas sem sinais claros de emoção. Notei que havia um autocontrole nas escolhas do que eles gostariam de me contar que levava em conta uma necessidade de manter uma imagem de virilidade (BOURDIEU, 2003, p. 63). Assim, nos momentos da entrevista em que o adolescente percebia a radicalidade de algumas situações vividas por ele no contexto do “mundo do crime” – embargando a voz, ficando em silêncio, olhando para o horizonte – quase sempre a narrativa era suspensa pelo interlocutor que me sinalizava alguns limites os quais eu não deveria ultrapassar.

Isso pois, a construção da identidade masculina tendo como centro o trabalho e a ideia de que o homem deve ser o provedor econômico do seu núcleo familiar faz com que os garotos sejam educados para silenciar seus sentimentos e necessidades emocionais e corporais (RODRIGUÉZ, 2007, p. 166). Esse *silenciamento* ficou claro quando questionei se eles conversavam com outras pessoas quando passavam por momentos difíceis. João Pedro foi direto em sua afirmação: “não, eu nunca fui de conversar muito”. Avaliou que essa seria uma característica pessoal sua, pois costuma “guardar as coisas” para ele. A sua reação costuma ser “ficar calado”, recolhido em seu “canto”. A expressão por meio da violência, contudo, veio

---

<sup>117</sup> Gravidade aqui entendida como a maior possibilidade da violência causar a morte de alguém.

logo em sequência: “mas uma hora tem que descontar a raiva. Daí isso daí não é bom, isso que é o problema”.

Essa sequência de comportamentos ficou evidenciada no caso da morte de seu primo, quando ambos tinham entre 12 e 13 anos. Se a primeira reação foi aparentemente ficar “sereno”, a resposta ao sentimento reprimido e não compartilhado se materializou logo após pelo início na participação em roubos.

Pesquisadora: E aí como é que tu te sentiu quando isso aconteceu?

João Pedro: Ah quando mataram meu primo eu fiquei abaladão, afu, mas fiquei sereno. Não falei nada pra ninguém também, mas comecei a fumar maconha direto. Ia roubava toda hora. 2012 e 2013. Roubava direto, toda hora roubando.  
(Entrevista com João Pedro, 20 anos).

Na análise de Bourdieu sobre a construção social da dominação masculina, a virilidade aparece como uma característica central na definição do ser homem (2003, p. 63). Assim, a ambiguidade do privilégio masculino – que também é “cilada” – encontra sua contrapartida, para o autor, na “tensão e contensão permanentes, levadas por vezes ao absurdo, que impõe a todo homem o dever de afirmar em toda e qualquer circunstância, sua virilidade” (BOURDIEU, 2003, p. 64). Se os corpos são as “arenas” principais em que se realizam os padrões de gênero (CONNELL, 2000, p. 12), no caso dos homens, a virilidade é indissociável de um comportamento necessariamente corporal esperado para eles (BOURDIEU, 2003, p. 20). Trata-se, portanto, de uma capacidade reprodutiva, sexual e social; além de uma aptidão para o combate e para o exercício da violência.

Ainda nessa esfera, também questionei os adolescentes a respeito dos seus relacionamentos afetivos com as mulheres. Embora eles não tenham se aprofundado no assunto, o que aflorou dos relatos foi, principalmente, uma imagem de que as relações com as namoradas e parceiras momentâneas dos meninos entravam em conflito com um ritmo de vida bastante acelerado. Para eles, era complexo e conflituoso integrar as meninas nos ambientes dos “bailes”, com consumo de bebidas alcólicas e com a necessidade de estar sempre na presença de outros *envolvidos*, além de uma pré-disposição contínua para eventuais conflitos armados. Eles tampouco pareciam interessados em manter relações estáveis e duradouras com elas. Os três diálogos a seguir vão nesse mesmo sentido.

#### Diálogo 1:

Pesquisadora: Sim. E tua namorada é de Canoas também?

João Pedro: Sim. Mas ela não ia, ficava na baía com a minha coroa. Porque onde eu ia não ficava eu e minha mina, fica eu e mais dois vagabundo. Sempre onde eu tava,

tava os envolvido. Andava só envolvido. Era mais assim. Roubava todo dia também. Saia todo dia pra roubar. Ia nos contra de noite, roubava carro hoje, de noite, trocava as placa ia lá dava uns tiro neles, vendia o carro, ia roubar outro. Tava sempre fazendo alguma coisa, não ficava parado. Cortava uma droga pro tráfico também. Fazia essas coisas assim.

(Entrevista com João Pedro, 20 anos).

### Diálogo 2:

Pesquisadora: O que mais tu fazia tipo de lazer quando tava na rua?

Matheus: Ah eu, eu bebia, ia pra social. Amanhecia, eu nem parava em casa. Deixava minha mulher sozinha em casa. Agora que o cara vê né, o cara se arrepende agora, mas já era né. Deixava sozinha em casa e já era. O cara saía pra farra e não tava nem aí.

(Entrevista com Matheus, 17 anos).

### Diálogo 3:

Pesquisadora: E como é que era com as gurias quando tu tava na rua?

Wellington: Bá, as gurias (*risada*). Tinha que dar umas fuga.

Pesquisadora: Por quê?

Wellington: Ah porque a guria ficava enchendo o saco. Bá, tinha dia que eu mandava ela pra casa dela e ela não queria ir. Bá, os cara se anojava.

Pesquisadora: E com outras quando tu era mais novo assim... como é que era?

Wellington: Com outras? Bá, eu era sempre meio loucão, não tava nem aí sabe? Fazia o que tinha que fazer com as guria e já era. Não tava nem aí.

(Entrevista com Wellington, 19 anos).

Ademais, das narrativas, emerge uma separação cultural entre homens e mulheres bastante principiologicamente nos estudos de gênero relacionada ao espaço de “domínio” de cada um, em que a “casa” pertence a mulher e a “rua” ao homem, com as consequentes separações nos domínios econômicos que essa distinção produz (CONNELL, 2009, p. 80). Na sociedade brasileira, essas categorias seriam ainda mais relevantes, conforme aponta DaMatta, representando, para além de espaços geográficos,

entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas (DAMATTA, 1997, p. 08).

Assim, ainda que muitas transformações nessas divisões culturais tenham ocorrido nas últimas décadas, indicando fronteiras cada vez menos rígidas entre as esferas da ação social dos homens e das mulheres (cf. OTTO, 2017), a associação entre a “rua” e o período noturno como espaço de atuação por excelência dos *envolvidos* reafirma uma concepção bastante tradicional a respeito de qual é a configuração espacial e temporal por excelência das masculinidades (ALMEIDA, 1995, p. 131). Afinal, é na “rua” que a *guerra* acontece e foi durante os conflitos da *guerra* que aspectos importantes das masculinidades dos adolescentes foram reafirmados.

Na verdade, houve um processo cíclico no qual, para que o adolescente participasse da *guerra*, ele deveria demonstrar sua vinculação a uma masculinidade virilizada: precisava “pegar respeito”, segundo Wellington explicou. Ao mesmo tempo, foi pela própria inserção nos conflitos que se cristalizaram subjetividades vinculadas a ideia de um homem viril e violento. O que estou argumentando, portanto, é a ideia de que existe um processo de interdependência entre a atuação do sujeito *envolvido* por meio da violência extrema e a construção de uma masculinidade marginalizada, de modo que não existe um fenômeno precedente a outro, mas a concomitância de ambos os processos.

Na esteira do que Hume e Wilding afirmaram, para ocorrerem, os atos simbólicos de violência dependem da construção de uma masculinidade brutal que, conseqüentemente, surge ainda mais brutalizada a partir do engajamento do sujeito nessas ações (2015, p. 105). No contexto em questão, o período da *guerra* foi essencial para o reforço desse ciclo, pois, além de constituir o momento do *envolvimento agravado* do adolescente, conforme já afirmei, foi também quando eles precisaram demonstrar, diante dos demais, a sua capacidade de cumprir com as expectativas de um certo padrão de gênero.

Essas expectativas são criadas porque a “violência masculina” não é um fenômeno individual ou patológico: masculinidades são construções necessariamente definidas e suportadas coletivamente, mesmo que em grupos informais, como no caso dos *embolamentos* (CONNELL, 2000, p. 217). Ao mesmo tempo, masculinidades são ativamente produzidas a partir dos recursos disponíveis em dado meio, de modo que a fonte da violência não é tanto o estado final, mas muito mais o seu processo de construção (*ibid.*, p. 218).

É possível afirmar, portanto, que as demandas pela violência extrema que estavam postas pelos *embolamentos* no contexto em questão encontraram respaldo em um certo sistema de valores – não o único, mas um fortemente atuante – que estipula que homens necessitam comprovar a sua virilidade para que sejam reconhecidos como parte de um grupo de “verdadeiros homens” (BOURDIEU, 2003, p. 65). Diante disso, por mais que o aprendizado desses indivíduos sobre como manifestar o gênero fosse pouco coeso até então, sobretudo pelas influências contraditórias dos seus sistemas de referência, quando “a guerra pegou preço” houve pouco espaço para que os meninos rompessem com uma expectativa de comportamento violento que estava posta.

Nesse momento, os *envolvidos* foram reafirmados no espaço da rua, a sua “sociabilidade violenta” se aprofundou e dela emergiu um padrão de masculinidade violenta mais cristalizado. Matheus afirmou que foi com a *guerra* que ele pensou em se *envolver* mais, “pegar uma arma

e ir nos cara também”. Carlos, por sua vez, confirmou que as situações em que ele era alvo de disparos foram importantes para reforçar nele um sentimento de “raiva”: “o cara já quer matar quem tentou matar o cara né Dona? Acho que já deixa o cara mais louco”. O adolescente também explicou que a razão pela qual ele reforçou seu *envolvimento* durante a guerra, ao contrário do seu irmão, foi o que ele chamou de “revolta” e “maldade”:

Pesquisadora: Por que tu acha que aconteceu isso [*irmão dele não ter se envolvido muito durante a guerra*]?

Carlos: Porque meu irmão não tinha muita maldade assim sabe Dona? Não tinha, ah não sei te dizer né Dona...Não tinha assim vontade de dar tiro e pá.

Pesquisadora: E tu tinha?

Carlos: É, eu já era mais revoltado assim. Não sei o que que eu tinha (*risada*).

(Entrevista com Carlos, 18 anos).

Esses adjetivos escolhidos por Carlos individualizam a sua conduta e contradizem o caráter coletivo dos arranjos de gênero de um determinado contexto, constituídos como um “*set de relações*” que definem as formas como as pessoas se conectam e como exercem influências entre si (CONNELL, 2009, p. 73). No caso dos adolescentes, seus *cupinxas* – como chamam seus amigos e parceiros no tráfico de drogas – e *patrões* são fundamentais no processo de reforço da masculinidade violenta, o que ocorre sobretudo pelas operações de busca por reconhecimento entre os “Grandes homens” (WELZER-LANG, 2001, p. 462).

Pesquisadora: E tu também ganharia crédito?

João Pedro: Sim. “Ah pegou um dos contra”. Do nada, fui dar uma banda. Ah fui ali buscar um cupinxa meu. Fui dar uma banda e do nada liga pro cupinxa “bá cupinxa peguei um caíndo ali dos contra”. “Ah muito bem”. Ele nem tava esperando que o cara fosse pegar um dos contra, e do nada pego um caído. “Ah um patinho caminhando”. Ah, o cara pega. Mesma coisa eles, por isso que não dá pra dar mole. (Entrevista com João Pedro, 20 anos).

Na medida em que está submetido às hierarquias masculinas, para que se torne um “dominante” diante dos demais, o *envolvido* precisa aceitar os códigos de virilidade e aprender a negociar com essa ordem de gênero (CONNELL, 2016, p. 100). Nesse contexto, a morte de um *contra* pela violência extrema se torna um capital muito valorizado que pode dar acesso aos espaços de poder na *estrutura*. Assim, ao aderirem a esse código, os meninos restringiram ainda mais a forma de expressão do seu gênero, exaltando a narrativa do “valor da violência” (HUME; WILDING, 2015, p. 106) e aprofundando esse processo a cada nova ação violenta cometida.

Em um dado momento das trajetórias individuais, a ideia de uma masculinidade viril já está tão amarrada à subjetividade do adolescente que nem mesmo a distância física em relação aos eventos da *guerra* é suficiente para afastar o *envolvido* da necessidade de responder ao

código de honra masculina. Matheus, por exemplo, chegou a passar um período em uma cidade vizinha a Porto Alegre como forma de se proteger dos conflitos na residência de sua avó, onde tinha primos com os quais, inclusive, ele gostava de conviver. Contudo, e ainda que os eventos de extrema violência que continuavam a atingir os seus *cupinxas* pudessem assustá-lo, o adolescente resolveu retornar à capital para agir de acordo com um certo *script* de gênero (HUME; WILDING, 2015, p. 110).

Ah mataram. Deram atentado nos cara (*inaudível*), nos meus cupinxas. Eles foram na boca dos cara dá atentado e acabou que os cara pegaram ele. E botaram num carro ele e tocaram fogo nele dentro do carro. Daí eu me mordi e voltei pra cá.  
(Entrevista com Matheus, 17 anos).

A forte presença desse *script* de gênero entre os *envolvidos* faz com que eles possam, em alguma medida, prever a forma como seus *contras* irão agir de acordo com os códigos compartilhados da masculinidade. Por outro lado, a compreensão de que esses códigos imperam entre todos os *embolamentos* e que são, portanto, uma ordem de gênero nesse contexto, limitam as possibilidades de os adolescentes agirem de forma a romper com esse padrão. Assim, há uma certa pressão social do meio em que estão inseridos, materializada para eles sobretudo pelo medo da morte, que coloca um obstáculo bastante importante às transformações dessas masculinidades.

Pesquisadora: E tua mãe te falava pra tu ficar sereno?  
Carlos: Falava, falava. Mas eu nem ouvia muito, porque bá. Que depois... Que eu pensava né "bá, agora que eu já fiz um monte de coisa vou ficar sereno", os cara vão me matar igual né Dona? Os cara não tão nem aí, não tem...  
Pesquisadora: Sim se tu falasse que tu saiu os cara não iam acreditar assim...  
Carlos: Acho que eles só iam pensar que "ah agora tá mais fácil né". Não vai andar armado e tal.  
(Entrevista com Carlos, 18 anos).

Se João Pedro já havia apontado o reconhecimento pelos *patrões* como um estímulo importante para ele realizar ações violentas direcionadas aos *contras*, o adolescente reconheceu que isso também valeria em relação aos demais *envolvidos*, não importa de que *embolamento* fizesse parte. Não há "perdão" porque o *contra* também busca "ganhar crédito com os cara da facção dele". Pimenta nomeou essa interação de um "jogo de espelhos", justamente por observar que haveria uma interdependência entre a construção da autoimagem e a relação com o outro que faz com que a honra masculina precise ser constantemente reafirmada por meio da sobreposição da força (2014, p. 717).

As regras são as mesmas para todos e eles têm ciência disso, de modo que há um sentimento de apreensão em relação aos perigos que os esperam quando saírem da FASE. Por um lado, na análise de João Pedro, o tempo passado dentro da instituição pode ter sido suficiente para que ele não esteja mais visado pelos *contras*, mas, por outro, se ele retornar para o mesmo endereço, sem os meios para se proteger, pode se tornar um alvo novamente. Há uma mistura de adrenalina e risco que produz um estado de permanente tensão muitas vezes responsável por exacerbar a ação violenta.

Ah mas no caso não sei porque se é porque eu tô preso, ou alguma coisa. Mas eu fico tri espiado sabe? Tipo "vou sair e vou lá pra baía da minha mãe". Não mais todo mundo sabe que eu moro na minha mãe, vou ficar lá na minha mãe. Já fico espiado, penso "não, vou sair e vou trocar uma ideia pros cara me apoia num ferro, não vou ficar dando mole". Acho que é porque eu tô há muito tempo preso eu acho.  
(Entrevista com João Pedro, 20 anos).

Ainda sobre o conjunto de códigos da masculinidade compartilhados entre os *envolvidos*, as entrevistas evidenciaram um outro aspecto que diz respeito ao comportamento esperado para aqueles que estão dentro da FASE. Existe uma compreensão de que, nesse espaço em específico, a expectativa da resposta violenta aos desafios precisa sofrer uma modulação. Assim, para que eles possam "ir embora mais rápido", os adolescentes, mesmo que *contras*, suspendem momentaneamente alguns códigos que imperam na rua, como explicou Wellington.

Pesquisadora: E como é que foi com o pessoal daqui, com os guri e tal?  
Wellington: Ah os guri....Os que são meus contra não gostam da minha cara né, que várias coisas né que aconteceu na rua. Mas ficamos sereno. Eles sabem tudo que acontece na rua mas tentam ficar tranquilos pra nós ir embora mais rápido.  
Pesquisadora: Mas daí rola então ficar de boas aqui?  
Wellington: Ah temo que ficar, não temo o que nós fazer né. Eles não gostam da minha cara, mas não falam nada.  
(Entrevista com Wellington, 19 anos).

Outra possibilidade de leitura de quais são as regras vigentes no interior da instituição socioeducativa foi apresentada por Matheus e Carlos. Diferentemente de Wellington, para eles, há casos em que a necessidade de fazer valer o código de honra e a defesa do seu *embolamento* não dá margem para tréguas. Carlos, por exemplo, explicou que o simples fato de um adolescente pertencer a um grupo contrário não é suficiente para que ele seja seu "inimigo", mas, se o sujeito tivesse algo diretamente "contra" ele, talvez fosse preciso reagir. Com os demais, bastaria não se aproximar muito para evitar os conflitos.

Fiz fiz [*amigos*]. Bá, ali na ala acho que só tem uns dois que eu nem converso muito. Já evito pra não (*risada*). Eu sou tri sereno mas bá, quando eu tô com raiva assim, eu me cego... ninguém...  
(Entrevista com Carlos, 19 anos).

Na visão de Matheus, o objetivo maior seria “não se atrapalhar” dentro da Unidade, buscando ficar “sereno” e evitar conflitos. Para cumprir com esse propósito, ele explicou que inclusive solicitava remédios para se acalmar ou que pedia por atendimento técnico. Todo esse esforço, contudo, não seria suficiente se ele estivesse convivendo com algum *contra* responsável pela morte de um amigo. Nesse caso, pouco importava o fato de ele estar dentro da instituição, pois existia um dever maior a ser cumprido, uma necessidade de honrar a morte de seu *cupinxa* a qualquer custo: “é um sentimento que o cara tem”.

Pesquisadora: Entendi. E aqui dentro tu acha de boas, tipo se tu vê um cara que é contra..

Matheus: Ah é que aqui eu tô pra puxar a minha né. Sou sereno, tanto que eu não tenho CAD, sou tranquilo. Mas tipo se eu vejo alguém que matou um amigo meu já é outra coisa né Dona? Já teve vários ai que mataram amigo meu já, nunca largaram junto comigo né. Que daí já é outra coisa. É um sentimento que o cara tem.

Pesquisadora: Mas daí tu fica na tua ou tu chega...

Matheus: Não, se tem alguém que matou um amigo meu, bá, vou fazer de tudo pra matar ele. Tô nem aí se tô aqui dentro.

(Entrevista com Matheus, 17 anos).

Essa afirmação de Matheus adianta o que talvez seja o aspecto central do argumento que estou propondo nesse tópico a respeito da força do regime de gênero que impõe a esses meninos *a defesa dos seus* diante dos perigos do mundo e a retaliação violenta a quem os tenha agredido. É “esse sentimento que o cara tem” o aspecto mais intenso da motivação do jovem para a atuação violento, ao menos no contexto da *guerra*. O exercício da masculinidade para esse grupo de meninos nos termos descritos é, portanto, essencial para se pensar a existência de uma “sociabilidade violenta”.

Antes de aprofundar ainda mais a ideia da ação violenta como instrumento de defesa da *honra* do homem, cabe questionar um outro conjunto de práticas comumente vinculado às masculinidades que ressalta a necessidade do homem se colocar como agente economicamente ativo no seu núcleo familiar. Isso pois, uma das principais demandas impostas aos meninos é a necessidade de que eles encarnem o papel de “macho provedor” para garantir a sua legitimidade e pertinência dentro do sistema capitalista (VALENCIA TRIANA, 2012, p. 88).

Nesse sentido, para grande parte dos homens, o emprego proporciona não apenas recursos econômicos, como benefícios simbólicos relacionados aos ganhos financeiros, além de habilidades, experiência e uma posição de poder e autoridade importantes para a construção



de sua identidade (RODRIGUÉZ, 2007, p. 166). Ocorre, contudo, que em razão da subversão dos processos tradicionais do trabalho das últimas décadas, com as consequentes desestruturação de empregos no setor industrial e com as mudanças nas expectativas de empregabilidade (MCDOWELL, 2003, p. 3), a centralidade do trabalho na construção das masculinidades sofreu impactos importantes.

Como já abordado na primeira parte do trabalho, para os jovens das periferias do Terceiro Mundo, esse impacto foi ainda mais forte e auxiliou que o “mundo do crime” se estabelecesse como uma possibilidade cada vez mais recorrente de acesso a ganhos financeiros (ZALUAR, 1985; FELTRAN, 2008a). Seguindo esse argumento, há um grupo de autores desse campo de pesquisa que busca compreender a atividade no tráfico de drogas pela sua proximidade com a noção de trabalho (CARDOSO; COSTA, 2018; GALDEANO et al., 2018).

Todavia, colocar-se como um homem provedor foi algo secundário nas narrativas dos *envolvidos*, pois, para a maioria deles, os valores obtidos nas atividades ilegais eram normalmente consumidos em seu benefício próprio pela aquisição de bens de valor simbólico e nos momentos de lazer, como nos *bailes*. Os usos do dinheiro, portanto, permitem muito mais o acesso dos meninos a outros objetos (FELTRAN, 2008a, p. 103) – como roupas, joias, bebidas alcóolicas e drogas ilícitas – do que necessariamente auxiliam na mobilidade social ou no conforto de suas famílias. Apenas Carlos referiu que repassava parte do valor que recebia a seu irmão para que ele adquirisse material escolar e outros bens que sua mãe não tinha condições de lhe oferecer.

Ah raramente [*ajudava em casa*]. Raramente porque eu não ficava muito em casa. Ficava mais tipo... ah hoje eu ficava um tempo ali e ia em tal lugar na vila, numa baía. Daí depois ficava uns dia ali e já saía, já ia lá pra Sapucaia, pra Eldorado. Não ficava muito em Canoas. Porque eu estava (*inaudível*). O cara ia mais ali pra ver a família, ir nos contra. Era mais pra essas coisas, porque eu não ficava muito ali. Ficava em Cachoeirinha direto também.  
(Entrevista com João Pedro, 20 anos).

Um dos fatores para que eles não se sintam tão responsabilizados pelo sustento econômico de suas famílias é o fato de que todos eles indicaram que passaram a residir em outros locais depois do período do *envolvimento agravado*: “daí eu saí de casa e já fiquei morando com uns cupinxa meu”. A saída da casa familiar foi um aspecto da trajetória dos *envolvidos* também observada por Rolim (2016, p. 165) e foi justificada como uma forma de afastar seus entes dos conflitos da *guerra*. Se eles continuassem residindo no mesmo espaço, suas mães, irmãos e parentes poderiam acabar sendo vítimas de *atentados* dirigidos a eles.

Daí depois que começou a guerra, os cara tentaram me matar, eu saí de casa né Dona? Porque eu não ia ficar em casa, quando vê os cara iam me matar e machucava alguém da minha família né Dona? Daí eu saí de casa e já fiquei morando com uns cupinxas meu.

(Entrevista com Carlos, 18 anos).

Assim, o caráter protetivo por trás das ações dos meninos acabou sendo muito mais relevante em suas narrativas do que a busca por dividendos econômicos para si e para suas famílias. É nesse sentido que se funda o argumento que apresentei no início desse Capítulo a respeito da divergência entre as justificativas para o uso da violência extrema apresentadas no nível do *embolamento* e no nível dos *envolvidos*. Para os meninos, também existe uma moralidade que justifica as ações violentas, mas ela estabelece que a defesa da *honra* – sua, de suas famílias, de seus *cupinxas* e de seu *embolamento* – é mais importante do que os possíveis ganhos financeiros que eles possam adquirir por meio dessas ações.

Pesquisadora: E teve alguma situação que tu ficou tipo, mal assim...Triste?

Matheus: Abalava mais quando matavam meus cupinxas ali né, Dona? Porque eu me criei com eles desde pequeno. Desde pequeno ali na mesma vila e tudo. Me abalei só quando eles morreram.

Pesquisadora: E tu ficava com raiva dessa situação?

Matheus: Bá ficava com raiva. Daí o cara já quer se vingar né, Dona? O cara já quer ir lá nos contra do cara matar os cara.

(Entrevista com Matheus, 20 anos).

Esse padrão de comportamento, conforme já deve ter ficado claro a essa altura, compõe o sistema de valores da masculinidade hegemônica e, portanto, é um importante guia na formação da identidade dos meninos, mesmo que as condições sócio-históricas a que eles pertencem tornem essa hegemonia inalcançável. Honrar a morte de seus *cupinxas* é a reação de Matheus diante do *sofrimento* da perda; é a forma que ele vive o luto. Já para Carlos, se algo fosse feito contra algum familiar seu, não haveria como simplesmente “esquecer”: “se alguém matasse alguém da minha família, fosse próximo de mim, eu não ia esquecer né Dona? Podia passar o maior tempo”.

Em etnografias realizada nas *vilas* de Porto Alegre dos anos 80 e 90, Fonseca já observava a importância da *honra* como um “elemento simbólico chave que, ao mesmo tempo, regula o comportamento e define a identidade dos membros do grupo” (FONSECA, 2000, p. 9). A autora ainda destacou dois aspectos analíticos importantes para essa linha de investigação: por um lado, a honra é um sentimento individual, um esforço de valorização da própria imagem diante das normas estabelecidas; por outro, é um código de interação social em que o prestígio pessoal é negociado como “bem simbólico fundamental de troca” (*ibid.*).

Apesar dessa conceituação operada por Fonseca, a autora mesmo admite que os seus interlocutores em nenhum momento chegaram a referir o termo diretamente. O conceito nativo mais próximo era o de “respeito” (2000, p. 19). No caso da presente pesquisa, ainda que *honra* tenha aparecido nas narrativas em apenas uma oportunidade, o seu significado, nos termos acima referidos, emergiu sempre que os meninos buscavam justificar algumas de suas ações, de modo a conceder um efeito *moralizante* à violência extrema.

Bá, eu gostava de negócio de carro, moto... dinheiro. Mas também é uma questão de honra sabe? Eles tomaram nossa vila, vamo deixa por isso mesmo? Vão ficar com a nossa vila, tirar com a nossa cara e vamo deixar por isso? Então ninguém fica com a vila, vamo deixa a vila parada, mas não vai ficar pra eles. É esse meu pensamento. (Entrevista com Wellington, 19 anos).

O “pensamento” a que Wellington se refere é a ideia de que os *envolvidos* precisam garantir a sua existência física e simbólica na comunidade por meio da defesa violenta dos espaços que controlam. A conclusão de que é melhor que ninguém “fique com a vila” demonstra um temor, por parte do jovem, de que, se os espaços forem tomados pelos *contras*, ele e seus *cupinxas*, não apenas perdem as possibilidades de comercializar as drogas ilícitas, como deixam de contar com outra moeda de troca de muito valor nesse contexto: o prestígio pessoal.

Esse prestígio é um capital utilizado também no seio das relações intrafamiliares. Os meninos sentem que devem proteger suas famílias de perigos muitas vezes causados pelo seu próprio *envolvimento*, quase como uma forma de compensar os danos provocados. Na medida em que essa compensação não se dá no nível financeiro, a violência diante daqueles que ameaçam a segurança de seus entes parece ser a resposta encontrada pelos *envolvidos* às demandas sociais direcionadas ao “macho provedor”. No caso de Carlos, a proteção se materializou pela tentativa de impedir que seu irmão entrasse na fase do *envolvimento agravado*.

Ah ele [*irmão*] se envolveu do mesmo jeito que eu né Dona. Ele se envolveu até primeiro que eu. Aí depois que eu já tava envolvido eu não deixava ele ir muito né? Ele ficava junto com nós e eu já falava pros guris mandar ele dá uma banda né? Porque eu não gostava dele ficar perto. Que ele nem dava tiro e nada. Só vendia droga e nós ali que dava tiro toda hora, aí os cara quando vê vem matar um e já mata todo mundo né Dona? Ai eu já não deixava. Ai depois que eu fui pra FASE ele matou um cara lá né. Mas eu nem sabia né? Senão já ia dizer pros guri não deixar ele ir né. Mas aí já tinha feito. (Entrevista com Carlos, 18 anos).

Na sequência da narrativa, o adolescente explicou que permitia que seu irmão convivesse com ele e seus *cupinxas* no local em que estavam residindo – e onde provavelmente

realizam atividades do tráfico de drogas –, mas apenas até “uma meia noite”. Depois, seria muito arriscado, pois ele poderia estar presente quando os *contras* fossem realizar um *atentado*. Para conseguir mantê-lo afastado, Carlos explicou que contava com o seu capital social dentro do *embolamento*, pedindo que os demais não oferecessem drogas ou armas para o seu irmão. Por fim, quando o adolescente conjecturou o que aconteceria caso matassem seu irmão, ficou ainda mais claro o quanto a responsabilidade pela proteção da família se torna, nesse contexto, um fator justificador da violência extrema.

Carlos: (...). Daqui um pouco matam meu irmão, bá...

Pesquisadora: Tu acha que tu ia te sentir muito culpado daí?

Carlos: Claro. Bá, tá louco, sendo que eu podia evitar né Dona? Já ia ficar mais louco ainda. Já não ia nem pensar né Dona? Bá, eu já não consigo, eu já sei que tento me controlar assim, que eu sei que quando eu tô com raiva assim, bá eu não consigo me controlar né Dona? Parece que eu me cego assim. Depois eu paro pra pensar “bá viajei né”.

(Entrevista com Carlos, 18 anos).

Ocorre que, conforme já debatido neste trabalho, o código de honra que rege as relações dos *envolvidos* sofreu transformações importantes no contexto da guerra. Durante esse período, para garantir a *honra* e a *proteção* “dos seus”, os adolescentes precisaram operacionalizar a violência no seu modo extremo. Diante disso, no nível do *envolvido*, há coerência na *crueldade* porque, por trás dos atos de violência extrema, não há apenas a brutalidade ou a irracionalidade, mas um código de honra socialmente estabelecido, “onde a proteção e a homenagem são as principais moedas de troca” (FONSECA, 2000, p. 22). Na radicalidade da violência extrema, esse código não apenas não deixou de pautar as ações dos indivíduos, como foi reforçado.

Por fim, seguindo o argumento de que há um sistema de valores que estabelece que os meninos precisam agir por meio da *virilidade* – sem compartilhar o *sofrimento*, *protegendo* e *honrando* seus amigos, familiares e pessoas próximas – é possível concluir que o fenômeno social de fundo que permite explicar como um menino de 15 ou 16 anos pode participar de uma quantidade considerável de *atentados* e mortes com graus extremos de violência é a permanência do padrão da masculinidade hegemônica como ideal a ser alcançado. Não fosse esse sistema de valores, a resposta dos adolescentes – mesmo que *envolvidos* – não necessariamente seria de adesão ao uso da violência extrema na rapidez e intensidade em que se viu em Porto Alegre e RMPA entre 2016 e 2018.

Mas qual seria a masculinidade hegemônica no contexto em questão? Por um lado, existe uma ordem de gênero mundial “masculinista” branca (VALENCIA TRIANA, 2012, p. 89) que está baseada no domínio dos homens principalmente pelo exercício da violência e pelo

controle na esfera econômica. Esse ideal do homem *viril* que ocupa espaços de poder não deixa de ser uma influência de fundo, presente também para os jovens da periferia do Sul global. Por outro lado, sabe-se que a hegemonia precisa ser contextualizada: em cada espaço social a maneira “mais honrada de ser um homem” é representada de uma forma (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2005, p. 832).

Para os *envolvidos*, há, portanto, diferentes hegemonias em disputa. Se o *patrão* da boca representa um tipo de ideal; o trabalhador que consegue proteger a sua família também não é completamente desvalorizado. O que atravessa esses modelos e parece constituir o cerne da masculinidade hegemônica gira sobretudo em torno da necessidade de controlar os sentimentos, adquirir bens importantes para a distinção social, defender os *seus* e proteger a honra pessoal. No contexto da *guerra*, a violência se tornou o principal instrumento de concretização dessas ações.

Para chegar no nível extremo presenciado nesse período, contudo, foi preciso um longo processo de constituição e reforço de um certo *script* de práticas de gênero. Essa “acumulação” ficou visível em alguns pontos já trabalhados das trajetórias dos adolescentes, como a violência letal que vem, há mais de uma geração, vitimando pessoas, principalmente homens, que compõem as redes sociais dos meninos. A ação dos adolescentes visando a proteção da sua rede mais próxima, portanto, é a continuação do que, em outros tempos, foi feito por outros atores em relação a eles.

Pesquisadora: Entendi. Mas tu não sabe dizer o porquê isso assim? Porque isso começou quando tu era criança.

Matheus: Bá eu tô pra te falar que eu não me lembro mesmo, mas sei lá, eu sempre curti briga e tipo eu apanhava, daí eu ia lá e chamava meu irmão né? Meu irmão mais velho ia lá e tirava por mim. Se meu irmão não tava eu tinha meu primo. Se meu primo não tava eu tinha meu amigo, então eu não tinha problema com isso. Então eu era brigão.

(Entrevista com Matheus, 17 anos).

Ao mesmo tempo em que os regimes de gênero se caracterizam justamente pela continuidade das práticas durante um certo período, Connell é muito enfática na afirmação de que “as relações de gênero estão sempre sendo feitas e refeitas na vida cotidiana” (2009, p. 73). Assim, apesar da força com a qual suas subjetividades se entrelaçavam com os ideais da defesa da *honra*, as narrativas dos meninos evidenciaram essa dinamicidade a que se refere a autora. É possível observar transformações e inconstâncias nas formas de expressão das suas masculinidades, como na explicação de Wellington para a sua mudança de criança “quieta”,

que procurava ajuda do professor quando se envolvia em conflitos no colégio, para alguém que passou a responder seus desafetos com violência.

Wellington: Ah ficava com raiva mas... nem dava bola [*quando os colegas tiravam com a sua cara*]. Hoje em dia se alguém tirar com a minha cara, se eu tô aqui dentro preso eu vou pegar e vou bater nele. Se eu tô na rua vou pegar e vou fazer coisa pior (*risada*). Mas só criança... Incomodava, me enchia o saco eu pegava e procurava o professor, alguma coisa no colégio, me acalmava. Bá, todos os professor gostava de mim, bá. Daí meu pai morreu e bá o tempo foi passando né.  
(Entrevista com Wellington, 19 anos).

A “condição” de *envolvido*, portanto, não determina uma única possibilidade de “fazer” o gênero por parte desses meninos. Eles próprios apontam seus conflitos internos a respeito de como devem agir em situações limites, como no caso narrado por João Pedro: é preciso que ele se vingue de alguém que fez algo contra ele, ou é possível “deixar assim”? O questionamento confirma que há uma produção ativa dessas masculinidades, na medida em que ela só se faz existir por meio dos atos das pessoas e dos recursos disponíveis no contexto em questão (CONNELL, 2000, p. 219).

João Pedro: Não, mas é que eu tô tranquilo, trocando uma ideia. Mas quando eu tô com problema, às vezes uma coisa tri antiga que fizeram pro cara, ah o cara fica pensando. Às vezes tô tri sereno, “ah não quero fazer nada de errado”. Às vezes eu paro pra pensar e fico “não, mas uma vez fizeram isso aqui pra mim, não posso deixar assim”. Um bagulho antigo sabe? Não sei porquê. Eu tenho esse pensamento às vezes.  
Pesquisadora: Mas daí tu te lembra daquilo e tu quer meio que te vingar e tal?  
João Pedro: Sim, já penso: “ah não vou deixar barato, fizeram isso aqui pra mim e eu não fiz nada, entendeu?”. Mas as vezes já penso diferente...Penso, ah mas na real fizeram, mas vou ficar sereno no meu canto. Às vezes já penso diferente.  
(Entrevista com João Pedro, 20 anos).

Por pensar o gênero não só como estrutura, mas como conjunto de práticas, a teoria de Connell acredita no potencial de mudança de seja qual for a forma de manifestação da masculinidade: mesmo que fortemente enraizadas pelas instituições e pela cultura que as cercam, a princípio, nenhum padrão de masculinidade está inteiramente a salvo de transformação (2000, p. 219). Esses potenciais ficarão mais evidentes na próxima sessão deste Capítulo, em que discuto de que forma os meninos refletem a respeito do futuro e das possibilidades para além da *guerra*. Conforme argumentarei, as famílias e filhos são um ponto essencial nas inflexões que os meninos, pelo menos enquanto continuam institucionalizados, afirmam desejar para suas vidas.

#### **6.4 “Pro crime, o cara já tem uma experiência”: o que vem depois da guerra?**

Em certo momento, enquanto eu realizava a transcrição dos áudios das entrevistas, veio-me uma imagem na cabeça que pareceu bastante exemplificativa do contraste entre a forma como os meninos narravam suas vidas durante o período em que estavam na *rua*, atuando na *guerra*, e como se enxergavam dentro da instituição. Tratava-se de uma oposição entre um sujeito acelerado, ágil e sempre muito ocupado – na *rua* – em contraponto a um jovem – na FASE – mais experiente, tranquilo, “sereno”, um pouco apático diante da vida. Essa impressão se confirmou à medida que eu ia analisando mais atentamente os dados produzidos. Era uma ilustração que estava expressando o momento de transição para a vida adulta dos *envolvidos*.

Aqui é necessário atentar para algumas concepções teóricas a respeito da ideia de transição de uma fase da vida à outra. Isso, pois, para propor análises menos pautadas em continuidades socio-biológicas e mais voltadas ao processo biográfico específico do sujeito jovem, é preciso se utilizar de ferramentas teóricas que contemplem a apreensão da vida como um fluxo, “um movimento que se renova” (VIEIRA, 2008, p. 28). Inclusive porque a própria definição de juventude como uma *fase* importa em uma ideia de divisão do ciclo da vida em distintas “categorias de idade” (PIMENTA, 2007, p. 68), produzindo uma representação linear e acumulativa da trajetória humana que não parece representar a grande maioria das biografias dos sujeitos contemporâneos.

É por essas razões que parte da literatura passou a utilizar a ideia de *curso de vida* para designar um conjunto de processos de transições que se manifestem em etapas definidas culturalmente (HAREVEN, 1999, 1978; PAIS, 2003; PIMENTA, 2007; VIEIRA, 2008). Nessa linha, Pais (2003) chama a atenção para as especificidades do curso de vida de jovens, os quais comumente estão subordinados ao “princípio da incerteza”, estabelecendo que se trabalhe com a ideia de um curso de vida menos linear e mais complexo (PAIS, 2003, p. 120). Assim, o que estou propondo é a concepção de uma ideia de *transição como processo biográfico*, em que o sujeito possui agência em relação ao movimento da sua vida. Do ponto de vista metodológico, essa perspectiva cria maiores possibilidades de análise de trajetórias no nível microssocial, destacando o jovem como principal protagonista da sua história (PIMENTA, 2007, p. 83).

A partir da orientação de Pimenta (2007), as trajetórias são analisadas em quatro aspectos distintos: a) o percurso biográfico de um sujeito até o presente momento; b) o momento em que a pessoa apresenta seu “feixe de expectativas” e suas possibilidades de escolha, sendo elas coerentes ou irreais; c) “o itinerário provável” e a identificação dos desdobramentos dessas escolhas no futuro; d) “a variabilidade de orientações”, isto é, aquilo que poderá imprimir mudanças nas trajetórias projetadas (2007, p. 84). Seguindo essa orientação, até esse momento

do Capítulo, busquei desenvolver as dinâmicas das trajetórias dos adolescentes durante a sua biografia *passada*. O que pretendo desenvolver nesse tópico são os aspectos do momento presente – ainda durante a internação – e o rumo provável que eles identificam para quando saírem em liberdade.

Ainda que os meninos tenham articulado o termo *sereno* em diversos momentos durante seus relatos como um adjetivo para qualificar situações específicas, a ideia se tornou um pano de fundo constante nas narrativas quando os meninos se referiam ao momento presente e à expectativa do futuro em liberdade. Nesse contexto, *Sereno* não é apenas um sinônimo para “calmo” ou “tranquilo”, mas também é utilizado para descrever “as coisas como boas, as emoções como adequadas e o cotidiano como algo protegido”, de modo que estar “sereno” “é também estar “de boa”, sem motivação para a briga ou para a discórdia” (ROLIM, 2016, p. 160).

Assim, a contraposição que indiquei no início desse tópico se deu justamente entre esse estar *sereno* atual e o período de atuação na *guerra*, em que era preciso se manter sempre desperto, pronto para a “troçada de tiro”, preparado para as fugas e atento para possíveis emboscadas, o que, em outros contextos foi descrito pela ideia da “disposição para o confronto” (MENEZES, 2018, p. 200; ZALUAR, 1985). Carlos, Matheus e João Pedro indicaram que, tanto estavam *serenos* na Unidade (ao menos na grande maioria do tempo), como projetavam ficar *sereno* na rua.

QUADRO 11 - FALA DOS ADOLESCENTES REFERINDO A IDEIA DE SE MANTER SERENO QUANDO EM LIBERDADE

Entrevista com Carlos, 18 anos	Entrevista com Matheus, 17 anos	Entrevista com João Pedro, 20 anos
Carlos: Ela [mãe] só fala pra eu sair daqui e mudar. Essas coisas. E eu vou ficar sereno né Dona.	Pesquisadora: E como é que tu acha que vai ser quando tu voltar? Matheus: Nem sei. É que eu não vou voltar pra boca né Dona? Eu vou ficar sereno.	Pesquisadora: E onde é que ela mora [uma tia que poderia lhe acolher quando ele sair da FASE]? João Pedro: Ela mora no Rio de Janeiro. Eu tô até vendo com as técnicas pra eu formar uma caminhada pra mim ficar sereno lá. Mostrar um plano pro juiz já.

Fonte: elaboração própria.

Nesse sentido, a projeção de um futuro *sereno* foi indicada como a continuidade de um estar *sereno* que se referia ao momento presente dos meninos. Ademais, foi pela comparação com a rotina que eles possuíam durante a *guerra* – “tava toda hora pra lá e pra cá” –, que a



estadia na FASE ganhou um significado não esperado de calma e “serenidade”. Sem desconsiderar os efeitos perversos que a institucionalização total pode causar em um adolescente, conforme já amplamente debatido por pesquisadores do campo de estudos da justiça juvenil (cf. ALMEIDA, 2010; PAULA, 2011; SANTOS, 2018), o que observei foi uma certa ressignificação desse período por parte deles, como sendo um momento em que podiam simplesmente “olhar pro teto” e refletir sobre suas trajetórias, sobretudo se comparado com a movimentação típica da *guerra*.

Matheus: Claro. Que não tem ninguém pra me ajudar né Dona? Pra... como é que eu te digo, pra me ajudar não, pra falar pra mim né... Não é tem um tempo igual eu tenho hoje, fico olhando pro teto, pensando né.

Pesquisadora: Tava sempre na correria lá, todo o tempo?

Matheus: Não, tava toda hora pra lá e pra cá. Se não tava dormindo, tava alerta, pra lá e pra cá, e voltava e ia, e ia e voltava.

(Entrevista com Matheus, 17 anos).

Evidente que, ao fazer essa análise, é preciso considerar que os adolescentes entrevistados já estavam internados há pelo menos oito meses (sendo três deles há quase dois anos). O longo tempo de institucionalização é um fator que certamente influenciou os discursos dos meninos, sobretudo se a Unidade de internação for entendida como uma instituição total que busca recuperar/transformar a vida dos adolescentes (ALMEIDA, 2010, p. 117). A partir dessa concepção, enquanto os meninos estão internados, eles estão sendo socializados pela “situação de internamento”, mas também pelas ações intencionais da instituição (*ibid.*, p. 118).

Mesmo que não seja o objetivo desse trabalho desenvolver os impactos da institucionalização nas subjetividades dos adolescentes, é importante situar as análises que estou propondo a partir do fato de que os interlocutores com quem conversei se encontravam em um espaço regido por um “sistema de privilégios e punições” (ALMEIDA, 2010, p. 127). Esse sistema consiste na existência de recompensas bastante explícitas para aqueles que seguem as normas da instituição<sup>118</sup>, como a abreviação no tempo da medida socioeducativa; enquanto, para os que enfrentam as imposições, acabam recaindo punições diretas. Na narrativa de João Pedro, é possível observar como operam os adolescentes que compreendem as “regras do jogo”.

Mas com os cara da FASE eu sempre me dei bem com todos. Eu tô há 2 anos e 2 meses preso e eu tive duas CAD. Toda minha FEBEM. Eu sempre fui sereno. Comportamento, com os agentes, com os internos. Eu acho que sei lá, porque, mas eu

---

<sup>118</sup>As distintas maneiras com que os adolescentes experimentam o tempo de internação já foram objeto de classificações por pesquisadores da área. Nessa linha, Santos categorizou os “resistentes”, os “conformados” e os “oscilantes” (2018), enquanto Almeida apresentou a distinção operada pela própria instituição na qual realizou sua pesquisa entre os “bobos e inconsequentes”, ainda que recuperáveis, e os “estruturados no crime”, irrecuperáveis (2010, p. 129).

sempre usei a mente pra essas coisas. Fazia mais amigo do que inimigo. Pra mim conta afu isso daí.  
(Entrevista com João Pedro, 20 anos).

De todo modo, ainda que os adolescentes tenham explicitado os pontos negativos e os problemas que eles observam na forma como a instituição funciona, indicaram também os pontos positivos do período de reclusão. Em relação a esses últimos, observei um certo consenso entre eles referente aos benefícios de ficar *sereno* após um longo período de muito dispêndio de energia. Assim, em alguma medida, a *guerra* acabou propiciando, para os meninos, uma ressignificação do significado de estar na FASE, na medida em que eles passaram a valorizá-la como espaço em que é possível “se acalmar”, parar e pensar, sem estar sob a iminência do risco de perder a vida.

Pesquisadora: Tipo alguma coisa que tu diga: “ah isso foi bem importante pra minha vida”. Algum fato, alguma coisa, ou...  
Carlos: Ah, eu acho que quando eu caí preso né Dona? Porque quando eu caí na FASE, eu aprendi um monte de coisa né Dona? Até coisas do crime mesmo, não entendia muito. Aqui, bá agora eu entendo um monte de coisa, que se eu soubesse o que eu sei hoje eu tinha nem envolvido né Dona?  
(Entrevista com Carlos, 18 anos).

O mesmo sentimento foi expresso por João Pedro quando ele explicou a mudança ocorrida no relacionamento com sua namorada: antes eles brigavam constantemente, pois na rua ele “tava de louco”, “tava voando”. Foi apenas com o passar do tempo e após seu ingresso na instituição que ele “ficou sereno”. No extrato da sua entrevista apresentado a seguir, fica bastante explícita a interrelação entre a atuação da instituição pelo sistema de recompensas e punição – se ele não conversasse com as técnicas e mostrasse um “plano *sereno*”, teria sua saída dificultada – e o processo de reflexão do próprio adolescente que, embora esteja envolto pela necessidade de produzir um discurso palatável à instituição, não deixa de ser uma produção subjetiva sua.

Ah, tô começando a falar agora só [*com as técnicas*]. Porque eles me falaram que eu ia embora mês que vem, agora não vão mais. Isso aí também deixa o cara mordido. Mas agora tô começando a falar mais com eles, porque esse bagulho de querer mudar não foi sempre que eu tive em mente. Comecei a ter em mente mais agora, que eu tô há um tempão que eu tô pra sair daqui. Comecei a pensar agora porque tenho várias coisas em mente. O que eu já fiz, o que já fizeram pra mim. Eu pensava “não, tô sereno”. Do nada o cara tá dormindo e pedalam a casa do cara. Eu comecei a pensar mais agora preso, no final. Porque antes eu pensava mais em sair e ver uma mão. Daí agora tô falando com a minha coroa também. Tô construindo um plano sereno para eu ficar tranquilo. Começando a falar com as técnicas agora.  
(Entrevista com João Pedro, 20 anos).

Essa “mudança de pensamento”, indicada nos relatos acima, foi bem menos evidente no caso do único adolescente entrevistado que, em outra oportunidade, já havia cumprido medida socioeducativa de internação por um longo período. Wellington ficou internado na FASE dos 13 aos 15 anos, de modo que, no seu caso, as expectativas em relação à saída da instituição são manifestamente mais baixas em relação aos demais<sup>119</sup>. Para ele, a medida está sendo vivida de forma bem mais intensa nessa segunda vez – “a medida tá pesando mais” –, o que ficou expresso pela ausência, na sua narrativa, de qualquer referência ao termo *sereno*.

Ah parece que a medida tá pesando mais [*desa vez*], porque eu tô ficando mais velho e tô começando a pensar mais nas coisas. Porque antes era... A outra vez eu fiquei dois anos, mas passou ligeirinho. Mas hoje eu tô pensando muito nas coisas.  
(Entrevista com Wellington, 19 anos).

Na sequência de seu relato, o adolescente explicou o seu arrependimento em ter se colocado em uma situação em que sabia que iriam prendê-lo: “eu fui matar o cara na frente de câmera, um monte de câmera, rua movimentada, uma faixa”. Na sua concepção, ele só teria feito isso pois, à época, “era de menor” e, portanto, não estava preocupado com as consequências do ato: “quando a gente é *de menor* a gente não quer saber né. Ah, *azar*”<sup>120</sup>. Atualmente, contudo, ele se entende “com mais idade”, o que também é um fator dificultador do cumprimento da medida. Ainda que o adolescente não tenha sido explícito nesse sentido, a forma como ele pondera o seu sentimento sobre o tempo vivido na instituição e o que ele fará quando sair dela, conforme será retomado mais a frente, indica um maior nível de “realismo” e, quem sabe, de decepção, que certamente é influenciado pelas suas vivências progressas.

Desse modo, experienciar o estar *sereno* depois de um longo período de *correria* produziu nos meninos uma reflexão a respeito do que desejam para o seu futuro: manter-se nesse estado de calma ou voltar a sentir a adrenalina da *guerra*? Mesmo que essa não seja uma escolha sobre a qual eles possuem o inteiro controle – é evidente que existem elementos estruturais que serão fundamentais para a efetivação do que eles projetarem –, o exercício de supor qual “caminho” eles pretendem seguir quando retornarem à liberdade evidencia um conflito que também diz respeito de qual modelo de masculinidade eles desejam se aproximar.

---

<sup>119</sup>Ainda que os outros meninos também já tivessem cumprido medida socioeducativa, eles só ficaram internados por pouco tempo. Diferentemente de Wellington, todos eles entendem a medida de internação atual como a primeira vez que, de fato, estão cumprindo uma sanção em meio fechado.

<sup>120</sup>A fala explícita a ideia de que o *de menor* – alguém jovem que não está vinculado às responsabilidades típicas do mundo adulto – está mais sujeito a agir de modo impensado, sem calcular as possíveis consequências das próprias ações.

De um lado, a expectativa de seguir o *script* de práticas de gênero já conhecido por eles, organizado pelos códigos de honra e respeito e pela moeda de troca simbólica do prestígio pessoal. De outro, a masculinidade do homem provedor, enfatizada no espaço da institucionalização, e formada, na concepção dos adolescentes, pela tríade *trabalho-mulher-filhos*. São ordens de gênero em conflito que se apresentam para os meninos durante a sua trajetória de formação do gênero (CONNELL, 2016, p. 101). Afinal, não importa a configuração social que se observe, a masculinidade violenta e agressiva raramente vai ser a única forma de masculinidade presente (CONNELL, 2000, p. 216).

Durante os relatos sobre as perspectivas para o futuro em liberdade, os meninos destacaram três elementos principais que, juntos, formam a imagem do que eles entendem por “ficar *sereno*”. O primeiro deles, evidentemente, é a necessidade de um trabalho que os permita obter uma renda lícita. A urgência da sobrevivência faz com que João Pedro deposite seu projeto mais no desejo por um trabalho do que pela continuidade do estudo, ainda que ele afirme a sua importância: “estudando não vai me render dinheiro”.

Pesquisadora: E o que que tu pensaria em fazer lá [*no Rio de Janeiro, para onde ele pretende ir quando sair da FASE*]?

João Pedro: Ah, estudar, trabalhar. Na real, nem estuda muito eu penso. Penso mais ir pra lá porque eu quero concluir o ENSEJA. Tô estudando pra mim fazer né? Pra mim passar. Daí eu queria terminar o Ensino Médio e ir pra lá. Fazer um curso, trabalhar mais. Porque escola, escola é bom né, é bom o cara ter estudo. Mas estudando não vai me render dinheiro. Eu preciso de dinheiro no momento. Quem sabe outra hora...

Pesquisadora: Por que tu precisa tanto de dinheiro? Qual é a primeira coisa assim que tu...

João Pedro: Ah preciso me alimentar, preciso ter onde morar né. Preciso, tenho um filho também. É necessidade, roupa troca de roupa toda hora, começa a crescer. Acabou tá indo pra creche, colégio. O cara tem que pensar, não é fácil.

(Entrevista com João Pedro, 20 anos).

A fala denota um processo de desvalorização da escola como espaço de transição para o trabalho que também foi observado por Feltran (2008a). O autor observou uma mudança entre a geração nascida na década de 60, cuja juventude foi marcada pela ideia de que a escolarização seria essencial para a aquisição de um trabalho estável e definitivo – em muitos casos associados ao ambiente operário – e a geração nascida 20 ou 30 anos depois. Para esses últimos, o valor do trabalho seguiu norteador a organização social, mas simplesmente como forma de ganhar dinheiro, e não como recompensa pelo empenho por escolarização (FELTRAN, 2008b, p. 129).

Nessa linha, João Pedro e Carlos, ainda que por razões distintas, enfatizaram que precisam de dinheiro para a sua sobrevivência quando saírem da Unidade. Para o primeiro, a paternidade lhe impõe a urgência de adquirir meios para prover as necessidades de seu filho, o que impede que ele projete os estudos como uma prioridade nesse momento. O tempo da

escolarização não condiz com as demandas de uma criança. Para o segundo, a urgência não é a da paternidade: o dinheiro servirá para a aquisição de instrumentos que possibilitem a manutenção da sua liberdade.

Carlos começou a materializar o seu plano *sereno* ainda dentro da Unidade, por meio da economia dos valores que recebe por participar de um Curso Profissionalizante remunerado<sup>121</sup>. Com a quantia guardada, o adolescente pretende realizar a sua habilitação para dirigir veículos e motos, além de adquirir uma motocicleta. O documento, contudo, parece mais importante por possibilitar a sua “distinção social” e conseqüente proteção em futuras abordagens policiais, do que necessariamente para cumprir com as normativas legais: “que daí eu já quero ter uma carteira pra polícia não se encarnar (*risada*)”. A ideia de possuir “uma carteira” parece assegurar o adolescente de que, em posse de um documento, seria possível apresentar uma marca da sua “condição de não delinquência” (MACIEL; GRILLO, 2011, p. 247).

O outro plano apresentado por Carlos em sua narrativa é bastante sintomático desse conflito entre padrões de masculinidade marginalizadas. O adolescente refere que gostaria de ser militar, mas que esse sonho foi interrompido com o seu ingresso na FASE. A carreira militar parece ser um projeto que abarca tanto aspectos da prática de gênero construída durante a *guerra*, quanto as expectativas de aderir a um projeto de masculinidade concebido durante a institucionalização. A reflexão de Carlos a respeito das condições estruturais, contudo, logo afasta a possibilidade de perseguir esse projeto: “queria ser fuzileiro naval né, agora não posso mais que, depois que o cara ingressa na FASE, não vou conseguir ficar até os 18 na rua. Pensei que ia conseguir”.

O segundo elemento constitutivo do projeto *sereno* é a adoção de um sistema familiar tradicional no qual eles desempenhariam o papel do “pai de família”. Para João Pedro e Matheus, esse plano é bem mais concreto: eles já vivem a paternidade. Na trajetória narrada dos dois adolescentes, observei como a chegada de seus filhos foi representativa de um novo período em suas vidas. Enquanto refletia sobre como seria seu vínculo com o *embolamento* quando retornasse para o seu território, João Pedro logo ponderou: “eu tenho filho né, eu penso no meu filho”.

No seu caso, a paternidade foi inteiramente vivida dentro da instituição: “ele nasceu e eu já tava preso”. De toda forma, isso não impediu a criação de um vínculo entre ele e a criança, agora com dois anos de idade. O adolescente registrou seu filho e os dois se encontram sempre

---

<sup>121</sup>Todos os meninos referiram que a Unidade em que estão possibilita a remuneração dos adolescentes que participam de Curso Profissionalizante. O valor que eles ganham é de em média R\$ 600,00 mensais, o que é depositado em um cartão que, normalmente, fica na posse da família.

nos dias de visita. Para ele, são esses os momentos que ele considera “feliz” e há um forte sentimento de orgulho que emerge do fato de seu filho o chamar de pai apesar da pouca convivência. A mudança de estatuto – de *envolvido* para pai – indica outra forma de reconhecimento do jovem, mais vinculado ao mundo adulto.

Ah momento feliz pra mim é quando meu filho veio me ver. Porque meu filho tem um ano e 11, ele fala, ele é loucão. Caminha tudo, me chama de pai. E ele me conhece só de eu tando preso, só das fotos. Daí eu falo com a minha mãe na ligação, ela traz ele quarta pra mim ver né. Por causa que ele tá em casa ele me chama, toda hora quer saber cadê o papai. Daí eu fico feliz né? Porque ele nem me conhece da rua, e sabe que eu sou o pai dele, ele me chama.  
(Entrevista com João Pedro, 20 anos).

As possíveis relações entre criminalidade masculina e paternidade não são propriamente uma novidade nos estudos da criminologia (cf. DATCHI, 2017). Um dos entendimentos produzidos por essas pesquisas é a ideia de que, nos projetos individuais de desistência do crime e de reconstrução da masculinidade, a paternidade funciona como um “espaço relacional para reprodução e reconfiguração simultânea das normas de gênero” (*ibid.*, p. 6). Evidências produzidas por esse campo inclusive suportam a afirmação de que o investimento dos homens na paternidade pode ser um fator protetivo contra a adesão a uma trajetória no crime (*ibid.*, p. 17).

Se para João Pedro, a convivência com o filho foi importante para que ele “pensasse diferente” e “amadurecesse”, nas suas próprias palavras, para Matheus o sentido da paternidade está muito imbricado aos acontecimentos do auge da *guerra*. Quando falou sobre o assunto, ele fez questão de afirmar a existência de um planejamento por trás da gravidez de sua namorada: o filho foi a forma encontrada para que ele deixasse uma marca no mundo após a sua morte que, naquele momento, era apenas uma questão de tempo para se concretizar.

Matheus: Ah eu fiquei feliz quando eu descobri quando minha mina tava grávida né Dona? É que não foi sem querer né, nós queria mesmo ter um filho.  
Pesquisadora: Ah é? Vocês tavam tipo planejando assim? E por que tu queria ter um filho naquela época?  
Matheus: Nem sei Dona, na minha cabeça eu ia morrer já. Pensei, ah pelo menos ia deixar um filho.  
(Entrevista com Matheus, 17 anos).

Assim, não é de se espantar a dimensão que o filho tomou na vida de Matheus após a sua internação. Viver para estar com ele não era algo que estava em seus planos, de modo que a paternidade ganhou uma outra proporção para o jovem, quase como a representação de uma *chance* concedida pelo destino. Isso fica claro quando ele refere que os momentos mais difíceis

dentro da Unidade – quando se descontrola e quer “quebrar tudo” – são sempre que seu filho, por alguma razão, não pode ir visitá-lo. Assim como João Pedro, quando questionei Matheus sobre quais seriam os seus momentos mais felizes ele logo afirmou:

Não sei Dona, bá Dona só penso no meu filho né. Depois que eu tive o meu filho eu só penso em sair aqui e tá com ele. Nem penso na minha mulher, na minha mãe, neles. Mas penso mais no meu filho. Tanto que eu não tava nem aí né. Eu pensava “ah vou sair daqui daqui um pouco e vou matar mais um bando de nego e vou voltar”. Vou sair de menor ainda, cai com 15 anos. Fiz 16 e 17 aqui dentro. Então eu tava nem aí. Mas depois de um tempo eu me liguei né Dona, eu tenho um filho agora pra criar não tem... (Entrevista com Matheus, 17 anos).

Para Matheus, portanto, o projeto *sereno* está mais vinculado à ideia de proteger seu filho e lhe dar as condições necessárias para um crescimento saudável – uma trajetória de vida diferente da sua – do que necessariamente manter-se na relação afetiva com a mãe da criança. O filho acaba simbolizando uma projeção melhor de si próprio, como se tratasse de um novo projeto de vida para o pai, com potencial de ser melhor do que o anterior. Uma nova oportunidade para a realização do que havia sonhado para si. A paternidade pode propiciar ao adolescente a possibilidade de formular um outro projeto de vida, baseado na formação de uma nova família e, em alguns casos, na convivência com sua parceira (FIGUEROA et al., 2017, p. 352).

João Pedro, por exemplo, incluiu sua namorada no plano que faz para si após sair da FASE: ele vai para o Rio de Janeiro morar com sua tia, pretende arranjar um emprego e, em seguida, sua namorada vai junto com seu filho para eles construírem uma família nesse novo local. Entretanto, ainda que o adolescente se refira a passos concretos para a efetivação desse projeto – como a prontidão de sua mãe para “comprar a passagem” assim que o juiz liberar –, é visível o nível de idealização e falta de reflexão sobre os “limitantes para a efetivação desse projeto” (KOERICH, 2018, p. 148).

De todo modo, para Carlos, Matheus e João Pedro, a saída do crime requer o *envolvimento* com outro projeto de masculinidade: *sereno*, trabalhador, pai de família. Na pesquisa de Feltran (2008b), a questão aparece na ideia da necessidade de uma “conversão individual” que, muitas vezes, só é possível de se concretizar pela adesão ao neopentecostalismo (FELTRAN, 2008b, p. 119). No caso dos adolescentes entrevistados, para além da tríade *trabalho-filho-mulher*, é a mudança de território o elemento principal que deve ser alcançado para que projeto de uma trajetória longe do crime seja efetivado.

Conforme amplamente debatido no Capítulo anterior, a vinculação dos *envolvidos* aos seus territórios é base fundante para o *envolvimento*. Assim, a primeira questão sobre a qual

eles pensam quando conjecturam a vida pós-internação é para onde, afinal, irão voltar. Carlos e João Pedro foram assertivos sobre esse ponto: se retornarem para os locais em que residiam antes de serem internados, as chances de voltarem a *se envolver* aumentam muito. Para Carlos, se isso ocorrer, só existem duas possibilidades para o seu futuro: “ou eu vou matar alguém e ficar um monte de tempo preso ou alguém vai me matar né Dona? Tô sereno”.

Com base nessa análise, ambos afirmaram o desejo de sair do estado: João Pedro deseja ir para o Rio de Janeiro, enquanto Carlos pensa em se mudar para Santa Catarina ou para a cidade de Santos. Em todos os casos, essa mudança seria facilitada pela presença de parentes dos meninos, moradores desses locais. Já Matheus analisa a situação de outra forma: ele poderia continuar morando no Rubem Berta, bastaria se afastar do epicentro da *guerra*, no Loteamento Timbaúva. A decisão por se manter no local também ocorreu pela crença de que, mesmo incorporando práticas próprias do mundo dos *não-envolvidos*, seria mais garantido se manter em um espaço onde se sente “protegido”.

É. Eu penso em sair daqui né Dona? Conseguir um emprego. Mas primeiro vou fazer meu curso e estudar. Vou vender minha casa que eu tenho lá no Timbaúva e vou ver pra onde eu vou. Não sei se vou continuar na Rubem Berta ou ficar fora. Eu pretendo continuar na Rubem Berta ali porque pra mim é sereno ali. Não tenho problema ali. É um lugar que eu me sinto protegido né? Em volta. Então é bem tranquilo.  
(Entrevista com Matheus, 17 anos).

O que o adolescente indica com essa ideia de “lugar protegido” é uma certa ponderação a respeito dos limites da mudança: será que os *contras* iriam acreditar que o jovem não está mais *envolvido*? Em verdade, todos os meninos pareciam estar vivendo um momento de avaliação a respeito dos caminhos possíveis para quando saírem da instituição – o tempo de medida que eles já haviam cumprido possibilitava vislumbrar a porta da rua –, mas nenhum deles foi absolutamente certo. Havia um fundo de dúvida em todas as narrativas expressa em algumas contradições dos relatos. No caso de João Pedro, por exemplo, ora o adolescente referiu que precisaria de uma arma quando voltasse para sua casa, ora que pretendia sair do estado para procurar um trabalho.

Diferentemente dos outros três adolescentes, na narrativa de Wellington a perspectiva do futuro longe do *embolamento* é extremamente tímida. O projeto *sereno* aparece apenas nas entrelinhas quando ele diz não saber muito bem o que irá fazer na rua. Sem qualquer certeza quanto ao futuro, também foi para Wellington que as propostas do retorno para a vivência no crime foram as mais explícitas. O adolescente narrou um episódio em que um *cupinxa*, em uma



visita na FASE, realizou uma proposta para que ele – e, conseqüentemente, o seu *embolamento* – retornasse ao território que havia sido *tomado* pelos *contras*.

Wellington: Bá... Veio um amigo meu da cadeia esses dias, o Felipe. Tava no Central. Ele mandou... Os guri mandaram falar um negócio pra ele, não sei o quê. Pelo que eu entendi, é certo que eu vou sair e já vão querer que eu consiga os cara pra nós voltar a atacar de novo. Os cara têm, só não tem os que conhece os lugar. Mas daí eu sou o que conhece tudo, daí eles vão querer que eu volte (*inaudível*).

Pesquisadora: E tu tá afim?

Wellington: Bá, acho que nem tô afim mais. Mas vamos ver na rua né. Não tô tão afim assim. Tem um monte de coisa pra resolver.

(Entrevista com Wellington, 19 anos).

Em outro momento na narrativa, o adolescente voltou a projetar o futuro, novamente sem qualquer certeza: “ah já tenho uns planos em mente, do que eu vou fazer mais ou menos quando eu sair. Mas coisa assim certa certa que eu vou fazer, eu não sei muito bem.” O que ele fala em seguida reafirma o que eu havia destacado a respeito da diferença na sua trajetória em relação aos demais. Na medida em que Wellington já viveu a experiência de ficar internado por um longo período, ele sabe que, na rua, o ritmo da vida é outro.

Minha mãe quer que eu fique com ela um pouco. É que eu sempre falo que vou ficar com ela, sempre falo que vou ficar com ela um tempo. Não digo morar com ela, mas ficar uns dias, curtir um pouco ela. Mas não fico, não adianta, eu saio pra rua e não consigo.

(Entrevista com Wellington, 19 anos).

Não é possível prever o que irá acontecer com esses adolescentes quando saírem do espaço “protegido” da FASE. A vida em liberdade colocará desafios aos *envolvidos* que sequer estão no seu campo de visão nesse momento. Apesar disso, todos eles pareceram bastante cientes dos riscos em continuar no crime. Se quando tinha 16 ou 17 anos João Pedro se considerava “novo”, agora, com 20 anos de idade, ele admite: “o cara é novo ainda, tem uma vida inteira pela frente, mas, se o cara continuar do jeito que tá, não vai muito”. Os filhos, as namoradas e os pedidos das mães parecem dar força para esse projeto, mas eles sabem que só isso não é suficiente. Também como uma forma de controlar a sua própria frustração, preferem manter-se na fronteira ao invés de apostar todas as fichas em um dos únicos dois caminhos que eles conseguem vislumbrar para si: *sereno* ou *envolvido*.

De todo modo, o que me pareceu importante afirmar nesse último tópico do trabalho é a ideia de que não há determinismos quando se fala em adolescentes *envolvidos* no tráfico. A potência da categoria *envolvimento* se dá justamente pela sua dinamicidade, sua abertura para novas redes, possibilidades de *envolver*, mas também de (*des*)*envolver* em outras direções.

Além disso, pensar as trajetórias desses meninos por meio da noção de masculinidades impõe um afastamento de noções estáticas, realizadas ou prontas a respeito do que é “ser homem”. “Soldar” a personalidade de alguém em um bloco fechado, unitário, seria recusar a diversidade interna do sujeito e, como consequência, negar qualquer possibilidade de mudança (CONNELL, 2016, p. 108). Mas “fazer o gênero” é um processo de eterna construção: é o *embolamento* entre o sujeito e as mais diversas dinâmicas da vida social, econômica e cultural. E, afinal, é preciso acreditar que, por pior que seja o cenário posto, não há dinâmica que não possa se alterar.

## 7. A CRUELDADE DA COERÊNCIA: ASPECTOS CONCLUSIVOS

O objetivo central desse trabalho foi buscar compreender quais são as possíveis razões que justificam o uso da violência extrema nos conflitos entre facções do tráfico de drogas no Rio Grande do Sul entre os anos de 2016 e 2018. Ainda durante o início do desenvolvimento do projeto, os dados preliminares demonstravam um contexto atípico de aprofundamento da *crueldade* dos atos violentos sobre os quais ainda não haviam sido produzidas investigações sociológicas. O aparato da Segurança Pública, por outro lado, não apenas já havia identificado a singularidade do fenômeno, como passou a deflagrar algumas ações pontuais que, no seu entendimento, amenizariam o problema. A vinda da Força Nacional de Segurança Pública para a capital gaúcha, em agosto de 2016, e a transferência de 27 “líderes” de facções por meio da Operação Pulso Firme, quase um mês depois, foram duas importantes respostas do Estado ao incremento dos índices de violência nesse momento.

Entretanto, existiam certas especificidades próprias da interrelação dos atores protagonistas do fenômeno que a urgência da resposta estatal não permitia a compreensão imediata. O temor provocado pela espetacularização dos atos acabou postergando a realização de algumas indagações fundamentais, tanto por parte dos atores estatais, como da própria sociedade: por que as facções do tráfico repentinamente começaram a matar por meio de esquartejamentos, decapitações e alvejamentos? Por que aumentaram o número de chacinas em Porto Alegre e na RMPA? Quais eram as motivações desses atos?

Foram essas as perguntas principais que fundaram a base da presente pesquisa. Desde o princípio, portanto, supus que não se tratava apenas da expressão de uma *crueldade* irracional. O debate histórico e o acúmulo de conhecimento produzidos pelo campo da sociologia da violência não autorizavam pensar os sujeitos do tráfico de drogas como indivíduos movidos pelo “mal”, desprovidos de racionalidade. Se, mesmo sob a perspectiva teórica da “sociabilidade violenta”, são as justificativas dos agentes os elementos essenciais na compreensão do fenômeno, é porque, ao fundo, parte-se do princípio de que sempre existem elementos motivadores da ação do *envolvido* capazes de serem apreendidos pela pesquisa sociológica.

À medida que novos dados surgiam, essas questões foram ganhando níveis maiores de complexidade, de modo que logo percebi a necessidade de abordar o problema a partir de dois vieses: a *estrutura* e o *sujeito*. Na busca por conferir inteligibilidade sociológica – ou *coerência*

– ao que o saber não-científico acaba resumindo por *crueldade*, percebi que as justificativas se apresentavam de maneira distinta a depender de qual a unidade de análise que se observava.

A escolha por perceber o fenômeno do ponto de vista da facção e do sujeito *envolvido* acabou determinando as escolhas metodológicas da pesquisa. Por um lado, dados secundários que informavam o contexto de ação dos entes coletivos (mídias jornalísticas); por outro, dados primários produzidos no contato direto com os sujeitos da ação (entrevistas narrativas). Como complemento, os grupos focais serviram tanto para qualificar a análise da *estrutura*, quando para me introduzir no contexto do *sujeito*.

Assim, no nível da *estrutura das facções do tráfico*, o curso de ações praticado pelos *embolamentos* e, paralelamente, o encadeamento de distintas formas de violência extrema nos últimos anos demonstraram a centralidade do fator *econômico* na explicação do porquê esses coletivos haviam optado por essas *novas formas de matar*. Conforme argumentei no Capítulo 5, no contexto do capitalismo *gore* no qual vivemos (VALENCIA TRIANA, 2010), o sistema econômico neoliberal pautado no hiperconsumismo e na desregulamentação do trabalho; a imposição da masculinidade hegemônica como padrão a ser alcançado; e a organização do narcotráfico em países de Terceiro Mundo permitem que a violência extrema seja um instrumento capaz de transformar morte em dinheiro.

É perceptível, portanto, que, ao fundamentar a pesquisa a partir dessa perspectiva teórica, optei por minimizar a relevância do controle social estatal – formado pelas Polícias (Civil e Militar), pelos órgãos de Segurança Pública e pelo Sistema de Justiça – na origem do fenômeno em apreço, em prol de outras dimensões de análise, como os regimes de gênero e a constituição de uma “sociabilidade violenta” (MACHADO DA SILVA, 1999). Gostaria de enfatizar, contudo, que meu objetivo nunca foi afastar a responsabilidade do estado na constituição do fenômeno da violência extrema. O modo antidemocrático de atuação das polícias nas comunidades, a ineficiência do sistema prisional no Brasil contemporâneo e as dificuldades que o Sistema de Justiça encontra para afirmar sua legitimidade diante da sociedade sem ser pela força do punitivismo são fatores primordiais para compreender como os coletivos do tráfico de drogas firmaram, nas últimas décadas, sua atuação na *rua* e nas cadeias, em, pelo menos, todas as capitais do país.

O que estou argumentando, por outro lado, é que a “*culpa do Estado*” não se dá apenas pela ação direta dos agentes incumbidos de “resolver” a questão da violência urbana: esses processos, em verdade, são responsáveis mais por *aprofundar* e *agravar* o problema, do que necessariamente por criá-lo. Afinal, o principal ponto de inflexão na trajetória dos

*embolamentos* do tráfico de drogas no Rio Grande do Sul foi o surgimento dos Bala na Cara, facção que nasceu na *rua* e, desde o princípio, pautou a sua estratégia pela instrumentalização da violência extrema como “marca registrada” e capital de expansão territorial. As decapitações e os *atentados* que se seguiram foram violências decorrentes desse primeiro *evento disruptivo* cujo surgimento, ao fim e ao cabo, está menos relacionado à atuação estatal direta do que à existência de um sistema econômico e sociocultural que determina modos específicos de subjetivação.

Nesse sentido, a meu ver, “a *culpa* do Estado” ocorreu de forma mais *sofisticada* no caso da violência extrema ocorrida em Porto Alegre e RMPA entre 2016 e 2018. Para além das já citadas responsabilidades objetivas do aparato da Segurança Pública, foram os processos econômicos os fatores mais relevantes para a explicação do fenômeno: a violência extrema nesse contexto se caracterizou como uma prática *gore* por excelência. Ela atuou para efetivamente *envolver* os sujeitos na estrutura; por meio dela, os coletivos lograram se estabelecer no mercado da droga regional e, ao final do período em que foi operacionalizada com mais intensidade, os grupos que a utilizaram saíram fortalecidos, com mais territórios de atuação e menos propícios a serem desmantelados, como os Balas e os V7.

Ademais, para funcionar como capital econômico, a prática da violência extrema precisou ser disseminada de forma instantânea, de modo que os vídeos e imagens compartilhados por meio do *WhatsApp* e do *Facebook* cumpriram seu papel como “engrenagens fundamentais para a propagação e popularização do capitalismo *gore*” (VALENCIA, 2010, p. 103). Por meio das ações de violência extrema e da propagação virtual dos atos, os *embolamentos* envolvidos na *guerra* firmaram sua posição no mercado da droga, conquistaram o domínio de galerias no Presídio Central, expandiram seus territórios de ação e alçaram voos maiores: consolidados na capital e RMPA, o interior do estado passou a ser o principal espaço de disputa dos grupos a partir de 2018.

No nível dos *sujeitos do tráfico de drogas*, por outro lado, o fator econômico se mostrou menos relevante nas justificativas articuladas pelos *envolvidos* para explicar o uso da violência extrema. Ainda que a expectativa da aquisição de bens materiais tenha sido importante para o primeiro momento do *envolvimento* dos meninos com o “mundo do crime”, na medida em que os adolescentes foram *agravando* esse *envolvimento* e que a *guerra* estourou, o valor do dinheiro perdeu força em comparação a outras razões explicativas para a adesão ao *embolamento*, como o desejo de vingar a morte de *cupinxas* e familiares ou de proteger a vila de incursões de grupos contrários.

Sobre as primeiras relações estabelecidas entre os adolescentes – à época, ainda crianças – e os “códigos sociais” do tráfico de drogas, dos roubos e dos assaltos (FELTRAN, 2008a), uma primeira questão que identifiquei foi a precocidade desse contato, quando os meninos ainda tinham entre 12 e 13 anos, de modo que todos afirmaram que o início do *envolvimento* se deu antes das primeiras apreensões policiais. Assim, quando o Estado começou a confrontá-los por meio do seu aparato policial, os adolescentes já estavam *envolvidos*. Evidentemente, na medida em que eles começavam a ser taxados pela polícia como representantes dos seus *embolamentos*, a vigilância aumentava e os processos judiciais começavam a se acumular. No contexto da presente pesquisa, portanto, observei que o processo de “incriminação” (MISSE, 1999) atuou mais no sentido de *aprofundar* a vinculação dos meninos aos grupos do tráfico, do que necessariamente de *originar* o seu *envolvimento*.

As razões “originárias” da adesão dos jovens ao tráfico de drogas observadas nas trajetórias dos adolescentes entrevistados foram vinculadas principalmente: a) à existência de *eventos disruptivos* no seu núcleo familiar, como a morte – real ou simbólica – de pessoas referências próximas; b) à proximidade de alguma pessoa de referência com o “mundo do crime”, o que ajudou na construção da legitimidade desse espaço para os meninos; c) o *encaixe* entre as práticas esperadas dos *envolvidos* e um regime de gênero pautado na observância de códigos de honra e na capitalização do prestígio pessoal como moeda de valorização do sujeito. Esse último aspecto foi sendo reforçado ao longo do *envolvimento* e encontrou ainda mais respaldo com a eclosão da *guerra*.

Os adolescentes entrevistados foram bastante assertivos na indicação de que a *guerra* – período de confrontos violentos entre Balas e Antibalas em Porto Alegre e RMPA – aprofundou a sua vinculação com o “mundo do crime”. Mesmo que os conflitos conferissem níveis muito maiores de risco à atividade e que os lucros estivessem menos atrativos, eles se sentiram no dever de afirmar o seu *envolvimento* para garantir que seu *embolamento* saísse vitorioso nos seus respectivos territórios. Assim, quanto mais radical a operacionalização da violência se mostrava, mais os jovens aderiam à “sociabilidade violenta”: as justificativas dos atos se tornavam cada vez menos palpáveis e o uso da força como regime de ação cada vez mais rotinizado.

Esse cenário, contudo, só foi possível pela adesão ao senso de coletividade entre eles em relação ao seu *embolamento* e pela força dos laços internos desses grupos. Dessa forma, a existência da “sociabilidade violenta” só pôde ser identificada no presente trabalho a partir da modulação do conceito proposta por Grillo que prevê a “negação da subjetividade individual

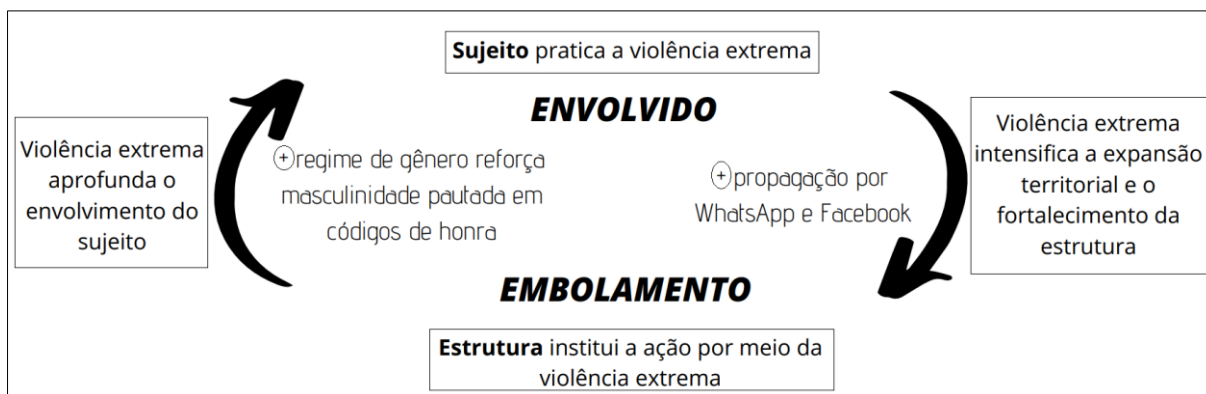
em favor de referências coletivas” (GRILLO, 2013, p. 253). Além disso, a radicalização do *envolvimento* ocorrida durante a *guerra* acabou dificultando ainda mais as possibilidades dos jovens construírem suas subjetividades para além do “mundo do crime”, seja porque se tornou muito arriscado andar desprotegido em um contexto em que o ataque dos *contras* era iminente, seja porque, em um dado momento, a forma de fazer o gênero por parte desses sujeitos se tornou muito alinhada com a necessidade da resposta violenta. Como resumiu Carlos: “ou o cara abandona de uma vez, ou o cara tem que ficar sempre esperto”.

Nesse sentido, no nível dos *sujeitos*, a violência extrema atuou como um fator essencial na instrumentalização dos *envolvidos* como agentes incumbidos de colocar em prática o que, para os *embolamentos*, consistia em uma estratégia de expansão e fortalecimento. A cada ato de violência extrema realizado, os *envolvidos*, ao mesmo tempo que aprofundavam seu *envolvimento*, auxiliavam na construção de uma *estrutura* ainda mais consolidada. Desse ciclo de ação e reação, emergiu uma configuração social que só veio a ser desconstituída quando as condições estruturais mudaram e a violência extrema deixou de ser um instrumento essencial na estratégia de atuação dos *embolamentos* no mercado da droga do estado.

Durante a realização do campo, duas questões ainda surgiram como essenciais para a compreensão desse cenário. A primeira delas, ainda em relação ao *sujeito*, diz respeito à existência de um sistema sociocultural que condiciona um certo *script* de práticas às masculinidades marginalizadas, regidas por um “código de honra, onde a proteção e a homenagem são as principais moedas de troca” (FONSECA, 2000, p. 22). A segunda, já referida e condizente com o nível da *estrutura*, foi a propagação dos atos violentos pelas redes sociais *online WhatsApp e Facebook* como instrumento imprescindível para o espraiamento a um enorme contingente de pessoas de violências que, não fossem os dispositivos, permaneceriam restritas a uma certa localidade.

A articulação desses elementos possibilitou sistematizar a interrelação entre *sujeito* e *estrutura* em um quadro explicativo “final”, conforme apresentado abaixo.

FIGURA 6 - INTERRELAÇÃO ENTRE SUJEITO E ESTRUTURA



Fonte: elaboração própria.

Na medida em que se torna inteligível, a coerência por trás da *crueledade* faz emergir o seu exato oposto: a *crueledade* por trás da coerência. Ao serem coerentes com as lógicas econômicas, culturais e de gênero dos espaços em que vivem – e do mundo neoliberal globalizado (MBEMBE, 2018) –, os jovens do tráfico de drogas são *envolvidos* por um sistema social que estabelece de que forma eles devem agir e que os coloca diante de uma certa “sociabilidade” que é violenta por excelência. Nesse contexto, quando o *embolamento* contrário é responsável não só pela morte de um familiar ou de um *cupinxa*, mas também pela destruição completa do seu corpo, a resposta (ainda mais) violenta é a única reação legítima que pode ser posta em prática por esses sujeitos. Quando o Estado não se preocupa com esses corpos, abre espaço para que alguém se responsabilize por vingá-los.

É quase como se esses sujeitos não tivessem direito ao sofrimento, mas apenas o dever da defender a *honra* (sua e dos seus próximos) e de manter o seu prestígio pessoal nos territórios em que vivem. A *crueledade*, portanto, não está no ato de esquartejar, de alvejar ou de dizimar uma família inteira de uma só vez, sobretudo em um contexto em que não há uma relação de opressão de um grupo a outro: os que são autores hoje, serão as vítimas amanhã. A *crueledade* está na forma como as estruturas se colocam para esses sujeitos: seja por meio do *embolamento* e sua busca incansável por lucro, seja pelas demais dimensões da ordem social brasileira, patriarcal e capitalista. O *cruel*, afinal, é precisar se conformar a essa coerência.

Mas, o que vêm depois?

Durante todo o trabalho indiquei que o período da *guerra* estava compreendido entre os anos de 2016 e 2018, de modo que parece necessário questionar o que aconteceu nos dois anos que se seguiram até o presente momento e que caminhos estão sendo construídos para o futuro. Quais foram as consequências para os atores envolvidos nessa configuração? De que forma



saíram desse ciclo os *envolvidos* e os *embolamentos*? É possível afirmar o fim do uso sistemático da violência extrema por parte dos grupos do tráfico de drogas em Porto Alegre e RMPA ou trata-se apenas de uma suspensão temporária?

Não haveria como responder a essas perguntas sem recorrer a um grande nível de *imaginação* sociológica. Ainda é muito cedo para que se diga que caminhos as trajetórias dos *envolvidos* e dos *embolamentos* tomarão daqui para frente, ou para afirmar que realmente terminou o período de operacionalização da violência extrema. O que se pode, por ora, ressaltar são as marcas profundas que a *guerra* deixou tanto no nível estrutural, como subjetivo. Os *envolvidos* vivenciaram episódios de morte – de pessoas próximas a eles, das que eles cometeram e da iminência da sua própria – excepcionais o bastante para atingir suas subjetividades de modo quase que definitivo. É difícil imaginar que um dia esses episódios possam ser esquecidos para alguém que os vivenciou tão de perto.

Os *embolamentos*, por sua vez, construíram um caminho de radicalização das ações que importou na forma como eles são entendidos por parte da sociedade e do Estado, de modo que a reconstrução da sua legitimidade *moral* diante desses atores – principalmente em relação às comunidades dos espaços em que atuam – parece ser um enorme desafio daqui para frente. Em meio a isso, tanto *envolvidos*, quanto *embolamentos*, terão que lidar com as reconfigurações da ação policial nesses territórios após um período em que a polícia perdeu considerável espaço no comando da ordem social da violência urbana. É bastante plausível, portanto, supor que novos contratos terão que ser acordados entre os grupos do tráfico que disputam o poder nesses espaços e as forças policiais. Alguns indícios a respeito do incremento da violência policial pós-*guerra*, com os quais eu me deparei durante a realização do campo, são indicativos desse novo “momento” nas periferias de Porto Alegre e RMPA.

Especificamente em relação a João Pedro, Carlos, Matheus e Wellington, ao menos uma vitória já foi alcançada: eles sobreviveram à *guerra*. Se “viver é simplesmente não morrer”; se “existir é manter a vida” (MBEMBE, 2018, p. 283), então os adolescentes, sem os quais essa pesquisa nunca poderia ter existido, são, em alguma medida, vencedores em um campo de batalha cuja coerência interna foi extremamente *cruel* com eles. Em tempos em que somos todos convocados a nos colocar como combatentes de batalhas simbólicas pela luta de direitos cada vez mais ameaçados, as trajetórias desses adolescentes conferem um significado mais radical, menos metafórico e muito mais *cruel* para a máxima “existir é resistir”.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Suélen Pinheiro Freire. **Embolamentos: sociabilidades juvenis delitivas em contexto de periferia**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UNISINOS, São Leopoldo, 2019.

ALMEIDA, Bruna Gisi Martins de. **A experiência da internação entre adolescentes: práticas punitivas e rotinas institucionais**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), USP, São Paulo, 2010.

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Senhores de Si**: uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Etnográfica Press, 1995.

ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando; DIAS, Camila Nunes. Das Comissões de Solidariedade ao Primeiro Comando da Capital em São Paulo. **Tempo Social**. Revista de sociologia da USP, v. 25, n. 1, p. 61–82, 2013.

ARAUJO, Marcella. A ideia de cotidiano na produção sociológica de Luiz Antônio Machado da Silva sobre a criminalidade violenta. **DILEMAS**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 12, n. 1, p. 6–23, 2019.

AQUINO, Jânia Perla de. **Principes e castelos de areia**: Um estudo da performance nos grandes roubos. São Paulo, Biblioteca 24X7, 2010.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Tempo, Memória e Identidade: algumas considerações. **Política & Trabalho**, v. 34, p. 41–72, 2011.

BARBOUR, Rosaline. **Grupos Focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARREIRA, César. Crueldade: a face inesperada da violência difusa. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, p. 55–74, 2015. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922015000100055&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922015000100055&lng=pt&tlng=pt)

BARROS, Pesquisadora Warmling. **“Traficante não é vagbundo”**: trabalho lícito, profissionalização e tráfico de drogas na perspectiva de adolescentes internados. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais), UFRGS, Porto Alegre, 2017.

BERTAUX, Daniel. A vingança do curso de ação contra a ilusão cientificista. **Civitas**, v. 14, n. 2, p. 250–271, 2014.

\_\_\_\_\_. **Les Récits de Vie**. Paris: Nathan Université, 1997.

BIONDI, Karina. **Etnografia no Movimento**: Território, Hierarquia e Lei no PCC. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de São Carlos, São Carlos, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

BOURGOIS, Philippe. **In Search of Respect: Selling Crack in El Bairro**. San Francisco: University of California, 2003.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **CPI do Sistema Carcerário** (relatório final). Brasília, 2009

CARDOSO, Amílcar Vilaça Freitas; COSTA, Elizardo Scarpati. Trabalhar e não ser trabalhador: pertencimento e reconhecimento de classe na “vida do crime”. **Revista Direito GV**, v. 14, n. 3, p. 937–957, 2018.

CARDOSO, Sara Azevedo; MARTINS, Marcelo Machado; FERNANDES, Raquel de Aragão Uchoa. Representações e significados do consumo de internet para famílias de classes populares em Recife. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v. 28, n. 2, p. 368–385, 2017.

CECCHETTO, Fátima Regina. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004

CECCHETTO, Fátima Regina; MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; MONTEIRO, Rodrigo de Araujo. “BASTA TÁ DO LADO” – a construção social do envolvido com o crime. **Caderno CRH**, v. 31, n. 82, p. 99–116, 2018.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2017**. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

CIPRIANI, Marcelli. Segregação Sócio-espacial e territorialidades do tráfico de drogas: as “facções criminais” diante do espaço urbano. **Revista conversas e Controvérsias**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 5–28, 2017.

\_\_\_\_\_. **Os coletivos criminais de Porto Alegre entre a “paz” na prisão e a guerra na rua**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), PUCRS, Porto Alegre, 2019.

CNAS; CONANDA. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**, 2006.

CONNELL, R. W. **Masculinities**. 2. ed. Berkley; Los Angeles: University of California Press, 1995.

\_\_\_\_\_. **The Men and The Boys**. St Leonards: Allen & Unwin, 2000.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, James W. Hegemonic masculinity: rethinking the concept. **Gender and Society**, v. 19, n. 6, p. 829–859, 2005.

CONNELL, Raewyn. **Gender In World Perspective**. Cambridge: Polity, 2009.

\_\_\_\_\_. **Gênero em termos reais**. São Paulo: nVersos, 2016.

CONTRERAS, Randol. **The stickup kids: race, drugs, violence, and the American dream**. Berkley; London: University of California, 2013.

COSSE, Isabella *et al.* Introdução. In: **Infâncias: Políticas y saberes en Argentina y Brasil**, siglos XIX y XX. Buenos Aires: Teseo, 2011. p. 11-28.

CUNHA, Victória Hoff. **Territórios de vulnerabilidade: o risco envolvendo o cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto nos bairros Rubem Berta e Restinga.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais), UFRGS, Porto Alegre, 2019.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** Rio de Janeiro, 1997.

DATCHI, Corinne C. Masculinities, Fatherhood, and Desistance From Crime: Moderating and Mediating Processes Involved in Men's Criminal Conduct. **Journal of Men's Studies**, v. 25, n. 1, p. 44–69, 2017.

DAUDELIN, Jean; RATTON, José Luiz. Drug markets, war and peace in Recife. **Tempo Social**, v. 29, n. 2, p. 115–134, 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702017000200115&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702017000200115&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)

DE AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli; NASCIMENTO, Andréa Ana Do. Desafios da reforma das polícias no Brasil. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 16, n. 4, p. 653–674, 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-60892016000400007&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-60892016000400007&lang=pt)

DE LIMA, Renato Sérgio; SINHORETTO, Jacqueline; BUENO, Samira. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, p. 123–144, 2015.

DIÁRIO GAÚCHO. Maior bairro de Porto Alegre, Rubem Berta também é o que mais cresce. Publicado em: 05 ago. 2011. Acesso em: 28 nov. 2019. Disponível em: <http://diariogaucho.clicrbs.com.br/rs/noticia/2011/08/maior-bairro-de-porto-alegre-rubem-bera-tambem-e-o-que-mais-cresce-3436354.html>.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista.** Tese (Doutorado em Sociologia), USP, São Paulo, 2011.

DIAS, Camila Nunes; MANSO, Bruno. **A Guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil.** São Paulo: Todavia, 2018.

DIRK, Renato; MOURA, Lílian de. As motivações nos casos de letalidade violenta da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Cadernos de Segurança Pública**, v. 9, n. 08, 2017.

DORNELLES, Renato. **Falange gaúcha: o Presídio Central e a história do crimes organizado no RS.** 2ed. ampl. rev. Porto Alegre: Diadorim Editora, 2017.

DURAN-MARTINEZ, Angelica. To Kill and Tell? State Power, Criminal Competition, and Drug Violence. **Journal of Conflict Resolution**, p. 1–27, 2015.

ESTÉVEZ, Ariadna. La gubernamentalización necropolítica del Estado y la masculinidad hegemónica: Dislocación y recomposición ontológica de los derechos humanos. **Derecho y Crítica Social**, v. 3, n. 1, p. 45–74, 2017.

\_\_\_\_\_. Biopolítica y necropolítica: ¿constitutivos u opuestos? **Espiral**, v. XXV, n. 73, p. 9–43, 2018.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Diário intensivo - a questão do adolescente em conflito com a lei em contexto. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, v. 4, p. 01–44, 2011.

Disponível em:

<http://periodicos.uniban.br/index.php?journal=RBAC&page=article&op=view&path%5B%5D=201>

\_\_\_\_\_. Economias (i) lícitas no Brasil: uma perspectiva etnográfica. **Journal of Illicit Economies and Development**, v. 1, n. i, p. 1–10, 2019.

\_\_\_\_\_. **Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), UNICAMP, Campinas, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Fronteiras de tensão: Política e violência nas periferias de São Paulo**. São Paulo, Editora Unesp, 2011.

\_\_\_\_\_. **Irmãos: uma história do P.C.C.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

\_\_\_\_\_. O legítimo em disputa: As fronteiras do “mundo do crime” nas periferias de São Paulo. **Dilemas**, v. 1, n. 1, p. 93–126, 2008b. Disponível em:

<http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/Dilemas1Art4.pdf>

\_\_\_\_\_. O VALOR DOS POBRES: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. **Cadernos CRH**, v. 27, n. 72, p. 495–512, 2014.

FIGUEROA, Carolina Antolinez et al. Meaning of parenting as a teenager. **Investigacion y Educacion en Enfermeria**, v. 35, n. 3, p. 348–355, 2017.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Cláudia. **Família, Fofoca e Honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.

\_\_\_\_\_. O anonimato e o texto antropológico: Dilemas éticos e políticos da etnografia ‘em casa’. In: **Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo**. Ed. da UFRGS, 2010. p. 205–227.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014 a 2017**. FBSP, 2018a.

\_\_\_\_\_. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017**. FBSP, 2017.

\_\_\_\_\_. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018**. FBSP, 2018b.

\_\_\_\_\_. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**. FBSP, 2019.

\_\_\_\_\_. **Narrativas da violência: documentos de pesquisa Juventude e Prevenção à Violência: Estratégias de Atuação**. Brasília: Senasp/MJ, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

\_\_\_\_\_. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANÇA, Marcio Abreu De. Sociabilidade violenta como modo de orientação da conduta: Entendendo a especificidade da violência urbana brasileira contemporânea. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 12, n. 1, p. 93–123, 2019.

GALDEANO, Ana Paula et al. **Tráfico de drogas entre as piores formas de Trabalho Infantil: mercados, famílias e rede de proteção social**. São Paulo: CEBRAP, 2018.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 12, n. 24, p. 149–161, 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X2002000300004&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2002000300004&lng=pt&tlng=pt)

GRILLO, Carolina Christoph. **Coisas da Vida no Crime: Tráfico e roubo em favelas cariocas**. Tese (Doutorado em Antropologia Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2013).

\_\_\_\_\_. Da violência urbana à guerra: Repensando a sociabilidade violenta. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 12, n. 1, p. 62–92, 2019.

HAREVEN, Tamara K. Novas imagens do envelhecimento e a construção social do curso da vida. **Cadernos Pagu**, v. 13, p. 11–35, 1999.

\_\_\_\_\_. **The Family and the Life Course in Historical Perspective**. New York; San Francisco; London: Academic Press, 1978.

HIRATA, Daniel Veloso. **Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida**. Tese (Doutorado em Sociologia), USP, São Paulo, 2010.

HIRATA, Daniel; AQUINO, Jânia Perla Diógenes de. Inserções etnográficas ao universo do crime: algumas considerações sobre pesquisas realizadas no Brasil entre 2000 e 2017. **Rev. BIB**, São Paulo, n. 84, 2018, p. 107-147.

HIRATA, Daniel Veloso; GRILLO, Carolina Christoph. Sintonia e amizade entre patrões e donos de morro: Perspectivas comparativas entre o comércio varejista de drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro. **Tempo Social**, v. 29, n. 2, p. 75–98, 2017.

HOOKS, Bell. **We real cool: Black men and masculinity**. New York; London: Routledge, 2004.

HUME, Mo; WILDING, Polly. “Es que para ellos el deporte es matar”: Rethinking the Scripts of Violent Men in El Salvador and Brazil. In.: AYUERO, Javier; BOURGOIS, Philippe; HUGHES-SHCPER, Nancy. **Violence at the Urban Margins**. New York: Oxford University Press, p. 93-111, 2015.

IBGE. **Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2017**. PNAD Contínua, 2018.

KOERICH, Bruna Rossi. **Entre trajetórias, desejos e (im)possibilidades**: projetos de futuro na socioeducação em meio aberto. Dissertação (Mestrado em Sociologia), PUCRS, Porto Alegre, 2018.

LANGE, Patricia G. Publicly Private and Privately Public: Social Networking on YouTube. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 13, n. 1, p. 361–380, 2008.

LEITE, Márcia Pereira. Entre a “guerra” e a ‘paz’: Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** v. 7, n. 4, p. 625–642, 2014.

\_\_\_\_\_. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 44, 2000.

\_\_\_\_\_. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. **Rev. bras. segur. pública**, v. 6, n. 2, p. 374–389, 2012.

LOURENÇO, Luiz Claudio; ALVAREZ, Marcos César. Estudos sobre prisão: um balanço do estado da arte nas Ciências Sociais nos últimos vinte anos no Brasil (1997-2017). **Rev. BIB**, São Paulo, n. 84, 2018, p. 216-236.

LYRA, Diogo. **A República dos Meninos**: juventude, tráfico e virtude. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2013.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. **Rev. Sociol. Polít.** v.13, p. 115-124, 1999.

\_\_\_\_\_. Polícia e violência urbana em uma cidade brasileira. **Etnográfica**, v. 15, n. 1, p. 67–82, 2011.

\_\_\_\_\_. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, v. 19, n. 1, p. 53-84, 2004.

\_\_\_\_\_. (org.). **Vida sob cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

\_\_\_\_\_. “Violência urbana”, segurança pública e favelas - o caso do Rio de Janeiro atual. **Cadernos CRH**, v. 23, n. 59, p. 283-300, 2010.

\_\_\_\_\_. Um problema na interpretação da criminalidade urbana violenta. **Revista Sociedade e Estado**, v. X, n. 2, p. 493-512, 1995.

MACIEL, Fabrício; GRILLO, André. O trabalho que (in)dignifica o homem. In: SOUZA, Jessé de. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 241-277.

MARQUES, Adalton. **Humanizar e Expandir**: uma genealogia da segurança pública em São Paulo. São Paulo: IBCCRIM, 2018.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

\_\_\_\_\_. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MCDOWELL, Linda. **Redundant Masculinities?** Employment Change and White Working Class Youth. Malden; Oxford: Blackwell, 2003.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Revista de Estudos Feministas*, v. 16, n. 3, p. 809–840, 2008.

MENEZES, Palloma Valle. Monitorar, negociar e confrontar: as (re)definições na gestão dos ilegalismos em favelas “pacificadas”. **Tempo Social**, v. 30, n. 3, p. 191–216, 2018.

MENEZES, Daiane Boelhouwer; SOUZA, Vitoria Gonzatti de. Relações entre crimes na Região Metropolitana de Porto Alegre: um primeiro diagnóstico da organização criminal. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 45, n. 1, p. 87–108, 2017.

MESSERSCHMIDT, James W. **Crime as structured action: Gender, Race, Class, and Crime in the Making**. Thousand Oaks; London; New Delhi: Sage Publications, 1997.

\_\_\_\_\_. **Hegemonic Masculinity**: formulation, reformulation and amplification. Lanham; Boulder; New York; London: Rowman & Littlefield, 2018.

MISSE, Michel. Crime, Sujeito e Sujeição Criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, [s. l.], v. 79, p. 15–38, 2010.

\_\_\_\_\_. (Comentários Sobre) O Enigma da Acumulação Social da Violência no Brasil. **Journal of Illicit Economies and Development**, v. d, n. 2, p. 1–7, 2019.

\_\_\_\_\_. **Malandros, Marginais e Vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Sociologia), IUPERJ, Rio de Janeiro, 1999.

\_\_\_\_\_. Sobre uma Sociabilidade Violenta. In: LIMA, R. K.; MISSE, M. **Crime e Violência no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 251–268.

MISSE, Michel et al. Uma vida e uma obra dedicadas à favela e às ciências sociais: Entrevista comemorativa de 70 anos de Luiz Antônio Machado da Silva. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 4, n. 4, p. 663–698, 2011.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser**: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciência Política), IUPERJ, Rio de Janeiro, 1999.

OBSERVAPOA. **Bairro Vila Jardim**. Disponível em: [http://portoalegremanalise.procempa.com.br/?regiao=63\\_0\\_0](http://portoalegremanalise.procempa.com.br/?regiao=63_0_0). Acesso em: 28 nov. 2019a.

OBSERVAPOA. Observando o Bairro: breve análise sobre os bairros de Porto Alegre. **Bom Jesus**. *ObservaPoa*. Disponível em: [http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu\\_doc/bairro\\_bom\\_jesus.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/bairro_bom_jesus.pdf). Acesso em: 28 nov. 2019b.



OBSERVAPOA. Observando o Bairro: breve análise sobre os bairros de Porto Alegre. **Rubem Berta**. *ObservaPoa*. Disponível em: [http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu\\_doc/bairro\\_bom\\_jesus.pdf](http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/bairro_bom_jesus.pdf). Acesso em: 28 nov. 2019c.

OBSERVAPOA. **Região Cruzeiro**. Disponível em: <http://portoalegremanalise.procempa.com.br/?regioes=11,0,0>. Acesso em: 28.11.2019d.

OTTO, Natália Bittencourt. **Profissionais, rivais e sobreviventes**: intersecções entre gênero e violência nas narrativas de meninas autoras de atos infracionais violentos. Dissertação (Mestrado em Sociologia), USP, São Paulo, 2017.

PAIS, José Machado. The multiple faces of the future in The Labyrinth of life. **Journal of Youth Studies**, v. 6, n. 2, p. 115–126, 2003.

PAIVA, Luiz Fábio S. “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. **Cadernos CRH**, v. 32, n. 85, p. 165–184, 2019.

PASSOS, Iara Cunha. **A Brigada Militar no Presídio Central em Porto Alegre**: o trabalho do policial militar e a mediação de conflitos. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais), UFRGS, Porto Alegre, 2017.

PAULA, Liana De. Da “questão do menor” à garantia de direitos: discursos e práticas sobre o envolvimento de adolescentes com a criminalidade urbana. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 15, n. 1, p. 27, 2015.

\_\_\_\_\_. **Liberdade assistida**: punição e cidadania na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Sociologia), USP, São Paulo, 2011.

PIMENTA, Melissa de Mattos. Grupos Focais: conceito, aplicação e desenvolvimento. In: **Métodos e Técnicas de Pesquisa sobre o Mundo do Trabalho**. Bauru: Canal 6 editora, 2014b. p. 123–143.

\_\_\_\_\_. Masculinidades e sociabilidades: Compreendendo o envolvimento de jovens com violência e criminalidade. **Dilemas**, v. 7, n. 3, p. 701–730, 2014a.

\_\_\_\_\_. Relações de poder e controle social em áreas de grande exposição à violência. **Civitas**, v. 15, n. 1, p. 84–104, 2015.

\_\_\_\_\_. **“Ser Jovem” e “Ser Adulto”**: Identidades, Representações e Trajetórias. Tese (Doutorado em Sociologia), USP, São Paulo, 2007.

PNUD; Ipea; FJP. Partenon: Vila Maria da Conceição (Nossa Senhora do Brasil). Porto Alegre, RS. *Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil*. Acesso: 28 nov. 2019. Disponível em: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_udh/22144](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_udh/22144)

Porto Alegre. **Mapa dos Direitos Humanos, do Direito à Cidade e da Segurança Pública de Porto Alegre 2015**. ObservaPOA: Stampa Comunicação, 2015.

RIBEIRO, Ludmila; TEIXEIRA, Alex Niche. O calcanhar de Aquiles dos estudos sobre crime, violência e dinâmica criminal. Rev. **BIB**, São Paulo, n. 84, 2/2017 (publicada em abril de 2018), p. 13-80.

RINCON, Leonardo et al. Uma reflexão sobre a utilização das redes sociais como forma de auxílio à atuação da polícia comunitária. **Revista Ordem Pública**, v. 8, n. 2, p. 2237–6380, 2015.

RODRIGUÉZ, Santiago Capella. ¿Sólo trabajadores /Provedores? In.: GUZMÁN, Lucero Jiménez; GUERRERO, Olivia Tena (coord.). **Reflexiones sobre masculinidades y empleo**. Cuernavaca: UNAM, Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias, 2007.

ROLIM, Marcos. **A formação de jovens violentos: estudo sobre a etiologia da violência extrema**. Curitiba: Appris, 2016.

ROSENTHAL, Gabriele. **Pesquisa social interpretativa: uma introdução**. 5ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

SANTOS, Hermílio; OLIVEIRA, Patricia; SUSIN, Priscila. Narrativas e pesquisa biográfica na sociologia brasileira: Revisão e perspectivas. **Civitas**, v. 14, n. 2, p. 359–382, 2014.

SANTOS, Hermílio; VOLTER, Bettina; WELLER, Wivian. Teorias e métodos. **Civitas**, v. 14, n. 2, p. 199–203, 2014.

SANTOS, Mariana Chies Santiago. **Resistentes, conformados e oscilantes: um estudo acerca das resistências produzidas pelos adolescentes privados de liberdade no Brasil e na França**. Tese (Doutorado em Sociologia), UFRGS, Porto Alegre, 2018.

SCOTT, R. Parry. O Homem na Matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico. **Cadernos de Pesquisa**, v. 73, p. 38–47, 1990.

SILVA, Marcelo K.; ARAÚJO, Gabrielle O.; PEREIRA, Matheus M. Análise de Eventos de Protesto no Estudo de Repertórios Associativos. In: ROBERTT, Pedro; RECH, Carla M.; LISDERO, Pedro; FACHINETTO, Rochele F. **Metodologia em Ciências Sociais Hoje, Vol. 2: práticas, abordagens e experiências de investigação**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p.311-330.

SINHORETTO, Jacqueline; MORAIS, Danilo de Souza. Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, v. 64, p. 15–26, 2018.

SOARES, Luiz Eduardo. **Meu casaco de general: quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Marcelo de Lopes. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

\_\_\_\_\_. **Tráfico de Drogas e Fragmentação do Tecido Sociopolítico-Espacial no Rio de Janeiro**. Trabalho apresentado no 22º Encontro Anual da ANPOCS. Minas Gerais: Caxambu, 1998.

SPYER, Juliano. **Social Media in Emergent Brazil**. London: UCL Press, 2017. v. 27

SUSEPE. **Presídio Central de Porto Alegre**. Disponível em: [http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod\\_menu=203&cod\\_conteudo=21](http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=203&cod_conteudo=21). Acesso em: 9 de setembro de 2019.

TALONE, Vittorio da Gama. **Confiança e desconfiança como dispositivos morais situacionais em trânsito**: Um estudo em viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Sociologia), PPGSA, UFRJ, 2015.

TEIXEIRA, Cesar Pinheiro; FREIRE, Jussara. Sociabilidade violenta, o bandido e Deus: Considerações sobre a gramática da violência urbana. **DILEMAS**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 12, n. 1, p. 124–150, 2019.

TEIXEIRA, Sérgio William Domingues. **Muros altos e rios de sangue**: o sistema penitenciário federal e a expansão das facções criminosas. Tese (Doutorado em Ciência Política), UFRGS, Porto Alegre, 2018.

TELLES, Silva. Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos. **Revista de Ciências Sociais**, v. 46, n. 1, p. 15–41, 2015.

VALENCIA, Sayak. **Capitalismo gore**. Espanha: Melusina, 2010.

VALENCIA TRIANA, Sayak. Capitalismo Gore y necropolítica en México Contemporáneo. **Relaciones Internacionales**, v. 19, p. 83–103, 2012.

VANDENBERGHE, Frédéric; VÉRAN, Jean-françois. **Além do habitus**: teoria social pós-bourdieuiana. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016.

VIEIRA, Danielli. Histórias sobre homicídios entre jovens: ‘Mundo do crime’ e comensurabilidade. **DILEMAS**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 4, n. 2, p. 281–308, 2011.

VIEIRA, Joice Melo. Transição para a vida adulta no Brasil : análise comparada entre 1970 e 2000. **R. bras. Est. Pop.**, v. 25, n. 1, p. 27–48, 2008.

WACQUANT, Loic. Deadly symbiosis: when ghetto and prison meet and mesh. **Punishment & Society**, London; New Delhi, v. 3, n. 1, p. 95–134, 2002.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas**, v. 2, p. 460–482, 2001.

WERNECK, Alexandre; ARAUJO, Marcella. A força de uma questão: Apresentação ao dossiê Sociabilidade Violenta: Novas Interpretações. **DILEMAS**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 12, n. 1, p. 1–5, 2019.

WERNECK, Alexandre; TALONE, Vittorio. A ‘sociabilidade violenta’ como interpretante efetivador de ações de força: Uma sugestão de encaminhamento pragmático para a hipótese de Machado da Silva. **DILEMAS**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 12, n. 1, p. 24–61, 2019.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, v.9, n.1, São Paulo, 1997, pp. 5-41.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Revan: Ed. UERJ, 1994.

\_\_\_\_\_. Do dinheiro e dos homens no tráfico de drogas. In: WESTPHAL, Marcia Faria; BYDLOWSKI, Chynthia. (Org.). **Violência e Juventude**. São Paulo: HUCITEC, 2009, v. 1, p. 162-194.

\_\_\_\_\_. **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ZILLI, Luís Felipe. O “mundo do crime” e a “lei da favela”: aspectos simbólicos da violência de gangues na região metropolitana de Belo Horizonte. **Etnográfica**, v. 19, n. 3, p. 463–487, 2015.

## GLOSSÁRIO

Afu:	abreviação de gíria gaúcha “afudê” que significa muito, demais
Anojar:	chatear, irritar
Attrack:	abordagem policial
Azar:	expressão utilizada para demonstrar que não se importa ou que está sem paciência
Bá:	abreviação de “barbaridade”, expressão gaúcha que significa espanto. Também é utilizada como complemento de frase; um vício de linguagem.
Baia:	casa
Banda:	volta ou passeio. Dar uma banda significa “dar uma volta”, fazer um passeio.
Biqueira:	pequena <i>boca</i> de tráfico de drogas
Boleia:	quem sabe dirigir bem
Cachorrear:	provocar o outro, xingá-lo ou ameaçá-lo
Cair:	ser preso
Cagar a pau:	expressão gaúcha sinônimo de surra, espancamento
Caminhada:	fazer uma caminhada
Cria:	quem é nascido na <i>vila</i>
Cupinxá:	amigo, parceiro de negócios no tráfico de drogas
Espiado:	desconfiado
Ferro:	arma
Força de:	muito
Homi:	polícia
Ladaia:	problema, confusão
Quando vê:	expressão utilizada no início da frase, para indicar uma sequência de ações. Pode ser utilizada como complemento de frase; um vício de linguagem
Pisar:	atirar

Porte:	capacidade armamentista
Tirar com a cara de alguém:	provocar, fazer piadas
Tirar por alguém:	entrar em uma briga para defender alguém
Tri:	expressão gaúcha que significa muito
Oitão:	pistola 8mm
O(s) cara:	expressão utilizada para definir a si próprio, seu grupo de amigos ou grupo de jovens do <i>embolamento</i> contrário
Pedalar casas:	invadir casas, chutar as portas das casas
Pegar preço:	expressão utilizada para indicar o momento em que a <i>guerra</i> estourou, quando os conflitos se tornaram constantes e mais violentos.
Se morder:	se irritar, se decepcionar
Sereno:	calmo ou tranquilo, também é utilizado para indicar que o sujeito está “de boa”, sem motivação para a briga ou para a discórdia.
Social:	festa
Ver mão:	realizar atividades relacionados ao tráfico de drogas, como transporte e comércio de drogas.
Viajar:	errar, enganar-se

## APÊNDICE

### APÊNDICE A – Roteiro de questões utilizado no grupo focal

#### Bloco I: Redes sociais e seus usos

- O que são redes sociais?
- Através de quais dispositivos (celular ou computador) e quais aplicativos são acessadas as redes sociais?
- Desde que idade o grupo utiliza redes sociais?
- Como aprendeu a usar?
- Na família, quem usa redes sociais e de que forma?
- Quais as diferenças de uso para cada aplicativo (Whatsapp, Facebook, Instagram, entre outros)
- O que é proibido de ser compartilhado em cada tipo de rede? Quais conteúdos são mais compartilhados em cada rede?
- Há privacidade nas redes sociais?
- Qual o uso do youtube?
- Criam-se laços e relações a partir das redes sociais? De que tipo?
- Quais são as diferenças de uso das redes entre pessoas jovens e velhas e entre mulheres e homens?

#### Bloco II: Redes sociais e violência

- As redes sociais são responsáveis por produzir violência? De que forma isso pode acontecer?
- O que é considerado violência?
- Pode haver situações em que a pessoa se prejudica pelo uso da rede social? De que forma?
- O uso das redes sociais pode ser utilizado para se proteger da violência? De que forma?

#### Bloco III: Fake News

- O que é uma Fake News?
- Como se desconfia de que está diante de uma ou como sabem que se trata de uma fake News?

PESQUISA

## **Pessoas mais velhas compartilham mais fake news, aponta estudo**

A falta de conhecimento das pessoas mais velhas pode ser uma das responsáveis pela viralização das notícias falsas por parte dos idosos

SANTA MARIA

## **Moradores do Residencial Lopes usam Facebook para se prevenir de crimes**

Grupo na rede social serve para troca de informações

## **Mulheres usam redes sociais para se conectar e homens para fazer inveja**

Pesquisa revela motivações das pessoas em publicar as suas rotinas nas redes sociais.

Por Felipe Alencar, para o TechTudo

01/07/2017 07h01 · Atualizado há um ano



## **IMAGENS FORTES: Jovem que teve execução gravada e divulgada por bandidos, tem o corpo reconhecido pela família; Veja vídeo**

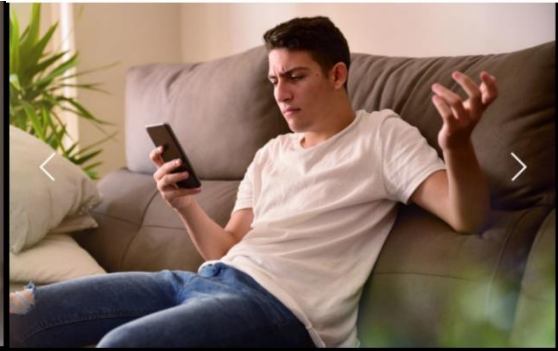
Postado por Rafael Damasceno - 17/05/2018 11:46





### 1. Bullying e hoax

Para 27% dos jovens, bullying e boatos disseminados na internet são o maior problema.



### 2. Brigas e discussões

Relacionamentos e contatos pessoais prejudicados são o principal impacto negativo das redes sociais para 17%



### 3. Distorção da realidade

Para 15%, a visão alterada sobre a vida “vendida” nas redes sociais é o que mais os prejudica.



### 4. Distração

Distração e vício aparece em quarto lugar, para 14% dos entrevistados.



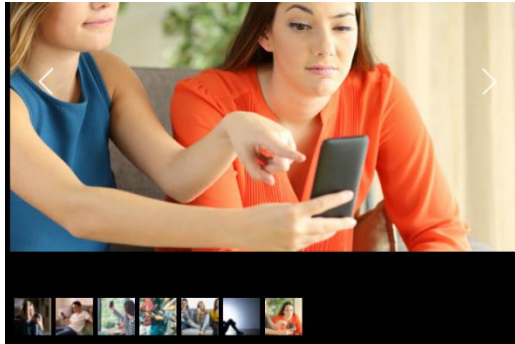
### 5. Pressão

Para 12%, a pressão dos colegas é um fator bastante prejudicial.



### 6. Problemas de saúde

Para 4%, a maior possibilidade de desenvolver problemas relacionados à saúde mental é o maior impacto das redes sociais.



#### 7. Intensidade

Para 3%, as redes sociais deixam tudo mais intenso, o que vira um grande problema.

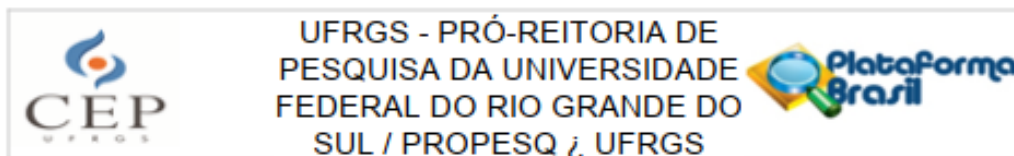
Home > Software > Apps

## WhatsApp ajuda adolescentes a se expressarem melhor, indicam estudos

Por Redação | 30 de Maio de 2017 às 12h02

## ANEXO

### ANEXO A – Aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa UFRGS



#### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

##### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** VIOLÊNCIA LETAL EXTREMA PRODUZIDA NO CONTEXTO DE CONFLITOS ENTRE COLETIVOS CRIMINAIS NA CIDADE DE PORTO ALEGRE

**Pesquisador:** Melissa de Mattos Pimenta Melissa

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 14308719.0.0000.5347

**Instituição Proponente:** Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

##### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.525.243

##### Apresentação do Projeto:

Esta é a terceira versão do projeto de pesquisa.

É um projeto de mestrado, vinculado ao PPG Sociologia UFRGS, que aborda violência, juventude e masculinidades.

O objetivo central é "identificar os fatores que explicam o uso da violência extrema pelos homens jovens que fazem parte das facções criminais nas disputas entre os grupos na cidade de Porto Alegre".

A pesquisa será desenvolvida junto a jovens privados de liberdade internados na FASE em Porto Alegre.

A abordagem do estudo é qualitativa, tendo duas grandes etapas: a realização de grupos focais primeiro e a realização de entrevistas em profundidade tipo história de vida em seguida.

##### Objetivo da Pesquisa:

"O objetivo central do estudo é identificar os fatores que explicam o uso da violência extrema pelos homens jovens que fazem parte das facções criminais nas disputas entre os grupos na

Endereço: Av. Paulo Gama, 110 - Sala 317 do Prédio Anexo 1 da Reitoria - Campus Centro  
Bairro: Farroupilha CEP: 90.040-060  
UF: RS Município: PORTO ALEGRE  
Telefone: (51)3308-3738 Fax: (51)3308-4085 E-mail: etica@propeq.ufrgs.br



Continuação do Parecer: 3.525.243

cidade de Porto Alegre."

Objetivos secundários:

"(a) identificar como a adesão ao tráfico de drogas se intersecciona com a construção do ser jovem no contexto específico em análise, observando as dinâmicas específicas da transição para a vida adulta; (b) identificar como a adesão ao tráfico de drogas se intersecciona com a performance de uma certa masculinidade e como esta se relaciona com a masculinidade hegemônica em voga para esses atores; (c) identificar qual o papel das redes sociais na divulgação dos episódios de violência e como essas ferramentas influem na construção das masculinidades juvenis."

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

A avaliação de riscos e benefícios foi reformulada. Solicitou-se que as pesquisadoras levassem consideração a situação particular dos jovens privados de liberdade, que por definição são vulneráveis, e a necessidade de responder aos objetivos da pesquisa com este grupo em particular.

As pesquisadoras responderam ao questionamento, reforçando que estes sujeitos devem ser protagonistas.

As pesquisadoras explicitaram e detalharam os riscos antecipados e as estratégias para minimizar tais riscos.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Vide apresentação do projeto

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Carta resposta - apresentada - adequada

TCLE - adequado

TALE - adequado

Projeto detalhado - adequado

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Considera-se o projeto APROVADO.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Aprovado.

Endereço: Av. Paulo Gama, 110 - Sala 317 do Prédio Anexo 1 da Reitoria - Campus Centro  
Bairro: Farroupilha CEP: 90.040-060  
UF: RS Município: PORTO ALEGRE  
Telefone: (51)3308-3738 Fax: (51)3308-4085 E-mail: etica@propesq.ufrgs.br



UFRGS - PRÓ-REITORIA DE  
PESQUISA DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO RIO GRANDE DO  
SUL / PROPESQ & UFRGS



Continuação do Parecer: 3.525.243

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1321843.pdf	15/08/2019 16:28:20		Aceito
Outros	Carta_II_ParecerCEP.pdf	15/08/2019 16:20:58	Melissa de Mattos Pimenta Melissa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TA_FASE_entrevistas_posparecer.pdf	15/08/2019 16:20:14	Melissa de Mattos Pimenta Melissa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TA_FASE_grupos_posparecer.pdf	15/08/2019 16:20:04	Melissa de Mattos Pimenta Melissa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_FASE_pais_posparecer.pdf	15/08/2019 16:19:55	Melissa de Mattos Pimenta Melissa	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_FASE_versaoIII_posparecer.pdf	15/08/2019 16:19:23	Melissa de Mattos Pimenta Melissa	Aceito
Outros	ANEXO_disparadores.pdf	14/07/2019 16:39:31	Melissa de Mattos Pimenta Melissa	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_pronta.pdf	22/05/2019 13:09:16	Melissa de Mattos Pimenta Melissa	Aceito
Outros	AutorizacaoFASE.pdf	08/05/2019 10:06:45	Melissa de Mattos Pimenta Melissa	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO ALEGRE, 22 de Agosto de 2019

Assinado por:  
MARIA DA GRAÇA CORSO DA MOTTA  
(Coordenador(a))